



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

FERNANDO SANTOS DE JESUS

**OS MOVIMENTOS NEGROS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO
NO BRASIL E NO URUGUAI APÓS A CONFERÊNCIA DE DURBAN**

FORTALEZA

2020

FERNANDO SANTOS DE JESUS

OS MOVIMENTOS NEGROS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO NO
BRASIL E NO URUGUAI APÓS A CONFERÊNCIA DE DURBAN

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Educação da Universidade Federal do Ceará,
como parte dos requisitos para obtenção do título
de Doutor em Educação. Área de concentração:
Movimentos Sociais, Educação Popular e Escola.

Orientadora: Prof. Dr^a. Joselina da Silva

FORTALEZA

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- J56m Jesus, Fernando Santos de.
Os movimentos negros e as políticas públicas para a educação no Brasil e no Uruguai após a Conferência de Durban. / Fernando Santos de Jesus. – 2020.
184 f.
- Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2020.
Orientação: Profª. Dra. Joselina da Silva.
1. Conferência de Durban. 2. Negros no Uruguai. 3. SECADI. 4. Movimento Negro . 5. Lei 19.122/06.
I. Título.

CDD 370

FERNANDO SANTOS DE JESUS

OS MOVIMENTOS NEGROS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO NO
BRASIL E NO URUGUAI APÓS A CONFERÊNCIA DE DURBAN

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Educação da Universidade Federal do Ceará,
como parte dos requisitos para obtenção do título
de Doutor em Educação. Área de concentração:
Movimentos Sociais, Educação Popular e Escola.

Aprovada em: 27/10/2020.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr^a. Joselina da Silva - Orientadora
Universidade Federal do Ceará - UFC

Prof^a Dr^a. Celecina Veras - Membro interno
Universidade Federal do Ceará - UFC

Prof. Dr. Ivan Lima - Membro externo
Universidade Federal da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Prof^a Dr^a. Ângela Maria Bessa Linhares
Universidade Federal do Ceará - UFC

Prof^a. Dr^a. Maria Alice Rezende Gonçalves -
Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus e depois à minha família, principalmente à minha mãe Eunice Santos e aos meus irmãos: Iara, Jorge, Carlos Alberto, César, Eliete, Eliana, Edineia e Sérgio. Meu primo Marquinhos dos Santos e aos cunhados Miguel Moreira e Roseane Santos. Agradeço especialmente à minha orientadora, Dr.^a. Joselina Silva, pela amizade e orientação. Aos professores Dr. Ivan Lima, Dr.^a. Sandra Petit, Dr. Amaury Pereira, Dr.^a. Ângela Linhares e Dr.^a. Celecina Veras por formarem as minhas bancas e possibilitar muitos aprendizados. Agradecimento afetuoso para a Professora Edileuza Penha por ter me recebido de braços abertos em sua casa, em Brasília, e aberto as portas do universo da pesquisa por lá. Agradecimento especial para: Dr.^a. Glória Ramos, Dr.^a. Ana Paula Santos, Dr.^a. Vera Monteiro, Dr. Rafael dos Santos, Dr.^a. Maria Alice Rezende e Ms. Gabriela Santos. Meus entrevistados na SECADI: Bárbara Sula, Divina Sebastus, Dr. Carlos Humberto Espézer “Mano”, Rodrigo Infante, Maria Auxiliadora, Dr.^a. Denise Botelho e Dr. Ivair Augusto. Aos meus entrevistados e amigos em Montevideu - Uruguai: Juan Pedro Machado, Orlando Riveros, Oscar Rorra, Noelia Maciel, Lourdes Martinez, Dr. Julio Pereira, Romero Rodriguez, Chabella Ramirez, Alicia Esquivel, Andrés Urioste, Karina Moreira, Gabriel Porto, Martín “Coréia” e Loreley Puchetta. Aos amigos do PPGEduc: Professor Dr. Henrique Cunha Jr., Professor Dr. Francisco Ari de Andrade, Dr. Adriano Ferreira, Dr.^a. Cristiane Souza, Laelba Batista, Nicácia Carmo, Rafael Ferreira, Cristiane Félix, Dr.^a. Simone Euclides, Wagner Ventura, Dr.^a. Adilbênia Machado, Fábio Gomes e Ana Paula Santos. Aos amigos: Anderson Vieira, Daniele Varjão, Edson Wander, Edson “vovô”, João Villaça, Djbril Ernesto, Jone Wallace, Ricardo Riso, Henrique Restier, Nelson Santiago, Erivelton Thomaz, Fábio Pitta, Luciano Santos, Marcelo Santos, Filipe Carvalho, Mônica Paiva, Jackson Aurélio, Amanda Gomes, Katia Maciel, Ângela Mendez e tantos outros de igual importância para o meu crescimento pessoal e profissional.

RESUMO

O presente estudo se debruçou em investigar os desdobramentos da Terceira Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, promovida pela Organização das Nações Unidas – ONU, ocorrida em Durban, África do Sul, no ano de 2001, para a oferta de políticas públicas educacionais voltadas para as populações negras de Brasil e Uruguai, tendo como base, respectivamente, as vozes dos técnicos administrativos da gestão do ano de 2016 da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI e dos ativistas do movimento negro que estiveram em Durban e/ou que são técnicos administrativos em órgãos responsáveis por desenvolver políticas públicas. Para tanto, os nossos procedimentos foram levantamento bibliográfico acerca dos temas: Racismo; Conferência de Durban; Racismo Institucional e história do Uruguai. Destaca-se que para a consecução da pesquisa fora necessário realizar entrevistas semi-estruturadas com os sujeitos supracitados. Através das análises das entrevistas exploramos o histórico dos movimentos negros, as dificuldades e os entraves políticos para a materialização de políticas públicas educacionais em benefício da população negra nesses países. No Brasil, fica explícito que a criação da SECADI foi um desdobramento da Conferência de Durban, sinalizando como um importante vetor conquistado pelo movimento negro no combate ao racismo. Igualmente observamos que no Uruguai a maior conquista em termos de provimento de políticas públicas para a população negra se consubstanciou após Durban. A Lei 19.122/06 é um marco histórico no país e teve como orientação principal para a sua implementação, a luta dos ativistas dos movimentos negros que estiveram na Conferência de Durban. Portanto, conclui-se que a Terceira Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância fora um marco histórico de confluência das agendas dos movimentos negros brasileiros e uruguaios, desdobrando-se no atendimento de questões históricas, materializadas em políticas públicas, como aqui analisado, as que correspondem ao provimento de educação.

Palavras-chave: Conferência de Durban. Negros no Uruguai. SECADI. Movimento Negro. Lei 19.122/06.

ABSTRACT

This study is focused on public education policies for black populations in Brazil and Uruguay, developed after the third United Nations World Conference against Racism, Racial Discrimination, Xenophobia and Related Intolerance held in Durban, South Africa, in 2001. Our research is based on the voices of administrative technicians of the 2016 management of the Secretariat for Continuing Education, Literacy, Diversity and Inclusion – SECADI, and activists of black movements who participated in the Durban Conference and/or who are administrative technicians in agencies responsible for public policy development. We realized a literature review on the subsequent topics: racism; Durban conference; institutional racism and history of Uruguay. It is noteworthy that in order to carry out this research, it was necessary to conduct semi-structured interviews with the aforementioned persons. Through the analysis of the interviews, we explored the history of black movements as well as the difficulties and political constraints to implement public education policies that benefit the black population in these countries. In Brazil, the Durban conference led to the creation of SECADI, indicating an important achievement of the black movement in the fight against racism. Likewise, we found that in Uruguay the greatest accomplishment with regard to public policies aimed at the black population was attained after Durban. Law 19.122/06 is a historical remark in the country and its implementation was guided by the struggle of black movement activists who participated in the Durban conference. Therefore, we conclude that the third UN World Conference against Racism, Racial Discrimination, Xenophobia and Related Intolerance was a historical remark in which the agendas of black movements from Brazil and Uruguay converged, addressing historical questions through public policies like those in the field of education analyzed in this study.

Keywords: Durban Conference, Blacks in Uruguay, SECADI, Black Movement, Law 19.122/06.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	9
2	UM DEBATE CONCEITUAL ACERCA DO RACISMO.....	27
2.1	O Racismo Institucional.....	32
2.2	Reflexões sobre as políticas públicas.....	42
3	A SECADI.....	48
3.1	Apresentação da SECADI.....	55
3.2	Estrutura da SECADI no ano de 2016.....	56
3.3	A SECADI apresentada por um membro da antiga gestão.....	59
3.4	A formação técnica dos membros da SECADI – Gestão 2016.....	65
3.4.1	<i>Maria Auxiliadora – TÉCNICA.....</i>	<i>65</i>
3.4.2	<i>Bárbara Sula – TÉCNICA.....</i>	<i>66</i>
3.4.3	<i>Divina Sebastus.....</i>	<i>66</i>
3.5	Apresentação da SECADI pelas vozes de alguns de seus membros.....	66
3.6	A criação da SECADI e a Conferência de Durban (2001).....	71
4	A CONFERÊNCIA DE DURBAN.....	79
4.1	Primeiros olhares.....	79
4.2	Os eventos preparatórios.....	83
4.3	A Conferência e os seus desdobramentos.....	90
4.4	Considerações sobre o Pós-Durban.....	96
5	O PANORAMA NO URUGUAI.....	99
5.1	O surgimento do mundo afro e o momento político uruguaio.....	111
5.2	O Uruguai no Pós-Durban e a Lei 19.122/06.....	120
5.3	Entrevistas com os ativistas uruguaio.....	124
5.3.1	<i>Romero Rodrigues.....</i>	<i>124</i>
5.3.2	<i>Karina Moreira.....</i>	<i>124</i>
5.3.3	<i>Juan Pedro Machado.....</i>	<i>125</i>
5.3.4	<i>Chabella Ramirez.....</i>	<i>125</i>
5.3.5	<i>Orlando Rivero.....</i>	<i>125</i>
5.3.6	<i>Julio Cesar Pereira.....</i>	<i>126</i>
5.3.7	<i>Andres Urioste.....</i>	<i>126</i>
5.3.8	<i>Noelia Maciel.....</i>	<i>126</i>
5.3.9	<i>Lourdes Martinez.....</i>	<i>127</i>

5.4	Os Movimentos Negros no Uruguai	127
5.5	O Uruguai em Durban.....	138
5.6	Negros no Uruguai: Reflexões a partir dos ativistas	151
5.7	As políticas educacionais no Uruguai	157
6	METODOLOGIA.....	163
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	167
	REFERÊNCIAS.....	175
	ANEXO A – O MANIFESTO ANTI-COTAS.....	181

1 INTRODUÇÃO

Ser intelectual é exercer diariamente rebeldia contra conceitos assentados, tornados respeitáveis, mas falsos (Milton Santos).

Chamo-me Fernando Santos de Jesus, sou negro, carioca, solteiro e não tenho filhos, irmão mais novo de nove irmãos e pai falecido. Sempre fui morador da zona norte da cidade do Rio de Janeiro, filho de pais com baixa escolarização – mãe costureira e pai pedreiro – sempre estudei em escolas públicas e levei uma vida material modesta. Apesar desse fato, o básico nunca foi problema, me garantindo, sobretudo por exigência da minha mãe, Eunice Santos, que eu pudesse me escolarizar sem grandes problemas.

Desde jovem estive ligado aos movimentos culturais, tendo envolvimento com a música e com os esportes desde muito cedo, uma vez que venho de uma família grande e conhecida no meu bairro. Aos nove anos de idade comecei a aprender música e, como a maioria dos meninos da minha época, entrei em um time de futebol de salão do meu bairro, onde tive a oportunidade de jogar o campeonato carioca e rodar algumas cidades do estado.

Na adolescência continuei ligado aos esportes e também às artes, pois fui o músico mais jovem do grupo Olorum, na esteira dos movimentos culturais dos blocos afros na cidade do Rio de Janeiro, experiência esta desde o ano de 1993. Neste período também fui jogador amador do América Futebol Clube, tendo jogado o campeonato carioca do ano de 1995, antes de ser dispensado pelo clube e não mais tentar buscar a carreira esportista no futebol.

Nesse mesmo período eu tive a minha primeira banda de rock, formada com amigos do ensino médio e com um primo, que hoje é músico profissional e acompanha diversos artistas já consagrados no Brasil e no exterior. Foi um período de muito aprendizado e aproximação com pessoas de diferentes perspectivas de vida, esse fato fora muito importante para a minha constituição enquanto pessoa.

No ensino médio eu estudei no Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC, quando várias questões que já vivenciava na infância começaram a ser melhores compreendidas à luz de teorias, ou seja, como fiz parte de um grupo Afro – Olorum – dirigido por uma mulher negra – Tia Marli – que sempre chamava a atenção dos seus componentes para o racismo e para a necessidade de se manter íntegro em valores éticos e morais, o ensino médio, por isso, foi um laboratório para questões que eu já trazia comigo anteriormente.

Nesse sentido, fui um dos fundadores do jornal dos estudantes do SENAC naquele período, tendo em vista que não tínhamos grêmio estudantil e nenhuma forma de organização dos estudantes. O jornal consistia em informar os alunos sobre os eventos mais importantes da escola e comentar, a partir das nossas próprias vozes, sobre os eventos mais relevantes da sociedade. A mim cabia a parte esportiva e cultural, na qual comentava futebol e dava dicas sobre eventos na cidade e discos de artistas de rock e blues, ritmos os quais eu toco e mais aprecio.

Passado o ensino médio, fiquei um tempo trabalhando no centro do Rio de Janeiro como contínuo, na filial da empresa de um primo meu de São Paulo. Optei por não prestar o vestibular naqueles anos em virtude do falecimento do meu pai. O ano era 2000, e como o meu pai havia falecido e já não tínhamos todos os irmãos na mesma casa, tive dificuldades em estudar, além de precisar trabalhar para contribuir com as despesas da minha casa.

Após um ano, comecei a trabalhar em um shopping que me viabilizou rendimentos um pouco maiores do que os antigos trabalhos. A partir daí eu conseguia pagar o meu pré-vestibular e retomar os estudos, mesmo com um esforço descomunal, uma vez que eu trabalhava e ainda precisava fazer dois percursos de mais de cinco quilômetros caminhando, pois só assim eu conseguiria economizar o dinheiro da passagem e custear o curso e sobrar algum dinheiro para outras necessidades.

Passei no vestibular da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ para o curso de Economia em 2002. Fui estudar naquela universidade, tendo que deixá-la após um ano e meio. Os motivos da evasão foram: 1 – Dificuldade em me manter, pois não tive alojamento nem bolsa; e 2 – Dificuldades com algumas disciplinas ligadas à matemática, tendo em vista a fragilidade do ensino médio.

Fora da universidade, passei mais um ano estudando e dando um jeito de ganhar dinheiro em trabalhos informais, até que prestei o vestibular da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, onde fiz Pedagogia e tive melhores condições de me manter no curso, pois como ingressante pelo sistema de reserva de vagas para negros e pardos, eu tive direito a uma bolsa-permanência. Também fui aprovado na seleção de bolsistas do programa UNIAFRO, quando trabalhei com a minha orientadora de graduação, professora Doutora Maria Alice Rezende, no Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros – NEAB.

Durante a graduação eu participei de vários congressos estudantis pelo Brasil, tendo levado a temática racial em todos eles, ressaltando que nesse período muitos estudantes organizados em movimentos estudantis eram contrários às cotas raciais e possuíam pouco acúmulo de debate. Também participei de alguns congressos acadêmicos, como o Congresso

Brasileiro de Pesquisadores Negros – COPENE, em Salvador, Bahia, no ano de 2006, e do Congresso Nacional de Educação – EDUCERE do mesmo ano, ocorrido em Curitiba, Paraná.

Foi também durante a graduação que fiz parte de um coletivo de estudantes negros daquela universidade, o DENEGRIR. Participei de algumas reuniões e chegamos a concorrer, sem êxito, às eleições do Diretório Central dos Estudantes – DCE. A minha participação no coletivo foi bem breve, optei por não me ocupar de tantas tarefas em virtude de visar me concentrar nos estudos em torno das seleções de mestrado, bem como terminar a graduação no tempo mínimo determinado pela instituição.

Durante o período em que terminava a graduação e me preparava para o mestrado estive trabalhando em escolas, ONGs e trabalhos informais. Fiz parte do primeiro Serviço de Educação e Responsabilização dos Homens Autores de Violência de Gênero – SERH, promovido pelo Instituto de Estudos da Religião – ISER e concentrado no município de Nova Iguaçu. Esse foi o primeiro serviço prestado no Brasil com essa natureza. Também trabalhei no Programa Nacional de Inclusão de Jovens – PROJOVEM, na modalidade PROJOVEM ADOLESCENTE, que fora ofertado pela Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, dentre outros lugares.

Terminada a graduação e antes de ingressar no mestrado decidi iniciar outra graduação, em Filosofia, também na UERJ, e fui selecionado para uma pós-graduação *lato sensu* no Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – CEFET/RJ, que versava sobre Educação para as Relações Étnico-Raciais. Terminei o curso dentro do prazo estabelecido, um ano, e apresentei a monografia O NEGRO NO LIVRO DIDÁTICO DO ENSINO MÉDIO, orientado pela professora doutora Tatiane Alves.

Pouco antes da conclusão da Pós-Graduação eu já estava aprovado no mestrado em Relações Étnico-Raciais da mesma instituição. Nesse período eu me dedicava à conclusão da monografia de Pós-Graduação, aos estudos nas disciplinas do mestrado e ainda cursava disciplinas de graduação em Filosofia na UERJ. Mesmo diante do desafio em dar conta de todas essas tarefas, eu consegui publicar alguns trabalhos e obter êxito em todas elas. Neste mesmo período eu escrevia alguns artigos para o jornal “Questões Negras”, editado pelos militantes do movimento negro Arcélio Faria e Carlos Nobre (falecido em 2019).

No ano de 2013, eu concluí a minha dissertação e a defendi no mês de setembro do mesmo ano sob o título “O Negro no Livro Paradidático”. Importante ressaltar que este mestrado foi o primeiro em Relações Étnico-Raciais no Brasil e a minha turma foi a primeira a ingressar. Além disso, durante o mestrado eu fui bolsista de uma das bolsas internas que a

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES destinava ao nosso programa.

Com o mestrado concluído, iniciei os meus estudos para o doutorado, enquanto isso, passei um tempo trabalhando em escolas e fiz parte do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC, ofertado pelo Ministério da Cultura e Educação – MEC, que no Rio de Janeiro era administrado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Foi o período em que também fiz parte como professor e consultor pedagógico do Centro de Articulação de Populações Marginalizadas – CEAP, trabalhando com o militante do movimento negro, Doutor Ivanir dos Santos.

Neste período eu conversava com uma grande amiga que trabalhou comigo no PNAIC, doutora Glória Ramos, na qual agradeço imensamente os conselhos e dicas, e ela me apresentou como possibilidade ler o edital de seleção para o Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará – UFC, e foi quando tive uma noção introdutória dos professores que realizam pesquisas nas áreas das relações étnico-raciais nesta universidade.

Já conhecia alguns trabalhos desenvolvidos pelo professor doutor Henrique Cunha Júnior, bem como conhecia um pouco sobre a atuação da professora doutora Joselina da Silva, pois tenho amigos do período em que realizei a primeira graduação, cursada na Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, quando estudei Pedagogia, e que participaram do curso Iniciativas Negras, por ela desenvolvido, na região do Cariri, sul do estado do Ceará. Aliado a esta observância, soma-se o fato de eu ter desenvolvido trabalhos nas áreas das relações étnico-raciais em todas estas etapas de escolarização. Portanto, para o doutorado, seria importante dar continuidade nos estudos tendo como orientador(a) pesquisadores(as) especializados(as) na referida área, com o intuito de desenvolver mais conhecimentos acerca dessas questões, alargando o rol de possibilidades profissionais.

Após o processo seletivo, e já aprovado, realizei o primeiro contato com a professora que seria minha orientadora, doutora Joselina da Silva, tomando a liberdade de convidá-la para escrever um artigo em conjunto, já que havia uma chamada aberta para publicação de artigos na revista “Estudos Africanos”, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Com a resposta positiva, a professora propôs que fizessemos uma entrevista com o professor doutor Amauri Mendes Pereira, docente da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ a fim de traçar um perfil da lei 10.639/2003 (que institui a obrigatoriedade de ensino de história e cultura da África e afro-brasileira) no que concerne

aos processos de promulgação, sua aplicação e sua efetividade, e tendo em vista a larga experiência do professor com as questões que gostaríamos de trabalhar.

Assim, antes de me mudar para o estado do Ceará e iniciar os estudos, fui até a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ realizar a entrevista com o professor doutor Amauri Mendes Pereira. Ao final da conversa, agradei a disponibilidade e gentileza do professor, que também me cumprimentou e agradeceu por tê-lo entrevistado, demonstrando grande humildade e solidariedade em contribuir para meu primeiro trabalho como recém-doutorando. Foi então que Amauri pediu para que eu falasse um pouco sobre a pesquisa que eu realizaria no doutorado.

Expliquei brevemente minha pesquisa para o professor, que achou interessante, mas teria uma provocação a me fazer. A conversa se estendeu para além da sua sala, na Faculdade de Educação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, pois atravessávamos o período de férias e o departamento já seria fechado, eram aproximadamente dezoito horas. O dr. Amauri me convidou para ir embora com ele, já que temos grande parte do percurso em comum, e que a referida Universidade fica no município de Seropédica, 71,6 quilômetros do município do Rio de Janeiro, onde ambos somos residentes, embora em bairros distintos, ele, dr. Amauri, um pouco mais próximo ao município. Teríamos, portanto, um bom “pedaço de conversa” para desenvolver.

No caminho, demos continuidade à conversa iniciada no departamento. O dr. Amauri ressaltou a importância de encaminhar alguma pesquisa acerca das políticas públicas educacionais para a população negra no Brasil, pensando alguma secretaria responsável por desenvolver planos de combate ao racismo nesse âmbito. O professor fez tal provocação atentando para o fato de uma ambiência política conturbada no país, tendo em vista uma troca de governo mediante mútuas denúncias de corrupção, crimes de responsabilidade e ameaças de impedimento.

Nesse sentido, haveria um grande temor de que algumas secretarias especiais pudessem ser extintas, e com elas as políticas desenvolvidas em benefício das populações negras e outros grupos marginalizados sofreriam prejuízos. Ouvi atentamente as colocações do dr. Amauri e concordei com a importância de desenvolver uma pesquisa nessa área. No entanto, conversei com o dr. Amauri sobre as dificuldades acerca dessa temática, pois para mim seria um novo desafio, já que havia me debruçado a pensar acerca de outras questões.

Chegados ao destino, novamente agradei a generosidade e a dica de pesquisa, prometi a ele que iria digerir bem a ideia e que conversaria com minha orientadora, professora doutora Joselina da Silva, a fim de deixá-la a par do que me fora proposto e que tomássemos

uma decisão coletiva sobre as possibilidades de desenvolvê-la, levando em consideração que já havia uma proposta de pesquisa aceita no processo seletivo que me levou a estudar na Universidade Federal do Ceará – UFC no nível de doutorado.

Alguns dias antes de embarcar para a cidade de Fortaleza, no estado do Ceará, estive pensando bastante sobre a proposta do dr. Amauri e sobre a pesquisa que desejava desenvolver. Até então, minha pesquisa visava investigar os possíveis motivos do desequilíbrio numérico entre professores negros e brancos em duas universidades públicas no estado do Rio de Janeiro, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ e a Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, tendo a faculdade de Educação de cada uma delas como ponto de partida, considerando também o número de professores negros e brancos credenciados na pós-graduação de cada uma delas.

Já na cidade de Fortaleza, em primeiro encontro para orientação, conversei com a minha orientadora sobre a proposta do dr. Amauri. Ela ouviu atentamente e achou uma ótima ideia pesquisar essa temática, sugerindo que fizéssemos um estudo comparativo entre dois países da América Latina em relação à aplicação de políticas focais para a população negra após a III Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, realizada no ano de 2001 na cidade de Durban, África do Sul.

Aceito o desafio, procurei me inteirar mais sobre o assunto iniciando a leitura do livro “Olhares Sobre a Mobilização para a III Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Intolerâncias Correlatas”, de autoria da Doutora Joselina da Silva e Doutor Amauri Mendes Pereira. Concomitante a esta leitura, a orientadora sugeriu que eu fizesse um mapeamento da Secretária de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI, pois um dos caminhos possíveis seria pesquisar esta Secretaria, criada no ano de 2004, ou seja, após a Conferência de Durban, concentrando o escopo analítico na Coordenação de Educação para as Relações Étnico-Raciais.

Nosso desafio inicial seria investigar o funcionamento da Secretaria a fim de saber se há nela a preocupação de incorporação de demandas históricas dos movimentos negros. Por isso, o nosso recorte esteve voltado para a compreensão elementar sobre as principais políticas voltadas para a área das relações étnico-raciais. Mais ainda, tentaríamos buscar entender em que medida a criação da SECADI se articula com as orientações normativas encaminhadas aos estados nacionais após a III Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, tendo em vista seu plano de ação, após ser redigida a declaração final, documento internacional que contém os direcionamentos propostos nesse encontro.

Para tanto, se tornou indispensável que em nossa metodologia contivessem entrevistas com a gestão do ano de 2016 e alguns membros da primeira configuração da SECADI, do ano de 2004, levando em consideração o histórico de criação – contado por quem esteve neste processo – e o atual funcionamento, sob o ângulo daqueles que estão responsáveis por fazer a Secretaria materializar suas ações. Nossa primeira investida, portanto, seria localizar e contatar as pessoas que poderiam contribuir para a efetivação da pesquisa, e isso foi feito no final do primeiro semestre do ano de 2016.

A decisão de iniciar a pesquisa por meio de entrevistas com os atuais membros da SECADI se deu pelo fato de haver uma ambiência política turva, pois no ano anterior, 2015, foi aberto um processo de impedimento na continuidade do mandato de governo da então presidenta da república, sua excelência Dilma Rousseff. Em dezembro daquele mesmo ano, a câmara dos deputados, presidida pelo deputado federal Eduardo Cunha, aceitou o pedido de abertura de investigação sob alegação de crime de responsabilidade. O processo de impeachment se encerrou em agosto do ano de 2016, culminando na cassação do mandato de Dilma Rousseff.

Durante este processo, o Brasil atravessou um período de intensa agitação política, pois havia diversas ameaças de corte de gastos públicos em setores de promoção de bem-estar social. Sob o temor de extinção das secretarias especiais, responsáveis pelo funcionamento de políticas públicas focais, diversos movimentos sociais se insurgiram para cobrar que se mantivessem os programas sociais implementados nas gestões anteriores. Desse modo, as divergências políticas orbitavam entre as opiniões sobre as prioridades de gastos públicos, como, por exemplo, o programa Bolsa Família, intensamente atacado pelos setores que acreditavam que este programa se tratava de um assistencialismo que estimulava o ócio.

A instabilidade política após o impeachment da presidenta Dilma Rousseff e a entrada do vice-presidente Michel Temer foi o ponto-chave para que eu fosse a Brasília iniciar a pesquisa, tendo em vista que as ameaças de cortes e extinção de algumas políticas públicas atingiriam em cheio a SECADI. Desse modo, foi importante dar início aos trabalhos e não correr o risco de perder a oportunidade de encontrar as pessoas que vêm trabalhando na implementação de políticas que já estão consolidadas, ou em fase de consolidação, para os grupos historicamente marginalizados.

Retomando o objeto de pesquisa, nossa premissa era fazer uma análise conjuntural das políticas públicas educacionais voltadas para a população negra no Brasil e no Uruguai tendo como referência a Conferência de Durban. Para tanto, o estudo se atentou para um breve histórico dos movimentos negros brasileiros e o painel racial uruguaio, desde a década

de 1980, para situar os eventos mais importantes em que os movimentos negros estiveram à frente e que antecederam aquela Conferência.

Nesse sentido, buscamos compreender quais as estratégias de combate ao racismo estão em pauta e como se efetivam suas respectivas aplicabilidades. O nosso propósito visa verificar se estas políticas estão ajustadas aos anseios projetados durante a Conferência de Durban e como estão sendo geridos após dezesseis anos da Conferência.

A escolha do Uruguai enquanto escopo de pesquisa se deu pelo fato dos movimentos negros desse país terem, bem como os movimentos negros brasileiros, assumido o protagonismo nas reuniões de preparação para a III Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, culminando na pressão sobre os respectivos governos para que fosse possível a promulgação de leis e a constituição de políticas públicas que atendam os acordos firmados em Durban. Cabe ressaltar, desse modo, que o Uruguai, tal como o Brasil, possui ativos movimentos sociais negros, que reivindicam reconhecimento e participação nos processos políticos do país em posição hierárquica de igualdade em relação aos outros estratos daquela sociedade.

Conforme brevemente apresentamos, para tornar viável a pesquisa, pensamos em nos deter em uma das instituições responsáveis por gestar políticas públicas educacionais no Brasil. Já no Uruguai, decidimos analisar as políticas públicas ofertadas para a população negra de maneira geral, sem nos deter em um caso específico. Portanto, objetivamos fazer uma análise comparativa das políticas públicas voltadas para as populações negras, criadas no Brasil e no Uruguai a partir da Conferência de Durban.

Entrando em Campo: Desafios, Achados e Aprendizados

No ano de 2016, para ser mais exato, no final do mês de novembro, eu já havia finalizado todos os trabalhos das disciplinas cursadas naquele período, bem como esquadrinhado as principais informações sobre a SECADI via internet, pois havia sido uma recomendação da orientadora antes de me lançar em campo, que conhecesse a estrutura de funcionamento da secretaria ao qual eu desejaria pesquisar. Foi então que me preparei para viagem a Brasília.

Antes da viagem foi necessário realizar os primeiros contatos, feitos por telefone e com o aplicativo WhatsApp a partir das indicações feitas pela minha orientadora. Em sua maioria, os meus interlocutores eram pessoas que estiveram ligadas à SECADI no ano de 2016 ou anteriormente, mas que ainda tinham amigos trabalhando na Secretaria e poderiam

articular algum encontro para que eu pudesse realizar a pesquisa. Dentre todos esses contatos, foi fundamental o apoio da professora Edileuza Penha, pessoa que me abrigou em sua casa, me ensinou os procedimentos no MEC e viabilizou toda a estrutura necessária para o andamento dessa parte da pesquisa.

Já em Brasília, e hospedado na casa da professora Edileuza, pude adentrar efetivamente em campo. O desafio maior nessa fase era saber se os meus questionamentos eram adequados à realidade vivida na prática cotidiana da Secretaria, já que eu estava recém-doutorando e o tema SECADI era uma novidade para mim. O questionário que eu preparei foi testado na primeira entrevista e ao passo que a entrevistada respondia, eu anotava algumas adequações a serem feitas, já sinalizando para algumas coisas que não seriam tão urgentes para análise, e outras com elevada pertinência.

As entrevistas abriam um leque de novas possibilidades e redes de pessoas a serem entrevistadas, o que me fazia refletir bastante sobre as escolhas, tendo em vista o meu tempo de permanência em Brasília e a adequação do campo de atuação de cada um deles ao meu tema de pesquisa, já que a SECADI é uma secretaria que trabalha com diversas temáticas em separadas, por mais que elas tenham articulações entre si.

O tempo em que estive em Brasília foi o suficiente para empreender alguns olhares e compreender parcialmente algumas dinâmicas da SECADI. Entretanto, por ser uma secretaria muito grande, com a passagem de muitas pessoas, que produziram diversos documentos e materializaram diversas ações, precisei me limitar a um universo restrito às entrevistas com pessoas ligadas à Coordenação de Educação para as Relações Étnico-Raciais, que, por sinal, me receberam muito bem e forneceram o necessário para a realização desta tese.

Retornei de Brasília direto para a minha casa, no Rio de Janeiro, com um amplo material a ser transcrito e analisado. Contratei uma pessoa para o trabalho de transcrição, a fim de agilizar o processo, enquanto estudava as bibliografias sugeridas pela orientadora e me preparava para mais um semestre de aulas. Nesse ínterim, foi possível participar do curso “Fábrica de Ideias”, realizado em São Luís, Maranhão, onde pude ter contato com mais pessoas que somavam aprendizados acerca da questão racial no Brasil.

Após todas estas experiências, retornei ao período letivo em Fortaleza e concluí todas as disciplinas. Foi um momento importante para mim, pois fiz a minha primeira qualificação e tive as orientações necessárias para os próximos passos da pesquisa. A próxima etapa incluía a parte internacional, na qual eu deveria viajar para o Uruguai e entender a dinâmica do ativismo do movimento negro e as suas percepções em relação à Conferência de

Durban no que tange ao atendimento das propostas contidas no documento final da Conferência e a promoção de políticas educacionais para a população negra naquele país.

Nesse ínterim, ainda deu tempo para a realização de uma entrevista com uma professora que fez parte de uma das antigas gestões da SECADI, anterior à que me debrucei, do ano de 2016. Essa conversa se deu através das novas tecnologias, WhatsApp e por e-mail. A entrevista concedida pela professora Dr.^a. Denise Botelho fora utilizada e contribuiu enormemente para ampliar a compreensão sobre a secretaria.

Antes de viajar para o Uruguai iniciei as leituras sugeridas pela minha orientadora para adentrar ao campo com mais segurança, refletindo acerca dos problemas daquele país sob as lentes dos uruguaios. Nesse momento se reiniciou o processo de articulação dos contatos passados por ela. Por meio de telefonemas, troca de e-mails e mensagens de WhatsApp, comecei a perguntar-lhes sobre a viabilidade de me conceder uma entrevista e a colher informações básicas sobre o país.

A maioria dos contatos fornecidos pela orientadora me respondeu e foi muito prestativa, sinalizando que o melhor momento para estar em Montevideu seria o período dos meses de janeiro e fevereiro, pois se trata do período de férias e parte deles estariam envolvidos com atividades relacionadas às comparsas de Candombe¹, portanto, estariam na cidade. Além disso, o fator climático também deve ser considerado, uma vez que a estação do ano é o verão, com uma temperatura agradável e pouca chuva, viabilizando um deslocamento mais satisfatório pela cidade.

Através dessas informações, eu comprei a minha passagem e fui para Montevideu em janeiro de 2019, logo após retornar de Fortaleza. Era um fim de tarde e a primeira entrevista ficou agendada para o dia seguinte às dez horas da manhã. O entrevistado era o professor universitário Dr. Julio Cesar Pereira, que fez questão de ir ao local em que eu estava hospedado e ceder a entrevista por lá. Eu não possuía muitos recursos tecnológicos e estava hospedado em um hostel – habitação coletiva – na parte velha da cidade, mesmo assim consegui realizar a primeira entrevista com êxito.

A primeira entrevista é sempre um termômetro para o que pode vir posteriormente, pois ela põe em prova o questionário que previamente elaboramos. Naquele momento também havia um outro fator de apreensão, que era a questão da língua, tendo em

¹ As Comparsas são agremiações que se articulam em torno da manifestação cultural negra chamada Candombe, que se caracteriza pela música percussiva tocada por um conjunto de tambores que se harmonizam entre si, com tons que transitam entre o grave, o médio e o agudo. Os grupos de candombe reúnem um grande quantitativo de pessoas, que se dividem entre músicos e bailarinos, que ensaiam coreografias e desfilam os seus figurinos e bandeiras. Muitas delas concorrem entre si no carnaval montevidense e realizam apresentações gratuitas pelas ruas durante o verão. Ver Andrew (2010).

vista que apesar de ter uma leitura razoável no idioma espanhol, não sou um falante fluente. Para a minha surpresa e alívio isso não foi um entrave, já que o professor – e todos os outros entrevistados – entendia um pouco de português e foi muito paciente na compreensão do que eu, vagarosamente, falava no seu idioma.

Após esse primeiro encontro fui andar pela cidade, já que não teria outra pessoa com disponibilidade para ceder uma entrevista naquele mesmo dia. Embora eu ainda tivesse vinte e nove dias em Montevideú, considerando que fui para passar um mês, era enorme o desejo de conhecer a cidade e observar empiricamente aquilo que os livros me demonstraram. Por muita sorte, consegui uma hospedagem em um ponto extremamente estratégico da cidade, que me possibilitava estar na principal avenida em menos de cinco minutos e fazer todo percurso das comparsas de Candombe caminhando.

Durante o tempo que fiquei na cidade, aproveitava os tempos vagos para ir às bibliotecas públicas, tanto para escrever um pouco da tese, como consultar alguma bibliografia que contribuísse para a mesma. Também utilizava a minha “ociosidade” para visitar museus, ir aos ensaios abertos das comparsas, às apresentações das Murgas de carnaval², me exercitar nos aparelhos de musculação dos parques e simplesmente caminhar pela cidade, que é muito segura e agradável.

Dois fatos muito interessantes, e sumamente importantes, me aconteceram logo nos primeiros dias em Montevideú. O primeiro deles foi a coincidência de ter um brasileiro como funcionário do hostel, e que me indicou todos os “macetes” da cidade. Sem ele, a sobrevivência, naquela cidade de preços elevados, seria muito mais difícil. O segundo, se deu no desfile de carnaval na avenida 18 de julio, principal avenida da cidade, quando fui reconhecido pela psicóloga e ativista do movimento negro Karina Moreira. Foi uma grande surpresa, já que nos conhecíamos apenas por foto. Talvez aquela conversa inicial, descontraída e informal, tenha sido preponderante para traçar uma afinidade, e Karina foi muito prestativa por todo o período que estive na cidade, me indicando possíveis entrevistados e passando dicas culturais.

Outro fato muito importante e curioso se deu em um momento no qual me exercitava no parque mais famoso da cidade, o parque Rodó, e fiz amizade com uma mulher que também fazia atividades físicas por lá. No meio da conversa, ela me perguntou se eu estava na cidade a turismo ou a trabalho, e eu a respondi que estava em meio ao processo de doutoramento e que uma parte do escopo da minha pesquisa consistia em estudar o Uruguai.

² Murga significa uma manifestação cultural com ocorrência em países de origem espanhola. As murgas são grupos que geralmente se apresentam em forma teatral e tecem críticas sociais por meio de musicais.

A moça, que se chama Loreley, se surpreendeu positivamente e me ofereceu ajuda, já que tinha muitos contatos nas comparsas de Candombe e era amante da cultura afro-uruguaia.

No dia seguinte ela, me levou até a Casa de Cultura Afro-Uruguiaia, quando eu tive o primeiro contato com uma das entrevistadas, Chabella Ramirez, que me recebeu muito bem e se surpreendeu com a coincidência positiva. Conheci a casa, conversei bastante com a Chabella e com a sua secretária, marcando a entrevista já para o dia seguinte, pois ela tinha um compromisso marcado naquele momento. No dia seguinte eu retornei, entrevistei a Chabella e consegui a permissão para fotocopiar um livro que estava na estante da biblioteca da casa e que julguei importante para a minha pesquisa.

Nessa imersão ao Uruguai, muitas coisas interessantes aconteciam, já que em um hostel geralmente se hospedam viajantes que ficam no máximo quatro dias e partem para outras cidades. Acontece que eu fui para ficar um mês, portanto, tive contato com pessoas de diversos lugares do mundo, dentre eles, muitos brasileiros, e sempre que me perguntavam sobre a minha viagem eu contava-lhes a minha história, que estava cumprindo uma etapa do doutorado, e isso sempre despertava muita curiosidade e elevava a conversa ao nível mais intelectual.

Em uma dessas conversas eu conheci uma argentina que estudava Serviço Social e que se interessou pela temática da pesquisa, me pedindo alguma referência brasileira para ler. Esse contato foi muito importante para a rede que estava sendo construída, pois ao retornar ao Brasil ela foi a pessoal ao qual eu recorri para a transcrição de parte das entrevistas, tendo em vista que ela fala e escreve fluentemente no idioma nativo uruguaio, o espanhol, e otimizaria o meu tempo dedicado à escrita.

Ainda no Uruguai, também fiz uma entrevista que me abriu mais uma porta. Trata-se do encontro com Noelia Maciel, que foi feito em um laboratório de pesquisa da Faculdade de Ciências Sociais da Universidad de la Republica. Foi uma das mais longas entrevistas, pois ela se sentiu à vontade para responder de forma extensiva às perguntas e ficou atraída pela temática proposta. No fim da entrevista, Noelia me convidou para participar de uma reunião que aconteceria no espaço da Casa de Cultura Afro-Uruguiaia, e que me mandaria as coordenadas pelo telefone.

Aceito o convite, fui para o encontro, na condição de ouvinte, e lá estava parte dos meus entrevistados. Tratava-se de uma reunião que congregavam ativistas de movimentos negros do Brasil e do Uruguai para a construção de uma etapa regional do Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros – COPENE. Os uruguaiois estavam sendo convidados a participar deste congresso, pelas organizadoras, já que seria realizado em uma cidade

fronteira do estado do Rio Grande do Sul e, segundo entendimento delas, viabilizaria uma troca favorável de saberes e informações.

A recepção foi ótima e pela primeira vez pude estar em um espaço de cooperação internacional entre movimentos negros do continente sul-americano. Ao final da reunião, uma senhora médica e ativista do movimento negro, Alicia Esquivel, me convidou para tomar um café em sua casa, pois havia se interessado pelo fato de eu agregar a Conferência de Durban na pesquisa, e por isso queria conversar sobre essas questões. Eu fui até a casa de Alicia e fui otimamente recebido por ela e pelo seu marido, pude gravar a nossa conversa, mas não utilizei na tese porque ela me pediu para que não fizesse perguntas do questionário preparado, queria que fosse uma conversa mais informal.

Todavia, Alicia me autorizou a utilizar a sua fala na tese e/ou em outros trabalhos que eu queira realizar sobre o Uruguai. Fiz a opção de não utilizar nesta tese, pois há muitos assuntos aleatórios que fogem um pouco ao tema, que, entretanto, podem ser utilizados em outros momentos. Valeu o aprendizado e a amizade, além de ter ganhado um importante material produzido por ela junto ao movimento de mulheres negras acerca da importância da implementação de ações afirmativas no Uruguai.

Todos os meus entrevistados foram de importância fundamental, e com alguns pude ter mais contato, caso de Juan Pedro Machado e Andrés Urioste (que inclusive me presenteou com o documento do último censo uruguaio, momento em que o quesito raça aparece pela primeira vez depois de muitas décadas), pois estavam sempre nas comparsas de Candombe, eventos que agregam grande contingente da população montevideana e que eu não poderia deixar de estar. Além disso, ambos foram mais de uma vez ao hostel em que eu estava hospedado, tendo em vista a amizade construída e o convite aceito para tomar um café e conversar sobre os rumos do país.

A minha estada no Uruguai foi intensa e atravessada por experiências positivas, contada mais extensivamente do que em Brasília por eu ter ficado mais dias em Montevideú. Pude observar uma cidade muito bem organizada, visivelmente segura, limpa e de pessoas bem educadas. Não presenciei nem fui interpelado por nenhum ato de racismo, inclusive vi muitas pessoas brancas participando das manifestações culturais negras. Obviamente que as minhas experiências não anulam as queixas dos negros que lá residem, e que o meu olhar não se encerra nas aparências, mas ao estrangeiro a sensação é a de que as relações cotidianas se dão de maneira harmoniosa.

O país tem uma vida cultural bastante diurna e tranquila, tendo como a maior agitação do período, nos meses de janeiro e fevereiro, as comparsas de Candombe, que reúne

centenas de pessoas percorrendo as vias públicas aos sons dos tambores. Nesses cortejos é possível conhecer a cidade velha e perceber as similaridades da cultura negra uruguaia com a brasileira, desde os toques dos tambores até as indumentárias e representações de divindades e entidades das religiões de matrizes africanas.

A história dos negros uruguaios não é amplamente contada em museus e monumentos públicos, existindo apenas um em homenagem a Ansina³, localizado em Tres Cruces. Entretanto, as comparsas de Candombe se encarregam de fortalecer o legado cultural africano por meio de seus desfiles pela cidade. Não podemos perder de vista que o Candombe é patrimônio imaterial da UNESCO. Esse talvez seja um forte indício de que os movimentos negros lograram êxito em suas lutas e conseguiram fazer com que aos poucos a história dos negros seja recontada e valorizada.

De maneira geral, o meu percurso de pesquisa foi bastante satisfatório quanto à recepção das pessoas as quais entrevistei, contendo bons achados e momentos importantes para o meu crescimento pessoal. Tanto em Brasília, quanto em Montevidéu, foi possível reunir um bom material que pode possibilitar outros trabalhos posteriores, isso porque todos se sentiram à vontade em falar sobre as suas experiências dentro das lutas dos movimentos negros e das respectivas secretarias em que estão lotados como executores de políticas públicas voltadas para a população negra.

Conforme anteriormente abordado, narrei mais fatos sobre o Uruguai, e por ter tido mais contato com o ambiente cultural de Montevidéu, por conta de ter passado mais dias por lá. Reside também o fato de que em Montevidéu estive hospedado em um hostel, tendo maior autonomia de trânsito. Além disso, já conhecia Brasília e naquele momento estava mais interessado em cumprir a primeira etapa do trabalho, voltar para o Rio de Janeiro e visitar a minha família, pois estava há sete meses em Fortaleza.

Portanto, assim se deram os desafios do campo de pesquisa, orbitando entre as dificuldades financeiras com custos de passagens, hospedagens e alimentação (não houve bolsa-sanduíche ou outro financiamento além da bolsa do CNPq), pouca afinidade com o idioma estrangeiro (Espanhol) e concomitância com leituras, escrita da tese e cumprimento de disciplinas do doutorado. Todavia, e diante de todos esses apertos, fora descoberto um enorme campo de pesquisa, viabilizado pela expansão das redes de contato sugeridas pela orientadora,

³ Joaquín Lenzina (1760-1860), mais conhecido como Ansina, foi um homem negro, filho de escravizados, que participou ativamente da independência do Uruguai ao lado de José Gervásio Artigas (1764-1850). Ansina é reconhecido como herói nacional e elemento chave para a positivação da imagem da população negra no Uruguai.

abrindo um leque de possibilidades que eleva o espírito e abrem as janelas que permitem investidas futuras.

A Tese

Os movimentos negros brasileiros e uruguaios atravessaram o século XX se empenhando no combate ao racismo e em lograr êxito no objetivo de reconstrução da imagem da população negra em suas respectivas sociedades, utilizando, sobretudo, os sistemas educacionais como ponto de partida para conquistar definitivamente a desejada cidadania.

Paulatinamente, esses movimentos ampliavam as suas redes e agendas e angariaram conquistas que pavimentaram o caminho para as novas gerações diante das demandas que surgem ao longo dos tempos. Em ambos os países é possível elencar diversas investidas bem sucedidas dos movimentos negros em benefício da população negra, possibilitando novos modos de organização em torno da luta política.

É diante dessa assertiva que nós nos lançamos ao desafio de responder à pergunta: É possível estabelecer a criação de políticas educacionais em benefício da população negra após a Conferência de Durban, como uma conquista do movimento negro? Esta questão se faz necessária diante de um painel internacional de diversas transformações e que tem aquela Conferência como ponto-chave de estratégias que visam o combate ao racismo, observando que, desde então, não houvera outra com a mesma envergadura.

O caminho que percorremos para responder a este questionamento se deu através de entrevistas nas quais pessoas institucionalizadas e ativistas dos movimentos negros foram entrevistadas, e puderam narrar as suas experiências diante dos processos de criação de secretarias em âmbito nacional e de aplicação de importantes leis responsáveis pela ampliação de direitos que apontariam para os novos rumos que a educação deveria tomar, em ambos os países.

Nosso trabalho tece considerações acerca do que é o racismo e como ele se dá em âmbito institucional, pois é a melhor forma de situar o leitor acerca dos desafios que perfaz o caminho dos movimentos negros quando pleiteiam transformações que deslocam o eixo de funcionamento da instituição historicamente legitimada como alimentadora do imaginário coletivo e, conseqüentemente, mantenedora da ordem social desses respectivos países, a escola.

Todavia, como os movimentos negros não são entidades responsáveis por promover educação formal, o que pode ser avaliado são as lutas que eles empreendem a fim de reorganizar o sistema educacional. O ponto de partida é o de que existem três elementos-

chave a serem corrigidos: o acesso, a permanência e o modelo de ensino, tendo em vista os índices de educação, que apontam para respectivas desvantagens para os negros em relação aos não negros quando se fala em menor escolarização e maior taxa de analfabetismo, evasão escolar e negligência em relação aos temas que remetem à história e cultura da África e dos afro-brasileiros.

No Brasil, partimos da premissa de que a criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI tenha sido um atendimento direto às designações do Plano de Ação instado na Conferência de Durban, tendo na Coordenação Geral de Educação para as Relações Étnico-Raciais o vetor principal de combate ao racismo e ao atendimento dos elementos citados no parágrafo anterior.

Para obter a resposta à nossa premissa, em primeiro plano, se fez necessário percorrer o histórico de Durban e tecer os fios condutores que possibilitaram as articulações dos movimentos negros e ativistas das causas raciais no cerne da Organização das Nações Unidas – ONU a fim de pressionar esta instituição para a adoção de uma agenda unificada de combate ao racismo. Observamos os esforços do movimento negro brasileiro e os imprescindíveis elos entre os países da América Latina, que contemporaneamente teve no Uruguai um importante protagonismo.

Foi necessária, também, uma breve explanação sobre as décadas que avizinhavam Durban, ou seja, 1980 e 1990, com os importantes acontecimentos internacionais que impactaram de forma positivamente na articulação política do movimento negro brasileiro em escala internacional, viabilizando novos olhares acerca das necessidades do campo educacional. Foram duas décadas de intensa atividade intelectual em que os movimentos negros se utilizam das estatísticas para fortalecer as suas bases em torno de leis e acesso ao ensino superior.

Traçado o histórico do movimento negro na ONU e pontuado as principais características do período anterior à Conferência de Durban, e a conferência em si, debruçamo-nos em entender a estrutura de funcionamento da SECADI, entrevistando alguns membros que estiveram presentes na gestão do ano de 2016 e uma antiga gestora que esteve à frente da Secretaria desde a sua fundação, no ano de 2004.

Neste capítulo, em que a SECADI é examinada, são observados os aspectos estruturais da Secretaria a partir da configuração da gestão do ano de 2016. Aqui demos ênfase às vozes dos técnicos entrevistados, que falaram sobre as suas opiniões acerca das dificuldades enfrentadas para o funcionamento da Secretaria, nos fornecendo as informações

sobre as suas formações e respondendo ao nosso questionamento inicial, que visou investigar se a criação da Secretaria é um desdobramento da Conferência de Durban.

Dando sequência, buscamos compreender o panorama uruguaio, desenvolvendo um painel histórico que se debruçou em demonstrar os principais aspectos de formação social do país, enfatizando a questão racial como fator de suma importância a ser considerado quando se pensa em políticas públicas, uma vez que o Uruguai se constituiu em bases racistas, levando os movimentos negros a atuarem firmemente no seu combate, propondo uma agenda política de inclusão do negro nas esferas públicas de poder.

No Uruguai, a nossa missão foi a de compreender a relação de Durban com as novas configurações de políticas públicas para a população negra, sobretudo a partir da promulgação da Lei 19.122. Para tanto, realizamos entrevistas com ativistas dos movimentos negros, dentre eles, pessoas que estiveram na Conferência de Durban e em órgãos governamentais responsáveis pelo desenvolvimento de políticas públicas em âmbito social naquele país.

Nesse sentido, realizamos um percurso que demonstrou a atuação do movimento negro daquele país em Durban, suas articulações e suas aspirações posteriores à conferência. Nesta etapa, priorizamos as narrativas dos ativistas entrevistados, lembrando que alguns deles estiveram em Durban e possuem valiosas opiniões acerca de como se deu a luta política naquele contexto.

Em seguida, apresentamos um panorama geral sobre as políticas educacionais no Uruguai e as suas implicações para a população negra, enfatizando as aspirações dos movimentos negros em relação aos sistemas de ensino do país, que são da mesma ordem do que ocorre no Brasil, isto é, buscando acesso, permanência e reorganização dos conteúdos, incluindo o estudo de história da África e dos seus descendentes.

Há consenso entre os ativistas dos movimentos negros brasileiros e uruguaio no que tange à criação de uma agenda mais coesa e tonificada após a Conferência de Durban, no entanto, também há o reconhecimento de que as conquistas possibilitadas a partir de então, também possuem fragilidades que se dão por conta de uma perversa estrutura que ainda inviabiliza que os anseios da população negra sejam satisfeitos.

Tanto no Brasil quanto no Uruguai, a Conferência de Durban é vista como um divisor de águas que abre um novo caminho para articulações políticas que conduzem os movimentos negros para dentro da gestão pública. A SECADI, no Brasil, e a Lei 19.122, no Uruguai, viabilizaram a ampliação dos debates relacionados ao racismo em âmbito

institucional e pressionou os governos a adotarem medidas de reorganização política em torno dos sistemas educacionais.

Portanto, os nossos leitores estarão diante de um trabalho que enfatiza as vozes dos ativistas e técnicos que lidam com a oferta de políticas públicas educacionais para a população negra em ambos os países, apresentando as dinâmicas históricas que torna possível a materialização das demandas populares. Além disso, terão em mãos os relatos que demonstram os esforços e as dificuldades encontradas pelos movimentos negros para lidar com as políticas públicas educacionais em países construídos a partir de bases racistas.

2 UM DEBATE CONCEITUAL ACERCA DO RACISMO

Acreditamos firmemente que os obstáculos para superar a discriminação racial e alcançar a igualdade racial reidem, principalmente, na ausência de vontade política, a existência de legislação deficiente, na falta de estratégias e de medidas concretas por parte dos Estados, bem como na prevalência de atitudes racistas e estereótipos negativos (Declaração de Durban e Plano de Ação, p.31).

Para iniciar o nosso debate, é necessário percorrer um caminho já pavimentado por muitos autores, mas que precisa estar constantemente rearranjado para que possamos compreender a miríade de possibilidades que se refazem com as dinâmicas sociais, que estão sempre em transformação. Por isso, se assume ímpar um apanhado introdutório acerca das bases epistemológicas sobre o conceito de racismo e como ele pode ser compreendido em suas mutações ao longo do tempo.

Pergunta que se assume: O que é mesmo o Racismo? Ela pode ser respondida a partir de diversas obras e pontos de vista. Adotamos alguns autores que se debruçaram sobre o fenômeno e contam a sua história sob uma ótica histórica e sociológica para refinar o debate em termos conceituais e em um encadeamento evolutivo, que demonstra que o fenômeno ganha novos contornos de acordo com a absorção de novas perspectivas agregadas com a modernização das sociedades e a sofisticação discursiva de seus intelectuais e governantes.

Munanga (2003 e 2004) e Santos (2005) afirmam que o racismo enquanto conceito será uma visão arquitetada a partir do século XIX por meio de teóricos que, inspirados no Iluminismo, iniciam uma cruzada em busca de compreender, e hierarquizar, os povos através de pressupostos raciais. Entretanto, Munanga adverte que o caminho científico não fora a primeira manifestação de racismo presenciada na Terra, afirmando que a anterioridade do fenômeno já se fazia presente em textos religiosos. Desse modo, o autor assevera que:

O racismo e as teorias que o justificam não caíram do céu, elas têm origens mítica e histórica conhecidas. A primeira origem do racismo deriva do mito bíblico de Noé do qual resulta a primeira classificação, religiosa, da diversidade humana entre os três filhos de Noé, ancestrais das três raças: Jafé (ancestral da raça branca), Sem (ancestral da raça amarela) e Cam (ancestral da raça negra). Segundo o nono capítulo da Gênese, o patriarca Noé, depois de conduzir por muito tempo sua arca nas águas do dilúvio, encontrou finalmente um Oásis. Estendeu sua tenda para descansar, com seus três filhos. Depois de tomar algumas taças de vinho ele se deitara numa posição indecente. Cam, ao encontrar seu pai naquela postura fez junto aos seus irmãos Jafé e Sem, comentários desrespeitosos sobre o pai. Foi assim que Noé, ao ser informado pelos filhos descontentes da risada não lisonjeira de Cam, amaldiçoou este último dizendo: Seus filhos serão os últimos a ser escravizados pelos filhos de seus irmãos. Os Calvinistas se baseiam sobre esse mito para justificar o racismo anti-negro (MUNANGA, 2003, p. 3).

Observa-se que o trecho do mito bíblico trazido por Munanga não possui chancela científica, há somente uma narrativa corrente no contexto religioso disseminado como possível explicação para o povoamento das espécies de seres vivos no mundo, mediado por um homem que determinou o futuro das raças a partir da sua relação com os seus filhos. Apesar de não estar de acordo com nenhum estatuto científico, o que só seria possível séculos depois, essa era a única maneira corrente e aceitável para se conceber o conhecimento acerca dos seres humanos, imputando-lhes valores morais a partir do que se projetava sobre a sua estética.

Bastante provável que a explicação mítica para a divisão racial do mundo tenha perdurado bastante, e em vários povos e religiões, já que, de acordo com Moore (2009), essa ocorrência não é exclusividade do Ocidente nem sequer da perspectiva judaico-cristã, uma vez que o livro sagrado dos árabes, o Alcorão, também veicula expressões e máximas que ridicularizam e classificam de maneira racialmente inferior os negros. Segundo o mesmo autor, as primeiras investidas escravagistas no continente africano se deram por meio dos árabes, ancorados nas máximas religiosas que justificavam as suas ações.

Na linha histórica de explicação do racismo teremos enfim a passagem do protorracismo (MOORE, 2009), ou de um racismo ainda baseado em especulações e narrativas literárias, para o racismo científico do século XVIII. O advento do Iluminismo engendrou a busca da prova pela ciência, em que a biologia se tornara elemento-chave para a constatação de diferenças entre as raças. O Ocidente – isto é, a Europa – se estabelecia enquanto hierarquicamente superior e se arrogava ao direito de determinar o destino de outras nações, as quais animalizava e julgava bárbaras.

O Iluminismo surgia em um ambiente de contestação aos antigos mandatários estatais e religiosos, propondo a separação entre o Estado e a Igreja, potencializando a liberdade política e econômica, e pregando a fraternidade e a tolerância como elementos indispensáveis para uma nova organização política e social vigente para o progresso. Apesar dessas características, o Iluminismo tinha uma característica eminentemente eurocentrista, pois:

Sob o olhar do “nós”, os europeus miram os “outros” (os não-europeus) com desprezo, enquanto tentam defender o que compreendem por direitos universais. Reconhecem a diferença, a existência de homens diferentes e abominam a injustiça que possa ser praticada contra eles. Mas não deixam de ser, apesar disso, espelho do modelo racional criado por eles (SANTOS, 2005, p. 21).

A partir daí, surge a pretensão de fixar as diferenças entre os povos a partir da racionalidade, impingindo aos não-europeus a impossibilidade de reflexões filosóficas e

científicas, cabendo a estes, portanto, um carácter subserviente ao que os europeus determinassem como divisão fundamental de tarefas laborais e da própria condução dos seus destinos. A escravização de negros africanos ganhava, assim, mais força, uma vez que agora havia elementos técnicos (científicos e filosóficos) que embasavam as justificativas para tal empreitada.

A biologia entra na base das explicações técnicas sobre a natureza, e os hábitos se tornam salutar para as explicações acerca dos indivíduos, a despeito de gêneros e espécies, já que se buscava a composição entre as partes e o todo, sinalizadas pela determinação dos seus comportamentos por analogia. Segundo Santos (2005), esta seria uma maneira de implementar um estudo mais acurado sobre as singularidades da humanidade, numa empreitada que estaria muito mais afinada com a relação factual dos homens do que outros estudos marcadamente teóricos, como a matemática ou a física.

Munanga, portanto, conclui que:

A segunda origem do racismo tem uma história conhecida, ligada ao modernismo ocidental. Ela se origina da classificação dita científica derivada da observação dos caracteres físicos (cor da pele, traços morfológicos). Os caracteres físicos foram considerados irreversíveis na sua influência sobre os comportamentos dos povos. Essa mudança de perspectiva foi considerada como um salto ideológico importante na construção da ideologia racista, pois passou-se de um tipo de explicação na qual deus e o livre arbítrio constituiu o eixo central da divisão da história humana, para um novo tipo, no qual a biologia (sob sua forma simbólica) se erige em determinismo racial e se torna a chave da história humana (MUNANGA, 2003, p. 8).

É importante salientar que, segundo Santos (2005), naquele momento era imprescindível se levar em conta o relato dos viajantes desbravadores e conquistadores que atravessavam os oceanos e observavam os costumes das populações nativas de outros continentes. Munanga (2003) afirma que a autoridade desses homens se somava às especulações de cientistas e filósofos, constituindo uma rede de classificações que hierarquizava as populações de acordo com interesses políticos de dominação.

De acordo com Munanga (2003), um desses classificadores foi o naturalista sueco Carl Von Linné (1707-1778), quando este se ocupou em determinar o comportamento dos povos levando em consideração o clima de cada continente. Em suas descrições o americano seria um “amante da Liberdade” e “governado pelo hábito”, enquanto o negro africano seria “astucioso, preguiçoso, negligente, governado pela vontade de seus chefes (despotismo)” e o branco europeu “musculoso, engenhoso, inventivo, governado pelas leis”. Percebe-se que são designações de cunho interpretativo pessoal e de cunho ideológico com a finalidade de hierarquização.

O salto para o século XIX não altera muito a visão que se constitui em relação aos negros, uma vez que a maneira organizativa dos povos africanos estaria consolidada como inferior e ainda justificaria a sua escravização. A tese da seleção natural de Charles Darwin (1809-1882), em “A origem das espécies” (1859), na qual afirmava que os indivíduos, ou as espécies, mais bem adaptadas a uma dada realidade competitiva no meio em que estão inseridos sobreviveriam, em detrimento dos mais fracos, foi aplicada para fins sociais, pois o chamado “Darwinismo Social” tinha como princípio a crença de que ao se tratar de raças inferiores na escala evolutiva do homem, os povos africanos e ameríndios deixariam de existir pelo próprio processo de seleção natural.

É também no século XIX em que floresce a Eugenia, teoria de melhoramento das raças, cunhado pela primeira vez pelo inglês Francis Galton (1822- 1911). Tratava-se de buscar empreender experimentos que objetivavam a criação do humano perfeito, destituído do que era considerado impuro e atrasado. Dessa maneira, seria recomendável que as relações com as raças classificadas como inferiores fossem evitadas, uma vez que haveria uma degeneração para as próximas gerações das raças superiores.

O estímulo para os cruzamentos segmentados, ou seja, intrarraciais, se dava pela esperança de que se preservariam as características da raça, conceito cunhado como Eugenia positiva. Por outro lado, uma relação inter-racial levaria a raça mais forte a se degenerar, uma vez que uma gota de sangue inferior poderia “infectar” o branco com uma herança genética ruim. Essa seria a Eugenia negativa. Ambas as perspectivas foram bastante difundidas e experimentadas em vários países, ganhando muito força no Brasil, que, segundo Dávila (2015), pavimentou um caminho para políticas públicas educacionais baseadas na Eugenia, perdurando desde o início do projeto de sistema educacional brasileiro, até meados dos anos de 1940.

A evolução das ideias racialistas se sofisticou e elas atravessaram oceanos e séculos, influenciando diretamente na organização política de várias sociedades no mundo. Alega-se que no Brasil o racismo tenha sido mais brando do que em outros países, como os EUA ou a África do Sul, uma vez que não teria tido um sistema formal de separação entre raças. Há também argumentos que se orientam pelo fato de que o Brasil seja um país profundamente mestiçado, e que essa seria a prova cabal de que as raças convivam harmonicamente neste país.

Em virtude da reorganização dos debates sobre o racismo, muitos embates foram contemporizados e o seu conceito tentou ser enfraquecido, já que se deslocou o eixo gravitacional do biológico para o sociológico, e as justificativas de ausência de raças acabou

tomando a cena. No Brasil, esse fato potencializou uma ideia de “democracia racial”, lugar onde as pessoas teriam afinidades orgânicas que não se orientavam pela existência de raças, assim, os únicos conflitos que se faziam presentes seriam, portanto, de ordem social, ou seja, presentes por problemas de classes sociais diferentes. Nesse pensamento, critica Munanga (2004), o racismo seria um mero detalhe, e não algo capaz de gerar um sistema de poder.

A despeito da ideia criticada por Munanga (2004), para o antropólogo Carlos Moore (2011), o racismo é uma ordem sistêmica de fundamental importância para a ascensão material de um grupo humano específico, o branco. Ele afirma que o critério fenotípico foi preponderante para empreender justificativas morais, filosóficas e pseudocientíficas, como viga de sustentação para massificar os juízos que transformaram a raça branca em legítimos gestores dos recursos naturais do planeta. Corolário, os negros não detêm o poderio econômico que permita equalizar o imaginário coletivo, a fim de organizá-lo para tornar os mecanismos subjetivos menos danosos à psicologia de outras gerações de pessoas negras:

O racismo seria uma *ordem sistêmica* de grande profundidade histórica e de ampla cobertura geográfica, que se teria desenvolvido, fundamentalmente, com o objetivo de garantir a separação automática de um determinado segmento humano do usufruto de seus próprios recursos. Em sua gênese, apresenta-se como uma forma de *consciência grupal historicamente constituída*, da qual proviriam depois construções ideológicas baseadas no “fenótipo/raça”. Sua função central, desde o início, seria regular os modos de acesso aos recursos da sociedade de forma *racialmente seletiva*, de acordo com o referido “fenótipo/raça”. (...) Nesse contexto, as desigualdades sociais desdobram-se em iniquidades raciais, que, por sua vez, reforçam as diferenças (MOORE, 2011, p. 14).

Dito isto, se torna imprescindível compreender que o racismo é a tônica que hierarquiza qualquer relação de poder. Logo, outros marcadores de identificações não normativas, tornam-se secundarizados quando aqueles que os portam são negros. Um morador de zona rural, por exemplo, pode dissimular sua condição, se assim o convir, e acessar outros espaços de convivência sem ser importunado pela sua afiliação ao lugar geográfico. Ao negro, esta possibilidade é nula, sua condição fenotípica, racial, não pode ser cortinada, por mais que se desfaça dos vestígios, tais como: roupas; linguajar; uso do cabelo; bens duráveis etc., nada disso será capaz de eliminar por completo a projeção feita em torno da origem racial, com toda a carga negativa massificada no curso da história.

Portanto, mesmo que as diversas teorias raciais surgidas desde o racismo científico do século XVIII tenham sido combatidas ou se tenham novos contrapontos, o racismo continua presente e prescreve o “lugar” do negro, mesmo em sociedades multirraciais como a nossa. Sua virulência se materializa em diferentes espaços sociais, ganha contornos

cada vez mais complexos e difíceis de serem combatidos, gerando a necessidade de novos estudos acerca do fenômeno.

2.1 O Racismo Institucional

Devem figurar outras medidas para o alcance de representação adequada nas instituições educacionais, de moradia, nos partidos políticos, nos parlamentos, no emprego, especialmente nos serviços judiciários, na polícia, no exército e outros serviços civis, os quais em alguns casos devem dexigir reformas eleitorais, reforma agrária e campanhas para a igualdade de participação (Declaração de Durban e Plano de Ação, p.37).

O tema “Racismo Institucional” é complexo, talvez por isso pouco utilizado como ferramenta para pensar as reconfigurações do racismo no Brasil. Por esse motivo, perseguimos algumas pistas deixadas por autores que se debruçaram em compreender o funcionamento das sociedades contemporâneas no Ocidente, abrangendo a lógica da dominação que se afigura por meio da institucionalização da vida, que exige o domínio de códigos culturais indispensáveis para a sociabilidade, sobretudo para o ingresso no mundo das relações de trabalho.

Faz-se sumamente importante dizer que o tema sobre o racismo institucional ainda é pouco estudado no Brasil, e que geralmente os pesquisadores dessa área recorrem aos estudos clássicos que analisaram a realidade estadunidense desde as décadas de 1960 e 1970. Geralmente o conceito é descrito em torno de acontecimentos discriminatórios, fluídos e naturalizados dentro do escopo político normativo, condenável no âmbito do Direito, porém diluído na sutileza das relações “cordiais”. Segundo Souza (2011), as obras clássicas sobre o assunto trazem uma noção introdutória acerca do mesmo, abrindo as portas para o reordenamento do olhar em torno do fenômeno⁴.

Segundo Arivaldo Santos de Souza, “[o] conceito de Racismo Institucional refere-se a políticas institucionais que, mesmo sem o suporte da teoria racista de intenção, produzem consequências desiguais para os membros das diferentes categorias raciais” (SOUZA, 2011, p. 79). Esta reflexão coaduna com aquilo que Foucault (2010) chama de “sujeição de saberes”, ao analisar o nascedouro das instituições no Ocidente em sua forma organizativa, que, segundo ele, engendra uma gama de normativas que tem como objetivo não apenas a produção técnica de bens materiais, mas as ações reguladoras da sociedade, de modo a prescrever o desenho político e ideológico que orienta a base das relações cotidianas.

⁴ Para Souza (2011), o conceito começa a ser tratado a partir de Stokely Carmichael e Charles Hamilton. As reflexões trazidas por Souza estão contidas na obra: Carmichael, S. e Hamilton, C. *Black power: the politics of liberation in America*. New York, Vintage, 1967.

As exigências para a aquisição de um *ethos* central, construído verticalmente, servem como balizadoras do modelo de sociedade que se pretende construir. No mundo ocidentalizado, segundo Guerreiro Ramos (1957), a tendência é que a massificação dos códigos de conduta prescritos pelos dispositivos de poder levem à incorporação de elementos díspares do modo de organização social anterior. Por seu turno, é preciso haver uma mediação entre a produção de subjetividades e a população a que se destina o produto final⁵. Desse modo, as instituições se tornam vetores indispensáveis para o refinamento das informações, moldando o caráter específico de cada ordenamento que cumpre a função organizativa da centralidade normativa para os modelos de sociabilidade serem brancos, heterossexuais e masculinos.

Segundo Milton Santos (1997), a adoção desse modelo pode, em parte, ser explicada pelo fato de que há um debruçar científico acerca de particularidades convenientes para as populações brancas, no intento de torná-las padrão e criar laços afetivos e desejosos entre aqueles que não possuem os mesmos atributos dominantes, que se veem compelidos a aderi-los enquanto fonte de possibilidade para o bem-estar social. Desse modo, a “verdade”, ou a autenticidade, se torna particularista, e a visão fragmentada do todo, responsável por produzir uma ideia unilateral de desenvolvimento, dificultando que aqueles que estejam fora dessa perspectiva sejam partícipes do então decantado progresso.

O inverso se constrói em relação às populações negras, relegadas às desqualificações estéticas e morais, que produzem o afastamento automático dos indivíduos que buscam alinhar agenciamentos positivos para se orientar frente às relações sociais vigentes. Segundo Milton Santos (1997), é sumamente importante que o intelectual não produza conhecimentos baseados na lateralidade das inferências apresentadas, mas que apresente caminhos para o progresso universal e pressione as instituições, entendendo que elas são os vetores de escoamento das diferentes “filosofias”, tudo sem abrir espaço para uniformizações.

No mundo de hoje, ser intelectual é também tomar esse partido do progresso. Isso significa igualmente atenção aos pobres e às minorias. Volto assim, aqui entre parênteses, a um tema de que gosto de falar: quem sabe um dia a Universidade de

⁵ Muniz Sodré (2002) analisa a produção de códigos sociais a partir de dispositivos das mídias, o que ele chama de *ethos* midiaticizado. Segundo ele, a organização social na contemporaneidade se articula com novos espaços de convivências, operacionalizados por redes corporativas que gestam um novo *bios* (forma de vida). Essas mídias administram projetos de hegemônias, que tem como base comum a massificação de valores que conduzem a mercantilização da vida, engendrando uma seletividade racial que dissimula o racismo em níveis de abstração de difíceis compreensões, cumprindo o papel de estratificação racial da riqueza sem transgredir as normas constitucionais.

São Paulo vá se mostrar clara e ativamente interessada, por exemplo, na questão negra neste País. Isso falta à Universidade de São Paulo (SANTOS, 1997, p. 18).

A lógica até aqui criticada constrói um condicionamento epistêmico no qual Foucault (2010) chama de “Sujeição de saberes”, uma vez que a disciplina que se cria com o aparelhamento institucional, massifica conhecimentos tornados necessários e incontestáveis para o pleno acesso a esses lugares. Todavia, é importante sublinhar que estes saberes que se sujeitam, não passam de uma releitura do que circula nos diferentes lugares sociais, mas com a institucionalização dos discursos, essas maneiras de produzir “saberes” são tornadas obsoletas, valendo, portanto, os conhecimentos produzidos no cerne das instituições.

E, por “saberes sujeitados”, entendo duas coisas. De uma parte, (...) [são] conteúdos históricos que foram sepultados, mascarados em coerência funcionais ou em sistematizações formais. (...) apenas os conteúdos históricos podem permitir descobrir a clivagem dos enfrentamos e das lutas que as ordenações funcionais ou as organizações sistemáticas tiveram como objetivo, justamente, mascarar. Portanto, os “saberes sujeitados” são blocos de saberes históricos que estavam presentes e disfarçados no interior dos conjuntos funcionais e sistemáticos, e que a crítica pôde fazer reaparecer pelos meios, é claro, da erudição. (...). Em segundo lugar, por “saberes sujeitados” [há] uma coisa totalmente diferente (...). (...) toda uma série de saberes que estavam desqualificados como saberes não conceituais, como saberes insuficientemente não elaborados: saberes ingênuos, saberes hierarquicamente inferiores, saberes abaixo do nível do conhecimento ou da cientificidade requeridos. (...) foi pelo reaparecimento desses saberes locais das pessoas, desses saberes desqualificados, que foi feita a crítica (FOUCAULT, 2010, p. 8-9).

Grande exemplo do que está sendo exposto se dá por meio do debate acerca das cotas raciais nas universidades brasileiras, quando parcela de intelectuais brasileiros se insurgiram contrários ao pleito do movimento negro, culminando no lançamento de um manifesto anticotas raciais⁶. A voz institucional, amplificada pelos intelectuais legitimados pelas associações e departamentos de suas respectivas áreas, teve peso preponderante para gerar um sentimento avesso ao pleito do movimento negro. Geralmente os argumentos eram universalistas, e, em muitos casos, depositavam nos próprios negros a culpa de não estarem em maior número no nível superior, o que é outra estratégia de dividir a população negra, visto que estimula a antinomia entre os negros, que estariam frente à categorização binária dentro do próprio grupo, o mal negro, indolente e sem força de realização, e o bom negro, dotado de valores que simulam um *ethos* “branqueado”.

Entretanto, este discurso poderia soar como antidemocrático frente ao novo apelo político vigente, pois seria contraditório que, mediante a propaganda inclusiva que marcava o diferencial em relação a outros momentos políticos no país, – como a escravidão e a ditadura militar –, não se atendesse aos anseios das populações marginais. Desse modo, mesmo que, a

⁶ Em anexo.

contragosto, muitos intelectuais e gestores públicos tiveram que “abrir as portas” para a entrada de novos atores sociais, por meio de um processo seletivo diferenciado do convencional. Aparentemente, essa seria uma vitória do movimento negro, uma vez que a demanda principal estaria sendo incorporada.

Apesar de ter essa demanda incorporada, é preciso salientar que muitos professores que comandam grupos de pesquisas já poderiam prever que este contingente populacional poderia lhes garantir muitas ofertas de saberes, ou seja, muitos desses novos estudantes trariam conhecimentos ainda não sistematizados, ou pouco explorados para o ambiente acadêmico, o que lhes renderia pesquisas que, por conseguinte, conferiria prestígio acadêmico e fortalecimento dos programas de pós-graduação em que estão inseridos. Este é um ponto de vital importância, pois, retomando as formas conceituais que evoca a Michel Foucault (2010), estes saberes, antes deslegitimados, se tornaram acadêmicos (neste intercurso está a prática do que alguns intelectuais, como Mogobe Ramose e Sueli Carneiro, chamam de “epistemicídio”)⁷, mas o bônus não retornou a quem possuía tal conhecimento, e mais, os índices de estudantes negros nos programas de pós-graduação no Brasil ainda estão aquém do que seria razoavelmente aceito⁸.

Suportar esta ambiência negativa não é tarefa fácil para os negros, que ao ver diversas barreiras institucionais se erguerem contra eles, podem optar pela desistência de determinadas carreiras, ou podem também ceder à pressão de outro modo. Se listarmos o número de intelectuais negros injustiçados no seio da academia brasileira, certamente precisaremos de um trabalho específico para isso. Citando os casos mais famosos, temos Alberto Guerreiro Ramos (1915 – 1982), sociólogo negro que teve sua candidatura reprovada

⁷ Para Ramose (2011), o epistemicídio se caracteriza pela autoridade de conferir legitimidade sobre as formas de conhecimento. Segundo o autor, a colonização europeia sobre o continente africano definiu o que é a filosofia a partir da hierarquização saberes, em detrimento do que se produzia no continente africano enquanto conhecimento. Carneiro (2005), sugere que o epistemicídio tem como objetivo o assassinato de qualquer possibilidade de debate mais amplo acerca daquilo que os negros africanos e da sua diáspora produzem enquanto episteme, acarretando em prejuízos inestimáveis para a humanidade, pela unilateralidade com que as teorias do conhecimento conduzem as suas investigações científicas.

⁸ Os números do Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia – IBGE apontam para exponencial aumento de negros nas universidades nos últimos anos. Esse crescimento ainda está em defasagem em relação aos jovens brancos dez anos antes das pesquisas do IBGE. Fonte: <http://www.valor.com.br/brasil/4342534/ibge-acesso-de-negros-universidade-cresce-maioria-ainda-e-branca>. Acesso em: 18/03/2016. O Plano Nacional de Pós-Graduação - PNPG de 2005-2010 e o de 2011-2020, trazem números que indicam um crescimento no número de programas de pós-graduações resultando em 2.719 programas com 4101 cursos, divididos entre mestrado e doutorado, 34,7 % e 65,3%, respectivamente. Nesses dados não há desmembramento que indique o número de alunos e docentes por cor/raça. Segundo Marcelo Paixão (2010), por meio das Pesquisa Nacional Por Amostragem de Domicílios – PNADs, é possível dizer que o número de negros na pós-graduação cresceu, mas que não atingiu o mesmo número dos brancos, que continuam sendo a maioria. BRASIL, Plano Nacional de Pós-graduação (PNPG) 2011-2020 Ministério da Educação, Brasília, dez. 2010.

para lecionar em universidade pública no país, tendo publicado diversas obras de grande envergadura internacional, relegado pela elite acadêmica brasileira pelo tom propositivo para transformações no modo de conceber o estudo de sociologia no Brasil, que para ele se faz por meio de um reducionismo que se limita a atualizar teses estrangeiras. Desse modo, o autor reflete sobre o racismo de famosos pensadores brancos no Brasil, que, segundo ele, tematizam a questão racial criando um *ethos* aprisionador para o negro, que termina agrilhado às normas prescritivas elaboradas por esses intelectuais, sofrendo desvantagens no mundo do trabalho e nas relações sociais.

Milton Santos (1926 – 2001), geógrafo brasileiro de reconhecimento internacional, graduado em Direito que transformou a epistemologia de pensar geograficamente o espaço e o território. Em uma ocasião, Milton Santos fora rejeitado em um pleito para se tornar presidente da Associação Brasileira de Geógrafos sob alegações racistas de colegas de trabalho, tendo sido, posteriormente, recomendado por Caio Prado Jr. (SANTOS, 2008). Apesar de Milton ter chegado ao cargo máximo da associação, jamais foi presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), isto é, da instituição mais importante que lida com os dados geográficos no Brasil, utilizando conceitos e pesquisas desenvolvidas por Milton Santos durante toda sua vida⁹.

Recentemente se tornou pública a reprovação do doutor Kabengele Munanga, professor titular aposentado pela Universidade de São Paulo – USP, para o pleito de professor visitante na Universidade Federal do Recôncavo Baiano – UFRB, tendo sido preterido em nome de um pesquisador mais jovem, de menor produção acadêmica e de inferior prestígio¹⁰. Certo de que apesar do seu prestígio e tempo dedicado às pesquisas acerca do racismo no Brasil, Kabengele Munanga quebrou o silêncio acadêmico e redigiu uma carta aberta expondo os motivos que o levaram a acreditar numa injustiça perpetrada contra sua pessoa. Não se trata de pressão para aprovação automática, mas de reconhecer a desigual correlação do pleito, em virtude de tempo de dedicação à vida acadêmica, em relação ao seu concorrente¹¹.

⁹ Quando se tornou professor Emérito pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – USP, Milton Santos proferiu uma palestra intitulada “O Intelectual e a Universidade Estagnada”, onde afirmou que existem grupos corporativos dentro da academia brasileira, e estes visam a perpetuação de ideias e de herdeiros acadêmicos. Essas atitudes mantêm o grupo hegemônico branco na dianteira das pesquisas acadêmicas no Brasil. Disponível em: <http://terraoeconomico.com.br/o-sofisticado-nepotismo-das-universidades-brasileiras>. Acesso em: 23 jun. 2017.

¹⁰ Um estudo mostra que existe uma tendência para absorção de jovens egressos de programas de mestrados e doutorados pelo país, pelo próprio programa, não fazendo circular profissionais pelas mais diversas regiões. Disponível em: <http://revistapesquisa.fapesp.br/2016/01/12/circulacao-limitada/>. Acesso em: 23 jun. 2017.

¹¹ Segue o link da carta na íntegra: <https://mamapress.wordpress.com/2014/02/14/racismo-nas-altas-esferas-quem-tem-medo-de-um-negro-que-sabe-professor-kabengele-munanga-quebra-o-silencio-academico/>. Acesso em: 15 abr. 2017.

Outro caso emblemático ocorreu no ano de 2008 na Universidade Federal do Rio de Janeiro – UERJ. No ano de 2008, o estágio probatório do professor doutor Rafael dos Santos foi posto em risco pela direção da faculdade de educação daquela universidade e, segundo Pereira (2008): “Em uma situação atípica, a diretora da faculdade convocou uma reunião do Conselho Departamental para avaliá-lo”. Diante desse fato, Pereira (2008) adverte para novas tensões que se configuram no espaço acadêmico com o ingresso de novos docentes negros, na dinâmica social que se refaz (ou estava mais presente naquele momento), através de novas frentes de trabalho e acesso e permanência ao nível superior, viabilizado pelas lutas travadas pelos movimentos negros, na implantação de programas de ações afirmativas. Pereira afirma que:

Duas coisas ressaltam nessa reunião que ocorreu sem que o professor estivesse presente: primeiro a desconsideração com o colega, a ponto de ter sido sugerido que Rafael deveria buscar apoio médico, pois estaria afetado psicologicamente; segundo, a presença de um coletivo de estudantes negros da UERJ (PEREIRA, 2008, p. 5).

Segundo Pereira (2008), o caso tornou evidente o incômodo gerado com o ingresso considerável de docentes negros no espaço acadêmico, “acendendo a luz vermelha” que sinaliza para a necessidade de novos agenciamentos entre negros dentro desse ambiente. Por fim, o docente, doutor Rafael dos Santos, teve seu estágio probatório aprovado por meio de outras vias legais. Em 13 de agosto de 2008, o reitor Ricardo Vieiralves deferiu o pleito encaminhado pela professora doutora Maria Alice Rezende diretora do NEAB – Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros daquela instituição, no qual avaliava positivamente o professor e o efetiva. Cabe ressaltar que a avaliação passou pelo crivo da diretora da unidade ao qual está lotado, e pela avaliação da Superintendência de Recursos Humanos – SRH.

Ainda que o professor Rafael dos Santos tenha sido efetivado, após tamanho desgaste e constrangimento, segundo Pereira (2008), “os(as) adversários(as) do professor Rafael” não desistiram do intento que já haviam iniciado, tentando invalidar a avaliação feita em outra esfera, divergente da qual elegeram como a única possível para “julgar” situações como essa:

Desgaste para a chefe de departamento e aliados(as). Dias depois recuaram por meio de carta enviada à diretora da faculdade e chefes de departamentos, alegando que a avaliação do professor se deu à revelia do departamento e da direção da faculdade – o que foi prontamente desmentido pela professora Maria Alice, em documentação que tive oportunidade de ler (PEREIRA, 2008, p. 5).

Na esteira desse pensamento, o racismo institucional é fruto de um projeto de hegemonia, cimentado pela massificação de valores prescritivos que se tornam dominantes.

Esse jogo político dificulta que as formas culturais africanizadas, que se manifestam em todos os lugares, se tornem dominantes.

O trabalho de Souza (2011) nos ajuda a refletir sobre o papel estruturante do racismo na sociedade contemporânea. Para este autor, é sumamente importante que saibamos os papéis designados para cada categoria que compõe o edifício institucional. Segundo ele, existe uma arquitetura que conjuga diferentes forças – papéis distintos – que viabiliza que a ordem sistêmica se refaça e sua força não seja neutralizada, retroalimentando suas ações ao se alinhar com a normatividade que normaliza o ciclo, que direciona caminhos e descaminhos para soluções e problemas.

Imaginemos que a expulsão de uma comunidade quilombola de terras ocupadas, por hipótese, há mais de cem anos possa ser empreendida, conforme ordenamento jurídico (sistema), por uma organização policial (estrutura). A polícia, que é composta por pessoas de várias origens étnico-raciais (a prática do racismo institucional independe de quem opera a estrutura), estaria restaurando a integridade do sistema. Embora a decisão judicial – que nesse caso hipotético autorizou a retomada da propriedade por terceiros – esteja em conformidade com os ditames do veículo do sistema (a estrutura legal), o resultado será racista, um caso de racismo institucional.

(...)

O questionamento e a reforma das instituições podem nos servir para desestabilizar o sistema dentro de uma perspectiva não radical e dentro da legalidade. Contudo, cabe ressaltar que o curto circuito provocado pela mudança institucional não gera uma incapacidade do sistema de criar instituições racistas capazes de neutralizar avanços ou impedir o questionamento de velhas estruturas em seu estado antigo ou vendidas como novas (SOUZA, 2011, p. 83).

A concretude das ações racistas, que ocorrem por dentro das instituições, está amparada pela possibilidade de tergiversação desse crime, pois se assenta na materialização de dispositivos legais que transferem o caráter intencional do exercício de poder simbólico para algo subjetivo e passivo de interpretações. Por esse motivo, e segundo Santos (2015), o embate jurídico se torna numa verdadeira cruzada, na qual a vítima de racismo é levada a abandonar o processo, dados os esbulhos conceituais acerca do que é realmente o racismo, terminando por desviar o foco das atenções para problemas mais amplos, como “falta de educação”.

Nesse momento o *ethos* será acionado enquanto maneira de reordenar os olhares para as ações que estruturam um arquétipo, conduzindo aos pré-julgamentos morais que, em última instância, poderão se sobrepor à prática do direito, gerando um padrão ressentido para as interpretações que tendem a desqualificar moralmente aqueles que se encontram abaixo do paradigma social. Os constrangimentos passam então a fazer parte do conjunto de medidas que tentam imobilizar o progresso daquele no qual se está projetada toda investida vingativa. Desse modo,

O racismo institucional é revelado através de mecanismos e estratégias presentes nas instituições públicas, explícitos ou não, que dificultam a presença dos negros nesses espaços. O acesso é dificultado, não por normas e regras escritas e visíveis, mas por obstáculos formais presentes nas relações sociais que se reproduzem nos espaços institucionais e públicos. A ação é sempre violenta, na medida em que atinge a dignidade humana (SANTOS, 2015, p. 27).

Este corolário de ideias incide diretamente na organização social em que o Brasil se projeta durante os séculos subsequentes, XX e XXI. Nesse sentido, as instituições estariam operando um *ethos* que se reescreve com roupagens diferentes, de acordo com as conjunturas a que requerem transformações que estejam afinadas com a sofisticação dos meios técnicos e com a produção de novos conhecimentos, tanto no âmbito das epistemologias pensadas no interior do exercício intelectual quanto na adesão dos saberes tradicionais para a resolução de problemas pontuais. Inclusive, é possível afirmar que, de acordo com Gomes (2017), aquilo que é trazido como bagagem empírica para dentro dos espaços formais de educação, pode passar pelo estranhamento (o que engendra práticas racistas), pela tentativa de apagamento e/ou pela incorporação sistemática sem que os créditos sejam dados aos portadores desses saberes.

As práticas racistas operacionalizadas por dentro das instituições, ao serem normalizadas e jogarem com as normas legais, criam dificuldades interpretativas que geralmente não conferem nenhum benefício ou reparação do dano sofrido pela parte lesada. Por esse motivo, Santos (2015) afirma que a criminalização de determinados atos perpetrados contra outra pessoa só passa a serem qualificados dentro da esfera criminal através de decisões políticas.

Uma conduta é qualificada como ilícita quando se opõe a uma norma jurídica ou indevidamente produz efeitos que a ela se opõem, o que traz o segundo elemento – a sanção correspondente a norma. Quando a sanção é uma pena, espécie particularmente grave de sanção, o ilícito é chamado crime. A transformação do ilícito em crime é uma decisão política, como foi adotada na constituição de 1987-1988, que transformou a discriminação e preconceito de cor em crime inafiançável e imprescritível (SANTOS, 2015, p. 55).

A consequência disso para o crime de racismo é que para punir um ato racista cabe interpretações que geralmente dissimulam os efeitos produzidos ao cidadão que dele é lesado, pois se concentra duramente aos preceitos normativos, que estão despreocupados com a carga simbólica e emocional que afetam aos negros diante da materialização das ofensas e das injustiças que criam condições desiguais de competitividade no mercado de trabalho e de acesso aos bens culturais de uma sociedade. Deste modo, é a normalização que opera conjugada com as lacunas propositalmente deixadas no âmbito das leis.

De acordo com Santos (2015), ainda que uma das características do racismo institucional engendre a possibilidade que sinaliza para práticas reprodutivas do racismo, ou seja, não “consciente” ou não proposital, não podemos descartar o fato de que o Brasil seja um país racista e que, decorrente dessa assertiva, não constitui uma estratégia inteligente pulverizar a possibilidade de que um ato racista perpetrado não seja intencional, e sobretudo esvaziar a gravidade dos seus efeitos, pois o racismo é uma construção que beneficia o racista e gera desvantagens reais para aquele que o sofre.

Um supervisor ou chefe agride, verbalmente, um subordinado de forma racista: isso não é simplesmente um incidente, é uma circunstância com passado e, sem dúvida, também um futuro. Em cada momento da infração os atores têm consciência dos direitos de cada um, o que torna um eufemismo chamar a discriminação racial de disfarçada ou cordial, em um país em que a hierarquia social é tão forte que acaba precedendo os direitos, de onde as ideias racistas convivem com essa hierarquia e a alimentam quotidianamente (SANTOS, 2015, p. 58).

O que está na base da hierarquia social e racial estabelecida por Santos (2015), e segundo ele mesmo, é construída a partir de uma disputa histórica em que as narrativas são fruto de todo embate em torno da seletividade dos signos que constituirão positivamente o imaginário popular. De acordo com ele, as sociedades conservam uma memória atravessada por refazer e construções discursivas que engendram mitos e lendas. Essa estratégia de “autoridade” torna possível as identificações que forjam um *ethos*, prescrevendo adesão aos traços mais positivos que são realçados em relação à cultura de um determinado povo ou a identidade dos grupos em disputa.

Em contrapartida, há uma contranarrativa que opera na desqualificação daquela que possa ameaçar o *status quo* do que se pretende estabelecer enquanto única fonte discursiva que determina os traços simbólicos a serem engendrados pelos sujeitos que professam uma determinada cidadania. Segundo Santos (2015), essa disputa narrativa é viabilizada pela duração da lembrança, ou pela estabilização dos códigos que se tornam perenes de acordo com as tradições que se conservam ao longo do tempo. Nesse sentido, a seletividade das tramas históricas, tantos factuais quanto as míticas, dependem do poder institucional para estabelecer suas principais marcas e se consubstanciar positivamente na imagem a ser construída em uma sociedade.

Por um lado, é uma estratégia positiva que se possa ressignificar narrativas e encontrar personagens históricos que recontem fatos a partir de outra angulação, dinamizando o exercício intelectual em face das seleções dos conteúdos históricos a serem difundidos pelas instituições, sobretudo a escola e os meios de comunicação. A contrapartida se torna lícita a partir do momento em que as construções heroicas e os factoides ganham virtualidade prática,

muitas vezes ocultando profundas realidades que exigem um olhar muito cuidadoso ao estabelecer as relações de causa e consequência, sob pena de perpetrar grandes injustiças apenas porque se julga necessário inverter um quadro complexo de desigualdades, que nem sempre se constrói em decorrência do processo histórico em questão.

Outra categoria de autoridade manejada por Santos (2015) trata da “autoridade legal-racional”. Para este autor, existe, de parte das pessoas legitimadas como hierarquicamente superior, uma predisposição de ordenar de acordo com as normas que estabelecem o cumprimento de uma determinada função. O autor adverte que as normas não estão sempre de acordo com essa premissa, já que as atribuições de um cargo, por si só, não dão conta de desconstruir uma imagem secularmente negativada. Nesse sentido, “[u]m médico negro, para além de ter que provar sua aptidão, dependerá de sua capacidade de convencer o cliente de que ele é muito mais capaz, experiente” (SANTOS, 2015, p. 142).

Essa perspectiva constitui uma possibilidade para introduzir uma análise mais acurada sobre o que tem sido observado no cenário das políticas públicas no Brasil, tendo como ponto de partida o campo educacional e os programas que podem gerar um reordenamento epistêmico e de aplicação de recursos financeiros. Para explicitar o que estamos afirmando até o momento, recorreremos ao depoimento de uma das nossas entrevistadas, Maria Auxiliadora, gestora da SECADI, que traz a sua reflexão acerca da educação quilombola:

O maior desafio de implementar um programa para educação quilombola é o racismo institucional. O nosso maior problema é na gestão a nível local. As pessoas perdem o recurso, mas não diz que tem comunidade quilombola no seu estado. As pessoas pedem para receber mais alimentação escolar, porque o valor da alimentação escolar é o dobro do que é favorecido para as outras escolas. Elas desconhecem a existência das comunidades. Já melhorou, eu trabalho com a educação escolar quilombola desde 1997, na comunidade dos Calungas, (...) e sinto que a nossa dificuldade é o racismo institucional, inclusive das universidades que recebem recursos e elas podem resolver em que programas vão aplicar, e dificilmente elas aplicam em educação escolar quilombola (MARIA AUXILIADORA, 2016).

Fica encaminhado, portanto, que a nossa entrevistada percebe que dentro do seu campo de atuação o racismo institucional também opera. Segundo ela, esse é um grande entrave para a emergência de novas possibilidades de organização social. O quilombo como maneira democrática de ocupação territorial engendra, em suas práticas, formas consolidadas de democracia no que concerne ao uso não predatório dos recursos naturais, uma vez que é uma lógica não baseada no lucro e na especulação da propriedade privada. Os quilombolas representam o avesso dos modelos experimentados pelas sociedades ocidentais, e esse pode

ser um dos motivos do seu não reconhecimento enquanto forma legítima de organização social, acarretando no seu espólio.

As dificuldades em conceber uma educação quilombola diferente das normatividades sistêmicas, é um emaranhado processual de complexas relações que se enlaçam nas subjetividades dos atores envolvidos nas gestões e nos fazeres educativos. Desse modo, a professora Maria Auxiliadora deixa a entender que as engrenagens do trabalho em torno da educação quilombola contam com o despreparo proposital por parte do Estado, viabilizado pelo racismo institucional, camuflado sob a capa democrática em torno da existência e da implementação do programa: “Então, posso te afirmar, de cadeira, de uma pessoa que trabalha há muitos anos com isso, o nosso problema é um problema a nível local, é um problema de racismo institucional” (Maria Auxiliadora, 2016).

Essa é uma pequena demonstração orgânica de como o racismo institucional pode operar, viabilizado pelo entendimento de uma pessoa que está dentro da máquina estatal. Obviamente que este debate não se encerra por aqui, e de diversas maneiras podemos provocar e estimular reflexões acerca da temática. Entretanto, quisemos preparar o terreno para a apresentação do que foi a nossa pesquisa na prática, isto é, do que encontramos como campo fértil para as análises mais próximas sobre o funcionamento sistêmico da instituição pesquisada e quais os possíveis ganhos que o movimento negro tem realmente conquistado ao longo dos anos, sobretudo após a Conferência de Durban.

Portanto, na sequência apresentaremos a estrutura da SECADI com ênfase na gestão do ano de 2016, a fim de aproximar as reflexões acerca do debate sobre racismo institucional à realidade de um órgão público brasileiro. Essa aproximação está bem evidenciada a partir das respostas dadas pelos entrevistados, que apesar de não detalhar conceitualmente o que observam cotidianamente, nos viabilizam exemplos práticos que enriquecem os argumentos para se discutir o racismo em âmbito institucional.

2.2 Reflexões sobre as políticas públicas

Abrimos uma seção para explicar brevemente o que são as políticas públicas. Uma política pública é o resultado de uma vontade coletiva, viabilizada por meio de um governo eleito. Elas surgem a partir de planos de governo, os quais o candidato e a sua equipe técnica elaboram as prioridades e o orçamento disponível para que sejam alcançadas as metas que se traçam (SECHI, 2016).

A política pública é o termômetro da atuação do Estado, pois é por meio dela que é possível perceber o interesse político em torno de áreas específicas e como são ofertados os serviços essenciais para o bem-estar da população (SECCHI, 2016). Por isso que os movimentos sociais exercem um papel fundamental para o desenvolvimento da política pública, pois são eles que dão um *feedback* mais ajustado ao Estado, quando falamos de interesses coletivos, isto é, são os porta-vozes da sociedade.

Nesse sentido, os movimentos sociais participam de um processo crucial no âmbito das políticas públicas, que é o da avaliação, pois eles são a ponte entre o governo e a população, uma vez que o governo também tem o resultado avaliativo segundo eles mesmos, por meio da verificação do alcance das suas metas. Por isso as mobilizações feitas pelos movimentos sociais são permanentes e visam cobrar do poder público que as políticas projetadas para a população sejam materializadas da melhor maneira possível.

De acordo com Secchi (2016), para a formulação de políticas públicas é necessário que sejam definidos e identificados os “problemas públicos”, uma vez que são eles que afligem uma sociedade e devem ser combatidos, a fim de gerar bem-estar social para os cidadãos. É daí que surge a política pública. A oferta por políticas focais será, portanto, o lenitivo para problemas específicos, mas que também causa prejuízo a toda uma sociedade, não deixando de ser uma política pública, exatamente porque é uma “diretriz para a resolução de um problema público” (SECCHI, 2016).

O problema público está para a doença, assim como a política pública está para o tratamento. Metaforicamente, a doença (problema público) precisa ser diagnosticada, para então ser dada uma prescrição médica de tratamento (política pública), que pode ser um remédio, uma dieta, exercícios físicos, cirurgias, tratamento psicológico, entre outros (instrumentos de política pública) (SECCHI, 2016, p. 5).

Continuando esse raciocínio, e utilizando o trabalho de Secchi (2016), é necessário ressaltar que as políticas públicas não são definidas apenas pela força da lei, não há exclusividade do poder público, uma vez que elas estão diluídas em várias concepções e instrumentos. As leis são formas de políticas, elas agem na garantia da efetivação de um direito adquirido, mas os movimentos sociais também fazem políticas públicas por meio da indução para a mudança de comportamento da sociedade. As campanhas e reivindicações dos movimentos negros, por exemplo, possuem valor de política pública.

Por meio da identificação dos problemas públicos e da oferta de políticas públicas, teremos as políticas sociais, que são a concentração da política pública na área social. Parece embaraçoso, mas o que atravessa essa seara é o fato de que as políticas

públicas, apesar de promover cidadania, se concentram nas causas e não nas consequências de determinados problemas que afligem as sociedades.

Desse modo, as políticas públicas ganham contornos de políticas sociais e transcendem um único campo de conhecimento, devendo se articular com outras searas do conhecimento.

A política pública em geral e a política social, em particular, são campos multidisciplinares, mas cada qual adota um foco diferente (...). Por isso, uma teoria geral da política pública implica a busca por sintetizar teorias construídas no campo da sociologia, da ciência política e da economia. Políticas públicas repercutem na economia e na sociedade, daí porque qualquer teoria da política pública precisa também explicar as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade (SOUZA, 2017, p. 69).

Se levarmos em consideração que a política pública se movimenta muito mais na direção de dinamizar o governo, do que estar ajustada ao que os grupos sociais demandam, podemos então supor que o seu foco consiste na adequação daquilo que está contido nos planos de governo, ou seja, na plataforma política, com o que é realmente factível, dadas as condições materiais de realização dessas plataformas. Por outro lado, podemos dizer que a política social esteja mais ajustada pela cooperação entre os grupos sociais e o estado, no objetivo de produzir efeitos positivos que atendam a esses intentos.

De acordo com Souza (2017), o campo da política social pode ser definido como aquele que é responsável pela gestão de políticas que se preocupam em prestar serviços de cunho social. Esse escopo de atuação engendra a necessidade de verificação dos resultados de uma política pública, que, por sua vez, deve ser formulada a partir de critérios de planejamento, que decorrem do estudo sistemático dos processos históricos, políticos e sociais a fim de entender a legitimidade para a implantação e as condições para a implementação.

O que distingue uma pesquisa em política pública de uma política social? Existem importantes diferenças, notadamente nos seus focos. Enquanto estudos em políticas públicas concentram-se no processo e em responder questões como “por quê” e “como”, os estudos em políticas sociais tomam o processo apenas como “pano de fundo” e se concentram nas consequências das políticas, ou seja, o que a política faz ou fez (SOUZA, 2017, p. 71).

Fica evidente, portanto, que as políticas públicas se diferem das políticas sociais na medida em que a primeira se ocupa em demonstrar o processo e os seus estudos não se debruçam sobre a sua substância, uma vez que o alvo desses estudos não se detêm ao conteúdo da política ofertada. Por outro lado, a política social encaminha estudos que direcionam os olhares acerca do objetivo final de uma política, asseverando, também, sobre os seus resultados. Com efeito, são os estudos em políticas sociais os mais presentes hoje na

academia brasileira em virtude de diversas agendas políticas que chamam a atenção para essa necessidade.

As políticas públicas de combate ao racismo podem ser objeto de apreciação daqueles que se debruçam em entender os seus impactos frente à sociedade. Nesse sentido, podem haver estudiosos que se definem como militantes dos movimentos sociais se ocupando nos estudos de políticas sociais e verificando os efeitos das campanhas dos movimentos os quais se identificam, avaliando leis e outros dispositivos governamentais que são direcionadas para esse devido fim. A Coordenação de Educação para as Relações Étnico-Raciais da SECADI é um exemplo dessa dupla função, na medida em que os seus técnicos precisam entender a envergadura das políticas públicas para a população negra e propor caminhos para atingir a eficácia projetada.

São duas questões, primeiro uma questão de concepção de política pública, políticas universais X políticas específicas. E segundo, é a questão do próprio racismo institucional, com relação a uma visão de política pública universalista. Então, a política de EJA é considerada universal, e como o atendimento à população de EJA atende a todo mundo, logo, atende a população negra. (...). Quando a gente vai a campo, trabalhar direto com a população, [vemos] que essa relação não é tão lógica assim, então, a coisa não é tão sequencial. É a mesma coisa, por exemplo, com relação à educação do Campo, (...) quando foram criar o programa PRONACAMP, que é o que assegura toda a educação do Campo, (...) então a gente não precisaria saber, por exemplo, se nas escolas do Campo, que não necessariamente são quilombolas, quantas pessoas negras e quantas pessoas brancas estão e se a gente tem essas pessoas, qual o grau de desigualdade que a gente tem entre esses dois grupos. Então, é difícil a gente conseguir convencer as pessoas de que o atendimento universal não é tão universal assim, e nessa universalidade, as nossas questões acabam se diluindo. Isso é o que a gente percebe bastante no dia a dia da coordenação, e que, às vezes, as nossas demandas ficam a reboque (BÁRBARA SULA).

Essa declaração sintetiza muito bem o que estamos tratando ao longo de nossas análises, ela possibilita que tenhamos um olhar bastante atento em relação às possibilidades apresentadas pelas políticas públicas universalistas. Fica nítido, portanto, que este caminho é o terreno fértil para o que nossa entrevistada chamou a atenção, o racismo institucional. Se a SECADI é uma secretaria especial, que desenvolve ações para dirimir as iniquidades no sistema educacional brasileiro, o pressuposto básico é o de que as políticas não focais não dão conta de abarcar a todos no seu universal, retornando a necessidade de organizações específicas que operam micropolíticas dentro do grande sistema político.

Assim, o sistema educacional brasileiro prevê a obrigatoriedade de promover o ensino básico para todos os cidadãos, e a SECADI se concentra no melhoramento desse serviço, possibilitando que as populações de maior defasagem de escolarização sejam melhor atendidas. Por meio de dados estatísticos e avaliações institucionais é possível saber quais são

os focos a serem dados. Entretanto, existe a oferta de ensino superior pelo Estado brasileiro, e a SECADI também atua nessa seara, pois promove formações para que os professores egressos das universidades públicas se atualizem em relação aos conteúdos indispensáveis para lidar com outras esferas de trabalho, fora do convencional.

Por isso, as políticas públicas que visam a mobilidade de grupos historicamente marginalizados não deveriam se concentrar na base, uma vez que as demandas não se constituem de maneira linear, pois há dificuldade de acesso e permanência em ambas as etapas de realização escolar, e em cada uma delas estará presente, de maneira diversa, a disciplinaridade atinente ao modelo de sociedade que se quer formar. O ensino superior, portanto, deveria constituir um escopo importante, uma vez que é um lugar de disputas e tensões, espaço destinado à construção do conhecimento, com consideráveis investimentos de verba pública para pesquisa e de onde saem profissionais que serão responsáveis por alimentar o imaginário social a partir das ferramentas teóricas nas quais foram forjados dentro da academia.

Não se pode deixar de mencionar que a academia também é o local privilegiado para os estudos acerca das políticas públicas, por isso esses debates se acaloram, uma vez que é diante de um cenário de escassez de recursos que as disputas por legitimidade para a gestão do erário destinados à sua implantação se aguçam. Por isso, as políticas públicas

Dependem de muitos fatores externos e internos. No entanto, o desenho das políticas públicas e as regras que regem suas decisões, elaborações e implementação, assim como seus processos, também influenciam os resultados dos conflitos inerentes às decisões sobre política pública. Esses fatores contribuíram, assim, para que a área de políticas públicas passasse a receber grande atenção, tanto em estudos acadêmicos como em trabalhos técnicos (SOUZA, 2017, p. 66).

Evidencia-se que há uma disputa de poder em torno das políticas públicas, já que são frutos de acordos, tensões e negociações. Cabe ressaltar que o campo de estudo para as políticas públicas surge nos Estados Unidos da América, visando a compreensão e a regulação das ações governamentais, enquanto que na Europa o seu estudo se dava em função de refletir sobre o papel do Estado. As considerações que campeiam essas análises é a de que “em democracias estáveis” (Souza, 2007, p. 67), essas políticas são formuladas e pensadas cientificamente e pesquisáveis por qualquer pessoal que se incline para esta função.

Decorre daí a ideia de que as definições e análises acerca de políticas públicas se assentam em reflexões conjunturais, ainda que o seu conceito seja perene. Aliás, as definições sobre políticas públicas concorrem para conceituações clássicas e contemporâneas, preponderando aquela proposta por Harold Laswell (1902-1978) em 1936. Segundo Souza

(2017, p. 68), a teoria de Laswell se impôs ao fazer três questões fundamentais para balizar os estudos nessa seara: “Quem ganha o quê, por quê e que diferença faz”.

Mas, de acordo com essa autora, existe uma visão mais usual, ou tornada clássica, que é cunhada por Theodore Lowi (1931-2017), na qual afirma que a “Política pública é uma regra formulada por alguma autoridade governamental que expressa uma intenção de influenciar, alterar, regular, o comportamento individual ou coletivo através do uso de sanções positivas ou negativas” (SOUZA, 2017, p. 68).

Portanto, este é o campo das políticas públicas, e isto quer dizer que elas apontam para diversos usos, sentidos e direções, que podem ser articulados pelos movimentos sociais, mas que o seu entendimento habitual, e final, se concentra no poder de decisão do gestor público em relação ao que se destina em termos de ofertas de soluções para os “problemas gerais” de uma sociedade. Por esse motivo, os pleitos dos movimentos sociais podem ser enfraquecidos dentro da máquina pública e a oferta pelos serviços essenciais dependerão de uma série de condições determinadas pela alocação de verbas. Cabe aos movimentos estarem sempre acompanhando, avaliando e propondo diretrizes para equilibrar essas políticas e melhor atender a população que delas necessitam.

3 A SECADI

Insta aos Estados estabelecerem e implementarem, sem demora, políticas e planos de ação nacionais para combater o racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata, incluindo as manifestações baseadas em gênero (Declaração de Durban e Plano de Ação, p.58).

Importante situar que antes de adentrar nas explicações e análises acerca da SECADI, se faz necessário algumas reflexões acerca do que sejam as políticas públicas e qual o painel histórico da década anterior ao surgimento da secretaria, ou seja, os anos de 1980 e 1990. Julgamos importante que se faça esse assentamento, levando em consideração o processo que perfaz o caminho do movimento negro, a conjuntura política em questão e quais os pilares de sustentação conceituais estão edificados os modelos de políticas públicas que conhecemos.

As décadas de 1980 e 1990 sinalizaram as transformações que se desenhavam ao redor do mundo, quando alternativas vinham sendo pensadas para minimizar as possibilidades de conflitos armados em escala mundial, tendo em vista que os danos causados em consequência de guerras e regimes autoritários tinham vítimas preferenciais, ou seja, se concentravam em povos historicamente tornados vulneráveis. A necessidade de intensificar investidas que contivessem o avanço desses eventos foram gradativamente se tonificando, e tendo como medida basilar, o campo educativo.

O Brasil da década de 1980 ainda estava ancorado na Lei de Diretrizes e Bases 5.692, de 11 de agosto de 1971. Nesse sentido, os esforços das militâncias que culminavam para os movimentos das “Diretas Já” confluíam para o mesmo fim: desfazer todo o “ranço” que ainda restasse do regime militar. É nessa direção que os grupos afros intensificavam suas atuações, sobretudo nas cidades de Salvador e Rio de Janeiro, quando ofertavam, além de espetáculos de valorização da arte negra – sobretudo musical e coreográfica –, escolarização para negros, sob o viés de um olhar ampliado e abrangente sobre a noção de cultura, incluindo a matriz africana nesse bojo, tendo em vista seu quase apagamento e/ou folclorização dentro dos conteúdos escolares do sistema regular de ensino (PEREIRA, 2005).

Os esforços foram contínuos e ininterruptos, e por vezes se articulavam com os setores partidários que disputavam a legitimidade de suas pautas, buscando eleger parlamentares e tomar a dianteira de todo o processo político, o que daria respaldo para efetivar mudanças na educação, instrumento primordial de transformação social segundo as pautas dos opositores ao regime. Quando não estavam articulados com essas perspectivas, os movimentos negros operavam transformações de modo autônomo, sobretudo em comunidades tradicionais (como os remanescentes de quilombolas) ou em movimentos de

periferia, onde a criatividade estava atrelada às necessidades mais prementes da vida cotidiana (PEREIRA, 2005).

Certamente, esses saberes/conhecimentos estiveram desarticulados do sentido formal de educação por muito tempo, e estava sendo gestada uma nova direção para a educação nacional, mais abrangente e de menor centralidade em conteúdos construídos alhures. Contudo, a resistência era grande, e somente no final da década de 1980 que a constituição pôde ser transformada, ou seja, apenas após a queda do regime militar que se foi possível empreender debates mais abertos e, enfim, promulgar um novo conjunto de leis, e dessa vez com dimensões que abarcavam as diferenças como parte constituinte da nação brasileira. Isso teve impactos a médio e longo prazo para novos contornos na educação (GOMES, 2018).

Com todos os problemas que atravessaram este caminho, uma coisa foi dita: “O Brasil de passagem dos 1980 para os 1990 estava mais atento às questões ligadas aos direitos humanos e à diversidade”. Silva e Carmo (2017) afirmam que o centenário da abolição, o ano de 1988, foi um ano que marcou positivamente esse período, e a partir dessa ocorrência teria sido dada uma alavanca para a ampliação do debate racial em esfera pública, já que as recomendações e proibições do regime militar haviam passado, e que grande parte da intelectualidade brasileira estava se adequando aos novos operativos desencadeados pela constituição federal de 1988.

Os anos de 1990 foram marcados por diversas políticas neoliberais, as quais o país esteve submetido à diversas investidas de órgãos internacionais que agiram diretamente em âmbito educacional. Esta década esteve repleta de desafios para a gestão educacional, engendrando a criação de novas formas de financiamento, metas e estimativas para as políticas públicas educacionais, uma vez que outras demandas sociais emergiam após a redemocratização do país (DOURADO, 2007).

De acordo com Dourado (2007), a década de 1990 foi um período complexo da a educação brasileira, pois as políticas neoliberais adotadas pelo governo federal engendrou uma corrida desenfreada por metas que traziam a necessidade de buscar fontes complementares de recursos a serem investidos em educação, propiciando desarranjos pedagógicos em nome de obrigações contratuais. Contudo, o autor enfatiza a importância da Lei de diretrizes e Bases de 1996 (lei 9394/960, pois teria sido a lei com a maior abrangência de direitos e deveres em âmbito educacional que o Brasil já experimentaria até o período.

Foi dentro deste contexto que o então presidente Fernando Henrique Cardoso abre espaço para que o debate do racismo se fizesse mais presente institucionalmente no estado

brasileiro. É importante lembrar que durante este governo aconteceram as conferências preparatórias para a participação do Brasil na Conferência de Durban, havendo ampla mobilização dos movimentos negros e uma interlocução entre estes e instituições internacionais, tal como a Ford Foundation, uma vez que se assumiram como financiadoras de bolsas de estudos, congressos e cursos de formação para os estudos Étnico-Raciais.

Logo no início dos anos 2000 o Brasil experimentou, no âmbito da educação, a primeira experiência das ações afirmativas voltadas para o público negro, era as chamadas cotas raciais, ou a reserva de vagas, já exposto aqui nesse trabalho. O sistema de reserva de vagas foi primeiramente implantado no estado do Rio de Janeiro por meio do ingresso do vestibular estadual, contando com vagas em todos os cursos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ e a Universidade Estadual do Norte Fluminense – UENF. Seu primeiro ano de funcionamento foi o de 2003, uma vez que o governo estadual, com o então governador Anthony Garotinho, garantiu a aprovação da Lei Nº 3.708 somente em 09 de novembro de 2001, cabendo, portanto, sua implementação a partir do vestibular do ano seguinte, 2002, assegurando o ingresso dos aprovados por esse sistema para o ano de 2003.

É sumamente necessário dizer que as ações afirmativas não surgem como instrumentos de dissimulação que desloca o centro gravitacional da vida social universal para os guetos “minoritários”. Trata-se exatamente do contrário, em dirimir alguns traumas históricos sofridos por aqueles que foram subalternizados por preconceitos, discriminações e racismo. É uma medida que marca um ponto de inflexão para que a universalidade seja de fato plural, o que quer dizer que elas funcionariam como uma ponte para que os grupos que estiveram às margens do acesso ao produto dos esforços coletivos nos meios produtivos, possam ser parte ativa da construção da sociabilidade que agrega a todos, tendo justa parcela de contribuição e bonificação.

As ações afirmativas visam a promover maior diversidade social de grupos sub-representados em certos espaços sociais. Identificando três inspirações na defesa das ações afirmativas – uma forma de justiça reparatória ou compensatória, de justiça distributiva e de ação preventiva. (...). As ações afirmativas teriam, assim, como objetivo, tanto a igualdade de oportunidades como o combate às desigualdades não justificáveis, garantindo a diversidade e o pluralismo nas diferentes esferas da vida social, denunciando e desnaturalizando a posição subordinada de determinados grupos sociais (JACCOUD, 2008, p. 141).

Esta definição parece acertada se analisarmos sob o ponto de vista de que as ações afirmativas criam as condições para que as oportunidades sejam dadas de maneira equânime, salvaguardando o direito de grupos historicamente marginalizados em acessar os lugares de usufruto público, nesse caso os espaços de produção de conhecimento. Também sinaliza para

o fato de que a circulação de ideias e saberes experimentem novas potencialidades, elevando o campo de possibilidades criativas, já que a circulação de um público, que antes era diminuto nas universidades, passa a ser maior e mais participativo, demandando novas estratégias de organização sistêmica dessas instituições.

De acordo com Jaccoud (2008), as políticas universalistas têm, historicamente, falhado no atendimento a que se propõe, ou seja, sua abrangência se torna limitada na medida em que as complexidades das diferenças são equacionadas em uma única fórmula. Desse modo, a produção de acentuadas desigualdades, em parte, se deve ao descompasso entre a real necessidade de parte desse público e o atendimento ofertado pelo poder público, no que concerne os serviços básicos que estão na base do provimento à cidadania.

O interessante é que desde o início dos debates sobre as ações afirmativas, se impõe a urgência de avaliações educacionais de caráter institucional e pedagógico. Aliás, com o alargamento das políticas públicas educacionais desde os anos 1990, que potencializou a entrada de capital estrangeiro para o desenvolvimento de programas governamentais, os processos de avaliações foram sendo adaptados, comportando modelos e instrumentos que objetivavam dimensionar o tipo de educação que estava sendo ofertada para o brasileiro. Cabe observar também que essas avaliações não estariam apenas em âmbito estritamente nacional, mas em comparativos com os paradigmas qualitativos internacionais, por meio de testes e marcadores universalmente definidos.

De acordo com Jaccoud (2008), as ações afirmativas estiveram, desde a década de 1980, desarticuladas com planos mais efetivos de implementação, o que quer dizer que pouco se instrumentalizou em termos de metas, avaliações, escala de progressão e outros operativos de ordens avaliativas. Para Brooke e Cunha (2011), as avaliações realizadas pelos sistemas especializados nem sempre impactam para a melhoria de uma política pública educacional, e isso se dá pelo fato de que muitas Secretarias de Educação (SEs) não utilizarem dessas pesquisas, tanto por desconhecimento dos dados, quanto pela dificuldade de manejo com os mesmos.

Segundo Brooke e Cunha (2011), os instrumentos de avaliação educacional no Brasil são bastante atrasados, carecem de ser modernizados e não causam continuidade entre secretarias nas esferas públicas municipais, estaduais e federal. Os autores indicam que muitas pesquisas avaliativas podem indicar falsos caminhos, uma vez que não se põe à prova todos os estudantes em todas as áreas do conhecimento, gerando extrações de parcela do que se apresenta no interior de cada unidade escolar, que são apresentadas como sinais gerais das medidas a serem tomadas no âmbito das políticas educacionais.

Muitas vezes, essas novas políticas envolvem a identificação e classificação das escolas com base nos resultados que envolvem a identificação e classificação das escolas com base nos resultados de Português e Matemática dos alunos do 5º ao 9º anos do Ensino Fundamental e do 3º ano do Ensino Médio, que são as informações disponibilizadas pela maioria dos sistemas estaduais de avaliação que seguem o padrão do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). Mesmo não sendo propriamente uma avaliação da escola, por não testar todos os alunos em todas as disciplinas e anos e muito menos os campos não acadêmicos do currículo, as Secretarias presumem que os resultados das duas disciplinas básicas nos anos finais de cada ciclo de estudos possam oferecer uma amostra das atividades da escola que sirva de indicador do desempenho geral da instituição (BROOKE e CUNHA, 2011, p. 18).

Essa ocorrência sinaliza para uma série de implicações, que perpassa entre os condicionantes para as políticas públicas e para a hierarquização dos conhecimentos indispensáveis para os estudantes. Evidente que as disciplinas de Português e Matemática são importantíssimas para os indivíduos em fase de escolarização do ensino básico, mas esse fato não pode anular a urgência de se ofertar outros componentes curriculares em igualdade qualitativa. Além disso, os conteúdos não acadêmicos que constam como oculto em uma das três dimensões do currículo escolar – Formal, Real e Oculto –, também são elementos preponderantes no processo de ensino e aprendizagem, posto que são constituintes da bagagem dos saberes práticos e reflexivos que os estudantes já possuem e exercitam fora do ambiente escolar. Dito em outras palavras, o *habitus* se conjuga com os conhecimentos formais e desloca o que a formalidade curricular projeta como objetivo, gerando uma ulterioridade que escapa a previsibilidade.

Por esse motivo, Gomes (2017) e Sodré (2012) afirmam que o movimento negro   uma espécie de “Pedagogo Coletivo”, pois geram necessidades para uma diferente práxis educativa. Mais além, instam aos dispositivos sociais se reorganizar em face de conhecimentos antes ignorados, criados e manejados por pessoas historicamente alijadas da constru o epistemológica validada pelas institui es que tutelam o *ethos* acad mico. De acordo com Gomes (2017), o simples fato de ressignifica es políticas e indaga es aos padrões est ticos e comportamentais para a afirma o de uma identidade negra, são suficientes para dizer que haja epistemologias genuinamente negras.

Nesse sentido, se tomarmos como ponto de partida os estudos acerca do racismo, a afirma o da identidade negra, esclarecida sobre os reais desafios da comunidade negra, talvez tornasse mais potente e visionária as investidas que pese no pleito por interven es de políticas públicas para a popula o negra. Segundo o sociólogo Salles Augusto dos Santos (2008), existe uma sensível diferença entre o “intelectual negro” e o “negro intelectual”. Para ele, o intelectual negro seria aquele que domina as competências atinentes ao seu campo de

estudo, com todos os atributos técnicos que campeiam o exercício intelectual, sendo capaz de propor soluções pontuais para os problemas por ele analisados. Entretanto, segundo o autor, o saber técnico e o brilhantismo acadêmico seriam insuficientes para conduzir a humanidade para reais dimensões humanitárias.

De acordo Salles Augusto dos Santos (2008), o negro intelectual seria aquele que melhor conjuga suas habilidades com questões libertárias capazes de conduzir a humanidade para o caminho da emancipação de estigmas historicamente construídos. Segundo ele, o negro que se torna intelectual teria, antes de tudo, um sólido sentimento de pertença, que se amplia na medida em que estuda questões cruciais para o entendimento da condição de sua comunidade perante a sociedade. Dadas essas descobertas, este negro passaria a dominar os códigos comuns a todos os seres humanos e reorganizá-los em prol de sua comunidade, não para se tornar uma liderança inócua, mas sim como agregador de forças para que sejam criadas oportunidades de mobilidade em um sólido projeto de equanimidade social.

Esse debate marca uma característica peculiar dos anos 2000, sobretudo para a segunda metade da primeira década desse novo milênio. Gomes (2017) identifica três deslocamentos concernentes ao que podemos chamar de “pedagogia negra”, presentes na linha histórica do movimento negro e tonificados na atualidade. São eles: 1 – Saberes Identitários; 2 – Saberes Políticos; e 3 – Saberes Estéticos Corpóreos. Segundo ela, em cada um desses campos estão subscritos os conhecimentos produzidos no interior dos movimentos negros, mas é possível identificar que também estão presentes nas movimentações de pessoas negras afetadas pelos discursos desses movimentos, o que não quer dizer que sejam pessoas organizadas dentro da esquemática coletiva.

Para essa autora, as redes sociais se tornaram cada vez mais um espaço de convivência (virtual) entre jovens negros que trocam informações entre si, disponibilizando materiais de consulta, opinando sobre as questões políticas atuais e históricas e debatendo, em suma, sobre as questões atinentes ao racismo. Com isso, a identidade negra seria fruto de um deslocamento histórico, no que diz respeito ao lugar de produção discursiva. Isso implica afirmar que historicamente jovens negros e militantes (mesmo que não coletivizados) estiveram às margens do debate acerca de suas próprias identidades, mas que através dos avanços tecnológicos reconfiguraram o debate público a partir do “lugar de fala”, ou seja, do ponto de partida que orienta os interesses e o histórico pessoal do orador.

Quando Gomes (2017) apresenta a ideia de saberes políticos, fica evidente que se trata de respostas necessárias aos poderes instituídos, no que diz respeito aos impactos sentidos pelos negros em relação às políticas públicas. O debate orbita entre o campo do

direito e o dos espaços de produção de conhecimento. De acordo com a autora, “a Lei 12.288/2010 (Estatuto da Igualdade Racial), a Lei 12.711/2012 (Lei de Cotas Sociorraciais nas Instituições Federais de Ensino Superior) e a Lei 12.990/2014 (Cotas nos Concursos Públicos Federais) ” (GOMES, 2017 p.71), são provas cabais de que o debate político organizado pelos movimentos negros encontrou permeabilidade dentro da esfera política dos anos 2000.

Os saberes políticos, propostos por Gomes (2017), se fazem das necessidades complementares entre si, ou seja, os debates sobre as leis e a defesa da “raça” precisavam de rígidos elementos discursivos trabalhados com alto nível de sustentação teórica, que pudesse tonificar e justificar os dados quantitativos que sinalizavam as diferenças entre brancos e negros no Brasil. Desse modo, surge no ano de 2000 a Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN), com a missão de criar redes de contato entre os pesquisadores da temática racial e promover eventos bianuais para apresentação, publicação e debates sobre o que se produz em âmbito acadêmico sobre essa temática. Do Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros (COPENE) saíam, portanto, propostas bem elaboradas que serviriam como plano de ação para o combate ao racismo.

O último deslocamento da “pedagogia negra” colocada por Gomes (2017) se refere aos Saberes Estéticos Corpóreos, e estão ligados a uma maneira de afirmação de lugares pela presença da estética e de comportamentos marcados pela etnicidade negra. Para ela, as ações afirmativas carregam elementos educativos para lidar com os corpos negros, e essa (re)educação transforma negros e brancos para o autoconhecimento e para o respeito em relação ao outro. A autora conclui que os jovens negros, sobretudo as mulheres, estão mais cuidadosos em relação à autoimagem, e com isso se tornam mais ativos e curiosos acerca das origens de adornos que remetem ao continente africano, gerando (re)construções em torno dos usos estéticos e a sua respectiva importância política para a afirmação identitária.

Com todos estes avanços, as duas primeiras décadas dos anos 2000 vão experimentando novos agenciamentos políticos, que abrem um canal de diálogo para a abertura do florescimento da diversidade, isto é, para as diferenças raciais, de orientação sexual, de inclusão de jovens e adultos nos processos formais de educação, de inclusão de portadores de necessidades especiais, de luta contra o machismo, de propostas antimanicomias, enfim, dentre outros fluxos que venham a equalizar da melhor maneira possível todos aqueles que ficam às margens do produto social.

Os anos 2000 sinalizam caminhos importantes para a população negra, que atravessou o século XX resistindo bravamente há muitas políticas desfavoráveis para os

pobres, de maneira geral, se intensificando para os negros na medida em que o racismo persiste na base das relações sociais e criam traumas e fraturas em negros de todas as classes sociais. A culminância das lutas dos movimentos negros em busca de melhoria da qualidade de vida obteve saltos qualitativos com a conquista de alguns direitos essenciais, uma vez que a garantia dos mesmos se dão como a única maneira de introduzir o respeito aos que historicamente têm sido alvo de injúrias, estereotípias e todo o tipo de infortúnio que conduz a uma rígida hierarquia racial.

A educação, esteio do povo, sofreu diversas transformações ao longo de três séculos, manejada de acordo com os vieses ideológicos e as finalidades políticas daqueles que estiveram à frente da gestão do Brasil. Maiores dependentes da educação pública, os negros, depositam grande esperança de que a oferta desse direito constitucional seja de qualidade e viabilize caminhos que fortaleçam o sentimento de independência e cidadania, podendo gozar do mínimo de dignidade e de um razoável repertório que os permitam ampliar suas redes de conhecimento e, enfim, ter o poder de tomar decisões autônomas. Para a população negra, a educação formal é um instrumento indispensável para que se possa melhorar de vida.

Portanto, tentamos organizar algumas características de cada período histórico demonstrando que os movimentos negros sempre estiveram perseguindo o caminho da autonomia para a população negra. Essa luta histórica foi o que de melhor se pôde fazer para preparar a população negra em busca de novos rumos, na esperança de transpor uma condição majoritariamente de pobreza e subjugo estético, cultural e moral, para uma nova dimensão, atravessada por uma pedagogia antirracista, que sinaliza para a necessidade de negros e brancos reorganizar os seus olhares em torno do racismo e dos seus arrebatadores efeitos no plano individual e coletivo.

3.1 Apresentação da SECADI

Insta aos Estados a promoverem a plena e exata inclusão da história e da contribuição dos africanos e afrodescendentes no currículo educacional (Declaração de Durban, p.44).

A Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI foi uma opção escolhida como escopo de pesquisa, por ter surgido temporalmente após a Conferência de Durban e congregar com os princípios básicos ensejados naquela conferência. Nesse sentido, a preocupação de conhecer a estrutura de funcionamento da SECADI é importante para que possamos ter uma melhor dimensão das possibilidades de

trabalhar o que prescreve o documento final da conferência em âmbito nacional e os encaminhamentos propostos pelos militantes negros lá presentes.

Trata-se de uma Secretaria inaugurada no ano de 2004 e que agrega várias ofertas de modalidades de educação, entendendo que são necessários esforços coletivos e segmentados para que haja promoção de uma educação plural e que atenda a diversidade de perspectivas e organizações sociais que fazem parte do histórico de formação da sociedade brasileira. No período em que realizamos a nossa pesquisa, a SECADI possuía uma estrutura fixa, mas que poderia sofrer alterações de acordo com a dinâmica de governo.

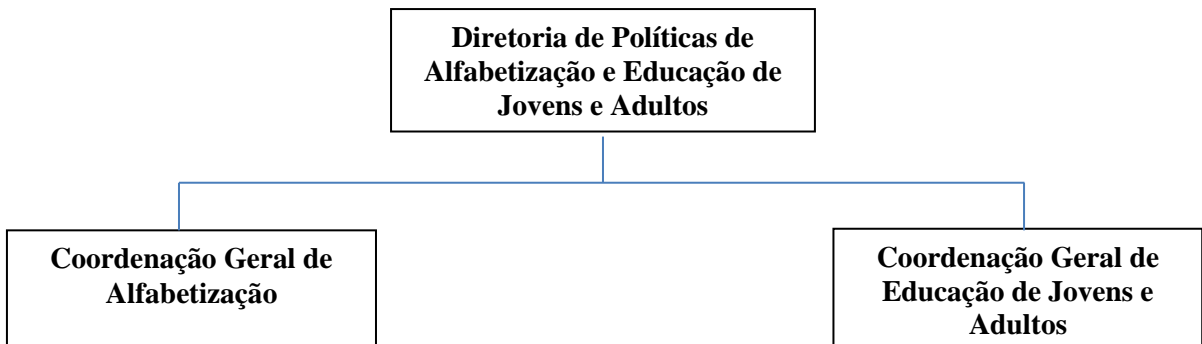
3.2 Estrutura da SECADI no ano de 2016

Por essa Secretaria passaram diversas gestões que se dividiam em diretorias e coordenadorias temáticas. São elas¹²:

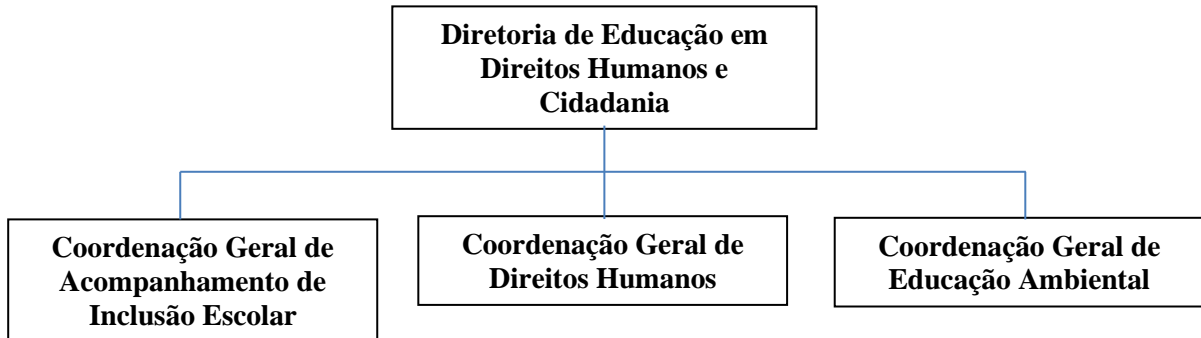
1 - Diretoria de Políticas de Educação do Campo, Indígena e para as Relações Étnico-Raciais
Diretora: Rita Gomes do Nascimento



2 - Diretoria de Políticas de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos



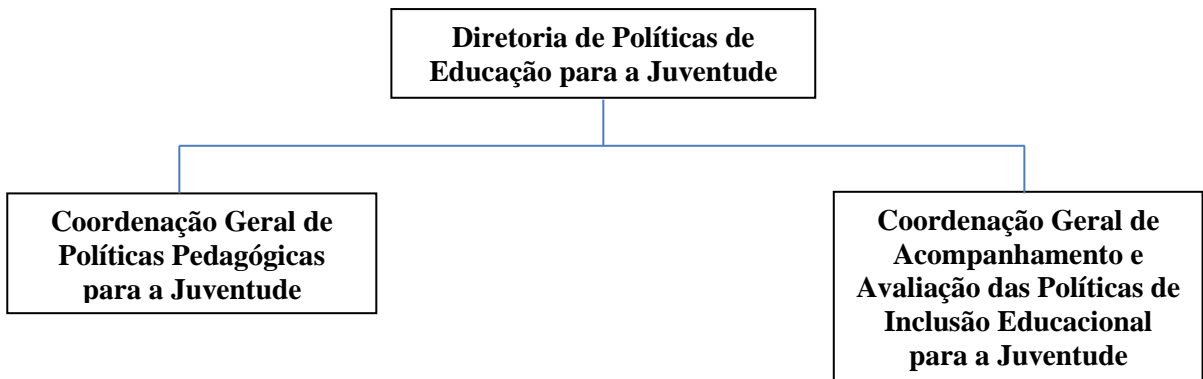
3 - Diretoria de Políticas de Educação em Direitos Humanos e Cidadania



4 - Diretoria de Políticas de Educação Especial



5 - Diretoria de Políticas de Educação para a Juventude



Essas diretorias, subdividas em coordenações, são responsáveis por administrar políticas públicas e ações pensadas no interior da Secretaria, as demandas trazidas a partir dos movimentos sociais e os indicadores sociais sinalizados pelos órgãos responsáveis por pesquisas de caráter socioeconômico. As políticas ministradas pela SECADI também formam gestores e educadores para lidar com os públicos historicamente marginalizados e no combate às desigualdades educacionais. Importantíssimo lembrar que existem sistemas integrados para viabilizar recursos financeiros para a realização técnica de infraestrutura, confecção de materiais didáticos e sistemas informatizados, para que as ações sejam realizadas com maior margem de êxito.

É prioridade da SECADI o fortalecimento das redes entre as políticas educacionais voltadas para os grupos marginalizados, depositando nesse atendimento específico aos públicos não dominantes, a redução de desigualdades educacionais. Por esse motivo, essa Secretaria se articula com as resoluções do Conselho Nacional de Educação – CNE, intervindo diretamente sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN’s nos eixos que contemplem a diversidade.

Após pesquisa realizada através da página online da SECADI, se pode conjecturar, portanto, que essa Secretaria acompanha uma tendência de expansão do sistema educativo, e tem como princípio direcionador criar capilaridades que possibilitem a inserção de grupos que sofrem defasagem educacional no processo de escolarização formal. Ressaltamos que a SECADI não constitui uma secretaria permanente, isto é, algo fixado como política de Estado, podendo ser extinta de acordo com os arranjos políticos e seus desdobramentos. Inclusive este foi o motivo que nos levou a campo desde dezembro do ano de 2016.

De acordo com esse painel, reafirmamos que concentramos os nossos esforços na coordenadoria que responde pelas políticas públicas educacionais direcionadas para a população negra, uma vez que essa pesquisa surge do desejo de investigar o trajeto percorrido para que alguns pleitos exigidos há décadas pelos movimentos sociais negros fossem postos em prática. Não podemos deixar de mencionar que outras políticas públicas, de caráter universal, também tendem a ter como maior beneficiário o público negro. Por esse motivo, decidimos investigar a coordenadoria que se debruça em políticas educacionais específicas para a população negra.

Registra-se que nossa preocupação não é investigar números, mas entender como funciona as políticas gestadas e/ou criadas por essa Secretaria. Por esse motivo, nossa primeira ida a Brasília – no ano de 2016 – teve como escopo entrevistar pessoas alocadas na gestão da SECADI naquele momento, tanto de cargos de gestão ou de cargo técnico, uma vez que entendemos uma equipe de trabalho a partir dos parâmetros de conjugação de todos os envolvidos no processo construtivo do objetivo que se visa alcançar.

No período em que estivemos realizando as entrevistas, também realizamos consultas ao site da Secretaria¹³, onde estavam dispostos vários documentos, informes e orientações acerca da oferta de cursos, recursos, editais, premiações e uma gama de notícias e esclarecimentos sobre os serviços prestados pela SECADI. Essas informações nos

¹³ Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/secadi>. Acessado desde o mês de outubro do ano de 2016 a novembro de 2020.

possibilitaram a primeira compreensão acerca do objeto a ser estudado e nos conduziu a campo.

Cabe ressaltar que fizemos a escolha pela SECADI motivados pelo painel apresentado, já que na Conferência de Durban fora redigido o último documento internacional no período anterior a sua criação. Concentramo-nos em analisar apenas a Coordenação de Educação para as Relações Étnico-Raciais, que é o escopo principal da Conferência e no qual o nosso debate teórico está ancorado.

Apesar de termos saído de Brasília, Distrito Federal, com um volume satisfatório de informações sobre a SECADI, reconhecemos que uma pesquisa avaliativa necessitaria de mais tempo e financiamento, já que são muitos documentos e propostas, além de haver um grande número de técnicos alocados nas coordenadorias que se subdividem em quatro diretorias. Seria um recorte de trabalho muito maior do que o proposto em nosso doutorado, por isso assentamos os nossos esforços no que mais nos interessa, isto é, investigar se a criação da SECADI está intimamente ligada aos movimentos negros egressos de Durban, e como a Secretaria tem funcionado até então.

Diante disso, fomos a campo a fim de compreender a visão oficial / institucional, a respeito do funcionamento das políticas ofertadas pela SECADI, buscando responder algumas perguntas: o que tem sido possível fazer por dentro das engrenagens sistêmicas do poder público? É possível criar mobilidade em larga escala para populações que sobrevivem sob o fluxo de um esmagamento histórico de mais de setenta por cento da história deste país? Gestores de políticas públicas universalistas apresentam resistência em lidar com as demandas dos movimentos sociais em criar políticas focais? Por quê? E Durban, há reverberações dessa Conferência para a criação dessa Secretaria? Como identificá-las?

Nesse sentido, partimos para o entendimento sobre a SECADI à luz de seus membros, por meio de entrevistas e possibilidades de compreensões e críticas ancoradas em referencial teórico que dialoga com o campo de estudos das relações étnico-raciais no Brasil. Dito isto, passamos, então, para uma breve apresentação da SECADI, segundo o olhar de uma pessoa da primeira gestão.

3.3 A SECADI apresentada por um membro da antiga gestão

Criada no ano de 2004, a SECADI possuía o nome de SECAD, sem o I de inclusão, que fora adotado no ano de 2011 a fim de contemplar as questões relativas à inclusão de pessoas portadoras de necessidades especiais nos sistemas de ensino regular.

Segundo nossa primeira entrevistada, doutora Denise Botelho¹⁴, embora a inclusão da letra I (sobre a perspectiva do conceito de inclusão) somente fosse incorporada, de modo oficial, posteriormente à criação da Secretaria, seria correto afirmar que a SECADI sempre contemplou uma gama diversa de pautas, já que o seu atendimento tinha por objetivo salvaguardar o direito pleno à educação de diferentes grupos marginalizados. Ela afirma que:

Em relação ao surgimento sem a temática inclusão, eu não avalio que a SECADI tenha surgido sem a temática inclusão, ao contrário, ela não tinha no nome, mas todas as demandas que estavam desde o processo de alfabetização aos segmentos mais estruturados, oriundos dos movimentos sociais organizados, havia já a perspectiva de inclusão. Estar no nome foi só um complemento, mas a inclusão era desde sempre a perspectiva (DENISE BOTELHO)¹⁵.

Desse modo, se tornou indispensável iniciar nosso percurso a partir de uma entrevista com alguém que pudesse nos situar quanto ao histórico de criação da SECADI, uma vez que existe certa dificuldade em encontrar algum documento disponível em que se veicula o histórico detalhado de como a Secretaria fora iniciada. Embora nesse momento estejamos trazendo a visão de somente uma das pessoas envolvidas, acreditamos na validade dessa breve assentada, uma vez que nos possibilita a compreensão de fatores importantes que aventam para a possibilidade de algumas análises a que nos propomos fazer.

Segundo nossa entrevistada, professora Dr.^a Denise Botelho, a SECADI surge a partir do atendimento governamental às agendas dos diversos movimentos sociais, que demandavam por melhor inserção de seus públicos-alvos, no que tange ao sistema oficial de ensino. Denise afirma que a SECADI foi uma secretaria criada após a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPPIR, durante o governo do ex-presidente Luiz Inácio “Lula” da Silva.

A criação da SECADI é resultado de agendas que já vinham sendo pautadas pelos diversos segmentos dos movimentos sociais, dos quais o governo então eleito, o governo democrático eleito pelo voto direto do presidente Luiz Inácio “Lula” da Silva, tinha se comprometido em criar possibilidades de diálogos com os segmentos de mulheres, movimento negro, movimento indígena. Inicialmente ele criou a SEPPPIR, e logo posteriormente criou a SECAD (DENISE BOTELHO).

Em todas as entrevistas que realizamos, procuramos enfatizar, em nossas questões, qual a visão dos atuais membros do corpo técnico das coordenações da SECADI em relação às agendas políticas governamentais e seus diálogos com os atores e instituições dos movimentos sociais. Nesse sentido, é importante trazer a visão de pelo menos uma pessoa que

¹⁴ Denise Botelho é doutora em Educação e esteve na SECADI como assessora da Coordenação de Educação para as Relações Étnico-Raciais no período de julho de 2004 a setembro de 2006. Atualmente Denise é professora Adjunta da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE.

¹⁵ Entrevista concedida em junho de 2017.

esteve desde o começo na Secretaria, pois nos possibilita entender como os arranjos sistêmicos se reorganizam, isto é, como a máquina estatal opera avanços e retrocessos no atendimento das demandas dos movimentos negros.

De acordo com Denise, a antiga gestão fazia encaminhamentos diversos, de acordo com pautas que se articulavam diretamente com o objetivo de incluir, de forma satisfatória, os grupos marginalizados, nos sistemas de ensino. Cada coordenação trabalhava com certa autonomia e por muitas vezes se mantiveram mais voltadas para alguns focos específicos, tendo em vista que não estavam descoladas dos acontecimentos que visavam reconfigurar o painel educacional brasileiro, que teve como marco das transformações em curso a aprovação da lei 10.639/03. Por isso a diretoria que ela fazia parte esteve bem voltada para a especificidade a qual estava inscrita, concentrando esforços na educação para o nível superior.

Essa diretoria de diversidade tentava pautar a temática das relações étnico-raciais nos diversos segmentos educacionais, mas o nosso maior diálogo se dava com a secretaria de educação superior, no que diz respeito à política de ações afirmativas. Dialogávamos no período em que a conselheira Petronilha¹⁶ esteve na câmara de educação básica do Conselho Nacional de Educação, havia também uma proximidade porque era uma demanda criar as diretrizes curriculares nacionais para o ensino de história e da cultura afro-brasileira e africana. Então, havia essas articulações para os encaminhamentos das políticas públicas (DENISE BOTELHO).

A estrutura da SECADI funciona a partir da fragmentação e da concentração das temáticas e atendimentos em torno das suas coordenações. Desse modo, Denise adverte sobre algumas impossibilidades e/ou dificuldades de intervenções frente aos grupos, sinalizando que nem sempre as ações se articulam e/ou tangenciam, tendo em vista as incompatibilidades teóricas, que podem não solucionar os problemas encontrados, justamente por estarem inscritos em esferas pontuais. Portanto, segundo nossa entrevistada, a SECADI é, desde o início de sua criação, uma Secretaria multifacetada que se propõe a contribuir positivamente para a resolução de problemas de várias ordens, e por mais que a questão racial esteja atravessada em outros marcadores de opressão, o trabalho de cada equipe dentro da SECADI possui uma missão que requer o conhecimento de ferramentas específicas.

Eu penso que as demais coordenações foram sensibilizadas, mas não significa que elas incorporaram a temática racial, porque a própria estrutura daquela diretoria, ou da SECADI em si, fragmentava a discussão nos seus diversos segmentos em função das especificidades, por quê? Se você pensar a demanda da educação indígena, foi e continua sendo muito distinta da demanda da educação para as relações étnico-raciais. A perspectiva da inclusão para os portadores de deficiências físicas é muito distinta da educação para as relações étnico-raciais, apenas, enfim, os diversos

¹⁶ Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva é doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS e professora titular da Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR.

segmentos que estavam previstos na SECADI, não incorporaram totalmente esta perspectiva étnico-racial (DENISE BOTELHO).

Objetivamente é possível analisar a afirmação de nossa entrevistada sob dois pontos de vista. O primeiro diz respeito à especialização necessária para o atendimento de excelência no qual visam as coordenações, acarretando em melhor conhecimento acerca dos grupos a que se destinam as políticas, pois com a adesão de outros marcadores de exclusão, se evitam choques com outras coordenações especializadas e diminui os riscos de prestação de serviços indevidos. Por outro lado, é sempre necessário algum diálogo, uma vez que existem marcadores que se sobrepõem, e, como trabalharemos mais adiante, o fenótipo negro é fruto de identificação direta, no qual outras marcas potencializam a opressão que já reside de antemão na estética desvalorizada socialmente.

Na continuidade analítica desse trecho da entrevista, encontramos uma pequena disjunção que talvez denote algumas confusões. A educação para os indígenas está alocada na mesma diretoria de políticas para a educação do campo e para as relações étnico-raciais, no entanto, ainda que a questão indígena remeta à questão racial, a coordenação é diferente dessa perspectiva, o que permite afirmar que existe o entendimento de que o atendimento às populações indígenas encaminha para situações mais diversas do que para a população negra. Essa possibilidade se dá pelo fato de que as populações indígenas possuem historicamente um processo de inserção diferenciado dos negros na sociedade brasileira, preservando línguas e costumes que não foram incorporados totalmente na dinâmica urbana do país.

Nesse sentido, no início da SECADI este fato foi considerado, levando em conta a existência de lideranças indígenas de vários povos, às quais possuem pleitos específicos que requerem um olhar baseado na perspectiva de cada etnia. Não estamos com isso dizendo que a população negra seja homogênea e que não tenha preservado traços culturais que não sejam identificáveis, mas somente que o processo de incorporação das práticas culturais no conjunto da sociedade brasileira se deu por via de estratégias políticas de diluir o negro em uma cultura geral, na qual os traços considerados menos desejáveis fossem pulverizados.

Um traço importante a ser observado é a característica das pessoas que compunham a equipe da SECADI naquele momento de fundação. O objetivo que estrutura a nossa pesquisa é tentar compreender como essa Secretaria incorpora as agendas políticas dos movimentos negros, na interface que pode se articular entre os grupos historicamente marginalizados e as instituições governamentais. Desse modo, sistematizamos questões que viabilizasse que os entrevistados discorressem sobre suas impressões e/ou experiências acerca das proximidades e afastamentos dessa Secretaria em relação aos movimentos sociais negros.

Denise Botelho optou por se concentrar na coordenação da qual fez parte, na impossibilidade de ser mais incisiva ou detalhar com precisão sobre as demais coordenações, por isso discorre a partir do lugar em que ocupou. Segundo ela, a Coordenação de Educação para as Relações Étnico-Raciais sempre se preocupou em dialogar com os movimentos sociais negros, pelo fato de reconhecimento de histórico e luta dos mesmos, além da premente necessidade de acompanhar a dinâmica de combate ao racismo, em suas atuais demandas, mantendo uma relação horizontal.

Quero falar particularmente da coordenação de diversidade étnico-racial, que era o local que eu estava exercendo a minha assessoria, pois lá eu posso garantir que todos os fóruns que foram realizados nos estados tinham essa preocupação, inclusive de eleger participantes dos movimentos sociais, e não apenas aqueles que estavam vinculados às universidades, aos estudiosos, às secretarias de educação, mas também os movimentos sociais. Porque nós sabíamos que por muito tempo quem pautou a questão racial na realidade educacional foram os movimentos, os negros organizados. Então, as experiências, muitas vezes acumuladas, da qual nós fomos beber na fonte, eram resultados das ações que os movimentos negros organizados já estavam desenvolvendo (DENISE BOTELHO).

Observa-se aqui, que além de dialogar com os atuais movimentos negros, em sua diversidade de configurações, a SECADI, na figura da Coordenação de Educação para as Relações Étnico-Raciais, reconhece que estes estiveram na dianteira das organizações sociais responsáveis por cobrar do estado de ações efetivas para correção de distorções historicamente produzidas. Nesse sentido, Denise afirma que a coordenação da qual fez parte, se nutria de conhecimentos produzidos a partir do interior desses movimentos em suas ações militantes, pois os entendia como os grandes detonadores de demandas de ampla cobertura, isto é, a militância negra não contemplava somente as demandas dessa população, pois funcionou como “guarda-chuva” para que outros grupos se organizassem.

Por esse motivo, fora importante buscar informações sobre o perfil dos profissionais que atuavam dentro da SECADI, uma vez que a instituição se (re)faz a partir de esforços conjuntos, por meio de uma equipe técnica que conhece o campo de atuação e as demandas geradas na ponta, ou seja, do público aos quais a Secretaria oferta as políticas. Tendo em vista o diálogo necessário para que o atendimento seja eficiente, se faz sumamente importante que sejam encontradas formas mediadoras de realização do trabalho, em que os saberes se articulem e sirvam de suporte na formulação das políticas focais, rejeitando a verticalização da oferta, que ocorre quando existem interpretações unilaterais, deslocadas dos acontecimentos da vida cotidiana.

Segundo Denise, a Coordenação de Educação para as Relações Étnico-Raciais daquele momento de início da SECADI era providencial nesse ponto, pois a equipe que a

compunha era composta por profissionais que transitavam entre o ativismo e a academia, conseguindo empreender um olhar crítico sobre a situação da população negra, que se tonificava a partir de estudos exaustivos e produzidos no interior das universidades, mas também partindo do conhecimento vivencial, na proximidade com as lideranças dos movimentos negros e suas respectivas comunidades.

A composição da coordenação da diversidade étnico-racial, que no período de 2004 a 2006 ficou sob a coordenação da professora Eliane Cavallero, era uma coordenação com características bem peculiares. A maioria de nós tínhamos um perfil de sermos ativistas intelectuais. Por quê? A grande maioria já tinha feito, pensado ou estava desenvolvendo alguma temática na academia sobre as relações étnico-raciais. Então, a gente pensava a partir do campo teórico, mas não pensávamos apenas teoricamente. Muitos de nós estávamos na academia inclusive porque fomos impulsionados pelos movimentos sociais. Então, muitos foram estudar e entender os mecanismos das relações étnico-raciais e, consequentemente, depois fomos compor o quadro da coordenação de diversidade étnico-racial. Vale ressaltar as ações que foram postas para projetos de pesquisa, publicações, fóruns de diversidade, e aí a gente percebe um diálogo bem estreito com as produções acadêmicas, consequência do perfil da equipe liderada pela professora Eliane (DENISE BOTELHO).

Talvez o fato dessas pessoas serem forjadas a partir dos movimentos sociais tenha sido o motor principal para o estreitamento do diálogo entre a SECADI e esses movimentos. Entretanto, não podemos afirmar, a partir desse dado, que os problemas sociais em âmbito educacional estariam resolvidos, pois as políticas públicas são atravessadas por interesses políticos que nem sempre estão ajustados aos desejos de quem as executam. As disjunções estão inscritas na falta de diapasão entre as esferas municipais, estaduais e federal, considerando distintos pleitos e burocracias que podem dificultar o trabalho. A tentativa não é a garantia do sucesso.

Essa possibilidade de olhar para o “ativismo institucional” se torna importante para evitar aquilo que Frantz Fanon (1961) adjetivava de “Burguesia de Funcionários”, ou seja, agentes defensores de um pensamento que não se renova, os executores técnicos de uma ordem vigente. Uma burguesia de funcionários se caracteriza como aquela que se responsabiliza pela organização do território “colonial”, maculando os problemas sociais vigentes através de atividades burocráticas que visam, em última análise, se nutrir da eterna precarização dos historicamente desfavorecidos. Todo este processo se daria de maneira conjugada aos ordenamentos sistêmicos estrangeiros, em afiliação aos órgãos internacionais de financiamento para o combate à miséria, sem deixar de fora os grandes conglomerados empresariais e as suas iniciativas.

Apesar de termos todas essas possibilidades, não descartamos o saber técnico, apenas aventamos para o fato de que somente ele, deslocado de diálogo com os movimentos

sociais e suas questões, que são operacionalizadas na prática militante, talvez possa ser insuficiente em alguns momentos cruciais. O saber técnico é fundamental, não se deve abrir mão dele, e o ideal é que não esteja desacompanhado, ou engendrado em sujeitos que não tomam para si a responsabilidade de transformações sociais. Por isso, se espera que esteja incorporado aos atores sociais que conseguem acessar este lugar, um olhar atento para que não esvazie a escuta das vozes que compõem o público-alvo das políticas focais, uma vez que os mesmos necessitam de um *feedback* institucional para que continuem travando suas batalhas e para a resolução dos seus problemas, que muitas vezes sofrem distorções políticas que dificultam que esses diversos grupos minoritários possam alcançar a plena cidadania.

Portanto, a partir da visão de uma pessoa que esteve à frente da primeira gestão da SECADI, a Dr^a Denise Botelho, a Secretaria funcionou como um importante elo entre os movimentos sociais e o governo, viabilizando pautas históricas dos movimentos negros que pudessem, enfim, sair do papel. Fica evidente, também, a importância de se conceber a formação técnica e o perfil ativista de parte das equipes, sobretudo da primeira formação do quadro de funcionários. Vejamos a formação das pessoas por nós entrevistadas.

3.4 A formação técnica dos membros da SECADI – Gestão 2016

3.4.1 Maria Auxiliadora - TÉCNICA

Nossa primeira entrevistada foi a professora Maria Auxiliadora. Mineira, graduada nos cursos de História e Pedagogia, ambas pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, e possuir Mestrado em Educação pela mesma instituição. Desde o ano de 2004, a professora está alocada na SECADI, pois como faz parte do quadro efetivo do MEC, haveria sido convidada para compor a Secretaria em virtude da homologação da lei 10.639/2003. Sua entrada na SECADI, segundo ela, se deve ao fato de ter sido a parecerista de dois relatórios para a referida lei, uma vez que essa altera a lei 9.394/1996. Hoje, Maria Auxiliadora é coordenadora substituta da Coordenação Geral de Educação para as Relações Étnico-Raciais, alocada na diretoria de Políticas de Educação do Campo, Indígena e para as Relações Étnico-Raciais.

3.4.2 Bárbara Sula – TÉCNICA

Bárbara Sula é graduada em psicologia e fez mestrado em administração pública pela UNB. Está na SECADI desde o ano de 2006 e é técnica nesta Secretaria, servidora concursada e recém-vinculada à Coordenação de Educação Geral das Relações Étnico-Raciais, Bárbara explica que se sente realizada no lugar onde está, do qual jamais se afastou.

3.4.3 Divina Sebastus

Divina do Sebastus é coordenadora geral de Políticas de Educação do Campo, está no MEC há 32 anos, é servidora pública e possui mestrado em Educação. Ela está na SECADI desde a sua criação, em 2004, antes disso trabalhava na coordenação geral de monitoramento e acompanhamento de programas da referida secretaria. Segundo nossa entrevistada, a SECADI surgiu a partir de demandas geradas no seio dos movimentos sociais, mais especificamente ela localiza a I Conferência para a Educação no Campo como evento balizador para a implementação de políticas públicas voltadas para as populações residentes em áreas rurais, que é o seu campo de atuação¹⁷.

3.5 Apresentação da SECADI pelas vozes de alguns de seus membros

As entrevistas foram realizadas no período de 10 a 17 de dezembro de 2016 no espaço da SECADI em Brasília – Distrito Federal. Elas foram fruto de contatos entre a orientadora desta tese, Professora Doutora Joselina da Silva, e da Professora da Universidade de Brasília, Doutora Edileuza Penha, que possibilitaram o estreitar dos contatos entre nós e os coordenadores da Secretaria. Contando com a disponibilidade e generosidade de toda a equipe da SECADI, iniciamos as nossas entrevistas.

Atuante desde o surgimento da SECADI, Maria Auxiliadora já esteve no cargo de coordenadora durante três anos, mas também já assumiu cargo de coordenação em ocasiões especiais, em que o coordenador era trocado ou se afastava das atividades. Estando ou não na coordenação, a professora nos explica que nunca esteve fora da equipe. Porém, ela adverte que sua coordenadoria faz parte da Diretoria de Políticas de Educação do Campo, Indígena e

¹⁷ A I Conferência Nacional por uma Educação Básica no Campo ocorreu na cidade Luziânia, estado de Goiás, no ano de 1998 e teve como objetivo promover uma educação que contemplasse as demandas das populações do campo, a partir de uma pedagogia produzida no interior das comunidades rurais, voltada para o contexto do campo. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/>. Acesso em: 15 set. 2016 a 06 out. 2016.

para as Relações Étnico-Raciais, e lá não é um lugar voltado unicamente para a educação de pessoas negras, mas que há uma diversidade de temas envolvidos, e um dos temas poucos explorados e que deveriam ser percebidos com mais cautela, seria a situação dos ciganos. Ela também informa que sua agenda e responsabilidade estão na educação quilombola.

Ela vai muito além de educar negros, ela é para educar para as relações étnico-raciais. Tanto é assim que aqui trabalham também as populações em situação de itinerância, principalmente os ciganos, para isso, tem a Resolução 03 de 2012, que visa orientar o sistema de ensino, como atender essa população em situação de itinerância e um dos focos dessa coordenação, que é muito forte e que já tem alguns anos, é a Educação Escolar Quilombola. Eu sou responsável por essa agenda dentro da coordenação, se eu estiver na coordenação eu sou responsável, quando eu não estou coordenando também sou responsável pela Educação Escolar Quilombola (MARIA AUXILIADORA).

Desse modo, a SECADI enquanto órgão responsável por propor políticas que visam melhor inserção e permanência do seu público-alvo nos sistemas de ensino, como maneira de correção das desigualdades educacionais, precisa estar sempre empreendendo diálogos horizontalizados entre as coordenações que a compõe. Por essa via, entendemos que as transversalidades nas proposições normativas para formação ou confecção de materiais didáticos, ainda enfrentam dificuldades para a realização de mais ações conjuntas, ou proposições que estejam arcabouçadas em consultorias participativas.

Por sinal, é importante lembrar que a Secretaria surge sem a sigla I, que significa Inclusão. Divina Sebastus faz essa observação, e para nós pode ser uma pista de que permanentemente surjam novas demandas dentro da Secretaria, em consonância com os influxos dos movimentos sociais. Logo, está posta a dinamicidade da SECADI e a movimentação de fluxos que as organizações da sociedade civil possibilitam, em meio a projetos galvanizadores de subjetividades até então pouco percebidas ou alavancadas pelos sistemas de poder. Sobre esta transformação, Divina afirma que:

Foi em 2011, porque quando a SECADI surgiu em 2004, já existia uma Secretaria que era da Educação Especial. Então, em 2010 houve uma reestruturação da estrutura do MEC, onde a Educação Especial passou a interagir [com] as temáticas da SECADI e aí se acrescentou a INCLUSÃO, mas é uma temática que também precisa de um olhar ainda especial, no sentido de políticas públicas específicas, só veio a agregar as temáticas da SECADI (Divina).

Observando atentamente, podemos complementar nossa ideia a partir da informação de que já havia uma secretaria de Educação Especial, que surge a partir do governo de Médiçi, com a Lei 5.692/71¹⁸. Aferimos que dentro do sistema público de ensino

¹⁸ A lei 5.692/71, surge no período do regime cívico-militar e muda a estrutura de ensino do país, engendrando novos operadores de oferta educacional, uma vez que o antigo curso primário e o ginásio se fundiram em um só

já se atendiam algumas demandas de inclusão, no entanto, sem que houvesse qualquer tipo de secretaria específica para assuntos diversos, isto é, os assuntos que ensejam para demandas de grupos historicamente marginalizados não estavam agrupados em um órgão específico que concentrasse seus esforços na formulação de políticas focais para esses grupos.

É importante salientar que historicamente a modalidade de Educação Especial esteve voltada para as pessoas portadoras de necessidades especiais, ou seja, com problemas de audição, visão, Síndrome de Down e outras debilidades físicas. O termo inclusão se soma a fim de promover um sentido agregador, no entendimento da oferta plural e agregadora da educação pública, que passa a se preocupar – pelo menos no âmbito discursivo – com a maneira com que essas pessoas ingressam e permanecem no sistema escolar.

Bárbara Sula também afirma que a Secretaria não iniciou suas atividades com a letra I de Inclusão, e que esta demanda foi a última a ser incorporada. Mas ela nos informa que a SECADI sempre esteve afinada com demandas dos movimentos sociais, e procura se reconstruir de acordo com emergentes terminologias que abrem portas para novas formas de conceber as opressões que surgem no cenário social.

Com o sentido inclusivo acrescentado, é de se esperar que as diferenças se relacionem e se equalizem, por meio da promoção de uma educação democrática. Dessa pluralidade pode emergir a consciência de que mais de um marcador identitário possa se somar à experiência vivida pelos sujeitos, conforme já sinalizamos anteriormente. Um portador de necessidades especiais pode, além disso, ter sofrido dificuldades no sistema de ensino por ser homossexual e negro, por exemplo.

Apesar de se relacionarem, e daí se misturarem e se distinguirem, as “identidades centrais” (negros, homossexuais, mulheres, quilombolas, indígenas, portadores de necessidades especiais, ciganos etc.) são preservadas através do fio condutor da oferta da Secretaria. A importância de reconhecer as particularidades de cada identidade se ancora no fato de que sem isso seria impossível haver a SECADI, pois é o retorno à “identidade primeira”, professada por uma ficção grupal que toma como base os pontos comuns que perpassam por gerações, localidades e agenciamentos políticos e sociais (SODRÉ, 2012), arregimentam os movimentos sociais e torna possível o atentar para os ordenamentos sistêmicos que não seriam descortinados caso as identidades fossem totalmente esfaceladas.

Dessa maneira, nos esforçamos em entender se existem transbordamentos operacionais que estão influenciados por um suposto ativismo dentro da SECADI, ou se essa

curso. No bojo dessas transformações fora necessário a composição de novas secretarias que dessem conta das demandas surgidas naquele contexto, e uma delas foi a de educação especial (KASSAR, 2011).

secretaria somente incorporou algumas demandas de movimentos sociais e as administrou de acordo com os interesses de conjuntura política. Nossa primeira entrevistada deixou nítido que esta seria uma questão complexa, uma vez que um órgão público não deveria se tornar um “lugar da militância” (Maria Auxiliadora), mas que seus funcionários deveriam ser, antes de tudo, gestores de políticas públicas. Já a nossa segunda entrevistada, Divina Sebastus, também nos concedeu sua perspectiva sobre este questionamento, pois:

Geralmente as pessoas que estão na gestão, de alguma forma, desempenham alguma função de relevância nas temáticas em que estão. Então, de certa forma, os gestores têm conhecimento de causa, e, tecnicamente falando, da temática na qual têm a sua gestão. Então, as pessoas se identificam e executam as demandas que venham das comunidades, ou seja, de movimentos sociais, seja das próprias Secretarias Municipais e Estaduais de Educação. Então, essas pessoas estão nos lugares em que realmente têm condições e competência para executar as ações que são referentes às temáticas (DIVINA).

Partindo da perspectiva supracitada, a SECADI seria um compósito de dois atributos até então distintos, o trabalho técnico e a militância de movimento social. Haveria uma terceira via adotada como ponto central para os técnicos que manejariam as ofertas das políticas da SECADI. As competências de gestão das políticas educacionais estariam somadas às experiências progressas dos seus membros, partícipes de movimentos sociais e/ou pesquisadores em temas que envolvam a compreensão dos processos históricos sobre cada público atendido pela Secretaria.

Ainda a respeito deste assunto, nossa entrevistada Bárbara Sula afirma que foi importante trabalhar com pessoas que participavam no ativismo político de suas respectivas bandeiras, mas que não é somente aí que se concentra o conhecimento acerca do que a SECADI oferta para inclusão de grupos historicamente marginalizados. Foi necessário juntar estas experiências empíricas, dialogando com os movimentos, mas também entre aqueles que se debruçavam na produção de conhecimentos acadêmicos acerca dos saberes sobre esses grupos. Desse modo, “há momentos que a gente tem um corpo mais qualificado nas temáticas e outro um pouco menos, mas é cíclico mesmo, é sazonal” (Bárbara Sula).

De acordo com a Bárbara, diante de um painel histórico desfavorável para o negro, a SECADI seria, portanto, uma espécie de porta-voz do povo, pois trabalharia a fim de minimizar os prejuízos educacionais dos grupos “historicamente oprimidos”. Esse fato justificaria a necessidade de haver pessoas que obtivessem muito mais do que o conhecimento técnico e acadêmico sobre as condições históricas acerca da população negra brasileira, mas que estivessem afinadas com o cotidiano dessa população.

Bárbara destaca que cada tema tratado pela SECADI possui sua importância, e isso está consubstanciado no fato de que as políticas ofertadas não são aprovadas sem que haja muitos debates e estudos acerca das problemáticas insurgentes.

A gente já teve vários momentos ao longo desses 10 anos, de diferentes fases de articulação. No momento estamos recompondo a nossa articulação com as demais diretorias. Por exemplo, a gente está buscando ações com relação à população negra dentro dos programas de EJA ou com relação ao atendimento a um programa específico de combate ao analfabetismo dentro das comunidades quilombolas, pedindo dados específicos sobre o atendimento de crianças negras com os programas de educação especial, e isso fazendo uma articulação maior dentro da nossa própria diretoria, que trabalha com as questões do campo com relação a atendimento das populações quilombolas, para ver como é que se articula essa questão com as desigualdades raciais (Bárbara Sula).

Essa possibilidade nos sugere pensar que mesmo diante de diversas dificuldades de compreender o racismo, por parte de boa parcela da sociedade brasileira, a coordenadoria da SECADI que trata das questões atinentes às questões raciais, tem como orientação, justamente o combate ao racismo em todas as instâncias, não se restringindo ao campo específico no qual são proponentes de políticas públicas. Essas articulações agregam tanto aqueles os quais tomam contato pela primeira vez com a temática, mas também a equipe das relações étnico-raciais, uma vez que o relacionamento entre conhecimentos de diferentes campos do saber se interconectam e dão lugar para pensar novos agenciamentos e políticas.

A compartimentação das coordenações que atuam na SECADI é a possibilidade de ofertar uma educação mais especializada, considerando dois fatores: A) a alocação de profissionais que se qualificaram para trabalhar com determinada especialidade estimula mais pesquisas nas áreas subsequentes; e B) a compreensão mais estreita acerca das demandas dos atores sociais, através de diálogos e ouvidorias de grupos organizados, melhora o atendimento dos mesmos.

De modo geral, as nossas entrevistadas concordam que a SECADI oferta promoção de educação especializada e que depende de um bom relacionamento com os movimentos sociais, e, mesmo com uma leve discordância de Maria Auxiliadora, elas convergem no crédito de que os seus membros precisam estar afinados com o tema da coordenadoria em que está alocado, e que esse fato atraiu pessoas que não somente estudaram acerca das temáticas propostas, mas estiveram junto aos movimentos sociais contribuindo empiricamente em suas organizações.

Portanto, na visão dos membros entrevistados durante a gestão de 2016, a SECADI surgiu para tentar dar funcionalidade prática aos direcionamentos do Plano de Ação de Durban, sendo o modo mais eficiente para tornar factível aquilo que se aprovou naquela

Conferência. Para tanto, estreitou os laços com os movimentos sociais e contratou pessoal especializado e de bom trânsito com os mesmos. Nesse sentido, o nosso próximo passo visou observar como seriam esses agenciamentos entre Durban e SECADI.

3.6 A criação da SECADI e a Conferência de Durban (2001)

Insta os Estados a assegurarem o acesso à educação e a promoverem o acesso a novas tecnologias que ofereçam aos africanos e afrodescendentes, em particular, a mulheres e crianças, recursos adequados à educação, ao desenvolvimento tecnológico e ao ensino a distância em comunidades locais (Declaração de Durban e Plano de Ação, p.44).

A partir das entrevistas com os membros da SECADI, buscamos investigar como eles entendem a relação entre a criação dessa secretaria e a III Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, ocorrida no ano de 2001 em Durban, África do Sul, e se é possível afirmar que a SECADI é fruto do compromisso assumido após a declaração redigida ao final da Conferência, na qual insta aos Estados participantes viabilizar políticas de combate ao racismo, ou se é uma iniciativa espontânea do governo vigente no ano em que fora criada.

É importante salientar que a Conferência de Durban aconteceu no ano de 2001, e o Brasil estava sob a égide do segundo governo de Fernando Henrique Cardoso, tendo uma participação que conjugava os movimentos sociais e a delegação oficial. Como a SECADI fora criada somente no ano de 2004, é interessante entender o ponto de vista das nossas entrevistas em relação a essa transição, ou seja, se já no governo anterior ao de Luiz Inácio “Lula” da Silva se pensava a SECADI, ou se ela se projetou totalmente neste governo, ou, ainda, se a Secretaria fora pensada no âmbito dos movimentos sociais e o governo Lula possibilitou a ponte entre os movimentos sociais, orientados pelas decisões de Durban, e o poder público.

Ainda que tenha havido um firmamento por parte do governo brasileiro no período da Conferência de Durban, Denise Botelho afirma que este fato não deve ser encarado como uma ação espontânea, mas sim algo que visava interesses políticos. Nesse sentido, por mais que houvesse pessoas com a inclinação para resolução de problemas sociais dentro daquele governo, essas ainda estariam frente aos problemas produzidos no interior de uma sociedade racista, que se reproduzem nas instituições e matiza as desigualdades raciais.

Por esse motivo, Denise assevera que não se pode afirmar que a SECADI seja estritamente a consequência do que fora acordado em Durban, mas o somatório de fatores

diversos, que, de certo modo, conflui para o que fica como encaminhamento sugerido a partir de acordos internacionais. Denise complementa que:

Eu não poderia afirmar diretamente se haveria alguma relação da criação da SECADI com a Conferência de Durban, porque a instituição política da secretaria, é óbvio, que tem a ver com os acordos políticos que o presidente da época tinha firmado para sua eleição, não tenha dúvidas disso. Essa relação entre a criação da SECADI com a Conferência de Durban tem a ver que nós fomos consignatários da declaração de Durban, e isso nos trouxe algumas obrigações, das quais a gente implementou. Penso eu que a SECADI já é um resultado disso, mas eu não poderia afirmar, pois isso já estaria nas esferas superiores das quais participaram da criação da SECADI (DENISE BOTELHO).

Podemos perceber que o que Denise adverte está inscrito na possibilidade de a SECADI ser uma consequência de Durban, mas não como algo planejado diretamente em virtude do que prescreve o documento final daquela Conferência. O que está dito é que o compromisso de promover políticas públicas para o combate ao racismo estava posto, já que o Brasil é signatário do Plano de Ação, mas a materialização das ações não foi decidida de cima para baixo, e sim por meio da articulação daqueles que estiveram em Durban e já se organizavam em movimentos sociais, pressionando os governos por uma tomada de providência em face ao racismo.

Os movimentos negros possuem um histórico de denúncias e proposições que visam combater o racismo, e a Conferência de Durban surgiu como uma oportunidade que deveria ser bem aproveitada pelos militantes dos movimentos negros, já que ali seria o momento de ter voz e propor ações efetivas para a satisfação de pautas históricas. O Brasil havia se recém-democratizado e completado quinhentos anos de existência, mas estava muito atrasado em termos de políticas públicas de combate ao racismo.

Contudo, muitos dos militantes dos movimentos negros entrevistados por Joselina da Silva e Amauri Mendes Pereira (2012) antes e durante a Conferência de Durban, afirmam que dever-se-ia tratar iminentemente das causas que levam as populações negras ao nível mais baixo nos índices de bem-estar social, mas, entretanto, asseveram que lá, em Durban, foram levantadas temáticas as quais esvaziavam essas discussões. Nessa perspectiva, Sueli Carneiro afirma que:

As duas outras conferências de racismo tinham questões muito precisas: a questão do *Apartheid*, a questão do colonialismo e do neonazismo. Essa conferência trata do quintal de todo mundo. Porque todo mundo tem problema dentro de casa. Então, ela tem uma complexidade muito maior, tem muitas forças trabalhando contra, para que ela passe logo, que polemize o mínimo, que certos temas não tenham apoio e que certas questões que são estratégicas não apareçam. (...). Há interesses muito maiores em jogo e nós, no movimento negro brasileiro, estamos muito despreparados para entrar nesse jogo internacional (SILVA; PEREIRA, 2012, p. 81).

A partir desta colocação de Sueli Carneiro, fica evidente que, mesmo por dentro dos espaços de discussões mais específicos em torno do racismo, o problema pode ser esvaziado e perder força para outros pleitos que direcionam questões que, ainda atravessadas pelo racismo, o dissimula, fazendo emergir outras categorias analíticas, sem operacionalizar propostas que amplifiquem as possibilidades de correções raciais dentro da especificidade na qual se projetou determinada agenda política.

Houve, portanto, muitas queixas por parte das lideranças dos movimentos negros brasileiros no tocante ao entendimento de que a conferência tivera um caráter muito abrangente. Por mais que existam diferentes maneiras de se empreender lutas pelo fim das desigualdades sociais, muitos militantes e/ou intelectuais compreendem que aglutinar diferentes grupos historicamente marginalizados em torno de uma única estratégia de combate às opressões, causaria maior esfacelamento dentro do grupo historicamente mais fragilizado, neste caso o negro (SILVA; PEREIRA, 2012).

Esse fato ocasiona a nossa pergunta-chave: A SECADI é resultado direto de Durban? Essa questão é atravessada por conta de sabermos que a Secretaria é abrangente em sua oferta de educação, abarcando diferentes modalidades para grupos que historicamente também se organizaram em torno da busca de resolução para os seus problemas. Se a SECADI é consequência direta de Durban, então por que a Secretaria não atende apenas os grupos sinalizados no seu documento final?

Conforme sinalizado, a SECADI agregou os grupos marginalizados para a oferta de políticas específicas, e essa estratégia não retirou dos negros a possibilidade de se organizar com a posse de ferramentas que lhes possibilitam maior envergadura na luta contra o racismo. Por esse motivo, ao perguntamos para as nossas entrevistadas sobre a Conferência de Durban e a criação da SECADI, se era possível traçar um paralelo, todas conseguem identificar alguma relação. Para Divina,

Bom, eu acho que contribuiu e muito também, porque em 2001, que foi [realizada] a Conferência, eu acho que ela veio fortalecer, vamos dizer assim, as temáticas da SECADI, porque como a SECADI foi criada em 2004, já com temáticas que para a sociedade eram ainda sem muitos conhecimentos, sem muitas informações, então eu acho que a partir de 2001 isso vem fortalecer as temáticas trabalhadas pela SECADI (DIVINA SEBASTUS).

Fica ressaltada a importância da conferência de Durban, estendida a um grande campo de ação que está para além daquele que circunscreve o das relações étnico-raciais. Há um dado importante que conduz a interconexões importantes que se inscrevem na abrangência dessa conferência. Ele diz respeito ao fato de que se as relações raciais atravessam outros

campos de luta, então podemos dizer que os movimentos negros aglutinam outros grupos, empreendendo esforços pela via do combate ao racismo e de outras formas de preconceito. Fica evidente, portanto, que o primeiro e mais longo movimento social brasileiro é o movimento negro, se responsabilizando por catalisar a potência de outras organizações políticas sem que o combate ao racismo seja apagado (SODRÉ, 2012).

Analisando por esse prisma, a Conferência de Durban foi um *start* para que outras questões, não debatidas naquele momento, fossem observadas mais atentamente e somadas às estratégias da Secretaria em ofertar políticas educacionais de modo plural. A abrangência de temas de uma Conferência é dada através dos desdobramentos políticos que geram novas demandas e se estendem para novos olhares e possibilidades de reorganização dos movimentos sociais, tudo frente ao modelo de ação que realmente será adotado pela conjuntura política vigente.

Este fato pode ser constatado a partir da afirmação da então presidenta da Organização de Mulheres Negras de São Paulo – Fala Preta, Edna Roland, uma das cinco pessoas escolhidas pela Organização das Nações Unidas – ONU como responsáveis para acompanhar se as resoluções da conferência estão sendo cumpridas, conforme em entrevista para Silva e Pereira (2012):

A Conferência é quase que um pretexto para permitir avanços no cenário nacional. Às vezes um parágrafo que você consegue introduzir num documento desses tem muitos desdobramentos políticos posteriores, que você só sabe avaliar no período pós-Conferência. Por exemplo, tem um parágrafo famoso na Conferência do Cairo¹⁹, que permitiu, por exemplo, que, depois, na Conferência de Beijing²⁰, retomássemos a discussão sobre direitos reprodutivos em relação ao aborto, que tem oferecido uma série de avanços em termos de serviços públicos – oferecidos pelo Estado –, recomendações para aqueles que seriam revisados e tem todo um desdobramento político posterior (SILVA; PEREIRA, 2012, p. 81).

Está evidenciado que não se negocia políticas públicas sem que haja muita preparação técnica anterior. Inúmeras conferências e grupos de trabalhos fazem parte de diversas investidas que agregam na formação acadêmica, militância política e diálogo com atores de diversos movimentos sociais. No caminho percorrido para implementar uma política pública, se faz necessário a compreensão do funcionamento sistêmico das instituições e quais

¹⁹ A Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD), mais conhecida como Conferência do Cairo, foi realizada em setembro de 1994 e teve como principal objetivo reconhecer o exercício dos direitos humanos e potencializar os meios de projeção da mulher como importante agente que impacta na qualidade de vida das populações.

²⁰ A IV Conferência das Nações Unidas sobre a Mulher, realizada em Pequim, em setembro de 1995, teve como principal objetivo a promoção dos direitos da mulher, denunciando e propondo ações que corrijam a situação de vulnerabilidade em que se encontram as mulheres em todo o mundo.

os seus papéis na sociedade, pois só assim se torna possível traçar as estratégias cabíveis para intervir em suas estruturas.

Apesar de tantos operadores que sinalizam para uma estrutura que historicamente dificulta que haja igualdade racial, é importante demonstrar que em cada conjuntura há investidas que se organizam para a quebra da hegemonia, que prejudica o equilíbrio social. Geralmente a ONU funciona como mediadora desses interesses, ainda que se articule de modo a apenas atenuar os problemas, e não advogar por uma ruptura radical desse modelo capitalista, já que sem ele a própria ONU teria a sua existência ameaçada. Deste modo, se buscou realizar diversas conferências as quais visavam o debate sobre os caminhos a serem percorridos para que as populações menos favorecidas fossem melhores atendidas em suas demandas no interior de cada país signatário.

A produção de documentos ao final de intensas, extensas e complexas discussões ocorridas em cada conferência pressupõe que cada país signatário apresentasse pautas distintas que sinalizasse para descompassos sociais no interior de cada um deles, atestando para a inelutável realidade, que é a advertência de que sem luta se torna quase impossível o atendimento de agendas que clamam por melhor distribuição da riqueza e tolerância ao painel racial encontrado. Obviamente que o cumprimento daquilo que as conferências da ONU preconizam não são facilmente realizáveis, tanto por interesses difusos entre os grupos que granjeiam o poder econômico local quanto pela afiliação que os mesmos precisam manter para que permaneçam no poder.

Segundo Santos (2015), a realidade brasileira se inscreve na advertência ao qual chamamos a atenção acima. Para ele, os movimentos sociais brasileiros, sobretudo os movimentos negros, se articulam permanentemente para pressionar o Estado em direção à incorporação de suas demandas. Com isso, se produzem relatórios de acompanhamento sobre as ações consubstanciadas, a fim de diminuir o abismo de desigualdade social. As dificuldades se mostram acaloradamente no campo da descontinuidade das políticas públicas e nas brechas da normatividade, apontando na direção que confirma a tese de que o racismo institucional é a maior barreira de ascensão do negro em nossa sociedade.

Este mesmo autor, Santos (2015), afirma que a III Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, ocorrida em Durban no ano de 2001, foi a ponta de lança para desencadear um novo processo de transformação nas relações políticas em relação à população negra no Brasil. Motivados pelos documentos que orientam para novas relações arregimentadas pelos Direitos Humanos, os movimentos negros passaram a pressionar o Estado brasileiro para o cumprimento daquilo que ficou

acordado nesta Conferência. Sendo preciso, portanto, que a ONU fosse a mediadora, ou fiscalizadora, nesse processo de implementação dessas medidas.

Para que isso fosse realmente efetivado seria necessário contar com a presença de técnicos da ONU, pessoas capazes de identificar a gravidade do problema e, com efeito, propor medidas ajustadas ao que os documentos prescrevem. De acordo com Santos (2015), estes relatores possuem um conjunto de orientações normativas aos quais devem se balizar, servindo como catalisadores para um olhar mais acurado acerca das mazelas que acometem os grupos historicamente marginalizados, e que pleiteiam justiça social. Santos elenca as “prerrogativas e competências” exigidas para que esses técnicos possam identificar o nível de cumprimento com os preceitos dos direitos humanos nos países signatários de Durban:

- Liberdade de movimento no território nacional;
 - Liberdade de investigar;
 - Acesso a qualquer prisão e centro de detenção;
 - Contatos com autoridades centrais;
 - Contatos com representantes da sociedade civil e outras instituições privadas e meios de comunicação;
 - Acesso a documentos relevantes para o mandato;
 - Contatos confidenciais e não supervisionados com testemunhas;
 - Segurança por parte do governo às pessoas que colaborem com o relator.
- (SANTOS, 2015, p. 209-210).

Evidentemente que para o Estado cumprir com todas essas prerrogativas seria necessária uma nova configuração da ordem sistêmica nacional e no *modus operandi* das instituições que manejam o exercício legal de investigação criminal e de organização dos preceitos cidadãos, e isso é praticamente impossível em meio à profunda realidade histórica na qual o país se edificou. Dito isto, é pertinente assinalar que esses técnicos poderão observar, com imensa dificuldade, um painel que – até pela dificuldade legalmente imputada – atesta para uma miríade de problemas complexos a serem analisados sob a ótica de relações que se articulam e se distanciam de acordo com interesses particularistas.

Desde o ano de 2002, três relatores da ONU foram designados para o Brasil, fazendo a apreciação do painel social no que concerne às formas de discriminação e racismo materializados no território nacional. O beninense Maurice Glèlè-Ahanhazo, o senegalês Doudou Diène e o queniano Githu Muigai, foram, respectivamente e em uma linha temporal demarcada, os designados para a missão de operar a observância acerca destas questões no Brasil. A última visita é a do último designado citado, e deu início no ano de 2008, quando os demais já haviam completado o tempo de inquirição (SANTOS, 2015).

É possível identificar que todos os relatores tiveram pontos comuns em suas asserções, pois passaram entre seis e oito anos observando e investigando documentos oficiais

e algumas instituições brasileiras a fim de compreender a dinâmica racial no cotidiano de cada uma delas. De acordo com Santos (2015), apesar de todos estes técnicos da ONU terem chegado à conclusão de que o Brasil seja um país racista, eles encontraram grandes dificuldades de percepção dessa realidade por parte de parcela da população, identificando nos discursos oficiais as tergiversações que se coadunam com os apanágios retóricos de uma profunda mestiçagem biológica, que funcionaria como atenuador de deferências racistas, dadas as supostas dificuldades em identificar racialmente (sociologicamente falando) os cidadãos brasileiros.

O mais interessante nos relatos desses técnicos é que os discursos e as narrativas oficiais se mantiveram quase inalteradas num período de tempo de dez anos entre a visita do primeiro e do último relator. Em todas as observações se encaminham profundas reflexões sobre o painel histórico e sociológico do Brasil, asseverando que há elementos suficientes para constatar que o Brasil é um país racista, diante das evidências que estão consubstanciadas na pirâmide social e racial. Santos (2015), em um breve apanhado geral sobre o relatório de um dos técnicos, o senegalês Doudou Diène, infere que:

O relator especial relatou a ausência de um memorial nacional da escravidão, o que aparece como uma negação do lugar da escravidão na memória nacional. No mesmo espírito, a superexploração da herança e das culturas indígenas e afro-brasileira para o turismo, sem significativos benefícios sociais e econômicos, é uma fonte de profunda frustração e alienação para suas comunidades (SANTOS, 2015, p. 213).

Considerando todas as possibilidades atravessadas nas recomendações operacionalizadas na Conferência de Durban e a visita dos relatores da ONU, evidentemente que se possa argumentar em torno do olhar desses técnicos, forjado pelas agendas políticas que plasmam a instituição a qual representam. Ainda que se tenha a possibilidade de objetificar e relativizar acerca do racismo institucional brasileiro, sob a inquirição de cada ocorrência de suposto crime de racismo, a fim de averiguar se realmente as reclamações procedem, o painel estrutural aduz o quadro de desigualdade, que se articulado com o processo histórico de construção da nação em sua dimensão organizacional, se torna o demonstrativo essencial para dar as respostas necessárias para a legitimação para que os inquéritos que tragam as abordagens dessa natureza sejam viáveis.

Diante dessa conjuntura, a SECADI iniciou os seus trabalhos se apresentando como uma alternativa de oferta de educação para diminuir os impactos do racismo na sociedade brasileira. As diretorias e as coordenadorias se subdividiram em temáticas importantes para promover o acesso à cidadania a todos os brasileiros em suas diferenças,

com destaque para a Educação para as Relações Étnico-Raciais, promovendo debates, confeccionando materiais didáticos e desenvolvendo ações diretas nas escolas.

Ainda que o trabalho desenvolvido pela SECADI não carregue integralmente o que ficou acordado no Plano de Ações da Conferência de Durban, há um transbordamento natural do que representou Durban em termos de debate, para a realização do trabalho de cada técnico ali alocado, dadas as suas inclinações para o trato com questões afinadas aos pleitos dos movimentos sociais. Por isso, essa Secretaria representa um bom *feedback* para tudo que Santos (2015) sinalizou em termos de ações necessárias para o combate ao racismo institucional.

Salientamos, portanto, que a SECADI não foi uma imposição direta da Conferência de Durban, ou seja, não foi uma secretaria projetada na Conferência e posta em funcionamento como resposta direta ao documento final lá redigido. Entretanto, podemos afirmar que a SECADI seja fruto da insistente e competente ação dos militantes dos movimentos negros que lá estiveram, que souberam conjugar forças e negociar com o governo que tomou posse posteriormente, viabilizando que demandas históricas do movimento negro não ficassem apenas no papel, mas tomassem corpo e chegassem até a população negra.

4 A CONFERÊNCIA DE DURBAN

Um dos acontecimentos internacionais mais importantes do final do Século XX, cujas sugestões devem ser absorvidas e adotadas pelas instâncias governamentais e por todos os segmentos da sociedade (Declaração de Durban e Plano de Ação, p.7)

4.1 Primeiros olhares

No período de 31 de agosto a 08 de setembro de 2001 aconteceu a conferência que transformou substantivamente o painel das agendas políticas dos movimentos negros brasileiros e uruguaios, reorganizando antigas pautas que antes não haviam sido incorporadas em dimensões institucionais, e potencializando novos atores inclinados no combate ao racismo. A III Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, ocorrida na cidade de Durban, na África do Sul, deve ser considerada como um grande marco para o movimento negro brasileiro ao levarmos em conta o seu processo de organização e os desdobramentos operados após o seu término.

A Conferência de Durban tinha como objetivo central encaminhar propostas que pressionassem os países participantes para a implementação de ações de combate ao racismo e as diversas formas de preconceitos geradores de iniquidades sociais. Estiveram em Durban 173 países, com mais de 16 mil participantes, entre delegados, representantes de governos, lideranças de movimentos sociais e membros de Organizações não Governamentais – ONGS. Buscava-se uma ampla mobilização para minimizar as possibilidades de conflitos étnicos e raciais que transgredissem os princípios éticos de livre expressão política e autodeterminação dos povos no interior dos seus territórios, ou em escala internacional (TRAPP, 2011).

Vale registrar que a Conferência de Durban é o desdobramento de outras duas conferências. A primeira, sob o título de “Primeira Conferência Mundial para o Combate ao Racismo e a Discriminação Racial”, ocorreu em Genebra, Suíça, no ano de 1978. Esta conferência foi a finalização dos trabalhos da Primeira Década de Combate ao Racismo, e teve como principal objetivo o combate ao Apartheid (regime de segregação racial que durou de 1948 a 1994 na África do Sul), logo após o conselho de segurança da Organização das Nações Unidas – ONU ter imposto o embargo na venda de armas para aquele país (ALVES, 2020).

A outra é a “II Conferência Mundial sobre os Direitos Humanos”, ocorrida no ano de 1993 em Viena, Áustria. A resolução deste encontro aponta caminhos para o combate à discriminação com ênfase no racismo. Estiveram presentes membros de diversos segmentos da sociedade civil organizada, representados pelas Organizações não Governamentais. Ao

final, fora produzido a Relatoria Especial, na qual tecia conhecimentos sobre novas manifestações de racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata.

Não se pode perder de vista que a Organização das Nações Unidas – ONU, fundada em outubro de 1945, é um órgão internacional que surge após a Segunda Guerra Mundial com o intento de reunir nações e promover parâmetros internacionais para que se possa garantir o cumprimento dos direitos humanos em âmbito local e global. Segundo Silva e Pereira (2012), a ONU surge em um contexto em que há

No cenário mundial, uma preocupação recente com o retorno da racialização no mundo. A ONU tem, em sua carta de fundação, uma referência específica em relação às liberdades fundamentais sem distinção de raças, sexo e religião. Diversos esforços foram envidados pelos tentáculos deste órgão internacional, na busca de melhor entendimento das questões de raça naquele momento (SILVA; PEREIRA, 2012, p. 174)²¹.

Logo, a ONU se estabelece como mediadora de conflitos que transgridam os direitos humanos. Mais do que isso, se tornou alvo da organização propor medidas que contribuam para potencializar leis e ações políticas que visem diminuir as diferenças sociais viabilizadas pelo racismo e por todas as formas de discriminação no interior de cada um dos países que apresentam questões específicas de descumprimento de normas internacionais para paz e harmonia entre os povos.

Diante dessa perspectiva, a ONU inicia, a partir da década de 1960, uma série de conferências internacionais que objetivam a produção de documentos que viriam a servir como balizadores na intensificação da erradicação do racismo. Em 1966 fora debatido o Apartheid em seminário ocorrido no Brasil, já o segundo foi na Índia e se discutiu a eliminação de todas as formas de discriminação racial. O último da década aconteceu na Zâmbia e os temas anteriores reapareceram, com o acréscimo da questão do colonialismo (SILVA; PEREIRA, 2012).

Os efeitos dessas investidas da ONU se traduzem, segundo Silva e Pereira (2012), na produção de materiais que serviram de base para debates e resoluções pela Assembleia Geral da ONU, que instituiu, em 1971, o “Ano para o Combate ao Racismo e a Discriminação Racial”. Nota-se que, gradativamente, os debates vão se abrindo e sendo operacionalizados, muito em função da eclosão de reivindicações de movimentos negros organizados em vários

²¹ Aqui é importante sinalizar que os autores fazem menção ao projeto UNESCO, que teve o Brasil da década de 1950 como fonte de pesquisa para se compreender os fatores que conduzem uma nação a se ter um convívio racial pacífico entre os povos. Segundo eles, o órgão tinha o Brasil como modelo racial democrático, ao contrário de países como África do Sul e EUA.

países, atentando para o fato de que o término da escravidão negra no século XIX não pôs termo ao racismo.

Não obstante, o nosso olhar não pode deixar de considerar os entraves e conflitos ocorridos no interior de cada conferência e dos respectivos documentos produzidos ao final delas, uma vez que a ONU não constitui um bloco homogêneo e os países participantes carregarem interesses específicos em decorrência das problemáticas enfrentadas em âmbito local, o que inviabilizaria a conjugação de decisões multilaterais, ou seja, a efetivação de medidas de erradicação de todas as formas de preconceito e discriminação não depende exclusivamente da produção de normas estabelecidas pela ONU.

Paulatinamente, a ONU incorporava o debate acerca do racismo como ponto central em seu rol de discussões. Entretanto, e como dito anteriormente, os meios para a consecução dos objetivos – erradicação do racismo e das diferentes formas de preconceito – não se efetivavam de maneira substancial, levando em consideração os índices de desigualdades sociais em cada um dos países membros, e também a ocorrência de conflitos raciais no mundo, tal como o *apartheid* na África do Sul.

O “passo à frente” dado pela ONU foi a criação de uma década de combate ao Racismo, que já se inicia com a comemoração dos 25 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Silva e Pereira (2012) assinalam que a intenção era fomentar debates em âmbitos regionais e nacionais que corporificassem esforços e dessem tônus para a realização de uma conferência mundial, tendo como prazo de no máximo cinco anos após a criação da referida década. A culminância dessas investidas foi a conferência ocorrida em Genebra, na Suíça, no ano de 1978:

A Conferência preocupou-se mais enfaticamente com o Apartheid, com o Neonazismo e o Fascismo que, segundo o plano de ação, estava grassando naquele momento. Além destes, os direitos das minorias, dos povos indígenas e dos migrantes eram pontos incluídos na declaração da Conferência. A África do Sul, a Namíbia, o Zimbábue e a Palestina eram focos de maior atenção como violação dos Direitos Humanos (SILVA; PEREIRA, 2012, p. 178).

Apesar de temas extremamente relevantes, e da produção de documentos que, segundo Silva e Pereira (2012), viriam a potencializar a pressão por uma educação antirracista no mundo, Alves (2002) entende que a conferência teve pouca envergadura diante do cenário internacional, uma vez que teria acontecido na sede da ONU – em Genebra – como se fosse uma reunião consuetudinária, sem ampla divulgação pelas mídias que, segundo este autor, estavam mais inclinadas para a cobertura sobre o *Apartheid* na África do Sul.

De acordo com Alves (2002), diante de um período marcado pela bipolarização do mundo, havia dois conflitos que chamavam maior atenção das mídias internacionais, pela sua virulência e pela capacidade organizativa dos movimentos locais que os combatiam. O *Apartheid*, na África do Sul, e as disputas religiosas no Oriente Médio, foram eventos amplamente debatidos pelas mídias da época e se tornaram escopo central para as conferências da ONU. Alves (2002) assinala ainda que a eleição de Nelson Mandela, em 1994, deu maior visibilidade mundial aos danos provocados pelo racismo.

A importância da eleição de Nelson Mandela à presidência da República da África do Sul demonstrou que o racismo tem sido determinante na organização da vida política mundial, uma vez que a refratária inclinação para a resolução de conflitos raciais no interior de cada país, funciona como potencializador de desigualdades raciais, ou seja, a subida de um negro como chefe maior de uma nação multirracial é apenas a parte mais visível das dificuldades encaradas pelos negros cotidianamente.

Nesse sentido, o que Alves (2002) e Trapp (2011) chamam a atenção para o fato de que a ONU tratou especificamente do problema do *Apartheid* sul-africano e que, por si só, isso não seria o suficiente para estancar conflitos locais em países em que não havia um sistema tão latente de exclusão racial, mas em que a sociedade estaria secularmente estratificada por meio de uma pirâmide social a qual o negro sempre esteve na base.

Os movimentos negros brasileiros já denunciavam a inexistência de um paraíso racial no Brasil, provocando debates que se escudavam por meio de dados estatísticos que veiculavam índices alarmantes do abismo social entre negros e brancos. Segundo Alves (2002) e Trapp (2011), esse fato é de valiosa reflexão, na medida em que até então a preocupação da ONU ficou concentrada na resolução de conflitos pontuais, mas não na materialização de uma agenda comum que congregasse vários Estados que pudessem propor medidas que também contemplasse os seus casos específicos, até porque com a chancela da ONU seria muito mais fácil pressionar os seus governos para a adoção de políticas públicas.

Segundo Alves (2002), nos primeiros anos da década de 1990 emergiam outros grupos extremistas que ameaçavam a democracia, identificados como neonazistas, *skinheads*, milícias armadas e supremacistas raciais de várias ordens, que surgiam especificamente em países de conflitos raciais mais visibilizados na história, e posteriormente ganhavam adeptos em outras partes do mundo. Com essas movimentações, não seria difícil de supor que logo haveria algum tipo de pressão para que se houvesse alguma conferência que pudesse agregar todos esses pontos.

Observando esse painel, os membros da ONU acreditavam na eficiência do multilateralismo, visto que o fim do *Apartheid* decorria da conjugação de esforços multilaterais, sendo, portanto, uma experiência positiva conquistada a longo prazo. Em decorrência disso, a ONU lança a resolução 1994/2, que admitia uma conferência que tratasse de temas de combate ao “Racismo, a discriminação racial ou étnica, a xenofobia e outras formas correlatas de intolerância”. Tratava-se da inclusão de pautas gerais em que os participantes pudessem apresentar problemas locais, redigir propostas e votar na aprovação de um documento final.

Ao considerarmos a ONU enquanto uma entidade multilateral e composta por diferentes países, de tendências políticas distintas e em conjunturas complexas, evidencia-se que uma conferência dessa magnitude viria a trazer incômodos aos países historicamente envolvidos em grandes conflitos raciais. Em um contexto de globalização, a exclusão social e todos os problemas subjacentes ao racismo estariam ainda mais visíveis, o que dificultaria à ONU, e aos países mais ricos, direcionar uma conferência para um único “problema alvo” e propor algo menos global.

Por esse motivo, a Comissão de Direitos Humanos da ONU enfrentou dificuldades ao propor esse tipo de evento quando expressou esta necessidade em reunião da subcomissão no ano de 1995. O desenrolar desse pleito só teve efetivação no ano de 1997, a partir da resolução 52/111 que “pelo Artigo 28 dessa longa resolução programática finalmente decidiu-se convocar uma ‘Conferência mundial sobre o racismo e a discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata’” (ALVES, 2002, p. 203).

Elencados os objetivos, que tinham como principal escopo a investigação dos efeitos das medidas instadas em outras conferências, bem como a formulação de novas orientações para o combate ao racismo, decidiu-se, portanto, sobre a convocação da conferência mundial a ser realizada em Durban. Iniciar-se-ia, portanto, uma série de preparações para a participação dos países na conferência, tanto em âmbito nacional quanto regional.

4.2 Os eventos preparatórios

A pavimentação do caminho para Durban seria o próximo passo para o movimento negro brasileiro. Para tanto, se fez necessário pensar estratégias de mobilização local e continental, já que teria um árduo trabalho de seleção do quadro político que tomaria a dianteira da discussão específica sobre os problemas nacionais, e também o diálogo com os

países da América Sul, exercendo o seu protagonismo, considerando o fato de ser o país com o maior contingente de negros fora do continente africano, o histórico de lutas dos movimentos negros brasileiros e os seus impactos na região.

É importante assinalar que, contemporaneamente, os movimentos negros no Brasil reorientaram os seus escopos de organização em torno do princípio de identidade negra a partir de um princípio transnacional, e isso impactou nos outros países latino-americanos. Segundo Trapp (2011), esses movimentos deixaram de se organizar em torno do ideal de identidade nacional e passaram a operar com uma mirada para o continente africano.

Logo, as novas articulações políticas em torno das lutas antirracismo se pautam com vistas às experiências diaspóricas, porém vinculadas ao princípio de ancestralidade comum africana. Desse modo, os vínculos e trocas locais e internacionais se intensificaram e tonificaram a necessidade de fortalecimento de pontos tangenciais entre os negros na diáspora latino-americana, no entendimento de que os problemas enfrentados seriam similares e a solução viria a partir de uma agenda unificada.

Segundo Igreja e Agudelo (2014), muitos países da América Latina e do Caribe iniciaram um processo de transformações em suas legislações orientadas pela mirada multicultural, que antes havia sido dificultada pelo quase apagamento das identidades raciais. A autora sinaliza que o final dos anos 1980 teria sido o período-chave para essas mudanças, pois esse “giro multicultural” teria substancializado o princípio de alteridade imputado primeiramente aos indígenas e, posteriormente, agregando as populações afros.

Os elos estavam conectados por uma série de confluências, e os eventos históricos de colonialismo e escravização sinalizaram para o despertar da necessidade de uma revisão da história que pudesse dar conta de compreender os processos de submissão à miséria ao qual a população negra ainda sofre na contemporaneidade. Obviamente que ao pensarmos na construção de uma identidade transnacional as diferenças devem ser salvaguardadas, considerando as particularidades que engendram o processo de ocupação territorial feito por cada povo em específico.

Entre a metade dos anos de 1980 e 1990 muitos estados latino-americanos e caribenhos consolidam as medidas perseguidas há anos, que visavam o reconhecimento institucional de suas identidades autóctones e de origem africana. Segundo Igreja e Agudelo (2014), esse processo se deve, em parte, aos contributos de organismos internacionais que

ajudam a reorganizar as políticas públicas e em atender as demandas específicas dos grupos que historicamente estiveram às margens do processo de cidadania desses países²².

É, portanto, possível que os movimentos negros latino-americanos tenham criado uma interessante rede de contatos que possibilitaram o florescer de ideias que se tangenciavam, e até mesmo as que continham certa conjuminância, para criar uma forte mobilização que se fortaleceria no futuro, viabilizando a composição de parcerias que confluiriam para o protagonismo da América do Sul na Conferência de Durban. Logo, partir daquele período:

Em uma dinâmica de mútua retroalimentação, os ativismos nacionais apoiam-se nas mobilizações transnacionais das reivindicações das populações negras, ao mesmo tempo em que são, igualmente, o sustento dessas mobilizações (IGREJA; AGUDELO, 2014, p. 16).

Observa-se, portanto, que uma série de eventos de suma importância se materializam no caminho para Durban. Trapp (2011), Silva e Pereira (2012), Carneiro (2002), Alves (2002), dentre outros autores que pesquisam a temática, entendem como marco para a expansão do movimento negro brasileiro dos anos de 1990 a “Marcha Zumbi dos Palmares”, ocorrida no ano de 1995 em Brasília, Distrito Federal. Segundo os autores, essa Marcha marca a mobilização dos movimentos negros em direção às reivindicações mais contemporâneas em relação à materialização de políticas públicas para a população negra, tonificadas por palavras de ordem e propostas a serem discutidas em âmbito político institucional.

Cabe salientar que a celebração para os “500 anos de descobrimento. Encontro entre dois mundos” (IGREJA; AGUDELO, 2014, p. 16), marcou um momento importante na luta contra o racismo na América Latina. Segundo a autora, esse evento ocorrera em meio à ampla mobilização dos movimentos negros e indígenas por legitimidade de autodeterminação política e revisão do colonialismo. Para Silva e Pereira (2012), os protestos que marcaram essa festividade poderiam, contraditoriamente, incorrer em um ponto negativo para a preparação a ocorrer no Brasil.

Os protestos contra a referida festividade, na cidade de Porto Seguro, Bahia, em abril de 2000, acarretavam em um clima de insegurança para que o Brasil pudesse sediar um evento preparatório em âmbito regional. Silva e Pereira (2012) relembram de um episódio em que uma imagem de um indígena em condições de extrema submissão ao sofrimento operado

²² Os autores citam os principais órgãos envolvidos no processo descrito. São mencionados “O Banco Mundial (BM), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Organização das Nações Unidas (ONU), o Programa de Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a Organização Internacional de Trabalho (OIT), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e a Organização dos Estados Americanos (OEA)” (IGREJA; AGUDELO, 2014, p. 15).

pelo racismo brasileiro teria sido veiculada em vários países estrangeiros, e em decorrência disso a delegação brasileira desembarcava em Genebra em meio a um clima de indignação mundial.

Superado o problema, se fazia necessário entender que os eventos preparatórios seriam a viga mestra da conferência, por isso a delegação brasileira não poderia ter um corpo formado apenas por diplomatas, mas, sim, por uma composição heterogênea de perspectivas. Ficou, portanto, a cargo da Fundação Palmares, na figura da ativista negra Dulce Pereira, o equilíbrio necessário entre as forças políticas, mesmo porque à Fundação estava designada a missão de “formulação estratégica, institucional e política da participação brasileira na Conferência Mundial” (SILVA e PEREIRA, 2012, p. 105).

É importante registrar que, segundo Carneiro (2002), os eventos preparatórios foram propiciados por meio da criação de um “comitê impulsor Pró-Conferência”, que foi pensado e estruturado por ativistas e sindicalistas. Segundo a autora, o comitê teve o papel preponderante ao elaborar a denúncia que tornou público o descumprimento do Estado brasileiro em relação ao que se inscrevia nas conferências anteriores a Durban, se esquivando da formulação de medidas de combate ao racismo, por conseguinte, permitindo o agravamento das desigualdades raciais no país.

Desse modo, o comitê articulou as entidades negras brasileiras em torno de um pleito comum, a denúncia do racismo no Brasil. Foi através da sistematização das demandas e das perspectivas em relação ao combate ao racismo que o comitê elaborou o documento balizador sobre os efeitos do racismo no país, possibilitando a formação das delegações que estariam à frente na Conferência de Durban. Vale ressaltar que Carneiro (2012) destaca o que Igreja e Agudelo (2014) também sinalizam, ou seja, sobre as composições dos países da América Latina para a participação em Durban.

No plano internacional destaca-se a criação da Alianza Estratégica Afro-Latino-Americana y Caribenha Pró III Conferencia Mundial del Racismo, que juntamente com a chilena Fundação Ideas e outras organizações, assumiu a convocação da Conferencia Ciudadana. Este foi o fórum paralelo das ONGs, que antecedeu a Conferência das Américas, em dezembro de 2000, estabelecido com o objetivo de fortalecer as alianças e coalizões entre ONGs e influir nas decisões da III Conferência Mundial contra o Racismo e de seus eventos preparatórios (CARNEIRO, 2012, p. 210).

Há, portanto, uma articulação latente entre o Brasil e os outros países do continente, perpassado pelo crescimento das ONGs antirracistas e pelo fortalecimento dos movimentos de mulheres negras. É importante assinalar que o protagonismo feminino abrilhantou os contornos da participação do Brasil na construção da agenda de Durban, antes,

durante e depois da conferência. Trapp (2011) acentua que após as intervenções dos movimentos de mulheres o debate acerca da “política de diferença” ganha novas dinâmicas dentro dos movimentos negros, que se tornam ainda mais heterogêneos.

Não obstante, não se pode deixar de mencionar que houve contradições e contrapontos em relação à organização brasileira para a participação na Conferência de Durban. A mais evidente se dá no processo de escolha da sede para a preparação, tendo em vista uma declaração dada pela militante Dulce Pereira na plenária oficial da I PrepCon (Conferência Preparatória para a III Conferência Mundial) alegando que o Brasil não teria condições de sediar a conferência continental, quando afirmou que “[e]ntre outras razões, o próprio Movimento Negro estaria contra o Brasil sediar aquela Conferência” (SILVA; PEREIRA, 2012, p. 106).

De fato, foi uma declaração que gerou grande contenda política, mas que necessitava ser analisada com certa ponderação, pois a presidenta da Fundação Palmares naquela época (Dulce Pereira) já havia sido uma aguerrida militante do movimento negro desde a década de 1970. Silva e Pereira (2012) sinalizam que a gestão de Dulce Pereira na Fundação Palmares esteve atravessada por diversas disputas, pressões e apoios, já que a mesma esteve em dois lados opostos na briga política partidária, afetando também as avaliações dos setores dos movimentos negros. Sobre esse episódio, os autores concluem que a declaração, além de inflamar os ânimos, se originava de uma complexa rede de embates políticos e ideológicos.

O desgaste ocasionado por essas declarações precisou ser gerenciado pelo governo brasileiro, na figura do presidente Fernando Henrique Cardoso, já que havia muito pouco tempo para que o país organizasse um comitê preparatório para a Conferência. Cabe salientar que a criação do Comitê Nacional para a Preparação Brasileira para a Conferência a se realizar em Durban, se deu justamente pelo clima de disputas e insatisfações que ocorriam no âmbito das tomadas de decisões do governo, mas também em face à articulação dos movimentos negros.

Silva e Pereira (2012) lembram que a Fundação Palmares buscou fortalecimento através do convite de importantes intelectuais negros para assessorá-los durante o processo. Eles sinalizam também para o fato de que a presidenta da Fundação teria assumido um cargo de embaixadora, sendo designada à presidência da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP, acarretando na substituição por Carlos Moura.

Não se pode perder de vista que as atividades aconteciam concomitantemente e em um forte ritmo de trabalho. Eram reuniões nacionais e regionais que debatiam

intensamente as estratégias mais coerentes de posicionamento em uma Conferência Mundial que poderia mudar os rumos do combate ao racismo no interior de cada país. Por isso a troca de experiências internacionais contribuía significativamente para novos arranjos políticos e epistemológicos, resultando em novas organizações que articulavam conhecimentos.

Igreja e Agudelo (2014) chegam a mencionar a “Alianza Estratégica Afrolatinoamericana y Caribeña”, fundada no ano de 2000, como uma potente rede de organização política que se soma a outras já atuantes no continente. Para eles, o principal evento preparatório continental da América do Sul para a Conferência de Durban, ocorrido em Santiago, no Chile, no ano de 2000, marcou significativamente a luta contra o racismo na América do Sul, pois dali se articularam as alianças necessárias para a obtenção do protagonismo em Durban.

No plano interno há também uma informação de suma importância, que diz respeito à multiplicidade de lideranças de movimentos sociais, negros, indígenas e de mulheres negras, que se mostravam dinâmicos na construção da agenda brasileira de Durban, que contaria com um novo presidente para o Comitê Impulsor, o Secretário de Direitos Humanos do Ministério da Justiça, Gilberto Sabóia, que esteve ativo em todo processo de preparação e também em Durban.

Ainda que internamente o Brasil possuísse contradições e entraves, houve a formação de uma consistente delegação, que tomou o protagonismo da América Latina para si e se articulou de modo sistemático com os países vizinhos. O resultado disso se consubstancia na adesão do termo “afrodescendente” como conceito-chave para oficializar uma identidade comum em meio à abrangente diversidade encontrada em diversas regiões e contextos políticos específicos. Nesse ponto Silva e Pereira (2012) concordariam com Trapp (2011), Igreja e Agudelo (2014), na medida em que se torna aberto um leque para as identidades transnacionais estarem identificadas entre si. Diante disso:

Abria, ainda, uma brecha conceitual para a vinculação África/Diáspora, fundamental para a luta (que se adivinhava árdua) por reparações – a principal bandeira dos povos negros/afrodescendentes na III Conferência Mundial (SILVA: PEREIRA, 2012, p. 108).

Nota-se que se trata de uma forma genérica, mas unificadora de uma identidade comum que vincula diversas categorias à apenas uma, funcionando como estímulo para políticas públicas que abarcam as demandas negras sem a necessidade de uma intensa fragmentação em face de diferenças que engendram outras especificidades, não necessariamente decorrentes dos efeitos da diáspora nem por isso menos importante. Nesse

sentido, o uso do termo afrodescendente “não esgota, contudo, o debate e o uso de outras formas de nomear as populações negras” (IGREJA; AGUDELO, 2014, p. 17).

Após a conferência de preparação ocorrida no Chile, o movimento negro brasileiro necessitou fazer um balanço de todos os debates e buscar uma unificação dos pleitos para a participação em Durban. De acordo com Silva e Pereira (2012), houve dois momentos cruciais que marcam a tentativa de unificação da agenda do movimento negro brasileiro no plano interno, que foram as Plenárias Nacionais de Entidades Negras.

A primeira ocorreu em São Paulo, no mês de julho do ano 2000, em que se discutiu a eficiência de articulação política para intervir com qualidade na conferência. A segunda ocorreu em virtude de uma convocação para uma reunião nacional feita pelo Comitê Impulsor, no qual a principal deliberação foi dada em função da necessidade de realização de um seminário nacional para aprofundar as estratégias de participação do movimento negro e como seria possível adquirir recursos por meio de parcerias fora do âmbito da militância.

Após essas conversas, finalmente fora realizada a II Plenária Nacional de Entidades Negras, ocorrida em três dias na cidade do Rio de Janeiro. Para Silva e Pereira (2012), esse encontro foi sumamente importante para a militância do movimento negro, uma vez que funcionou como o espaço para elucidações e, sobretudo, a “última” formação para o movimento negro participar da Conferência de Durban. Neste Clima,

Era visível que (e quanto) a maior parte da militância desconhecia as características de uma Conferência Mundial e das possibilidades, dos espaços, das formas de participação. E esse desconhecimento transbordava ansiedade, contrastando com a serenidade de membros de ONGs Negras, senhoras daquele contexto (SILVA; PEREIRA, 2012, p. 110).

Os autores assinalam ainda que o papel das ONGs negras foi preponderante para fortalecer a compreensão acerca da postura esperada da militância do movimento negro na Conferência. Além disso, passava quase que necessariamente pelo crivo das ONGs negras os nomes de quem iria para Durban, afinal elas eram as principais mediadoras que dialogavam com as agências que poderiam financiar a participação de grande parte da delegação brasileira.

As principais ONGs que articularam investimentos para a participação brasileira foram o Centro de Articulação das Populações Marginalizadas – CEAP/RJ e o Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades – CEERT/SP, que, sobretudo, mantiveram estreita relação com a Fundação Ford, angariando os recursos necessários para a mobilização de todo o processo de construção da participação brasileira. Nem por isso podemos deixar de mencionar o protagonismo de ONGs negras como Geledés, Criola e a Casa de Cultura da

Mulher Negra (CCMN), responsáveis por debates importantíssimos que alertavam para a situação da mulher negra²³.

Por fim, ainda é preciso registrar que no mês de maio também ocorreu a II Prepecon, em Genebra, Suíça. Segundo Silva e Pereira (2012), nesse evento ficou firmado o conceito de “preparação”, tornando nítido o que se esperava em relação à postura dos militantes na conferência, além de todo arcabouço sistêmico da dinâmica da conferência, ou seja, os temas, as redações, os detalhes conceituais e todas as informações atinentes ao andamento das pautas. Eles afirmam que as ONGs foram bem recebidas quanto às suas contestações e contribuições direcionadas sobre as delegações que representavam os respectivos países.

4.3 A Conferência e os seus desdobramentos

Acreditamos que a igualdade de oportunidades real para todos, em todas as esferas, incluindo a do desenvolvimento, é fundamental para a erradicação do racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata (Declaração de Durban e Plano de Ação, p.30).

De acordo com Alves (2002), Silva e Pereira (2012), Trapp (2011), Igreja e Agudelo (2014) e Carneiro (2002), a Conferência de Durban fora marcada pela massiva participação dos movimentos sociais, sobretudo os movimentos sociais negros, com destaque para o movimento negro brasileiro e a sua articulação com os países latino-americanos, que propuseram importantes pautas que foram acrescentadas ao documento final e demonstraram para o mundo – sob a ótica de quem sofre racismo e outras formas de preconceito – sobre a necessidade de políticas focais para os grupos historicamente marginalizados das Américas do Sul e Central, e também do Caribe.

Apesar de todo um processo que demonstrou a intensa garra dos movimentos sociais em busca de melhores condições de vida e relacionamento entre as pessoas, a Conferência de Durban passou por diversos entraves que ameaçaram desde a sua existência

²³ Cabe salientar que existe um extenso debate acerca da renovação dos movimentos sociais a partir dos anos de 1990. Segundo Ferrari (2014), a nova dinâmica incorporada por esses movimentos se entende por conta da permutação em relação aos papéis desempenhados por membros diretos da sociedade civil organizada, transferindo competências para organizações que também se articulam em torno de transformações sociais, porém, mediadas por atores que não estão diretamente envolvidos nas ações militantes dos movimentos sociais. De acordo com o autor, esse fenômeno é conhecido como “onguização” dos movimentos sociais. Ferrari (2014) e Dagnino (2014) concordam que a tomada das ONGs em relação a sociedade civil acarreta em problemas para os movimentos sociais, na medida em que há um afastamento entre elas e os ativistas que não participam dessas ONGs, pois, segundo os autores, os interesses políticos em torno de articulação com o estado e financiamento para o desenvolvimento dos trabalhos ofertados para os seus públicos, são fatores fundamentais para a compreensão da tensão que se estabelece entre os movimentos sociais e as ONGs, desde os anos de 1990.

até o seu término, que fora sempre salvaguardados pela insistência dos ativistas, resultando em propostas substanciais e que ecoam, sobretudo, no momento político posterior, quando se firmam a garantia de direitos e deveres, para cidadãos e para os Estados presentes.

Quando sinalizamos que houve conflitos na conferência, nos reportamos a problemas que parecem de natureza quase insolúvel, como, por exemplo, os debates em torno dos conflitos entre Israel e Palestina, os quais as nações mais ricas do mundo se posicionam em favor da manutenção do conflito até que haja um acordo político que, de modo geral, não é aceito pela Palestina – lado economicamente mais fraco – pelo fato de entender que as relações estabelecidas sinalizam ganhos desiguais (ALVES, 2002).

De acordo com Alves (2002), o que mais chamou a atenção, porém sem constituir nenhuma surpresa, foi a postura dos EUA na Conferência, negando-se a debater as questões do Oriente Médio, colocando-se “incondicionalmente” ao lado de Israel e esvaziando um debate mais horizontal para a proposição de medidas de natureza antidiscriminatórias em relação aos povos daquela região, em especial aos palestinos, e tanto pelos próprios norte-americanos quanto aos israelenses.

A celeuma se deu, de modo mais efetivo, em torno da busca, por parte dos árabes, em classificar o sionismo como uma forma de racismo, ou seja, em imputar aos judeus uma nova categoria de holocausto, o que, conseqüentemente, equipararia o Estado de Israel à Alemanha nazista de Adolf Hitler. Esse pleito trouxe conseqüências aos árabes e à conferência, pois

Ao se apropriar de um dos mais dolorosos momentos da História do Século XX, a fórmula do “novo holocausto”, ou como aparecia em certas propostas, a referência a “Holocaustos” no plural, banalizaria o extermínio metódico dos judeus nos campos nazistas como um fenômeno não-excepcional (ALVES, 2002, p. 204).

Esse embate acarretou no abandono dos EUA e Israel da Conferência, cabendo, entretanto, registrar que os EUA e Israel já haviam protagonizado outras retiradas de conferências, quando em 1978 – em conferência contra o Racismo, já citada neste capítulo –, junto com outras nações ocidentais, esvaziaram as negociações e possibilidades de acordos naquela que seria a primeira conferência da ONU para o combate ao Racismo. A segunda retirada se deu em 1983, em Genebra, dessa vez acompanhada pela África do Sul (ALVES, 2002).

Os entraves que giraram em torno dessas polêmicas ocuparam bastante espaço na Conferência e causou muito desgaste aos outros países, que também tinham as suas demandas e buscavam o apoio internacional, com a chancela da ONU, para propor intervenções no

interior de suas sociedades. A delegação brasileira também esteve atenta ao debate e votou contrária à proposta de equiparação do sionismo ao racismo, uma vez que, segundo Alvez (2002), as autoridades competentes nas Nações Unidas também já sinalizavam para o encerramento dessa questão²⁴.

Assume-se sumamente importante sublinhar que as delegações do Brasil e do México tomaram as rédeas da coordenação de grupos de trabalho e serviram como mediadoras das conflitantes posições dos participantes e redigiram importantes parágrafos para a Declaração Final e para o Plano de Ação de Durban, tudo tendo como base os anteprojetos trabalhados anteriormente nas conferências preparatórias. Essa posição assumida tanto pelo Brasil quanto pelo México, foi um desdobramento da decisão da ministra das Relações Exteriores da África do Sul, Nkosazana Zuma, após entender que as questões atinentes ao Oriente Médio causavam desgaste na Conferência e não contribuía para a sua fluência²⁵.

Embora houvesse entraves como os até aqui apresentados, a Conferência fluiu para importantes conquistas, muitas delas já operacionalizadas em âmbito continental e nacional, uma vez que parte das propostas historicamente levantadas pelos movimentos negros passam a ser atendidas, talvez reconfiguradas de acordo com outros arranjos, possibilidades e contrapropostas apresentadas pelos Estados, o que não reduz a importância das conquistas logradas em Durban. Segundo Carneiro,

Durban ratificou as conquistas da Conferência Regional das Américas, incorporando vários parágrafos consensuados em Santiago do Chile e tornou o termo “afrodescendente” linguagem consagrada nas Nações Unidas, assim designando um grupo específico de vítimas de racismo e discriminação. Além disso, reconheceu a urgência de implementação de políticas públicas para a eliminação das desvantagens sociais de que esse grupo padece, recomendando aos Estados e aos organismos internacionais, entre outras medidas, que “elaborem programas voltados para os afrodescendentes e destinem recursos adicionais aos sistemas de saúde, educação, habitação, eletricidade, água potável e as medidas de controle do meio ambiente, e que promovam a igualdade de oportunidades de emprego, bem como outras iniciativas de ação afirmativa ou positiva” (CARNEIRO, 2002, p. 212)²⁶.

Partindo dessa inferência, percebe-se que a Conferência de Durban, a despeito de imprevistos técnicos e de debates acalorados, que se potencializam no fervor das emoções do

²⁴ Importante dizer que nos referimos ao secretário-geral Kofi Annan e à alta comissária para os Direitos Humanos, Mary Robinson.

²⁵ Segundo Alves (2002), o Brasil fora representado pela figura do Embaixador Gilberto Sabóia, ao qual coube coordenar as “questões históricas”, auxiliado e assessorado por Quênia, Noruega e Namíbia, uma vez que havia a necessidade de dialogar com os documentos do Acordo de Oslo e sobre os conflitos no Oriente Médio.

²⁶ Importante dizer que o que está entre aspas foi retirado do Parágrafo 5 do Programa de Ação da Conferência de Durban.

contato pessoal, manteve certa harmonia e coesão, dado um caráter pré-moldado em face do que já havia sido debatido em conferências preparatórias, cabendo, portanto, apenas os ajustes necessários para aprovação e validação em âmbito global.

Uma característica importante sinalizada por Silva e Pereira (2012), Carneiro (2002), Trapp (2011), Alves (2002), Igreja e Agudelo (2014), é que pela primeira vez há um reconhecimento internacional acerca da positividade das heranças africanas na formação de outros povos, fora dos limiares do continente africano, que ultrapassa o âmbito da cultura e da religiosidade, uma vez que se assume a importância de elementos ligados à economia, lido com a saúde, aportes e métodos educativos etc., como basilares para o modo de vida que forja, ainda hoje, as sociedades com histórico de imigração de grande contingente de pessoas oriundas dos países africanos.

Reside daí o fato de que acadêmicos e sujeitos ligados a militância dos movimentos negros brasileiros e dos países da América Latina tenham desenvolvido pesquisas, teses e um cabedal de epistemologias que foram reconhecidas como elementos-chave para entender a formação social dos países que compõem este bloco. Essa é uma grande conquista, já que existe um expressivo número de autores que denunciam que a intelectualidade brasileira tende a analisar esta sociedade de maneira compartimentada, ou seja, tematizando o negro como elemento alienígena à formação social deste país²⁷.

O entendimento é o de que apesar da importância dos negros na formação da sociedade brasileira, os mesmos estiveram às margens do processo de modernização do país, uma vez que as suas desvantagens em relação às pessoas brancas foram potencializadas por meio do racismo, cabendo a organização de políticas que pudessem lhes oportunizar meios para acompanhar o desenvolvimento social e político observado no mundo desde a segunda metade dos anos de 1990.

Nesse sentido, a Conferência de Durban fora o marco organizativo de lutas históricas dos movimentos negros, pois estabeleceu uma direção baseada em um orientador normativo que tornaria possível a adoção das medidas cabíveis para a redução do abismo social entre negros e brancos, propiciado por questões históricas atravessadas pelo racismo.

Em suma, os documentos aprovados em Durban instam os Estados a adotarem a eliminação da desigualdade racial nas metas a serem alcançadas por suas políticas universalistas. No Brasil, isso equivaleria, por exemplo, a alterar o padrão de desigualdade nos índices educacionais de negros e brancos, que, segundo o IPEA,

²⁷ Podemos citar Guerreiro Ramos (1957), Muniz Sodré (1988, 2000 e 2014), Milton Santos (2007), dentre outros. Os autores citados foram debatidos ao longo da tese e as suas obras constam nas referências bibliográficas.

manteve-se inalterado por quase todo o século XX, apesar da democratização do acesso à educação (CARNEIRO, 2002, p. 213).

De modo geral, estes tipos de encaminhamentos se inscrevem no rol das ações afirmativas e dão ensejo para políticas que são descritas com essa natureza, desde as chamadas “cotas raciais” no Brasil, até a lei 19.122 no Uruguai, sobre a qual falaremos adiante. Apesar da positividade das cotas raciais, é preciso advertir ao que chama atenção Carneiro (2002), afirmando que aos desdobramentos da Conferência de Durban não se encerram na adoção de medidas afirmativas concentradas nas cotas raciais para negros nas universidades, já que “é o desafio de eliminação do fosso histórico que separou essas populações dos demais grupos, o qual não pode ser enfrentado com a mera adoção de cotas para o ensino universitário. Precisa-se delas e de muito mais” (CARNEIRO, 2002, p. 213).

É interessante perceber que ainda que se tenha estes encaminhamentos, no seio da conferência o debate sobre ações afirmativas foi motivo de bastante contenda política, até porque já haviam discussões internas no país que cunhou o conceito, os EUA. Os entraves estavam potencializadas pelo fato de que a alternância de poder e de perspectivas governamentais (Estados) daquela nação divergiam em relação ao tema e engendraram diferentes propostas para lidar com as políticas de inclusão de negros nos diferentes setores produtivos daquela sociedade. Desse modo,

A expressão corrente *ação afirmativa* foi banida da Conferência, por mais que os movimentos negros – inclusive o brasileiro – e outros grupos organizados presentes ao evento a defendessem. E foi banida exatamente pelo país que a inventou, na linguagem e na prática: Os Estados Unidos. Isso porque, como é sabido, ainda nos tempos do democrata liberal Bill Clinton, alguns Estados norte-americanos, começando pela Califórnia, já a haviam legalmente abolido (ALVES, 2002, p.2007).

Nota-se que as perspectivas e decisões internas dos EUA foram motivos de celeuma na Conferência, confirmando que o poder econômico daquele país poderia ser decisivo para o destino de outras nações, mantendo a relação de subordinação aos ditames do capital estrangeiro. Esse fato se consubstancia porque ao redor dos mandatários norte-americanos há uma rede de proteção e fidelidade, materializada pelos países que são os seus aliados.

Nesse sentido, eram grandes as chances de se manterem vivas as decisões estadunidenses, ainda com a sua ausência após retirada, uma vez que a sua rede de proteção estava consolidada e presente na Conferência, na figura dos seus aliados. Desse modo, “de nada adiantou, para a linguagem dos documentos, a retirada dos Estados Unidos. Seus aliados mais fiéis presentes zelaram para que a expressão, hoje universalmente consagrada, não reaparecesse em qualquer parágrafo” (ALVEZ, 2002, p. 2008).

Embates dessa natureza não obscureceram os ganhos da Conferência, sobretudo para as populações latino-americanas, uma vez que o protagonismo de países desses continentes (América do Sul e Central) foram fundamentais para que se materializassem transformações internas e a possibilidade de fortalecimento de redes entre os movimentos sociais proponentes de medidas de equidade social para as populações historicamente marginalizadas.

De acordo com Igreja e Agudelo (2014), a Conferência de Durban fora um “Instrumento Estratégico”, já que pôs na dianteira das prioridades da ONU, a intensificação de medidas de melhoria nas condições de vida e oportunidades para os afrodescendentes dos continentes latino-americanos, pois constituem a parcela com as piores condições financeiras e acesso a bens e serviços em suas sociedades. Desse modo,

Em geral, as avaliações demonstram mudanças qualitativas em termo de inclusão da problemática afro-latino-americana nas agendas políticas globais (especialmente dos organismos internacionais) e nas agendas na maioria dos governos da região que, em alguns casos, manifestam-se mediante reformas constitucionais e, em outros casos, por meio de leis e decretos ou a criação de instâncias específicas dos governos que tratem de seus assuntos (IGREJA ; AGUDELO, 2014, p. 16).

Essa afirmação é crucial para que possamos focar em uma avaliação mais aproximada possível para perceber como os governos estão pondo em prática os desdobramentos dessa conferência. Daí a nossa inclinação para entender o panorama de Brasil e Uruguai frente à conjuntura do pós-Durban, uma vez que são dois países que estiveram bastante ativos – na figura dos seus ativistas de movimentos sociais – naquela conferência, bem como o fato de possuírem um extenso histórico de lutas dos movimentos negros.

Há, nesse sentido, uma transformação, também, no panorama dos agenciamentos políticos dos movimentos negros, já que foram necessárias adequações de governos e movimentos para o trato com as novas demandas e direcionamentos em âmbito internacional para as questões atinentes ao combate ao racismo.

Nesse sentido, em alguns países, a visibilidade adquirida pelas expressões políticas ou associativas negras representa um avanço em relação ao panorama de finais dos anos 80. Superando uma espécie de invisibilidade política, os movimentos negros passam a fazer parte dos interlocutores do debate político nacional, uma vez que o tema das políticas de reconhecimento e a luta contra a discriminação racial ocupam, desde então, um lugar primordial nas agendas dos governos da região (IGREJA; AGUDELO, 2014, p. 16)

A Conferência de Durban foi, portanto, um importante marco que direciona tanto as políticas públicas que se assumem após o seu término quanto na organização dos movimentos negros latino-americanos em suas prévias para a participação naquele evento.

Em ambos os momentos – o antes e o depois – os dados estatísticos se tornaram elementos-chave para a demonstração das desigualdades raciais no continente, se transformando na justificativa incontestada para a consolidação de políticas públicas para a equidade racial.

Apesar de ter se transformado em um marco organizativo para os movimentos negros dos continentes latino-americanos, é possível observar um declínio no que diz respeito às articulações internacionais entre os movimentos negros desses países. Segundo Igreja e Agudelo (2014), esse fato é observável através do que eles chamam de “intermitência do funcionamento das redes transnacionais”. Isso se dá em função de uma mirada mais introspectiva, ou seja, da necessidade de organização mais orgânica da conjuntura interna, desequilibrando, ou dando menor ênfase, para os câmbios internacionais.

Internamente, os países latinos que participaram de Durban voltaram com um enorme desafio de implantar e implementar ao máximo as políticas que pudessem se ajustar ao plano de ação confeccionado na conferência. É interessante observar que os documentos finais de Durban se transformam em um processo, gradual, porém, lento, na medida em que os índices de desigualdades raciais não declinam da maneira desejável (IGREJA; AGUDELO, 2014).

4.4 Considerações sobre o Pós-Durban

Para finalizar o nosso olhar sobre Durban, é importante salientar que a Organização das Nações Unidas – ONU desde a sua fundação, em 1945, precisou ser re discutida em face da dinâmica transformação do mundo contemporâneo, com os seus conflitos internacionais e locais, os quais surgiram novos atores e coletividades que fizeram circular ideias e propostas diante dos eventos os quais estiveram e estão inseridos na condição de ativistas.

Desse modo, os movimentos sociais e ativistas são erigidos à condição de elementos fundamentais a terem voz em âmbito internacional, já que as grandes diretrizes para o apaziguamento de conflitos que envolviam diversas questões que ferissem as questões humanitárias viriam da ONU, mas o detalhamento das condições reais sobre os efeitos cotidianos de um embate – de qualquer natureza – somente é percebido, e estrategicamente compreendido, à luz de quem se faz presente no território.

Este contato mais direto entre a ONU e os movimentos sociais deu-se a partir da ECO 92, tendo em vista que durante a década de 1990 a ONU inaugura em ciclo de conferências sociais que confluem para a Terceira Conferência Mundial contra o Racismo, a

Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, no ano de 2001, realizada em Durban, África do Sul. Listamos as referidas conferências abaixo.

Conferências da Organização das Nações Unidas – ONU Durante a década de 1990	Cidade, País e Ano
Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento – ECO 92	Rio de Janeiro – Brasil / 1992
Conferência Mundial sobre Direitos Humanos	Viena – Áustria / 1993
Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento	Cairo – Egito / 1994
Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social.	Copenhague – Dinamarca / 1995
2ª Conferência Mundial Sobre os Assentamentos Humanos - HABITAT II	Istambul – Turquia / 1996

Conforme trabalhado ao longo do capítulo, se percebe que toda tomada de decisão é bastante delicada e necessita de uma série de eventos que discutam estrategicamente quais as melhores propostas a serem encaminhadas. Esse fato confirma a importância dos movimentos sociais na construção de melhores sociabilidades no interior dos países, sobretudo naqueles que passaram por um longo processo de colonização e estão em desenvolvimento econômico.

Os ativistas negros e os movimentos negros se tornaram os maiores protagonistas na ONU, no processo preparatório e durante a conferência em questão, tendo em vista que grande parte dos conflitos de repercussão internacional tem a questão étnico-racial como principal vetor, e, geralmente, ocorre em países subdesenvolvidos, tendo as populações negras como as maiores prejudicadas. Esse fato sinalizou para a ONU a necessidade de combater o racismo, já que se deve considerar a questão racial como fator preponderante na formação das sociedades multirraciais.

Diante de tantos embates, tensões e negociações, a ONU, os ativistas e os movimentos sociais acumularam aprendizados e amadureceram a concepção de que era necessário organizar uma pauta que conseguisse gerar um impacto comum e pudesse promover medidas de combate e prevenção ao racismo. Isso se deu paulatinamente e com a cooperação de diferentes forças políticas.

Durban surge desses esforços e produziu um documento que se transformou em peça fundamental na tentativa de equilíbrio racial em países com grandes desigualdades entre negros e brancos. Na América Latina, os movimentos negros brasileiros e uruguaios se

destacaram por compreender a importância da Conferência e, por conseguinte, buscar construir articulações nacionais e internacionais que possibilitassem bases sólidas para participar ativamente e, conseqüentemente, retornar com resultados positivos que possibilitariam pôr em prática reivindicações históricas no seio de suas sociedades.

O que se observa na prática do pós-Durban é necessariamente algumas conquistas importantes em ambos os países, que, no entanto, experimentam amargamente a falta de ampliação dos seus pleitos devido a problemas políticos, governamentais e de ordem histórica. Todavia, com as bases estabelecidas e os objetivos bem delimitados, os movimentos negros continuam pressionando os seus Estados para satisfazer aquilo que lutaram para ser reconhecido em Durban, bem como a atender as novas demandas que surgem na dinâmica transformação de suas sociedades.

Portanto, a Conferência de Durban fora um momento importante e especial para o mundo, e em especial para os países da América Latina. Isso nos motivou a pesquisar o Brasil e o Uruguai, cabendo uma reflexão mais abrangente em relação aos seus impactos em cada um desses países e como os seus movimentos negros estiveram à frente do processo de fortificação de políticas indispensáveis para a democratização do acesso e do conhecimento em âmbito educacional que venham a equilibrar as desvantagens históricas sofridas pelas populações negras, conforme expresso nos próximos capítulos.

5 O PANORAMA NO URUGUAI

Convocamos os Estados a se preocuparem e em honrar a memória das vítimas de tragédias do passado, e afirmamos que onde e quando quer que tenha ocorrido, devem ser condenados e sua recorrência evitada (Declaração de Durban e Plano de Ação, p.35)

Após refletirmos acerca do debate racial brasileiro, tendo como escopo principal a apresentação do percurso histórico do movimento negro desde 1980, em sua dimensão organizativa e reivindicativa e dentro de cada conjuntura política e social ao qual se inscrevia, e sempre observando a evolução do cenário educacional, a nossa tese se concentrará agora em analisar sobre o contexto uruguaio e entender como os movimentos negros de lá se preparam para a Conferência de Durban e quais as suas conquistas posteriores.

O Uruguai é um dos países que compõem a América Platina, juntamente com o Paraguai e com a Argentina, tendo sido fruto de disputas entre portugueses e espanhóis desde o século XVII, acarretando na vitória dos espanhóis e, portanto, possuidores do direito de exploração e colonização sobre aquelas terras.

Mais tarde, já no século XIX, o Brasil se une à Argentina (Províncias Unidas do Prata) e intensifica um ataque contra o Uruguai, pois temia o ímpeto revolucionário do general José Artigas, que carregava como bandeira de luta os ideais antiescravistas e republicanos, ameaçando a soberania dos governos portugueses das províncias ali próximas. Por esses motivos, a Coroa portuguesa anexa o território uruguaio ao Brasil sob o nome de Província Cisplatina e a controla até o ano de 1828, quando se reconhece a independência do Uruguai²⁸.

Tendo passado por um intenso processo histórico que envolve disputas territoriais, crises, ajustes políticos e econômicos, o Uruguai apesar de não fugir muito de uma tendência geral dos países da América Latina – pelos motivos supracitados –, possui, hoje, um estado de bem-estar social muito diferente dos seus vizinhos, apresentando índices de qualidade de vida que lhes renderam o título de “Suíça da América do Sul”. Como teria o Uruguai conquistado esses índices?

Dois aspectos cruciais se inscrevem no fato de que o Uruguai possui uma pequena faixa territorial, com cerca de 176.220 Km² entre os seus dezenove departamentos, os quais não possuem grandes obstáculos geográficos, pois se trata de um país plano, ao nível do mar,

²⁸ Consultado em: CAÉ, Rachel da Silveira. **Escravidão e Liberdade na Construção do Estado Oriental do Uruguai (1830-1860)**. Dissertação de Mestrado em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO. Ano: 2012. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/2451/e-verdade-que-o-uruguai-ja-fez-parte-do-brasil>. Acesso em: 25 mar. 2019.

e com o ponto mais alto de apenas 514 metros, no Cerro Catedral²⁹. Estes atributos geográficos permitem melhor circulação de bens e pessoas, não exigindo grandes esforços para cruzar o país.

Outro aspecto que pode ter contribuído para uma satisfatória organização territorial do Uruguai é o fato de não possuir um contingente populacional muito numeroso. O censo mais atualizado naquele país contabilizou um número de 3.286.314 pessoas, o que não pode ser considerado como números absolutos tendo em vista as variáveis da pesquisa, como podemos observar:

El Censo 2011 fue el primer censo nacional de población que se realizó bajo la metodología “de derecho” y que utilizó dispositivos electrónicos portátiles (DEP) para la captura de la información. La población total contabilizada fue de 3.286.314 personas, una cifra que se obtiene al sumar la población censada (3.252.091 personas) y la estimación de la cantidad de personas residentes en viviendas particulares censadas con moradores ausentes (34.223 personas). De acuerdo al informe de resultados finales difundido por el INE, la población residente en Uruguay se estima en 3.390.007 personas (INEa, 2012) (CABELLA; NATHAN; TENENBAUM, 2013, p. 10).

Como podemos perceber, o Uruguai é um país que atende bem a proporção populacional distribuída em seus dezenove departamentos, sendo a sua capital, Montevidéu, o departamento mais populoso com cerca de 1.381 milhões de habitantes. Daí se pode ter a dimensão de como estes números podem se desdobrar em diversos fatores que venham a culminar na organização espacial de Montevidéu.

Dito isto, afirmamos que o Uruguai é um país com uma longa e complexa história que pode ser narrada por diversos ângulos e momentos históricos específicos. Nesse sentido, nos debruçamos apenas em apresentar os elementos cruciais acerca da situação contemporânea dos negros no Uruguai e analisaremos algumas questões importantes, por meio de entrevistas que fizemos naquele país, no período que compreendeu entre janeiro e fevereiro de 2019 na cidade de Montevidéu, quando conversamos com militantes dos movimentos negros uruguaios, pessoas que estiveram na Conferência de Durban no ano de 2001, pessoas que se mantêm ativos na militância e pessoas que estão responsáveis por gerir políticas públicas para a população negra.

De modo geral, o que podemos assegurar é que apesar de conquistas legais terem sido materializadas, como o fim do regime escravocrata, o modelo de sociedade estruturado desde os séculos anteriores manteve uma hierarquia racial que dificultou a mobilidade social ao negro, impossibilitada por meio de acesso restrito à cidadania, distanciado pelos elementos

²⁹ Informações disponíveis em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Geografia_do_Uruguai. Acesso em: 25 mar. 2019.

simbólicos operacionalizados cotidianamente para marcar uma hierarquia baseada em critérios raciais.

Nesse sentido, tanto ao analisarmos o censo de 2011 quanto ao examinarmos a bibliografia utilizada até aqui, será possível sinalizar que a ausência de dados socioeconômicos acerca da população negra é um fator que atravessou a história do Uruguai, não havendo a possibilidade de se quantificar e qualificar a situação dos negros naquele país. Esse fato engendra uma tendência para a homogeneização da população em torno de uma única raça, invisibilizando o negro, bem como as contradições do discurso oficial uruguaio.

Segundo Frega, Chagas, Montaña e Stalla (2008), esse cenário se torna ainda mais problemático a partir da produção de um livro que teria a missão de organizar a história do Uruguai e se tornar a narrativa oficial do país. O livro do *Centenario del Uruguay* teria sido uma maneira de retroalimentar o imaginário social e formatar o sentimento de pertença daquele território nacional. De acordo com os autores, este manual contém diversas passagens racistas e que nega a presença de indígenas no território uruguaio.

El libro del Centenario del Uruguay, que constituyó una emblemática y apretada síntesis del imaginario de los uruguayos desde mediados de la década de 1920, señalaba la debilidad de la presencia social y cultural de la población de origen africano y sus descendientes. Esta visión racista y clasista subrayaba los aportes de los grandes empresarios de los inmigrantes de origen europeo, “olvidando” a los sectores populares en su diversidad sociocultural (FREGA; CHAGAS; MONTAÑO; STALLA, 2008, p. 52).

A ambiência criada por meio de investidas dessa natureza acaba impactando nos setores produtivos da economia, uma vez que gera uma divisão social do trabalho por meio da seletividade apriorística baseada no quesito racial como elemento qualitativo. Com isso, os negros estavam alocados nos trabalhos mais duros, nas profissões de menor prestígio social e remuneração. Ainda assim, os mesmos faziam girar a economia, sobretudo nos centros urbanos, e quando havia picos de melhoria no mercado.

Da mesma maneira que os homens encontravam meios não formais de sobrevivência nos grandes centros urbanos, as mulheres negras que residiam nas zonas rurais tinham no serviço doméstico as maiores possibilidades de obtenção de trabalho e renda, muitas vezes introduzindo os próprios filhos nesse tipo de atividade laboral. Segundo Frega, Chagas, Montaña e Stalla (2008), em muitas ocasiões esses filhos eram entregues para as famílias brancas, como esperança de um futuro melhor, ou pela simples impossibilidade de criá-los. Os patrões, por sua vez, quando os aceitavam, tinham a possibilidade de fazê-lo por benevolência ou pela conveniência de ter um empregado doméstico a baixo custo.

Apesar da segunda possibilidade apresentada, é comum que haja o argumento de que estando sob os cuidados de famílias mais abastadas, estes jovens negros teriam maiores chances de aprender algum tipo de ofício e de ter contato mais íntimo com um universo simbólico que moldasse os seus valores ajustados aos que arregimentavam o *ethos* daquele momento, aumentando ainda mais o seu repertório cultural e o conduzindo a novos caminhos no tecido social uruguaio.

Apesar deste fato acima citado ser mais comum nas áreas rurais, é preciso sinalizar que no início do século XX a população uruguaia se concentrava majoritariamente em Montevideú, e os negros movimentavam a economia por meio de atividades menos especializadas, o que nos permite dizer que a tendência era de que os filhos dessas mulheres que trabalhavam no serviço doméstico nas áreas rurais migrassem para a capital e lá engrossassem o exército da informalidade e do subemprego nos setores produtivos (ANDREW, 2010).

Segundo Andrew (2010), migração rumo à capital do país possibilitava ao negro as condições necessárias para a sobrevivência, pois, ainda que de maneira informal e de baixa remuneração, se comparado a outros setores da economia, conseguiam algum tipo de renda que viabilizava o próprio sustento e da eventual família que viessem a formar. Não obstante, é preciso considerar que a ascensão social era muito difícil, uma vez que era preciso dispensar muitas horas nas atividades laborais, não havendo tempo para se dedicar aos estudos, acarretando em evasão escolar, ou sequer ingresso no sistema educativo.

A economia uruguaia de início do século XX teve altos e baixos, mas o seu caráter periférico e dependente das grandes nações de economia forte, sofre duros prejuízos após a crise de 1929 nos EUA, e só volta a ter uma recuperação anos depois, viabilizando crescimento no setor agroexportador e benfeitorias no sistema público, como de saúde e transporte.

A pesar del optimismo generalizado durante las décadas de 1929-1930, la economía nacional evidenció los límites del modelo agroexportador que la sustentaba, más allá de la progresiva diversificación, a partir del crecimiento de la industria manufacturera urbana y la instalación de servicios públicos como el transporte. De esta forma, los efectos de la crisis económica mundial de 1929 impactaron fuertemente sobre la sentida economía uruguaya, mostrando su carácter dependiente y periférico (FREGA; CHAGAS; MONTAÑO; STALLA, 2008, p. 52).

A crise de 1929 atingiu em cheio a economia uruguaia, levando ao êxodo rural e ao crescimento demográfico em Montevideú (onde a recuperação econômica se deu de maneira mais rápida e efetiva), elevando o desemprego e aumentando a informalidade. Com efeito, o Estado uruguaio precisou criar planos de recuperação econômica desde a segunda

metade da década de 1930, a fim de superar a crise, estimulando a migração e sistematizando novos ordenamentos para as relações de trabalho.

As mulheres negras se reinventavam em torno de diversas ocupações informais, já que as atividades econômicas eram variadas e os homens negros estiveram em leve vantagem em relação a essas mulheres quando o assunto dizia respeito ao emprego formal, dado ao fato de servirem à política e ao exército. Essa perspectiva se estendeu às décadas seguintes, pois o crescimento econômico que sucedeu a crise, entre 1940 e 1950, viabilizou a feitura de obras públicas e de prédios privados, alocando homens na construção civil, levando-os, inclusive, a formar um sindicato próprio.

De acordo com Andrew (2010), em consequência do racismo que já vinha sendo perpetrado contra os negros em períodos anteriores, o negro uruguaio adentra a segunda metade do século XX ainda com graves diferenças socioeconômicas em relação à população branca, traduzidas em déficits educacionais e empregos de menores qualificações profissionais, tudo operacionalizado por uma sensível dificuldade que a população branca tinha em lidar com os negros.

O que mais chama a atenção é que apesar de haver – poucos – negros em funções administrativas do governo, no exército ou em outras profissões de média remuneração, prestígio e qualificação, em empregos mais corriqueiros e de prestação de serviço se tornara visivelmente mais difícil de encontrar negros. Andrews (2010) afirma que em uma pesquisa de um periódico de esquerda que decide investigar o racismo na cidade de Montevideú, se conclui que naquele momento havia grande dificuldade de empregadores dos setores que lidam diretamente com o público em alocar negros.

La periodista Alicia Behrens concluyo que "no encontramos en las tiendas ningun negro como vendedor, ni empleados en los comercios, ni polidas en las calles centricas, ni mozos en los restaurantes, ni chafteres en los taxis ni en los omnibus". Al investigar las causas de esta exclusion, Behrens se entrevisto con los delegados sindicales de los principales gremios del area de servicios: mozos, botones y empleados en hoteleria, peluqueros y choferes de auto buses. Tambien visito el departamento de polida y tres de las tiendas mas grandes de la ciudad. El resultado fue asombroso: entre los 2.000 miembros con los que contaba el sindicato de mozos y las 500 sirvientas empleadas en el sector hotelero, no había ningun afrodescendiente (ANDREWS, 2010, p. 131).

Do mesmo modo, Merino (1982) observa que o fato de terem negros em postos médios da administração governamental, universidades, exército ou empregos públicos, não anula a cruel realidade de não estarem em setores dinâmicos da economia formal. Em relação aos negros, ele afirma que “[h]ay pocos en casas de comercio atendiendo al público; no los hay como peluqueros o mozos de café” (MERINO, 1982, p. 19).

O mais curioso nesta sentença é que apesar do racismo estar assentado nas relações cotidianas, em que o negro esteve mais recorrentemente no posto de serviçal, os papéis acabam se invertendo quando há exclusão de negros no mercado de trabalho. Merino conclui que “los negros se hacen atender por blancos y servir por mozos blancos” (MERINO, 1982, p. 19). Ou seja, o medo, pavor ou precaução de ter um negro manejando bens, produtos e serviços os quais trazem resultados imediatos, ou que se requer uma relação direta, faz com que os empregadores racistas considerem o negro como beneficiário de um atendimento – e aí não se sabe, mas se desconfia, a natureza simbólica do tratamento dispensado – prestado por pessoas brancas, supostamente mais honestas e competentes³⁰.

Andrews (2010) sinaliza para o fato de que o fim de alguns regimes totalitários pelo mundo, como o Nazismo e o Fascismo, introduzira a necessidade de articular novas relações sociais e denunciar os excessos cometidos pelas forças estatais e/ou de grupos que transgrediam os direitos da pessoa humana, seja ela de que origem for. O ambiente não havia se transformado na prática:

Pero las nuevas doctrinas nacionales de democracia racial, reforzadas por la reciente derrota de los nazis en Europa y el repudio del racismo que la Organización de las Naciones Unidas asentó como uno de sus principios fundamentales, proporcionaron nuevos instrumentos retóricos e ideológicos para combatir la discriminación racial. En este contexto, y en respuesta a casos concretos que circularon masivamente por sus respectivos medios masivos de comunicación (ANDREWS, 2010, p. 120).

O que se nota é uma ambiência produzida de maneira política e não espontânea. Uma mistura entre a pressão da “comunidade negra” com o contexto histórico que se transformava e caminhava para a efetiva cobrança de novas posturas frente ao que mundialmente vinha sendo repudiado, o que gerava novos agenciamentos e fissuras na sociedade uruguaia. Obviamente que os resultados não seriam imediatos nem tampouco se teria a certeza de que realmente viessem a acontecer, considerando que o racismo é conveniente para quem o pratica (MOORE, 2011), mas que também existem excessos cometidos por parte de quem cobra transformações.

Andrews (2010) narra um famoso acontecimento da década de 1950 como expoente de que o racismo permaneceu no seio da sociedade uruguaia e de quais os encaminhamentos foram negociados ao longo do processo. Trata-se do caso de uma

³⁰ Não podemos deixar de observar que Andrews (2010) está veiculando noticiários que datam da década de 1950 e que Merino (1982) está analisando o contexto presente em sua pesquisa, ou seja, de final da década de 1970 e início de 1980. Portanto, este é um problema que perdurou no mínimo trinta anos, levando em consideração apenas o tempo que compreende a publicação da matéria analisada por Andrews e a publicação do livro de Merino.

professora negra em nível secundário, chamada Adélia³¹. Adélia trabalhava lecionando em uma escola no departamento de Artigas e havia ganhado uma bolsa de estudo para permanecer estudando e lecionando em Montevideu, mas a perdeu devido ao fato de que havia denúncias de pais de alunos que reclamavam de um suposto espanhol incompreensível aos seus filhos, devido Adélia ter vivido na fronteira com o Brasil.

Curiosamente os uruguaios deram uma punição para o caso de Adélia e a decisão foi orientada pela constatação de discriminação racial, ainda que não houvesse leis de combate ao racismo, dado ao fato de que as autoridades e os meios de comunicação não assumissem a existência de tal ocorrência, apresentada como “fatos isolados” da dinâmica do país. Não obstante, somente uma pessoa sofrera sanção, uma vez que outra diretora, Irene de Mandado, foi absolvida por falta de provas contundentes contra ela (ANDREWS, 2010).

A partir da segunda metade do século XX houve crescimento econômico que viabilizou que o governo uruguaio investisse satisfatoriamente em educação, aumentando o número de matrículas em escolas e universidades. Com mais investimentos, evidentemente houve também o maior ingresso de pessoas negras no ensino regular em todos os níveis. Esse fato pode ter servido como a mola propulsora de um discurso que fortalecia a ideia de “democracia” naquele país:

Los numeros confirman que el sistema educativo fue una de las prioridades del Estado en su expansion del gasto publico. La cantidad de estudiantes secundarios en Uruguay paso de 19.000 en 1942 a 34.000 en 1950, hasta llegar a 70.000 en 1960³². En 1945, la *Revista Uruguay* (organo oficial de ACSU) comentaba que, como resultado de ese crecimiento, “[.t]enemos estudiantes en Liceos y Universidades de Derecho y Trabajo, Facultad de Medicina y en Quimica y Farmacia, artistas, pintores, poetas, recitadores, actores escenicos, violinistas, pianistas, guitarristas tenores y sopranos³³” (ANDREWS, 2010, p. 124).

No entanto, o crescimento econômico não trouxe para os negros nenhuma grande transformação e acabou absorvendo-os apenas de modo residual, uma vez que poucos ultrapassavam a barreira do ensino fundamental. Muitos setores da mídia advertiam que os pais desses jovens negros seriam os grandes responsáveis pela situação de insucesso ao qual se encontravam, pois colocavam os filhos para trabalhar desde cedo, interrompendo a trajetória educacional sob a alegação de que eles mesmos – os pais – tiveram que encarar o mercado laboral ainda moços.

³¹ O ano foi o de 1956 e envolvia a diretora da escola pública 125, Ofelia Ferratjans de Urgatmendia, que, dentre outras coisas, declarou que estava descontente em relação a “esa negra, tan desprolija”, pressionando Adélia para que buscasse outra escola para trabalhar (ANDREW, 2010, p. 119).

³² Estes dados foram veiculados pelo autor de acordo com “Nahum y otros, Crisis politica y recuperacion, 161. Sobre la educacion uruguay a lo largo del siglo XX, ver: Marrero, “La herencia de nuestro pasado”.

³³ O autor está citando “El problema racial...” Revista Uruguay (julio de 1945), 3—4.

A grande mídia uruguaia sonega o fato de que os negros possuem um problema estrutural grave, mediado por um processo histórico de escravização e ausência de cidadania, dificuldades encontradas pela maneira que fora feita a integração na dinâmica daquela sociedade, que não superou o racismo e não operacionalizou esforços para resolver tais problemas. Ficou a cargo dos periódicos negros serem mais específicos e incisivos em relação às demandas da população negra como um todo:

Otro periódico negro, *Nuestra Raza*, era mas específico con respecto a las barreras que mantenían a los niños de la comunidade alejados de la escuela: muchos establecimientos tenían demasiados alumnos como para aceptar nuevos matriculados, cuando finalmente aparecía una escuela con vacantes estaba generalmente demasiado lejos del barrio como para que el chico pudiera llegar por si mismo. Y aunque las escuelas públicas eran gratis, era cierto que se esperaba que los alumnos llegaran a clase con su uniforme y con sus útiles escolares, lo cual en muchos casos estaba fuera del alcance económico de muchas familias de afro-uruguayos (ANDREWS, 2010, p. 125).

Os movimentos negros uruguaiois não deixaram de denunciar e buscar soluções para o atraso estrutural que estavam fadados os negros. A luta pelos direitos civis teve bastante eco também no Uruguai, tendo em vista que diversos setores dos movimentos negros articulavam suas estratégias de sobrevivência em meio a um período bastante controverso da história, ou seja, a população negra enfrentou momentos de crescimento econômico sem participar efetivamente do que se produzia enquanto benesse e atravessou os momentos de crise como os principais alvos das contingências e privações.

De acordo com Frega, Chagas, Montañó e Stalla (2008), após os anos de 1950 sucessivas crises foram gradativamente desgastando os modos de vida da população uruguaia, e isso gerou bastante acirramento nos conflitos sociais e raciais no país. A falta de perspectiva nos departamentos mais pobres gerou um intenso processo de migração rumo a Montevideú, acarretando em uma superpopulação que teve como consequência a divisão socioespacial, empurrando os negros para as ocupações – já que quase nunca eram os donos dos terrenos em que construía – mais insalubres e distantes dos lugares de maior circulação de bens e de capital.

As formas convencionais de habitação dos negros uruguaiois são os chamados *conventillos*, que funcionam como moradias partilhadas, similar às famosas vilas, comuns nas áreas periféricas do Brasil, onde diversas famílias compartilham áreas afins, preservando traços culturais, negociando a convivência cotidiana e, enfim, se organizando em torno da

própria sobrevivência. Os *conventillos* foram grandes catalizadores da cultura negra uruguaia, servindo como base para a continuidade de elementos como o Candombe³⁴.

É importante assinalar que os negros residentes nestas habitações agregavam toda a sorte de famílias de imigrantes, ou seja, não eram guetos fechados e restritos a negros, embora a maioria que ali viviam fossem negros, preponderando a cultura e os costumes dos descendentes de escravizados. Não foi possível localizar a participação desses imigrantes nessas habitações, no que concerne a um determinado censo étnico, nacional ou até mesmo o grau de envolvimento dos mesmos com a cultura afro-uruguaia.

Então, desde o ano de 1947 as políticas de habitação vinham gradativamente desalojando muitos negros, limitando a circulação da cultura negra pelo centro de Montevideú, acarretando na intensificação da europeização da cultura. Segundo Andrews (2010), Frega, Chagas, Montaña e Stalla (2008) e Francisco Merino (1982), somente na segunda metade da década de 1970 que esses *conventillos* foram tombados como patrimônio. Ainda assim, estavam em condições de degradação, numa polêmica que envolve o “bota fora” justamente por motivos de má conservação predial dos mesmos.

De modo geral, o Uruguai atravessa os anos de 1950 e adentra os anos de 1960 entre distintos momentos de crise e estabilização financeira, possibilitando avanços e estagnações nos setores produtivos e em bem-estar social. Os negros experimentaram sensações distintas, orbitando entre mobilidade social e o trato cotidiano com o racismo. Andrews (2010) afirma que no referido período muitos negros se evadiam das escolas em decorrência de pressões psicológicas motivadas pelo racismo. De acordo com o autor, os que concluíam o ciclo escolar carregavam muitos traumas em relação a este fato.

Nos anos 1970, em decorrência de mais uma dura crise que afetara o país, acarretando em aumento da violência e o acirramento de disputas políticas entre grupos extremistas, o então presidente Juan María Bordaberry Arocena (1928-2011) se articula com setores das forças armadas uruguaias e estabelece um novo regime civil-militar, que teve início no ano de 1973 e perdurou até 1985, totalizando doze anos, período mais curto do que a duração do regime militar brasileiro.

Segundo Andrews (2010), o período pode ser caracterizado como de grande hostilidade às liberdades e direitos individuais e coletivos (sindicatos e movimentos sociais), aumento da dívida externa, corrupção e de novos acordos internacionais mediante ao contexto

³⁴ De acordo com Andrew (2010) e Frega, Chagas, Montaña e Stalla (2008), Candombe é uma manifestação cultural negra que conjuga danças, indumentárias e música tocada por atabaques. O Candombe pode ser encontrado em alguns países da América Latina, mas se materializa de forma mais potente no Uruguai, país em que ganhou o *status* de Patrimônio Imaterial da Humanidade.

de Guerra Fria. São características presentes em todos os períodos da história e aplicados às oposições aos poderes vigentes, que, entretanto, ganharam maior visibilidade através de muitos excessos cometidos e com a concomitância de regimes da mesma natureza acontecendo na América Latina.

Há uma importante distinção entre o período do regime militar no Uruguai e o resto da América do Sul. Naquele país, o presidente exercia o papel de chefe de Estado, diferente dos países vizinhos, que contavam com o militar de patente mais alta para o exercício dessa função. Apesar deste fato, não é possível afirmar que houvera harmonia na referida configuração de governo, já que desde o princípio havia uma celeuma instaurada, sob a dúvida de extinção ou manutenção dos partidos políticos.

Após a deposição do presidente Juan María, fora instaurado pelo seu vice, Alberto Demicheli (1896-1980), os atos institucionais 1 e 2, os quais acabaram por dar aos militares maior controle sobre o país, acarretando em medidas consideradas como extremistas, impopulares e excessivas. Apesar de terem presidentes civis e militares se alternando no poder, existe a possibilidade de que os militares exerciam maior força para as tomadas de decisões políticas da nação.

E os negros, onde estiveram? Como em qualquer outro período, os movimentos negros tinham dificuldades de organização, sob o temor da proibição e da perseguição das suas atividades. De modo geral, o regime não exerceu duro poder sobre esses movimentos, no entanto, fez uso de políticas públicas que afetou frontalmente a população negra. Nada diferente de outros períodos da história, ainda que o que se geralmente se projeta como horizonte para a humanidade seja a erradicação gradativa de medidas orientadas pelo racismo.

Uma dessas medidas impopulares foi o desalojamento do *conventillo* Medio Mundo, que fora construído no ano de 1885 e foi declarado Monumento Histórico Nacional em 1975, pois era considerada a principal casa do candombe em Montevideu. Em 1978, o governo decidiu desalojar as famílias ali residentes para que se construíssem novas habitações, mais modernas e ajustadas ao modelo de cidade que se pretendia construir.

A medida desagradou os setores dos movimentos negros, que alegavam autoritarismo e descaracterização do modelo original. Para eles, a modernização sinalizada pelos militares não passava de uma justificativa para embranquecer a cidade e apagar da memória do povo montevidiano as heranças dos negros africanos e dos seus descendentes. Os militantes protestaram e chegaram a organizar uma grande homenagem ao *conventillo*.

A pesar de la presión y la tensión emocional que implicaba prepararse para la mudanza, los residentes organizaron una ceremonia de despedida, un último

homenaje a ese lugar que durante tanto tiempo habia sido tambien uno de los principales hogares del candombe. El 3 de diciembre mas de treinta tambores liderados por las Lonjas de Cuareim (la cuerda de tambores de la comparsa Morenada) se juntaron para darle el adios al conventillo con una última sesión de baile y percusion. La fiesta desbordo el patio del edificio y llegó hasta la calle (ANDREWS, 2010, p. 193).

Entretanto, há uma contrapartida, que se deu por meio de laudos técnicos que advertia sobre a má conservação desses imóveis, o que certamente ocasionaria em desabamentos e, na melhor das hipóteses, um vertiginoso decréscimo no valor de compra e venda. Em se tratando do *conventillo* Medio Mundo, é importante dizer que se encaminhou apenas um laudo, não havendo nenhum incidente anterior para justificar a sua demolição, no entanto, houve sucessivos desastres em outras habitações similares, e como medida de precaução o governo desalojava os residentes.

Os efeitos foram sentidos na dinâmica cultural da cidade, uma vez que as rotas das chamadas de candombe tiveram que ser remanejadas dos bairros de origem, ao sul da cidade velha, para a principal avenida de Montevideú, a 18 de julho. Nota-se que apesar da demolição desses imóveis, não ocorreu a tão temida pulverização da cultura negra, uma vez que foram mantidas as manifestações, talvez ganhando maior visibilidade por serem feitas em uma via de grande circulação. Além disso, se argumenta que:

La clausura de Medio Mundo, el complejo Ansina y otros edificios ocurrió en un contexto de emergencia y crisis que tuvo poco o nada que ver con la cuestión racial. Aunque muchos de los desalojados eran afro-uruguayos, es probable que la mayoría no lo fuera. Sin embargo, es innegable que los afro-uruguayos experimentaron los desalojos como un acto de violencia contra su cultura, su historia y sus tradiciones (ANDREWS, 2010, p. 196).

Ainda que os fatores que levaram à derrubada das habitações históricas nos bairros com um grande contingente de negros não tenha sido a questão racial, a mobilização da comunidade negra local se deu em termos raciais. Esse fator pode ser encarado como algo positivo se analisado à luz do alerta crítico que deveria ser tomado em face de diversos casos de racismo que vinham sendo historicamente silenciados pelas forças hegemônicas midiáticas e governamentais. A maioria dessas insurgências chamava a atenção para a necessidade de se buscar alternativas que dirimissem os conflitos entre a população e o Estado.

De acordo com Andrews (2010), por maiores que tenham sido os infortúnios causados durante o período de regime militar no Uruguai, em que a sociedade, sobretudo montevideana, experimentou um momento de excessos cometidos pelos militares no poder, o movimento negro passou incólume pela conjuntura. Segundo ele, o fato de a *Asociación*

Cultural y Social Uruguay – ACSU³⁵ ter recebido do poder público um novo prédio, emprestado para funcionar como sede da associação, funciona como a prova concreta de que o foco daqueles governos não eram especificamente os negros.

Entretanto, é importante reforçar que este prédio era emprestado, podendo ser requerido de volta a qualquer momento. Neste período já havia uma intensa articulação da ACSU com a Ordem Franciscana, que se empenhava em ofertar trabalhos de assistência social em Montevideu e tinha interesse pelo trabalho da ACSU, dada a sua credibilidade histórica. Foi então que os frades resolveram financiar projetos em que a associação supervisionava, chegando a ceder uma nova sede para que a ACSU não dependesse mais de um local incerto para funcionar.

Apesar de a ACSU ter sido eleita a instituição que melhor poderia desenvolver trabalhos de combate ao racismo e inclusão social, ela não era unânime entre a comunidade negra, e nem entre os assistidos. Jovens sem renda e que necessitavam da ACSU como mediadora para as respectivas ascensões sociais, se rebelaram contra a instituição alegando mal-uso dos recursos captados, gerando uma celeuma no interior do próprio movimento negro, levando a ACSU à perda de credibilidade entre a população afro-uruguaia.

A alegação desses jovens era a de que os recursos deveriam ser aplicados em ações mais pontuais, como um mutirão de ajuda para as pessoas que haviam sido desalojadas pelas políticas públicas de habitação. Segundo Andrews (2010), a maior queixa recaía no fato de que a ACSU privilegiou o investimento do erário recebido nos bailes negros, que, segundo estes jovens, servia apenas para alimentar o ego e a fantasia de uma “classe média negra”, sem nenhuma penetração e poder decisório em meio à população uruguaia.

Entretanto, é importante frisar – como fizemos em alguns trechos do trabalho –, que os bailes negros poderiam passar uma ideia ambígua, na medida em que eram encarados como meros espaços de entretenimento, sem a possibilidade de articulações políticas que viriam a conduzir algum tipo de proposta para o combate ao racismo. Por outro lado, há o discurso oposto ao pensamento apresentado, construído pela narrativa da resistência, visto que os bailes funcionariam como uma maneira de exposição para atrair diversos negros e “simpatizantes da causa”, sobretudo os que teriam mobilidade entre os setores produtivos e pudessem desenvolver estratégias plausíveis e exequíveis para o desenvolvimento econômico da população negra.

³⁵ De acordo com Andrew (2010), a ACSU foi um clube social inaugurado no ano de 1941 com o intuito de fortalecimento dos laços entre negros e promoção de cidadania para os mesmos.

5.1 O surgimento do mundo afro e o momento político uruguaio

Com o enfraquecimento da ACSU, um grupo de militantes liderado por Romero Rodriguez resolveu se desligar da associação e seguir outro caminho, pavimentando uma estrada que estivesse o mais desvinculado possível das ideias julgadas eurocêntricas e de qualquer tipo de dependência financeira ou política das classes hegemônicas do Uruguai. Foi nesse clima que surgiu a organização *Mundo Afro*, um nome sugestivo que estivesse melhor aludido ao sentimento de pertença identitária com a diáspora africana no Uruguai.

Romero Rodriguez foi um militante que se exilou no Brasil durante o regime militar no Uruguai, e por isso teceu importantes articulações políticas que lhe rendeu a ideia de criar o *Mundo Afro*. Seu estreito laço de amizade e afetividade com Abdias do Nascimento foi a mola propulsora para pensar novas perspectivas para o movimento negro uruguaio, já que o brasileiro vinha de uma larga experiência nacional e internacional de mobilização pela luta contra o racismo.

Não podemos deixar de mencionar que Romero não estava sozinho, e como linha de frente na criação do *Mundo Afro* estava Beatriz Ramirez, uma militante histórica de imensa importância para o movimento negro uruguaio. Beatriz iniciou a sua militância ainda jovem e a partir de estudos voltados para a questão racial, visto que ela estava atenta para o movimento dos direitos civis nos EUA e buscava aplicar aqueles conhecimentos em sua experiência de vida enquanto mulher negra. Além disso, ela também esteve intimamente ligada aos movimentos que reivindicavam algum tipo de reparação governamental para os desalojados com as políticas de habitação iniciadas no regime militar.

É necessário lembrar que durante a primeira metade do século XX, tendo como marco o centenário da independência do país, o Uruguai passou a perseguir com mais afinco uma identidade nacional, e essa busca era arregimentada pela construção e massificação de figuras heroicas. Entretanto, somente no ano de 1964 que houve o reconhecimento de um personagem histórico negro como herói nacional. Este era o ano de bicentenário de Ansina (1760-1860), que, de acordo com Frega, Chagas, Montañó e Stalla (2008), teria sido elemento-chave para a construção da nação uruguaia.

Segundo Frega, Chagas, Montañó e Stalla (2008), Ansina esteve à frente de eventos importantes para a independência do Uruguai, tendo sido um fiel escudeiro de Artigas, homem que o tornou livre do regime escravocrata e pelo qual estabeleceu profundo afeto e amizade, tanto que além de acompanhar Artigas em suas batalhas, também fora exilado no Paraguai, país em que residiu até a sua morte em 1860. Joaquin Lenzina nasceu em

Montevidéo no ano de 1760 e ficou mais conhecido com *El Negro Ansina*, que teve o seu reconhecimento como herói consolidado no ano de 1982, quando se estabeleceu o dia 12 de dezembro como Dia da Lealdade, com uma homenagem a ele:

En marzo de 1982, se presentó al Consejo de Estado un nuevo proyecto, que declaraba el 12 de diciembre como «Día de la Lealtad» con carácter de conmemoración cívica y homenaje a Ansina. En la fundamentación de motivos, el consejero Fernando Assunção expresaba que la fecha en que se había abolido la esclavitud era “la ideal para exaltar esos sentimientos y homenajear a Ansina, negro servidor fiel del General Artigas y junto a él la memoria de todos aquellos otros hombres de color, que sirvieron a la Patria en el Gesta de su independencia”³⁶ (FREGA; CHAGAS; MONTAÑO; STALLA, 2008, p. 96).

Argumenta-se que as homenagens a Ansina e o Dia da Raça (dia da consciência negra para nós brasileiros) se justificam pelo fato de que todos os uruguaios foram beneficiados pelas lutas as quais Ansina e outros negros estiveram engajados. Fica evidente, portanto, que na abertura para a redemocratização – pluripartidarismo, legalização dos movimentos sociais, fim de medidas extremas como o toque de recolher etc. – se expandem as possibilidades de diálogos e propostas dos movimentos negros, aos quais estiveram sempre presentes (naquele período) Beatriz Ramirez e Romero Rodriguez.

Esta é uma ação do movimento negro a fim de empreender novas frentes de reeducação da população uruguaia para lidar com as relações raciais, uma vez que se considera que estes elementos estiveram ausentes no debate público e nos currículos escolares. Assim como no Brasil, os movimentos negros uruguaios tiveram o anseio de tornar acessível conteúdos e pesquisas acerca dos negros uruguaios, viabilizados pelo sistema público de educação.

É importante dizer que, segundo Romero Rodríguez, apesar de termos a capital Montevidéo como epicentro dos acontecimentos, as ações do movimento negro não se restringiam a esse espaço, pois, o *Mundo Afro* esteve muito presente nos departamentos de Artigas e Rivera desenvolvendo projetos de combate ao racismo e fortalecimento da identidade negra. Aqui vale ressaltar também que muitos militantes do movimento negro uruguaio eram migrantes, ou seja, não eram naturais de Montevidéo, e por isso entendiam que havia a necessidade de expandir a militância para esses lugares, que são os departamentos com maior número de negros e pobres do país.

No ano de 1990, a ACSU teve as suas portas fechadas, depois de muito embate político com os militantes que discordavam do *modus operandi* da instituição, bem como a

³⁶ Uruguay, Consejo de Estado: «Actas del Consejo de Estado», sesión del martes 30 de marzo de 1982, Diario Oficial n.º 21220, p. 67.

memória da celeuma sobre a má utilização dos recursos financeiros e a não adequação ao novo cenário que emergia mediante a conjuntura política internacional. Ainda assim, a ACSU volta à cena posteriormente e sob nova sigla, agora introduzira a letra N, passando, portanto, a se chamar *Asociación Cultural y Social Uruguay Negro* (ACSUN), a fim de angariar mais legitimidade para as suas ações e projetos.

Segundo Andrew (2010), no ano de 1989, o partido *Frente Amplio* saiu vencedor das eleições, e com esta vitória a organização *Mundo Afro* ganhou nova frente e teceu acordos políticos que lhes rendeu uma sede situada em um ponto estratégico da cidade de Montevideú. Isso acarretou no início de atividades de militância do movimento negro, operadas de maneira a dinamizar as novas relações sociais e culturais, diante das transformações as quais o Uruguai vinha passando.

As ações e campanhas do movimento negro vinham tomando forma, e a grande prova disso é que, segundo Andrews (2010), gradativamente o discurso de que não havia racismo no Uruguai vinha sendo derrubado. De acordo com o autor, até o início dos anos de 1980 atestava-se que seria impossível haver racismo naquele país, pois a constituição respaldava direitos iguais para todos. Entretanto, as pesquisas encomendadas pelo Centro de Estudos Sociais da Universidad de La República – UDELAR atestava que mais de 75% das pessoas entrevistadas por eles, em Montevideú, afirmavam a existência de casos de racismo. Dentre os entrevistados estavam indistintas pessoas, ou seja, negros e brancos foram entrevistados.

É preciso considerar, no entanto, que ainda se falava em casos de racismo, e não aquilo que o movimento negro tinha como horizonte, ou seja, o combate sistemático a uma sociedade estruturalmente racializada. Em outras palavras, as pessoas nas ruas, ao contrário dos movimentos negros, não concebiam uma estrutura de sociedade balizada no racismo como fio condutor de todas as ações cotidianas, entendendo que o racismo existe como fatos isolados, isto é, atitudes e condutas perpetradas por indivíduos antiéticos, os quais se deveriam punir com sanções rigorosas e previstas em lei (ANDREWS, 2010).

Independente das perspectivas que atravessavam o campo de disputa em torno das relações sociais, o *Mundo Afro* continuou empreendendo esforços para tomar a dianteira das ações no campo de combate ao racismo. Para tanto, tecia articulações internacionais com organizações que seguiam o mesmo padrão e que tinham objetivos similares, ou seja, estavam abertas para um projeto de troca de experiências entre negros latinos e caribenhos que se inclinavam para o atendimento das suas respectivas populações negras.

De acordo com Andrews (2010), a partir do ano de 1999, e por intervenção da ONU – com o Comitê para a Eliminação do Racismo e da Discriminação Racial (CERD) -, que se inicia um trabalho mais sistemático para o atendimento daquilo que a organização *Mundo Afro* vinha sinalizando, acarretando em debates mais afinados acerca das questões raciais e as estratégias cabíveis para articular ações pontuais e concretas que fossem sentidas no seio da sociedade uruguaia.

Não podemos deixar de dizer que os movimentos negros uruguaios estiveram mais afinados com a esquerda, ainda que a ACSU tenha se locupletado com o regime cívico-militar. Mônica Olaza (2017) sugere que a *Frente Amplio* – Partido de Esquerda – esteve mais próximo aos anseios dos movimentos negros uruguaios e se oportunizaram em compor essa aliança diante de um painel internacional que favorecia a abertura para os discursos em defesa das “minorias”. Para ela, a existência de documentos e conferências que elevavam a temática era o sinal que este partido precisava para aderir às pautas desses movimentos.

Nesse sentido, o período que compreende o final dos anos 1990 estava atravessado por medidas de inclusão, as quais os documentos internacionais pressionavam os estados nacionais a aderirem uma agenda política de abertura para leis e obrigações morais em relação às “diferenças”, criando novas linhas de pesquisas educacionais que advertiam para uma reorganização do olhar em relação ao *ethos* nacional. Foi durante esse período que o Uruguai deu o primeiro passo para a adesão às ações afirmativas.

Foi no governo de Tabaré Vazquez (2005-2010) que novos ministérios foram criados e muitos militantes passaram a fazer parte do governo, sobretudo no município de Montevideú. Com isso, fora criado uma espécie de órgão regulador que funcionaria como um conselho consultivo para orientar as ações deferidas pelos departamentos governamentais responsáveis pela gestão das políticas públicas.

En 2003, el gobierno de la ciudad [de Montevideú] había establecido la Unidad Temática por los Derechos de los Afrodescendientes. Esta oficina actuaba como órgano de consulta sobre los asuntos afro-uruguayos y estaba formada por delegados negros asignados a distintos departamentos administrativos del gobierno municipal (Recursos Financieros, Gestión Humana, Planificación, etc.). Su principal función era revisar las actividades de esos departamentos y crear proyectos para promover el desarrollo de la comunidad negra (ANDREWS, 2010, p. 2007).

Entretanto, a adesão das agendas “minoritárias” e a alocação de pessoas ligadas aos movimentos sociais na máquina pública não acarretou necessariamente em avanços significativos no plano concreto, uma vez que os mais pobres, principalmente os negros, continuaram em maiores condições de vulnerabilidade frente aos problemas estruturais de cunho histórico, não resolvíveis a curto ou médio prazo, sobretudo se o Estado estiver

maximizado, isto é, com um desequilíbrio entre arrecadação e gastos, acarretando em uma frágil economia que pouco se abre para o aquecimento do mercado, uma vez que são as empresas privadas que gerarão mais emprego e renda, e não o Estado como eminente provedor da sociedade (SOWELL, 2004).

Apesar do fato exposto, não excluímos duas possibilidades atravessadas neste processo. Na primeira, levamos em consideração o racismo institucional, já trabalhado por nós em capítulos anteriores desta tese. Pode ser também que muitos percalços foram causados pela inexperiência desses militantes em relação à administração pública, o que pode ter acarretado em certo descompasso entre os anseios do povo e as utopias interiorizadas através da militância, culminando em uma gestão dos recursos públicos de alcance limitado ou insatisfatório.

Diante desse ambiente, a organização *Mundo Afro* fora duramente criticada por muitos setores da sociedade. Andrews (2010) entrevistou várias pessoas em sua pesquisa sobre a população negra no Uruguai, e, segundo ele, boa parte dessas pessoas encaminhava as suas críticas orientadas pela reflexão de que o *Mundo Afro* havia se aproveitado da popularização da agenda racial e da estreita relação com aquele governo para empregar os seus membros nos setores do Estado.

Sus criticas hacia Mundo Afro, argumentando que la institución estaba aparentemente mas preocupada por insertar a sus miembros en el aparato estatal que por luchar para que los proyectos y programas se llevaran a cabo. En muchas de mis entrevistas, escuche narrar la historia de como Mundo Mro habia sido en sus comienzos una institución altamente efectiva para instalar el tema de la desigualdad racial en la agenda publica y como habia servido de vocera para toda la comunidad negra. Sin embargo (asi continuaba usualmente la historia), con el paso del tiempo, Mundo Afro se habia transformado en una mera fuente de empleo para sus propios miembros, que utilizaban los subsidios, conexiones internacionales y contratos gubernamentales para pagar sus propios sueldos (ANDREWS, 2010, p. 208).

Desse modo, os questionamentos acerca das atuações da instituição *Mundo Afro* estavam entre as dificuldades em visualizar resultados concretos e efetivos entre a população negra uruguaia e a instrumentalização da agenda de combate ao racismo para gerar empregos para os membros que compunham a organização. Segundo Andrews (2010), entre os entrevistados em sua pesquisa havia a preocupação em relação às bolsas de estudo, projetos educativos para inclusão digital, políticas de habitação e outros programas de assistência social voltados para a população negra.

Mesmo diante dessas críticas, é fato que a militância dos movimentos negros conseguiu introduzir as suas agendas políticas no cenário público e galgar novos horizontes de inclusão para uma parcela da população negra, sobretudo aqueles que fidelizaram apoio às

pautas apresentadas e estiveram mais próximos aos partidos de esquerda. Em Montevideu, a sociedade foi gradativamente incorporando novas atitudes em relação aos negros, mas não a ponto de mudar as relações estruturais, ou seja, as transformações na consciência autodeclarada não estavam acompanhadas de ações concretas, isto é, a subjetividade era determinante nos momentos-chaves em que as posições sociais estavam em jogo (LOPEZ, 2017).

Seguindo as análises de Andrews (2010), percebe-se que desde 1996 os uruguaios tiveram muito mais acesso ao ensino superior do que os brasileiros, ainda que o número de matrículas em escolas de ensino fundamental e superior tenha crescido vertiginosamente em ambos os países, ou seja, ambos acompanharam *pari passu* a evolução de acesso à escolarização formal. Onde está escrito “uruguaios e brasileiros”, leia-se “uruguaios e brasileiros brancos”, ou seja, “Es cierto que en Uruguay el porcentaje de titulados blancos era el doble que el de los negros, pero esa disparidad era aún más alta en Brasil, donde era cinco veces más probable que un blanco obtuviera un grado universitario” (ANDREWS, 2010, p. 214).

As observações de Andrews (2010) são sumamente importantes, já que atesta a inexorabilidade dos desníveis salariais, ocupacionais, geográficos, educacionais ou de acesso à saúde, o que sinaliza que esses problemas possuem profundas raízes históricas, baseadas nas estruturas de poder que se mantiveram quase inalteradas durante séculos. O autor não nega que estes problemas não estão apresentados de maneira uniforme e que não há como provar concretamente que cada caso, em específico, seja orientado pelo racismo. Mas adverte que:

Muchas de ellas son de carácter estructural: por ejemplo, la concentración de las comunidades negras en las zonas menos productivas y mas pobres del país, en donde las oportunidades educativas y laborales son menores puede constituir un obstáculo primordial que coarta las posibilidades de progreso. Pero tambien la discriminación y el prejuicio racial pueden tener impactos importantes, en el sentido de crear obstaculos al avance socioeconómico de los afrodescendientes (ANDREWS, 2010, p. 218).

Por esse motivo, abandonar a perspectiva racial pode acarretar em um grande problema, enviesado por escolhas analíticas insuficientes do ponto de vista das relações subjetivas que atravessam os embates e as negociações que estão na base da dinâmica social. Porém, em muitos casos, talvez na maioria deles, comprovar que os resultados das desigualdades raciais são fruto deliberado da ação de racistas convictos, mesmo que sinalize para essa inveterada prática, é bastante complicado.

Decorrente desse fato, o Uruguai adentrava os anos 2000 se revestindo de leis e programas de combate ao racismo, e tudo isso na medida em que os negros assumiam novos

cargos públicos e acessavam novas frentes de crescimento econômico ou de protagonismo cultural, fazendo eclodir uma miríade de possibilidades para (re)pensar a participação dos negros no cenário de construção da identidade daquele país. Importante que não deixemos de considerar que todas estas políticas, apesar de terem o seu quinhão positivo, também geram custos para o Estado e, na maioria das vezes, reduz a qualidade dos serviços prestados.

Para se ter ideia, o Uruguai é o país que tem os maiores gastos com pensão se comparado aos países da América Latina, e isso impacta diretamente na economia, gerando altos custos que são pagos por toda a população economicamente ativa, que nem sempre goza de um equilíbrio entre as contas públicas e os serviços a quais tem o direito de desfrutar. É preciso considerar que o benefício da aposentadoria se concentra entre as pessoas brancas, dado ao fato de que são as pessoas que possuem maior expectativa de vida, já que os negros além de morrerem mais jovens, são também os que possuem maiores taxas de natalidade (CABELLA; NATHAN; TENENBAUM, 2013).

A respeito desse fato, é importante ressaltar que os índices demográficos atestam para um encadeamento de fatores que conduzem as desigualdades sociorraciais naquele país. O índice de fecundidade e de mulheres negras pode ser um fator que dificulta a satisfatória ascensão social e educativa das mesmas e dos seus filhos, dado ao fato de que, geralmente, abandonam a escola mais cedo e encontram dificuldades estruturais para criarem os seus filhos, que também correm o risco de ter a sua trajetória educativa prejudicada.

Las mujeres afrodescendientes exhiben una fecundidad más temprana y elevada que la del resto de la población. Entre las afrodescendientes, las mujeres cuya ascendencia principal es “afro o negra” claramente se distancia del resto por su porcentaje de madres jóvenes y número promedio de hijos acumulados (CABELLA; NATHAN; TENENBAUM, 2013, p. 38).

Entretanto, é necessário assinalar que apesar desta ser uma tendência geral, existem significativas diferenciações geográficas que estão diretamente ligadas às questões estruturais que arregimentam descompassos regionais:

Dentro del territorio nacional, las mujeres residentes en Montevideo presentan una fecundidad menos intensa que la observada por las afrodescendientes del resto del país, lo que en definitiva reproduce la distancia existente entre la capital y el interior en materia de comportamiento reproductivo de las mujeres, más allá de su ascendencia étnico-racial (CABELLA; NATHAN; TENENBAUM, 2013, p. 38-39).

Muitos são os motivos, e eles, em certa medida, não estão concentrados apenas na população negra. É preciso considerar que as relações centro x periferia ou cidade x campo, estão atravessadas por diferentes propósitos que circunscrevem o estilo de vida, mas que têm em sua base todo um alicerce estrutural que sustenta o *ethos*, o *status quo* e o *habitus* de cada

uma dessas dinâmicas de vida. Esses fatores estão traduzidos em acesso maior ou menor à tecnologia, especialidades clínicas em redes de saúde, qualidade da educação, oferta de cultura, esporte e lazer, variedade de produtos alimentícios etc.

Disso decorre o fato já trabalhado anteriormente, de que o Uruguai desenvolveu o seu sistema de ensino desde o final do século XIX, realizando as reformas educacionais. Na América Latina, o Uruguai é o país mais precoce em termos de universalização do ensino. Foi também o que conseguiu incluir mais satisfatoriamente as mulheres nos níveis de escolarização básica:

En el contexto latinoamericano Uruguay es reconocido por su carácter precursor en materia de políticas de universalización de la enseñanza formal. La progresiva expansión de la oferta de la educación básica iniciada desde fines del siglo XIX impactó disminuyendo sensiblemente las tasas de analfabetismo en el país, que pasaron de representar el 35,4% de la población de 15 y más años en 1908 al 3,2% en 1996 (INE, 2002) y 1,5% en 2011. El sistema educativo uruguayo logra consolidarse en la primera parte del siglo XX y a partir de la década de 1950 se logró un fuerte incremento de la matrícula de enseñanza primaria y secundaria, etapa en que la además se constata un creciente acceso de las mujeres y la población perteneciente a los estratos sociales bajos (CABELLA; NATHAN; TENENBAUM, 2013, p. 51).

Essas dinâmicas podem contribuir para análises pontuais que farão total diferença na qualificação dos dados obtidos de forma quantitativa em pesquisas censitárias, sobretudo quando se está incluindo um novo elemento, como foi o censo do ano de 2011 no Uruguai, quando se introduz a categoria “negro” como possibilidade de identificação racial, abrindo novas demandas interpretativas em relação à produção de operadores socioeconômicos que sinalizam para uma miríade de subjetividades em meio a um processo histórico que impacta diretamente na desenvoltura dos grupos a serem analisados.

Em outras palavras, o censo do ano de 2011 produz pela primeira vez os dados atinentes às diferenças socioeconômicas com o verniz racial, sinalizando para a possibilidade de interpretações sobre o processo histórico de inserção do negro na sociedade livre uruguaia e a gradação dos seus impactos a longo prazo. Jamais houve a produção de um documento que quantificasse as diferenças raciais de maneira mais sistemática naquele país, expondo um processo de racismo que se esconde nos discursos, mas se pratica objetivamente instrumentalizado pelas estruturas de poder.

Para se ter ideia dessa dinâmica, nos primeiros anos de escolarização, no ensino básico, que compreende a faixa etária de seis a onze anos, há uma cobertura universal de acesso à educação e não se observam substanciais diferenças étnico-raciais. No entanto, ao atingir os doze anos, as pessoas negras matriculadas nas instituições de ensino começam a

evadir-se, abrindo uma imensa diferença entre brancos e negros. Com efeito, a precoce evasão escolar das pessoas negras acarreta em suas desvantagens no mercado de trabalho e, por conseguinte, em bem-estar social (CABELLA; NATHAN; TENENBAUM, 2013).

Esse conjunto de fatores está interconectado a outros e são fruto de um processo histórico em que os negros estiveram frente a dificuldades de diversas ordens, nas quais, em grande parte, tiveram o racismo como obstáculo a ser superado, diante a júbilo e marginalização. Foi justamente a constatação de que gerações de pessoas negras foram negligenciadas em suas demandas, e, sobretudo, “exiladas” em seu próprio país, que confluíram para que os movimentos negros uruguaios chegassem à maior conferência de combate ao racismo, ocorrida no ano de 2001 – III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, a conferência de Durban –, com o objetivo de dar o pontapé inicial para a implementação de políticas públicas focais para a população negra.

Como desdobramento dos documentos de Durban, além da experiência adquirida após a troca com ativistas e autoridades estrangeiras, os membros dos movimentos negros uruguaios aproveitaram para sinalizar sobre a necessidade de implementação das suas agendas políticas dentro do Estado. A ambiência internacional era favorável e a política interna uruguaia também, a ONU estava mediando os conflitos raciais e operados por outros marcadores de violência, e os movimentos negros estavam fortalecidos com as suas alianças políticas internas e externas.

Existindo um abismo racial entre negros e brancos, que precisava ser resolvido, resolveu-se pela inclusão do critério racial no censo uruguaio do ano de 2013, sendo incontornável acender o alerta para os negros, uma vez que se encontram entre a manutenção do velho *status quo*, por parcela dos grupos que defendem os ideais republicanos, conservadores e liberais, e a instrumentalização política de parte daqueles que defendem a bandeira democrata, mais inclinada para a esquerda e o socialismo.

No momento mais áureo de financiamento de projetos políticos que beneficiavam a população negra, os movimentos negros uruguaios optaram por se alinhar à esquerda, e isso poderá ser constatado nas entrevistas que realizamos com as lideranças desses movimentos. Hoje, é possível estar diante de críticas e novas possibilidades de pensar as questões étnico-raciais por parte dos negros, mas não se pode negligenciar que naquele momento o que havia de mais acessível estava na aliança política com a esquerda, na qual alguns desses militantes não se arrependem, enquanto outros mudaram a maneira de olhar.

Foi diante dessa torrente de possibilidades e arranjos políticos que as ações afirmativas foram tomando conta do cenário público uruguaio. Para os movimentos negros desse país, essa foi, quase que indiscutivelmente, uma vitória para toda a população negra, já que esse sistema teria tido resultados favoráveis e a partir daquele momento representaria a chance de elevar o nível de instrução, acesso a emprego público e renda para os negros uruguaio.

5.2 O Uruguai no Pós-Durban e a Lei 19.122/06

Reconhecemos o papel primordial dos parlamentos na luta contra o racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata, em adotar legislação adequada, supervisionando sua implementação e alocando recursos financeiros indispensáveis (Plano de Ação de Durban, p.39).

O Uruguai inicia as suas ações a partir do ano de 2003, dois anos após Durban, instituindo o crime de racismo no código penal, no qual a lei 17.677

Penaliza con 3 a 24 meses de prisión a quienes inciten o cometan actos de violencia moral o física, de odio o de desprecio contra personas en razón de su color de piel, raza, religión, origen nacional o étnico, orientación o identidad sexual (ABERO; MUSSO; PÍRIZ, 2016, p. 18)

Com o racismo tornado crime, a porta se abriu para outras medidas, leis e sanções, gerando novas demandas para o Estado, na medida em que aumentaram também o número de obrigações. Dentre as leis comemoradas pelos movimentos negros uruguaio, estão a lei 17.817/2004, que declara ser de interesse nacional a luta contra o racismo e todas as formas de discriminação. A lei 18.059/2006, que estabelece o dia 03 de dezembro como dia nacional do candombe (data que marca a demolição do *conventillo* Medio Mundo), que passa a ser patrimônio cultural uruguaio. E a Lei 19.122, criada em 2013 a fim de promover ações afirmativas para a população negra no âmbito educativo e de mercado de trabalho (ABERO; MUSSO; PÍRIZ, 2016, p. 18).

Entre todas essas leis de combate ao racismo, a Lei 19.122 tem sido a mais discutida no Uruguai neste momento, já que foi desenvolvida no intuito de se tornar uma ferramenta para equilibrar os níveis de desigualdade racial no país. Para muitos ativistas dos movimentos negros e estudiosos da questão racial, ela funciona como a catalisadora para medidas que atendem às demandas históricas dos movimentos negros em seus anseios por acesso aos bens e serviços ofertados pelo Estado, e pelo reconhecimento e valorização da cultura de matriz africana.

La Ley 19.122 lejos de ser la solución al racismo estructural constituye una herramienta para afrontar la desigualdad étnico-racial y mejorar los niveles de autonomía de las personas afrodescendientes. Constituye un aporte desde el punto de vista que brinda soluciones concretas para reparar la desventaja histórica a la que la comunidad afrouruguaya ha sido determinada. Es una forma de responsabilización del Estado a partir de una iniciativa que fue coparticipativamente elaborada desde el Parlamento, escuchando y dando una respuesta específica a los reclamos y denuncia que históricamente viene haciendo la sociedade civil organizada afro (IGUINI: MACIEL; MIGUEZ; RORRA, 2016, p. 80).

O panorama político e social no Uruguai tomava um rumo de maior abertura para essas ações, e toda ambiência confluiu para essas escutas, orientadas pela vitória de José Alberto Mujica Cordano (1935-), o Pepe Mujica, para a presidência daquele país. Ele presidiu o Uruguai no período que compreende entre 2010 e 2015, e, para muitos, representou a vitória de um governo popular de orientação socialista, como a esperança de resolver os problemas sociais e dinamizar um processo de redistribuição de oportunidade e renda, o que, em tese, incluía os afro-uruguayos. Será que isso ocorreu de fato?

Essa pesquisa teve início no Brasil, no ano de 2016, um ano após Pepe Mujica sair da presidência da República Oriental do Uruguai, e se concentrou no panorama brasileiro. Somente no ano de 2019 a pesquisa se debruça em torno do Uruguai enquanto objeto de apreciação analítica, primeiramente a partir de leituras e, posteriormente, com uma viagem a Montevideu e a realização de um trabalho de campo que contou com a entrevista de onze ativistas dos movimentos negros que estiveram à frente da implementação de leis e medidas antirracistas. Alguns deles estiveram em Durban e participaram de articulações bastante anteriores às implementações das medidas a pouco trabalhadas.

Quero dizer com isso que uma análise sistemática acerca do governo de Pepe Mujica, no que diz respeito a sua atuação frente à questão racial uruguiaia, além de não ser o escopo principal da tese, não possui, ainda, elementos suficientes para profundas asserções. No entanto, possíveis olhares estão no bojo das análises feitas a partir das entrevistas concedidas, o que nos permite possibilidades de pensarmos estas questões a partir da visão desde o próprio uruguiaio, consubstanciada nas declarações de quem esteve à frente do processo.

O fato é que a lei mais debatida hoje, a Lei 19.122, foi sancionada durante o governo de Pepe Mujica, e para a militância dos movimentos negros a aprovação da referida lei representa um marco na luta contra o racismo e na efetiva cobrança por “reparações” por parte do Estado. Essa decisão já vinha sendo ensaiada desde o final dos anos de 1990 e no início dos anos 2000, com as transformações que o cenário internacional já vinha sendo obrigado a tomar, e, certamente, os membros mais experientes dos movimentos negros

serviram como “ponta de lança” na mediação entre os vários interesses que deveriam ser articulados para a sua devida efetivação.

Em sua regulamentação, a Lei 19.122 cria ações afirmativas para favorecer o acesso e a participação dos negros em áreas educativas e trabalhistas, visando estarem alocados e desenvolvendo atividades nas áreas fundamentais para o crescimento do país. Com isso, se torna menos dificultoso que os negros tenham acometimento nos seguintes ministérios: Educação e Cultura, Interior, Relações Exteriores, Economia e Finanças, Defesa Nacional, Transporte e Obras Públicas, Indústria, Energia e Mineração, Trabalho e Seguridade Social, Saúde Pública, Turismo e Desporto, Habitação, Ordenamento Territorial e Meio Ambiente e, por fim, o Ministério de Desenvolvimento Social (MINISTERIO DE DESARROLLO SOCIAL 2014)³⁷.

Segundo o informe final sistematizado na II Assembléia da Rede de Mulheres Afrolatinas, Afrocaribenhas e da Diáspora (RMAAD), ocorrida em Montevideu em agosto de 2014, a Lei 19.122 foi desenvolvida a partir da Conferência de Durban, ou seja, considerando as informações trazidas em seu documento final, entendendo que ali estavam contidas as demandas urgentes que os movimentos negros vinham historicamente se empenhando para tentar implantar e implementar por dentro do estado uruguaio.

Nesse sentido, os vários episódios de racismo denunciados desde a colônia até a proclamação da república haviam sido considerados como elementos importantes a serem somados e ganhar corpo para uma justa medida que visasse equalizar as diferenças raciais que se apresentavam evidentes na dinâmica do país, consubstanciadas pelos números censitários que desde o ano de 2011 apresentava o fator racial como categoria analítica acerca da divisão social do país.

Também foi necessário estabelecer um parâmetro racial, a fim de evitar fraudes e tergiversações de cunho político-ideológico. Entretanto, e como em todo o lugar, a decisão de caracterização racial é sempre muito complexa, levando os órgãos competentes à adoção do critério de autoatribuição, ou seja, aquele que no qual o próprio cidadão se reconhece enquanto tal, com base na sua própria percepção subjetiva de afiliação histórica e cultural, mas mediada por um guia de autodefinição compilado pelo Instituto Nacional de Estatística.

Diante de todos esses ajustes, discussões e recomendações, é importante ressaltar que a Lei 19.122 vicejou em meio aos debates acalorados no parlamento uruguaio, que,

³⁷ Cumpre dizer que o Ministério do Desenvolvimento Social (Ministerio de Desarrollo Social – MIDES) foi criado em março do ano de 2005, por meio da Lei 17.866, com a missão de coordenar as políticas de cunho social (MINISTERIO DE DESARROLLO SOCIAL 2014).

segundo Olaza (2017), tiveram um caráter bastante similar ao mesmo processo de aprovação das cotas raciais no Brasil. Segundo a autora, o que esteve mais evidente nesse decurso foram as argumentações divididas, que orbitavam entre a necessidade de políticas focalizadas, geralmente defendidas pelo partido *Frente Amplio*, e a universalização do combate à pobreza, proposta enfatizada pelo partido *Colorado*.

É necessário frisar que a Lei 19.122 surge a partir da “XLVII Legislatura da Câmara de Representantes, como o projeto apresentado pelo deputado Felipe Carballo à Comissão Especial de População e Desenvolvimento Social” (OLAZA, 2017, p. 179). E que todos os debates aos quais nos referimos nas linhas anteriores teve como palco o parlamento. Ficou decidido pela sua aplicação, entendendo que o princípio constitucional de igualdade de todos os cidadãos uruguaios perante a lei seria salvaguardado, ou seja, que a aplicação das ações afirmativas não implicaria em nada a isonomia naquele país.

De acordo com Olaza (2017), a legitimidade para a aplicação da Lei 19.122 está salvaguardada no princípio de conduta ética que prevê um prazo para a sua vigoração, estipulado em quinze anos. Entretanto, a autora ressalva que:

Embora a própria lei determine 15 anos de aplicação ao estabelecer um âmbito temporal, acordando o que, no momento, foi considerado um prazo razoável que permitiria corrigir as situações de desigualdade, não deveria se descuidar da necessidade reforçar dispositivos que possibilitem seguir passo a passo seu real cumprimento (OLAZA, 2017, p. 196).

A autora, portanto, cobra um sistemático acompanhamento sobre a efetivação da lei, já que o que estaria em jogo seria o funcionamento da mesma, o seu poder de transformação frente à constatação de problemas históricos de alta complexidade. O argumento é válido e funciona como uma mediação acerca da decisão do parlamento, já que aceita o estabelecimento de um prazo, ao passo que cobra efetividade nas ações a fim de resolver, ou pelo menos dirimir, as desvantagens raciais no país.

A partir de todas essas possibilidades de pensar os embates políticos, os acordos, as tensões e as negociações, o nosso olhar sobre o Uruguai se direciona para a escuta, privilegiando os pontos de vistas daqueles que estão inseridos na realidade daquele país. Nesse sentido, tivemos a satisfação de ter entrevistado algumas pessoas dos movimentos negros uruguaios, indivíduos que possibilitaram alguns olhares e se colocaram gentilmente a disposição de terem as suas opiniões postas para a nossa apreciação.

A partir de agora, o trabalho se encaminha para a análise das entrevistas realizadas no Uruguai, em Montevideú, procurando estar atento aos detalhes acerca do processo histórico do movimento negro daquele país, sua confluência para a Conferência de Durban, as

suas dinâmicas atuais e as perspectivas futuras que se apresentam como horizonte político para os negros uruguaios. Portanto, iniciaremos a próxima seção com as conversas efetivadas em Montevideu, de 17 de janeiro a 16 de fevereiro do ano de 2019.

5.3 Entrevistas com os ativistas uruguaios

5.3.1 Romero Rodrigues

Nosso primeiro entrevistado é um grande expoente do movimento negro uruguaio, figura que participou ativamente de vários episódios na luta de combate ao racismo naquele país. Ele é o fundador da organização *Mundo Afro*. Romero também foi o primeiro embaixador negro uruguaio, quando, no governo de “Pepe” Mujica, exerceu a função em alguns países africanos.

Romero esteve exilado por alguns anos de sua vida, decidindo viver no Brasil e aguardando o momento oportuno para retornar ao seu país. Durante o tempo em que esteve no Brasil, Romero visitou e esteve a trabalho em vários estados deste país, constituindo família e tendo a oportunidade de se agenciar junto aos movimentos negros brasileiros. Foi quando estreitou seus laços de amizade com o militante Adbias do Nascimento, pessoa ao qual ele nutre profundo respeito e que o considera uma figura icônica para o movimento negro uruguaio.

5.3.2 Karina Moreira

Na sequência, temos a entrevista com Karina Moreira, que é psicóloga de formação e atua como militante do movimento negro há dezoito anos ou mais. Karina esteve no MIDES – Ministério de Desenvolvimento Social como coordenadora do departamento de mulheres afrodescendentes, tendo renunciado ao cargo recentemente para dar continuidade a um projeto ao qual vem se dedicando atualmente, que possui o nome de BANTU e funciona junto ao Conselho Nacional de Drogas como prevenção e redução dos danos causados pelo uso de drogas, tendo como público-alvo as pessoas negras.

5.3.3 Juan Pedro Machado

Juan Pedro Machado possui formação em enfermagem e fisioterapia, e no momento da entrevista estava se preparando para prestar o concurso para o mestrado em Políticas Públicas para a Universidad de La Republica, em Montevídeu. Ele nos explica que tem uma larga experiência com os movimentos negros uruguaios e que está no ativismo desde o ano de 1992. Ultimamente, Juan tem estado inclinado em trabalhar o fortalecimento das relações entre as instituições negras e o estado.

Nosso entrevistado foi membro ativo da organização *Mundo Afro* e esteve na Conferência de Durban como relator especial. Juan é nascido na fronteira do Uruguai com o Brasil e é fluente na língua portuguesa, já esteve participando de muitas conferências, cursos de formação e atos em várias cidades brasileiras.

5.3.4 Chabella Ramirez

Nossa entrevistada se chama Julia Isabel Avella e o nome “Chabella” é um nome artístico que se impôs como sua identidade, e hoje as pessoas a conhecem assim, “Chabella Ramirez”. Chabella é arte-educadora e promove oficinas de educação popular em escolas secundárias em contextos que considera como “críticos”, ou seja, de vulnerabilidade social. Já trabalhou durante muito tempo como empregada doméstica e é ativista desde os 15 anos de idade.

Chabella já participou de vários grupos de ativistas e nos recorda que iniciou em um grupo chamado “Nelson Mandela”, mesmo período em que participava de um grupo chamado “Candombe One”, no qual fora locutora de rádio por mais de 10 anos. Ela também afirma ter participado da organização *Mundo Afro* e de um grupo cultural de mulheres chamado *Afro Gama*, que no ano da entrevista completaria 23 anos. Atualmente, ela é presidente da *Casa de Cultura Afro-Uruguaya*, local onde participa desde quando apenas era militante.

5.3.5 Orlando Rivero

Ramón Orlando Rivero é militante de uma organização que se chama *Salvador de Otarbide*, que se trata de um movimento social fundado no ano de 2008. Nosso entrevistado também já foi diretor-geral do *Mundo Afro*, no qual militou desde a década de 1990 até 2006.

Orlando se identifica como pan-africanista e socialista. Hoje, Orlando está cumprindo funções administrativas no escritório de planejamento e orçamentos do governo, em que trabalha como assessor e assistente. Lá, ele desenvolve construções de estratégias de governo para o desenvolvimento da população negra. Orlando também é formado em psicologia.

5.3.6 Julio Cesar Pereira

Julio Eduardo Pereira Silva é licenciado em artes plásticas e visuais pela Universidad de la República, onde é docente na Escola Nacional de Bellas Artes. Nosso entrevistado também foi estudante desta universidade. Ele nos explica que não é um militante ativo organizado em um movimento específico, pois a vida acadêmica consome bastante o seu tempo, no entanto, está sempre perto e acompanhando os movimentos negros, logo, tem penetração entre reuniões e desenvolvimento das agendas políticas de alguns deles.

5.3.7 Andres Urioste

Andres Urioste havia completado 53 anos no ano de nossa entrevista e diz ser ativista do movimento negro uruguaio desde muitos anos, aproximadamente 30 anos. Ele enfatiza que participou da Conferência de Durban e foi integrante ativo da organização *Mundo Afro*. Nosso entrevistado é técnico em saúde do governo uruguaio e se especializou em saúde e racismo. Ele participou da campanha que levou o Partido *Frente Amplio* ao poder, no ano de 2005, e esteve em contato com militantes dos movimentos negros brasileiros, como Jurema Werneck.

Hoje, Andres Urioste participa moderadamente dos movimentos sociais negros, muito mais como colaborador do que atuante assíduo, como antes. Ele voltou ao ativismo de base e se preocupa em trabalhar as questões atinentes ao racismo desde dentro do Estado, pois acredita que estando como técnico em saúde do governo a sua intervenção poderá render melhores resultados para a população negra.

5.3.8 Noelia Maciel

Noelia Maciel é formada em Ciência Política e no momento da entrevista estava realizando um curso em “Desenvolvimento Econômico e Territorial”. Ela se declara militante do movimento negro há aproximadamente 20 anos. Desde a sua juventude, Noelia esteve

ligada ao tema das relações raciais e isso a influenciou nos estudos universitários. Nesse sentido, ela acredita sempre haver uma conexão de coisas que podem ser relacionadas ao tema e articuladas para propôr produções de conhecimento dedicados a aprofundar a temática racial.

Nossa entrevistada se encontra trabalhando com desenvolvimento econômico ligado ao setor de empreendedorismo. Ela está dedicada ao estímulo para a criação de negócios que impulsionem a população negra. Porém, sempre esteve, e continua estando, dedicada à temática da educação, sendo essa a sua maior contribuição para a militância do movimento negro.

5.3.9 Lourdes Martinez

Lourdes Martinez é procuradora e diplomada em Gênero, Cidadania e Educação. Ela se identifica como militante e participa de uma organização de mulheres negras feministas que se chama *Colectiva de Mujeres*. No momento da entrevista, ela fazia parte da *Red de Mujeres Afrolatinoamericanas, Afrocaribeñas y de la Diáspora*. Recentemente, Lourdes havia assumido a coordenação do “Departamento de mujeres afro”, que é parte da estrutura do *Inmujeres Mides*.

5.4 Os Movimentos Negros no Uruguai

Conforme já trabalhamos ao longo deste estudo, houve de fato uma tendência gradativa de abertura para o debate acerca das questões raciais, e os acontecimentos que acompanhavam tal receptividade para o tema possibilitaram que alguns sujeitos e coletividades pudessem criar mobilidade e adentrar espaços menos previsíveis dentro do mundo do trabalho e de acesso aos bens culturais legitimados pelo *ethos* que prescreve as normas de conduta de uma sociedade. Nas grandes cidades, aonde circula maior fluxo de capital, eles geralmente estão situados nas áreas mais nobres, onde o contingente de negros é numericamente menor do que o de pessoas brancas.

Sendo assim, e segundo Karina Moreira, podemos sinalizar que ao passo em que os negros conquistavam direitos e criavam mobilidade social, havia uma maior possibilidade de ascensão social e de “penduralidade cultural”, que se traduziria pela circulação por lugares de maior oferta de bens culturais, e é por isso que nos concentramos na cidade de

Montevidéu, sendo necessário o empreendimento de um olhar acerca dos movimentos negros uruguaios a partir da perspectiva dos nossos entrevistados.

De acordo com Romero, durante um período os movimentos negros uruguaios foram bastante influenciados pelos movimentos negros brasileiros, e isso se deveu à árdua militância de Abdias do Nascimento, tendo como grande marco o *Encontro de Populações Negras da América Latina*, ocasião em que o Brasil teve posição de protagonismo e viabilizou debates acerca da importância de se manter um diálogo entre os movimentos organizados na América Latina:

Del encuentro de poblaciones negras de América Latina, Abdias do Nascimento fue un poco el precursor de todos nosotros. Y el movimiento negro brasileño nosotros teníamos o yo tenía una mirada muy impactante de enseñanza, de proceso, de lucha, de resistencia. Yo creo que muchas veces en lo personal nos confundimos con el movimiento negro brasileño. El movimiento negro brasileño para América Latina es el movimiento precursor, el fuerte, el vanguardista, el de la vanguardia. (ROMERO RODRÍGUEZ)

Percebe-se que os movimentos negros brasileiros possuem uma organização histórica importante e de impacto internacional, a ponto de se destacarem pelo seu caráter “vanguardista” e a partir de diversas publicações de livros e jornais, de reivindicações por direitos, projetos de ensino e preservação da cultura afro-brasileira, e, recentemente, pela aprovação de leis específicas. Muito provavelmente esses feitos históricos sejam o motor para que os países latino-americanos reconheçam os movimentos negros brasileiros como percussores de luta antirracismo neste continente.

Segundo Juan Pedro Machado, os intercâmbios são importantíssimos, pois oportuniza que as informações circulem, que as pessoas passem a se conhecer e as ideias se conectem. Para ele, o movimento negro uruguaio ganhou amplitude justamente a partir da conexão entre diferentes regiões e as zonas fronteiriças foram indispensáveis para uma mirada mais ampla acerca do panorama uruguaio, ou seja, o Uruguai não poderia ser visto apenas pelas lentes de Montevidéu:

No Mundo Afro, em particular, nós tínhamos nessa época, um conceito que se formou por volta de 1994; que era de formar instâncias na região, para criar um vínculo entre os povos, compartilhar as situações, experiências e vivências dos povos afros. Imagina um povo que tem cerca de 300 mil pessoas, só no Rio Grande do Sul temos um grupo de 9 milhões de pretos. Como se fortalece esse grupo? Tendo a capacidade de trocar essas informações em comum e ter um espaço mais agressivo na negociação e entendimento político (JUAN PEDRO MACHADO)³⁸.

³⁸ A entrevista realizada com Juan Pedro Machado foi concedida em português, já que o nosso entrevistado é fluente na língua.

Concordando, Romero sinaliza que o amadurecimento dos movimentos negros atuais naquele país possibilitou novos horizontes e rearranjos políticos, pois a intensificação dos estudos acerca da população negra no Uruguai conduziu a uma reorganização do olhar acerca dos movimentos que já aconteciam concomitantemente ao Brasil, e muitas vezes com proposições similares, que, no entanto, aconteciam de maneira independente, ou seja, sem a influência direta do que havia por aqui.

Nosso entrevistado acredita que o movimento negro brasileiro não seja mais “vanguardista” do que os outros movimentos negros encontrados em outros países da América Latina, entendendo que cada um deles tem a sua importância dentro do contexto e do cenário político ao qual estiveram – e estão – localizados. Segundo ele, a questão de os movimentos negros no Brasil aparecerem tanto, tem haver com a tardia libertação dos escravizados e com a organização social e política que se estabelece no pós-abolição, gerando um abismo racial, pouco compreendido por parte da população, que sofre com os reflexos ainda hoje.

La vida nos demostró que no es tan así, o sea, creo que el movimiento negro brasileño tiene el factor de haber sido el último país de América Latina en abolir la esclavitud y tener un imperio hasta finales del siglo XIX. Y hay aquel que no entienda eso, que los resultados de ese imperio, las consecuencias de ese imperio todavía viven hoy. Hay una gran impronta de lucha contra el racismo y esa lucha contra el racismo necesita en algún momento convertirla en una lucha política de cambio y transformación de nuestras sociedades, de un proyecto político (ROMERO RODRÍGUEZ).

Nesse sentido, Romero reitera a ideia já trabalhada por nós nesta tese, a de que um dos laços que une – ou deveria unir – os movimentos negros é a luta por acesso à cidadania plena. Para o militante uruguaio, é necessário que os movimentos negros latino-americanos tenham um amplo entendimento acerca desta questão, para que somente assim consigam ser propositivos a ponto de unificar os diversos setores da sociedade em relação aos seus pleitos, emergindo a possibilidade de integração do negro aos setores produtivos, por conseguinte, melhorando as suas condições de vidas.

Creo que América Latina y todos los movimientos de América Latina tenemos un desafío en eso, no hemos comprendido que somos ciudadanos, que queremos la ciudadanía, que vivimos en un sistema multiétnico donde la función del capital prima en nuestras relaciones humanas y que fundamentalmente si el movimiento negro en América Latina no encuentra, para mí, la conformación de un proyecto de amplias mayorías con todos los sectores de la sociedad y construir democracia y eso va en función de un proyecto político, va a ser muy difícil salir de nuestros preceptos (ROMERO RODRÍGUEZ).

Para Juan Pedro Machado, o Uruguai leva certa vantagem dado ao fato de serem um povo habituado às trocas culturais e aos aprendizados por meio da escuta e abertura para

diferentes perspectivas. Juan sinaliza que “muitos fatos que dão vantagem ao Uruguai, é que eles são um povo diplomático, se interessam por política. São um povo que se conecta e busca criar redes para crescer e aumentar a sua influência política, principalmente em prol de sua sobrevivência” (JUAN PEDRO MACHADO).

Desse modo, Romero é mais abrangente e enfatiza que houve um processo diferenciado do Uruguai em relação aos países latino-americanos e ao Brasil. Segundo ele, o ímpeto revolucionário de figuras como Simón Bolívar (1783 – 1830) e o General Artigas (1764 – 1850) engendraram a possibilidade de inclusão de negros na cidadania de cada uma das nações em que estes homens estiveram guerreando. Com efeito, a parcela da população branca passaria a ter vergonha do período escravocrata. Ao contrário, o Brasil não teria tido um líder revolucionário da envergadura dos aqui apresentados, gerando um orgulho escravista por parte de alguns setores da sociedade.

Brasil fue un imperio hasta 1888 cuando los países de Latinoamérica, Bolívar, Artigas, ya habían procesado un proceso de independencia entre comillas que admitía el negro como sujeto social para ganar sus guerras; o sea el concepto del estado de nación muy europeo pero admitía otros procesos sociales. Eso en el devenir del tiempo da una... voy a decir una barbaridad, los blancos latinoamericanos tienen, muchos de ellos tienen vergüenza de la esclavitud, de lo que generaron. Los blancos brasileños tienen orgullo de haber sido esclavistas, eso es una percepción que tengo (ROMERO RODRÍGUEZ).

Apesar de o nosso entrevistado afirmar que o negro tenha sido absorvido pelo ideário revolucionário dos grandes líderes latino-americanos, a trajetória do movimento negro sinaliza que o reconhecimento de Ansina como herói nacional se deu por muita pressão, e a sua efetivação como tal só aconteceu tardiamente. Esse fato, atestado por Andrews (2010), põe em xeque a possibilidade de que “os brancos” deste continente sintam “vergonha” do período escravocrata, ora, se sentiam vergonha, então por que tanto descrédito em relação a um sujeito que esteve lutando ao lado do mais reverenciado líder revolucionário daquele país?

Romero Rodríguez argumenta que Ansina possa ser apenas um personagem construído pelo movimento negro uruguaio, como parte de um projeto de “resgate” da identidade dos negros daquele país. Segundo ele, há poucas fontes sobre Ansina, que na realidade pode ter sido “qualquer coisa”, inclusive um escravizado. Em contrapartida, Romero assevera que Zumbi dos Palmares seja um personagem real da história do Brasil, com um programa de estado e fontes confiáveis.

Se reconoció en 1917. Marcelino Bottaro, líder del movimiento negro uruguayo reivindica la figura de Ansina... y es muy poco lo que conocemos de Ansina, no hay mucho documento, lo que se sabe es que era el compañero, mayordomo, esclavo, no sé, una relación con Artigas el General. Pero el proceso de la visibilización de

Ansina se hizo producto fruto del movimiento negro, de esta casa; yo escribí un libro hace muchos años, de tener la simbología histórica como referencia para nuestras movilizaciones reivindicativas. Pero en verdad lo que se conoce de Ansina es muy poco, no es ni siquiera un Zumbi dos Palmares. Zumbi dos Palmares es un personaje, o un jefe que administra un territorio, la República dos Palmares. (ROMERO RODRÍGUEZ)

Há um debate em torno da importância de estabelecer Ansina como herói existencial ou ficcional. Chabella Ramirez também acredita na validade do debate que atesta para a imprecisão das fontes acerca da vida de Ansina, no entanto, afirma a sua existência e a sua ascendência afro, e sinaliza para a sua importância frente à história do Uruguai.

Joaquín Lencina fue el ayudante, el comandante, el amigo, el compañero, y asesor de guerra de José Gervasio Artigas, nuestro prócer. Joaquín Lencina era afro, pero hay quien dice que no era de Montevideo, que era de São Paulo, hay quienes dicen que no había nacido acá, que había nacido en Brasil y recién ahora, es proclamado comandante en jefe del Uruguay, pasaron 200 años, 200 años pasaron pero aparte de esto que te estoy contando, también te puedo decir que en esa fluidez de población hoy en Montevideo vas a encontrarte con familias de apellido Silva, de apellido Cardozo, de apellido Gularte, de apellido Daluz, Silveira, muchos apellidos, yo creo que los afrobrasileños y los afrouruguayos están históricamente emparentados y somos muchas más que dos (CHABELLA RAMIREZ).

Em relação a Ansina, Romero Rodriguez ainda pondera a sua efetiva participação enquanto liderança negra uruguaia, sugerindo que devamos investigar um pouco mais acerca da figura histórica de Ansina e buscar fontes as quais sinalize para uma biografia mais fidedigna quanto ao papel desempenhado por ele em seu tempo. Politicamente, completa Romero, a figura do “herói” constitui uma válida bandeira de luta que permite arranjos identitários de estímulos para a população negra.

Ansina es un personaje que acompañó siempre a Artigas y que algunos investigadores le dan ciertas propuestas, planteos que las fuentes son muy muy débiles... para el diálogo político, para la batalla política, para el simbolismo y el espíritu político es interesante pero si vas a la fuente, hay algo de Dupuy en el año 1878 que dice que él era un poeta y un payador, pero si ves los escritos no se corresponden al lenguaje de 1878, era un lenguaje muy moderno para la historia del Ansina que tenía supuestamente un lenguaje interafricano, ahora que fue el que acompañó a Artigas hasta su final, sí; que fue muy leal, hay quien dice que era comandante del ejército de negros y libertos, sí es muy probable; pero hay que demostrarlo, no me animaría con un académico de tu altura generar expectativas de un Ansina que... todavía falta una investigación. (ROMERO RODRÍGUEZ)

Ao tratar da questão de Ansina como herói nacional, Romero sinaliza que esta foi uma pauta que fazia parte do amadurecimento do movimento negro, que estava construindo uma narrativa de mobilização, algo que fosse capaz de gerar legitimidade discursiva para adentrar os espaços de tomada de decisão política. Segundo ele, foram ações insistentes como esta – ainda que com certa imprecisão de fontes – que potencializaram as lutas e o debate foi se sofisticando, conquistando novos patamares e se amplificando.

A confluência de tantas ações e medidas fortaleceram as coletividades negras que se articulavam durante muitas décadas, possibilitando a formação de militantes de geração em geração até que estivessem preparados para lidar com uma conjuntura política favorável e pudesse viabilizar, por dentro das instituições do Estado, as demandas construídas historicamente pelas suas antecessoras. Objetivamente, o movimento negro uruguaio teria em sua agenda um pleito que permanecia na dianteira para as negociações com os órgãos competentes. Essa era a pauta da educação.

Em relação a essa pauta é importantíssimo dizer que apesar de o Uruguai ser um país com bons índices educacionais, ou seja, baixa taxa de analfabetismo e satisfatório aprendizado, muito à frente dos seus vizinhos do continente, mas ainda há problemas entre negros e brancos, tendo a população negra grandes desvantagens. Segundo Orlando Riveros, esse fato é atravessado durante décadas e transcende as análises puramente de estrutura de ensino, uma vez que o problema do racismo influencia no rendimento escolar das pessoas negras.

En principio hay un problema de trato, en primaria, probablemente antes, de cuidado y de calidad de cuidado, cariño y demás pero fundamentalmente el tema del habla influye muchísimo el efecto Pigmalión, no? Es decir, hay un aspecto donde hoy se puede entender o establecer de que a la población negra, a los niños y las niñas negras se le da una educación, de alguna forma, uno no lo puede comprobar, pero no puedo afirmarlo, pero por ahora cualitativamente se sabe que en primaria el efecto Pigmalión en el hecho de que los niños y las niñas negras no van a soportar la cantidad de información que se le va a dar, entonces se le da menor información, o menor educación. (ORLANDO RIVEROS).

A partir da observação de que a educação deveria ter novos horizontes, o movimento negro uruguaio pautou as suas intervenções em torno da divulgação de estudos que comprovam a existência do racismo no ambiente escolar e passou a propor medidas de combate dessas práticas a partir de outros operativos, tal como o Candombe, dado ao fato de que é uma manifestação cultural de grande abrangência dentro daquele país.

Dentro de la intendencia de Montevideo que exista una secretaria de negros y migrantes, que mas te podria decir dentro de la educación, que se llegue a las escuelas yo por ejemplo he participado de muchos momentos del grupo social del candombe. Que ha hecho toda una recorrida en el pais donde hay mas negros, contando la otra historia del Uruguay. Donde el candombe tenga protagonismo del movimiento social y político, no es solo tocar el tambor y el baile y el canto. (CHABELLA RAMIREZ).

Essa passou a ser uma perspectiva interessante e integradora, na medida em que os elementos culturais afro-uruguaio eram gradativamente inseridos no contexto escolar, possibilitando um novo olhar em torno do negro, pois em resposta ao racismo se

apresentavam elementos que refletiam a beleza dos aportes culturais produzidos pelos negros. Obviamente que isso não anula o fato de que muito ainda necessita ser feito dado que

En Uruguay existe una situación de racismo estructural, que los negros viven en una situación de opresión y se tenés claros los datos sobre cómo viven la población afro de cómo vive la población blanca, de cuáles son las brechas en el proceso educativo, si tenés todos esos datos claros, es difícil elegir vivir en Uruguay, es una opción difícil pensar en voy a criar a mis hijos en Uruguay es una opción difícil porque la salida a este sistema de opresión. (JULIO CESAR PEREIRA).

Entretanto, Karina Moreira afirma que o Uruguai obteve significativas mudanças em compreender a questão da identidade se comparado com quatro ou cinco décadas atrás, quando “la cuestión de la diferencia se daba por una cuestión de clase, no se hablaba, bueno, ni de género, ni de diversidad sexual y mucho menos de raza” (KARINA MOREIRA). E, segundo ela, isso se deu por certa guetificação do negro em lugares compartimentados, pois “el negro se reconocía entre el negro por la desigualdad mucho más, porque estaba mucho más enquistado en un lugar, como sujeto en un lugar” (KARINA MOREIRA).

A respeito da questão da identidade, Orlando Riveros enfatiza que fora muito importante que os movimentos intensificassem as questões que atravessam essa seara, uma vez que tenha sido o veículo pelo qual se pensou a possibilidade de integrar os negros nos diferentes espaços de inserção social, ou seja, nas instituições. Nosso entrevistado adverte que o mais importante é que se ganhe a agenda pública, e por meio dela possa instigar a sociedade em relação ao que é necessário fazer e quais as dificuldades de se adequar às transformações.

La mayoría de las acciones estén muy pensadas en identidad y te hablo de identidad, cuando se ha hecho de explicarle a la gente o ganar la agenda pública para decir que el racismo es malo y la población negra es buena y que en realidad está bien, que en realidad la población negra se empondere pero cuando se genera un conflicto porque la población negra toca temáticas que a la sociedad no le conviene, en vez de profundidad con cuestiones de desarrollo, pácate! Se tira para atrás, ahí se entiende la práctica del racismo, es decir el racismo no solamente funciona para lo que uno entiende como un elemento de exclusión sino de temor. Por eso en las agendas progresistas han tenido mucho temor de avanzar con la problemática negra, es decir, porque se genera un lío político, se va para atrás. (ORLANDO RIVERO).

Sobre esse assunto, Karina expressou certa insatisfação e até decepção com os militantes das agendas progressistas e do movimento negro que adentraram no Estado. Esse desconforto a fez se afastar do Instituto Nacional de Mulheres, pois ela se sentia impossibilitada de cumprir os preceitos que idealizava em tempos de militância: “Me parecía que era más útil como sociedad civil denunciando desde afuera o fortaleciendo a otras personas o generando fortaleciendo movimiento porque veo que la entrada de militantes al Estado debilitó mucho al movimiento” (KARINA MOREIRA).

Por ter havido, ao longo do tempo, grande incompatibilidade entre o movimento negro e o Estado, os militantes mais ativos acabam por desenvolver certa incredulidade em relação ao que realmente se pode fazer em benefício da população negra, já que os interesses parecem difusos e há de se negociar transformações que alteram o caráter original das propostas. Os motivos estão sempre atravessados pela dificuldade de conseguir realizar aquilo pelo qual tanto lutaram, isto é, realizar políticas públicas que atendam a população negra em seus anseios.

Yo ingresé al Estado uruguayo en 2005 y tres años después en el 2008 me había ido decepcionado, frustrado porque no habíamos podido construir política, ni siquiera habíamos podido discutir política pública. Entonces me volví a mi nicho de sociedad civil, volví a las organizaciones negras, volví al activismo de base y desde ahí hasta acá he estado todo el tiempo trabajando en eso, colaborando con las organizaciones, un poco eso (ANDRÉS URIOSTE).

Por esse motivo, parcela do movimento negro esteve mais inclinada em desenvolver ações educativas que promovam uma tomada de consciência, pois assim haveria a amplificação de suas agendas políticas e ganharia mais força para a implementação de políticas públicas no âmbito do Estado, ainda que de maneira “silenciosa” ou negociando as suas demandas em torno de estratégias diferentes do âmbito da militância fora do Estado. Desse modo, “tu vienes conmigo con tu demanda y ya no puede gritar acá, porque estás adentro y todo esto que gritabas aca en la calle, acá no lo puedes decir porque acá estamos en el estado” (LOURDES MARTÍNEZ).

Lourdes Martínez sinaliza que parcela considerável de pessoas dos movimentos negros que ascenderam ao Estado é ligada aos partidos políticos de esquerda e que isso é positivo, uma vez que há pautas que só podem ser materializadas a partir do acesso ao poder público. Porém, é necessário que os interesses partidários não suplantem a oferta de bem-estar social para a população negra. Nesse sentido, há uma prática de enfrentamento para que as políticas aconteçam.

Eso tiene que ver con que la izquierda llegó al poder el movimiento afro, de alguna manera hubo una gran lucha por acceder a cargos en el gobierno como una manera de estar adentro y desde adentro poder accionar cosas que siendo sociedad civil no se ha podido y eso es como una suerte de trampa porque nosotros acá hablamos de cooptamiento. (LOURDES MARTÍNEZ).

Dito isto, é compreensivo que o movimento negro tenha a preocupação em buscar equilibrar o imaginário social uruguaio em face de uma perspectiva que inclua a questão racial como componente importante nos atravessamentos simbólicos que se dão nas relações sociais. Só assim se pode haver uma transformação também em nível institucional, dado ao

fato que o país atravessa séculos de diálogos institucionais poucos plurais e pouco acessado pelos negros, inviabilizando a criação de laços de afetividade, reconhecimento e de aparato técnico para o combate ao racismo.

Diante de tantos desafios, os movimentos negros uruguaios avançam no tempo sempre se ocupando em dar conta de uma agenda política de combate ao racismo. Nesse sentido, Karina Moreira evidencia a existência de um protagonismo da *Organização Mundo Afro* como o movimento negro que sempre esteve na dianteira dos debates raciais no Uruguai e que a sua participação em Durban fora fundamental. Entretanto, e segundo ela, os maiores entraves entre os movimentos negros se deram após a conferência, quando

Houve una especie de implosión de la organización donde varios militantes comienzan a generar como otras cosas, hay un debilitamiento de *Mundo Afro* como organización, *Mundo Afro* en ese momento tenía como algunas pequeñas representaciones en el interior que también empiezan a tener un movimiento, empiezan a generar como una identidad particular. (KARINA MOREIRA).

Todavía, Karina reforça a sua assertiva de que o *Mundo Afro* tenha sido a organização que mais se mobilizou para a participação de Durban, tendo na figura de Romero Rodríguez a principal liderança, que articulava os contatos internacionais e que pavimentava o caminho para que fosse possível lograr êxito nas pautas propostas. Dentre outros apontamentos importantes, Karina adverte que Romero não esteve sozinho, e lembra que Juan Pedro Machado³⁹ “fue uno de los redactores principales de varias cosas de Durban, fue parte, estuvo ahí en todo ese proceso” (KARINA MOREIRA).

Aqui cabe observar que ao sinalizar sobre o esfacelamento do movimento negro em diversas organizações, conforme sugerido por Karina Moreira, a agenda de Durban também sofreria alterações, já que são diversas as recomendações e nem sempre elas atendem às demandas que surgem a partir de novas perspectivas e olhares para o enfrentamento do racismo.

De Durban salieron una cantidad de recomendaciones hacia el estado y a través de la agenda se le exigio al estado un plan nacional contra el racismo. Que era lo que se necesitaba y todo pero. Hay muchas cosas, lo primero tiene que ver como con contexto político, los gobiernos de la época de Durban eran gobiernos de derecha. (LOURDES MARTÍNEZ).

Ainda que as miradas sejam diversas e a agenda de Durban precise caber no plano nacional contra o racismo, há, de maneira geral, a percepção de um inimigo comum, que segundo os nossos entrevistados seriam os partidos de direita. Fica evidente na afirmação de

³⁹ Juan Pedro Machado também foi entrevistado por nós, que dedicamos uma seção para a análise de sua entrevista.

Lourdes que haveria dificuldades de implementação do plano de ação de Durban na gestão de um governo dessa natureza, cabendo lutar para que isso fosse possível através de outra perspectiva política.

Percebe-se que a nossa entrevistada tem uma preocupação localizada na possibilidade de pulverização da agenda do movimento negro, devido a incorporações sobrepostas em relação a outros operativos que não satisfazem suficientemente o debate acerca do racismo. Ela não nega a importância de outros movimentos, da diversidade de debates e do cumprimento da agenda de Durban em sua plenitude, mas se ocupa em advertir que há uma intensa fragmentação das pautas que orientam a população negra, e isso pode acarretar em maiores dificuldades de pleito junto às instâncias superiores do Estado.

No entanto, no entendimento de Noelia Maciel orbita um perigo nesse jogo político, que se inscreve na possibilidade de perda de autonomia e potencialização de interesses pessoais dos militantes que adentram a esfera governamental. Ela chama a atenção para o fato de que essa entrada funciona como uma fonte de renda segura e que exige a “etiqueta” política que sugere um jogo de posicionamento ao qual é preciso estar atento para não extrapolar os limites do que pode ser negociado. Para ela, o movimento negro

Deja de ser crítico, deja de tener autonomía el movimiento negro porque está supeditado a un interés partidario, a un interés personal. Lo que ha pasado es que las personas que pasaron a la estructura de gobierno pasaron solas sin ningún equipo, sin ningún grupo, también se transformó en una fuente de ingreso. Entonces para ser crítica desde ese lugar perdidas porque o te callabas la boca porque estabas perdiendo tu ingreso y el movimiento también fue le faltó autocrítica en ese sentido. (NOELIA MACIEL).

Se parcela dos movimentos negros que adentrou a estrutura governamental se “burocratizou” em torno de interesses pessoais ou partidários por via da esquerda, isso pode ter inviabilizado diálogos mais afinados com os negros de outras perspectivas políticas para galgar novas frentes em direção à resolução dos problemas de cunho racial.

Por ejemplo, acá hay una diputada llamada Gloria Rodríguez, es la única diputada negra que tenemos, pero es del partido nacional de derecha. Tendrias que hablar con ella porque es la única diputada bien negra que tenemos y es de derecha y el partido negro nunca se ha acercado a ella porque es de derecha, siendo que tiene un lugar preponderante con otros diputados de izquierda se acerco a llevar una agenda de trabajo, por ejemplo el que promulgó la ley 19.122 (NOELIA MACIEL).

As disputas em âmbito político partidário podem atrapalhar algumas negociações importantes, já que a questão racial estaria colocada em segundo plano. Observa-se que essa sentença é prática comum em ambas as perspectivas políticas, ou seja, se a deputada não é

procurada, é por conta dos motivos com que se relaciona com a temática racial, levando alguns ativistas a desacordarem com ela e procurar outras vias de se organizar politicamente.

Gloria Rodríguez, del partido Nacional de una de las listas más derechas de la derecha, con ella pasan varias cosas. Por un lado desde la comunidad, no se la legitima, porque ella ha manifestado expresamente que ella no esta en el parlamento por la causa del movimiento afro, ella está en el parlamento como espacio político y por una cantidad de demandas sociales que pueden incluir la población afro, pero ella - no que no diga que no - es una mujer afro, que aunque no lo dijera es algo obvio, sino que ella no trabaja en exclusividad por las cuestiones del movimiento afro, ha sido muy difícil, imposible. (LOURDES MARTINEZ).

Há, portanto, uma celeuma instaurada no âmbito político contemporâneo uruguaio que perpassa a esfera político-partidária e os interesses dos movimentos negros. De um lado, há uma deputada negra que promove políticas sociais que se pretendem de ampla abrangência, e, de outro, há um movimento negro que sinaliza para a necessidade de empreendimento de um olhar mais atento para as questões raciais.

Foi unânime entre os entrevistados a ideia de que se façam necessárias políticas que venham a contribuir para a positivação da identidade negra no Uruguai, e que o poder público deva trabalhar para isso. Em outras palavras, a maior preocupação é a de que as pessoas negras possam gozar de uma identificação positiva com a sua identidade racial, se reconhecendo como negras e valorizando a cultura africana e de seus descendentes. Assim, para esses ativistas o mais importante é que se faça valer o que preconiza o programa de ação de Durban, que orienta que:

Insta aos Estados facilitarem a participação de pessoas de descendência africana em todos os aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais da sociedade, no avanço e no desenvolvimento econômico de seus países e a promoverem um maior conhecimento e um maior respeito pela sua herança e cultura. (DECLARAÇÃO DE DURBAN, 2001 p.42).

Segundo os ativistas entrevistados, os movimentos negros uruguaio se constituíram a partir desses operativos, sempre em busca de inserir os negros nos diferentes espaços sociais, de maneira positiva e sob a perspectiva de poderem expressar a sua cultura e perpetuar o legado ancestral negro sem sofrer prejuízos por conta do racismo. Todos eles afirmaram que as organizações negras tinham e ainda possuem essa missão, que sofre decréscimos ou que se potencializa, dependendo da conjuntura política que se inscreve cada momento.

Em linhas gerais, eles afirmam que existem possibilidades e miradas diversas, que tudo depende de foco e perspectiva, e que os movimentos negros uruguaio irão obter êxito a partir do momento em que conseguirem mexer na estrutura de sociedade, ou seja, quando as

ações não forem mais isoladas e se concentrarem na materialização de leis e políticas que transformem, de fato, a realidade das pessoas negras naquele país.

El primer proceso de empoderamiento del colectivo por ahí es la afirmación de la identidad que es la afirmación de la existencia y para contribuir un sujeto político; un sujeto de derecho para contribuir un sujeto político. Entonces a mi me parece que hay mucha gente que está en el proceso de identidad y otra que quiere estar en el proceso de elaboración de política pública y son necesidades diferentes que no dialogan entre sí. (KARINA MOREIRA).

Portanto, essas são as considerações em torno de como o movimento negro uruguaio vem se articulando e quais as suas perspectivas para a continuidade de intervenção política frente a uma estrutura estatal que engendra práticas racistas que dificultam a ascensão social do negro e que, a despeito de conquistas materializadas em leis e intervenções, pouco ainda tem se inclinado para a efetivação de mudanças substanciais que elevariam a população negra a melhores condições de vida. Vejamos como estes movimentos se articularam desde a Conferência de Durban e o que foi possível desenvolver a partir de lá.

5.5 O Uruguai em Durban

O flagelo do racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata persiste e continua sendo causa de violações dos direitos humanos, sofrimentos, desvantagens e violência, que devem ser combatidos por todos os meios disponíveis e apropriados como questão de prioridade máxima, preferencialmente em cooperação com comunidades atingidas (Declaração de Durban e Plano de Ação, p.13)

Após uma breve compreensão acerca da situação contemporânea do movimento negro uruguaio se faz necessário entender, a partir dos olhares dos nossos entrevistados, como este movimento se articulou na Conferência de Durban, destacando as principais reivindicações e as suas perspectivas em relação ao balanço que pode ser feito em termos de ganhos, e o que ainda precisa ser feito para que as orientações do Plano de Ação de Durban sejam convertidas em políticas públicas e, por conseguinte, em estratégias de combate ao racismo.

Todos os nossos entrevistados destacam que o período que se avizinhava à Conferência de Durban foi um momento de intensa articulação devido a um painel internacional que engendrava substanciais transformações políticas e sociais. Os movimentos negros estavam fortalecidos e as suas reivindicações tonificadas por anos de experiências, as quais se somavam debates, campanhas, atos e propostas de intervenção estatal nos setores básicos de bem-estar social.

É necessário destacar que a crescente do movimento negro, na visão de Juan Pedro Machado, se dá pelo fato de que a luta contra o racismo foi, de fato, algo gradativo, que conquistou envergadura política em consequência de anos de reivindicações.

Tem algumas coisas que só acontecem com o tempo, e essa é uma questão importante. A legitimação acontece através dos atos, se constrói no dia a dia e não são programadas. Não tem um marco, um ponto de mudança ou um momento formal onde se pode dizer que conseguimos respeito e legitimidade. Isso é gradativo. Os pontos de vista foram sendo compartilhados, ideais trocadas e se construiu, se legitimou o respeito e a referência no assunto. O seu ponto de vista, a partir daí, começa a atingir relações públicas, como autoridades e povos das Américas até que se torna uma referência naquilo que dissemina (JUAN PEDRO MACHADO).

Foi nesse espírito que os movimentos negros não desistiram de galgar novos patamares dentro da política interna uruguaia e se debruçaram na possibilidade de articulação política internacional, no afã de amplificar as chances de implementar políticas públicas de combate ao racismo naquele país, uma vez que os intercâmbios os fortaleceriam e a confecção de documentos respaldados internacionalmente dariam o salto para a legitimidade perseguida. Juan Pedro Machado completa:

No ano de 1994 realizamos aqui [em Monevidéu] um ato que se chamou “Seminário Continental Sobre Afrodescendência e Política Pública para o Desenvolvimento da População Afro”. Vieram pessoas de todos os lados, EUA, Brasil, Chile etc. Disso se formou a “Rede Continental de Relações Afro-Americanas”, que a princípio unificaria o Brasil, a Argentina, o Chile e o Paraguai com o resto da América. Não vieram pessoas do Caribe. Esse trabalho rendeu muitos intercâmbios, conversas e conexões com pessoas de diversos lugares. Construímos uma imagem séria do movimento naquele evento. Quando começou essa coisa de Durban, no ano de 1998, nós já tínhamos feito uma denúncia no comitê das Nações Unidas, dentro do tema da convenção contra o racismo (JUAN PEDRO MACHADO).

Percebe-se que desde muito antes da Conferência de Durban já havia articulações sendo feitas, o fio condutor do protagonismo do movimento negro uruguaio naquele evento vinha sendo ensaiado a partir da troca de experiências com os países do continente sul-americano. Assim como os movimentos negros brasileiros, os movimentos negros uruguaio debateram exaustivamente acerca de quais os assuntos deveriam ter prioridade na conferência, “el proceso de la conferencia de Durban duró dos años” (ANDRÉS URIOSTE).

A preparação para a Conferência foi um momento de grandes aprendizados individuais e coletivos, demonstrou a capacidade organizativa, sinalizou para os desafios a serem ultrapassados e contribuiu para que as redes se fortalecessem, mas sobretudo com a ampliação do debate, com novas temáticas a serem observadas.

Éramos jovens quando terminou, então aconteceram duas coisas: a primeira foi uma conferência no Chile, organizada por um grupo de pessoas e quando chegamos lá todos os pretos da América estavam lá. Segundo: se conseguiu construir um

documento prévio para apresentar à sociedade civil, que continha a maioria das temáticas em relação aos Estados que provavelmente foi o resultado da conferência mundial. Sua principal função foi reunir mais pessoas, mas também muitos tipos de assuntos e demandas (JUAN PEDRO MACHADO).

Contudo, é importante dizer que apesar de todo o ganho em nível regional, perpassando por todo crescimento pessoal e coletivo, em nível mundial, ou no âmbito da conferência propriamente dita, a aprovação de textos e pautas são extremamente complexas e precisam passar pelo crivo de duras comissões de verificação e aprovações em debates acalorados. Obviamente que essa afirmação não descredibiliza a pré-conferência, na verdade, só reforça a necessidade de solidificação de uma agenda bem definida.

Se você visse o documento que saiu do Chile e depois verifica o resultado final refeito pelas Nações Unidas, você vê a diferença nitidamente. Nós estamos falando de coisas que não passam com facilidade, é muito difícil de participar efetivamente da construção desses documentos nas Nações Unidas (JUAN PEDRO MACHADO).

Romero Rodriguez atribui o fato de ter havido a primeira conferência latina de preparação para Durban à subida do socialismo ao poder no Chile. Ao associar a perspectiva política socialista à abertura para a internacionalização da satisfação de algumas agendas, o nosso entrevistado coaduna com a ideia de que houvera um projeto político de esquerda em âmbito internacional para o fortalecimento do embate político com as forças de direita, que a partir do final da primeira metade dos anos de 1990 dominariam, pelo menos em tese, a economia mundial.

Sendo assim, em sua visão, no que se refere ao âmbito regional, havia um potencial reivindicativo bastante forte e que teve como consequência a ascensão de governos socialistas pelo continente sul-americano, o que, em sua opinião, facilitou o emprego de políticas públicas em benefício dos mais pobres e de cooperações internacionais para programas sociais de extrema urgência.

La coyuntura política internacional, el progresismo de América Latina, la presencia de Chaves, la presencia de Lula, el haber Lula implementado el programa Fome Zero; de haber Uruguay entrado en el fenómeno de los países progresistas con Tabaré Vázquez, luego vino ‘Pepe’ Mujica; Cristina Kirchner en la Argentina; el Evo Morales y los principios del MAS⁴⁰ en Bolivia; Correa con la Alianza País en Ecuador, todo eso fue coadyuvando para la construcción de una agenda regional. Lagos en Chile, primer gobierno socialista en Chile, que nos permitió Chile generar las primeras conferencias latinoamericanas. Por lo tanto había una correlación de fuerzas en América Latina que se juntaba con nuestro programa, con nuestro plan, con nuestras visiones y fue un importante salto. Hoy las leyes de acciones afirmativas que hay en América Latina, en Brasil y en todos los lugares son

⁴⁰ Importante dizer que o MAS – Movimento para o Socialismo é um partido político boliviano que surge no ano de 1995 a partir da fusão de grupos de plantadores de coca, na região do Chapre boliviano, e sob a liderança do político Evo Morales (1959) chega à presidência da república no ano de 2005. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Movimento_para_o_Socialismo. Acesso em: 02 jul. 2019.

productos de una época histórica donde el progresismo se fue uniendo, no fue un problema, pero se fue uniendo y hubieron ideas muy importantes como esa (ROMERO RODRÍGUEZ).

Muitos desses governos citados por Romero Rodriguez assumiram os seus respectivos Estados após a Conferência, e apesar da visão otimista deste nosso entrevistado, há controvérsias e pontos de vista divergentes. Segundo a perspectiva de Juan Pedro Machado, a questão racial foi pensada às pressas e em face de um quadro eleitoral, em detrimento da população negra.

Não se tinha a relação negritude-estado. [Ela] começa a se mexer por conta das eleições. Então, não se tem esse afloramento. Não se tinham estratégias para abordar o estado uruguaio em relação aos assuntos de interesse da população afro. Se usa [sic] até hoje esse texto para construir políticas públicas aqui. Houve uma dicotomia, mas não em relação à Conferência nem pós-Conferência, senão esse vínculo que vem com a aparição da esquerda no Estado. Quem é quem dentro disso tudo? Não se tinha uma raiz que discutia isso, a população era afastada desse tipo de discussão (JUAN PEDRO MACHADO).

Em sua afirmação sobre o uso do texto final da Conferência de Durban para a construção das políticas públicas no Uruguai, fica em aberto a compreensão de que há novas demandas que precisam ser resolvidas a partir de outras estratégias, diferentes das que estão no texto da referida Conferência. Mas, também se abre para o questionamento: A agenda de Durban se tornou obsoleta?

Para Romero Rodriguez, a conjugação entre maturidade, através de experiências entre gerações, e o enriquecimento teórico de seus ativistas, fez com que o movimento negro uruguaio se organizasse para participar da mais importante conferência mundial do novo milênio, a Conferência de Durban, e que essa assertiva adverte que o fluxo histórico é contínuo, e por isso Durban deveria ser encarada como ponto de passagem para pensar o futuro.

Estamos convencidos que la agenda de Durban se terminó. Que si tu lo ves en el plano legal y jurídico en América del Sur, en todos los países tienen lo que no tenían hace veinte años atrás, leyes de acción afirmativa, algunas más avanzadas, otras en desarrollo mínimo, otras con retroceso caso de tu país; pero en América Latina la estructura del estado burgués como se le llama, tiene el plan de acción de Durban. Por lo tanto la pregunta que hoy nos hacemos es: cuál es el futuro? (ROMERO RODRIGUÉZ)

Ao que pese um suposto término da agenda de Durban, há de se pensar acerca da satisfação integral das sugestões engendradas em seu documento final. Será que realmente esses preceitos foram saciados? Tudo indica que não, pois ainda que hajam metamorfoses do racismo, o documento abrange uma enorme dimensão prescritiva, que direciona um plano de

ação bastante preciso, e que tem uma mirada objetiva para a prevenção de novos casos de racismo.

De saída, o documento já adverte que o racismo acarreta em prejuízos de dimensões universais, por isso o seu combate deve ser perene e sistemático, o que nos permite dizer que as ações sinalizadas na declaração de Durban visam a prevenção do racismo, mas não se furtam ao dever de engendrar as transformações necessárias ao sabor dos acontecimentos que escapam às previsões, dado ao fato de que as sociedades não são fruto de determinações de nenhuma natureza.

Racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata, quando equivalem a racismo e discriminação racial, constituem graves violações de todos os direitos humanos e obstáculos ao pleno gozo destes direitos, e negam a verdade patente de que todos os cidadãos nascem livres e iguais em dignidade e direitos, constituem um obstáculo para relações amistosas e pacíficas entre povos e nações, e figuram entre causas básicas de muitos conflitos internos e internacionais, incluindo conflitos armados e o conseqüente deslocamento forçado de populações (DECLARAÇÃO DE DURBAN, 2001, p.12-13).

O documento de Durban atesta para um fato de dimensões internacionais, de profundas raízes históricas e de constante vilipêndio à alteridade. Combater o racismo, portanto, é estar comprometido com ações de natureza contestatória e educativa, engendrando uma postura ética que se contrapõe a todo o tipo de injustiça perpetrada em razão de questões raciais, com toda a bagagem cultural e simbólica a qual o “outro” carrega.

Essas atitudes não se limitam ao campo individual, pois o Plano estaria na transformação das instituições, por meio de leis e campanhas educativas. Tendo o documento final de Durban em mãos, os militantes dos movimentos negros encontraram uma bússola que os orientariam quanto às ações que deveriam organizar, a fim de exercer algum tipo de poder sobre os Estados, que na conjuntura política do novo milênio passaram a repudiar formalmente todo o tipo de discriminação.

O desenvolvimento das prescrições veiculadas no Plano de Ação de Durban se chocam e também coadunam com vários interesses governamentais e corporativos, todos a depender da conjuntura política local e global. Nesse sentido, existem entraves legais e institucionais que inviabilizam a aprovação integral das medidas instadas nesse documento. Por ser um documento de advertência para os Estados nacionais, no entanto, sem poder para a alteração de legislações, as medidas poderiam ser enfraquecidas ou simplesmente não atendidas.

Será que a agenda de Durban já se esgotou? Voltamos a questionar Romero Rodriguez, que acredita que o melhor caminho para que os negros tenham êxito social é o da

autogestão. Em seu entendimento, é necessário compreender os pilares fundamentais do tipo de sociedade que se pretende construir, e só após essa reflexão é necessário agir. Desse modo, o que não foi possível implementar a partir do Plano de Ação de Durban, serviria como aprendizado para uma nova significação da luta contra o racismo.

Yo he trabajado, he escrito un documento que se auto titula “Acciones Afirmativas para la Autogestión, Formación, Desarrollo y Productividad”. Esas acciones afirmativas apuntan a tres elementos: permear el estado económico, colocar el tema de las reparaciones y colocar el diseño de qué sociedad queremos las negras y los negros en América Latina (ROMERO RODRIGUÉZ).

Romero acredita que a força de um efetivo plano de ação para que a população negra uruguaia tenha melhores condições de vida reside nas ações afirmativas. Durante toda a entrevista, ele também buscou não isolar os negros uruguaios do restante dos negros residentes em outros países da América Latina. Ele afirma que as diferenças estão nas formas de organização dos Estados nacionais, e isso funcionou como um dispositivo que subsumiu as identidades negras ao longo do continente.

Apesar da possibilidade de esvaziamento das propostas do documento final de Durban, conforme acredita Romero Rodriguez, ou do oportunismo governamental, denunciado por Juan Pedro Machado, todos também concordam que Durban engendrou possibilidades de articulações internas e externas, bem como foi a peça fundamental para que as políticas públicas voltadas para a população negra fossem de fato implementadas.

Nesse sentido, há uma questão que nos parece fundamental e cria uma ressonância de dever cumprido, mas que sinaliza para a necessidade de manutenção e sistematização de propostas eminentemente substanciais para o enfrentamento das novas demandas da população negra. Noelia Maciel afirma, portanto, que se trata do protagonismo negro “em suas próprias questões”, ou seja, a possibilidade de narrar a sua própria história, de produzir documentos oficiais de acordo com as suas demandas e, sobretudo, participar da gestão pública movimentando o erário para o combate ao racismo.

El tema en la agenda pública no era propiedad de la comunidad afro en su conjunto. La gente no entendía, o decían Durban que es, osea estaban como muy alejados no, entonces también se dio como un proceso de cierta politización ta se trabajó más para influir en la estructura ponele, en la estructura gubernamental. Durban trajo todo eso, trajo un barco que permitió generar condiciones para negociar con el gobierno y que después el gobierno pudiera, de alguna forma, bajar eso y que eso fuera más patrimonio de toda la sociedad, entonces qué veo ahora la Ley 19.122 que se promulgó en 2013 se reglamentó en 2014 y ahora el tema está mucho más en propiedad de la comunidad afro (NOELIA MACIEL).

É claro que essas questões não se deram de maneira uniforme pelo país, isto é, haveria parcelas da população com mais e outras com menos acesso aos espaços de decisão de

poder, menor financiamento e possibilidade de crescimento profissional, ou realização escolar. Esse fato é antigo, e o professor Julio Pereira, no entanto, acrescenta que isso nunca foi impeditivo para os movimentos negros se organizarem a partir dessas condições. Ele remonta a história e apresenta a sua visão sobre a situação dos negros residentes em cidades fronteiriças.

En algunas ciudades del interior, especialmente las que están sobre la frontera en Uruguay y Brasil, se le impide el acceso a la población afro a determinadas actividades, práctica que continuó durante mucho tiempo y estas comunidades empiezan por ejemplo en Melo, forman clubes, forman su propio club y lo construyen con fondos, por ejemplo, a mí siempre me llamó mucho la atención que uno de los principales grupos que colaboraron en la construcción de esos clubes, son las mujeres empleadas domésticas de Melo que migraban a Montevideo, venían a Montevideo a trabajar y ellas eran parte de un comité que juntaba fondos para enviarlo a la ciudad en el interior para construir el club (JULIO PEREIRA).

Muita coisa não mudou, e a população interiorana continua sendo menos assistida pelo poder público, muitas vezes precisando migrar para Montevideu como possibilidade de transformar as suas vidas para melhor. Há uma distribuição heterogênea de negros pelo território uruguaio e que engendra questões complexas, como a própria ocupação territorial, que nem sempre são explicáveis através dos fatores econômicos e de acesso aos serviços que as políticas públicas podem facilitar, uma vez que as questões históricas e culturais estão atravessadas no modo de organização de determinadas comunidades e de parcela dessa população, variando de lugar para lugar. Julio, então, nos afirma que os negros:

Están concentrados un poco en la capital porque es la que tiene más servicios y se supone que uno tendría más trabajo y todo eso, hay un 8, 9%, el porcentaje sube levemente y después, se concentran en lo que se conoce como la Frontera Seca con Brasil. Toda la zona de Artigas, Rivera, Tacuarembó, Cerro Largo, los departamentos fronterizos con el Brasil. Allí encontrás la población afro, pero allí no están concentrados en ciudades. En las capitales departamentales sí, están los servicios, pero no es el lugar en donde a priori uno supondría que van a encontrar mayores oportunidades, yo creo que están ahí como una consecuencia histórica del vínculo con el Brasil y las poblaciones negras que se terminaron afincando en esa zona y terminaron viviendo allí, pero viven, si en el promedio la población afro es la población más pobre, las poblaciones afro que viven en esa zona, son los más pobres, todavía, osea, no es tanto la lógica de, nos vamos a quedar y concentrar acá porque vamos a tener más oportunidades, no en realidad es, están ahí porque tradicionalmente se criaron ahí, porque ese es su lugar es el lugar en donde fueron formando su espacio, pero no es porque haya una gran distribución de oportunidades (JULIO PEREIRA).

Já o entrevistado Romero Rodriguez entende que as conexões das populações negras que se formaram no entorno das fronteiras com o Brasil são inevitáveis e conduzem a “outras possibilidades”, já que enfrentam problemas parecidos e que estão unidos simbolicamente pelos fatores ligados à ancestralidade comum, passado de escravidão e

acesso parcial à cidadania. Não deixam de ser fatores históricos e culturais, mas Romero acredita que a reivindicação por uma cidadania atrelada aos parâmetros legais e simbólicos do Estado, por meio das políticas públicas, só piora a situação dos negros, que devem se identificar como “quilombolas” e buscar a sua “libertação” via autogestão, conforme já dissemos.

La ciudadanía quilombola nosotros la rescatamos mucho, porque es la única ciudadanía auténtica que podemos rescatar, lo otro es la construcción de la ciudadanía brasileira o uruguaya conforme al desarrollo blanco de la sociedad (ROMERO RODRIGUÉZ).

Seguindo a afirmação de Romero, perguntamos se a autogestão proposta por ele é de fato a prova cabal de que a agenda de Durban se esgotou. Nosso questionamento está ancorado no fato de que o documento final da referida conferência contém muitas cláusulas e que o racismo persiste, sinalizando que o Estado não tenha cumprido grande parte delas e que, ao que tudo indica, não a implementará. Mas seria isso suficiente para abandonar a agenda de Durban e pleitear uma nova cidadania, fora do Estado?

Para Romero, a agenda de Durban se misturou ao neoliberalismo e incorporou elementos populistas, a satisfação de alguns pleitos ali contidos serviu como bandeira de luta de grupos que visam capitanear legitimidade política para alcançar objetivos pessoais. Ele nos impõe outras questões: “ La pregunta es: el producto del pensamiento hoy, no es un producto del pensamiento neoliberal? Si. Y Durban...? Durban es un proceso de progresismo, populismo de América Latina. La reacción de Brasil primero que dice es acabar con Durban?” (ROMERO RODRIGUÉZ).

Ao considerarmos a afirmação de Romero, haveria, portanto, uma via de mão dupla na agenda de Durban, que por um lado engendraria a perspectiva do movimento negro, esta destituída de elementos do jogo de interesse político-partidário, no qual o que interessaria de fato seria a inserção do negro de forma satisfatória nos diferentes âmbitos sociais e, em suma, o combate ao racismo. Por outro lado, teríamos acordos para a manipulação desses pleitos a fim de aglutinar pessoas em torno de adesões políticas para manobrá-las e possibilitar benefícios para políticos e gestores de políticas públicas.

Levados até as últimas consequências, esses argumentos deixariam algumas lacunas na medida em que não se tem como desvincular os negros da atividade política e nem rotular o jogo partidário (seja de direita ou de esquerda) apenas como manipulação das “massas”. A agenda de Durban não nasce destituída de interesses, tampouco caminha sem eles, mas isso não quer dizer que a sua implementação visa apenas o benefício de um número

restrito de pessoas. Também não seria correto afirmar que ela serviria unicamente aos interesses do “neoliberalismo” em sua forma mais primária de compreensão.

O documento surge com um caráter universal e

Tendo ouvido os povos do mundo e reconhecendo as suas aspirações por justiça, por igualdade para todos e cada um, no gozo de seus direitos humanos, incluindo o direito ao desenvolvimento, de viver em paz e em liberdade e o direito à participação em condições de igualdade, sem discriminação econômica, social, cultural, civil e política (DECLARAÇÃO DE DURBAN, 2001, p. 12).

Desse modo, decorre de Durban uma agenda política de abertura democrática para lidar com povos, coletividades e pessoas que se sentem alijadas da participação das tomadas de decisões dos países aos quais estão territorializadas. É um plano de ação que pressiona os governos para a sanções de leis de punição para o crime de racismo, monitoramente de cumprimento dessas leis e de adesão de ações afirmativas. Esse é o teor principal de todo o documento.

No entanto, e mesmo que o documento final de Durban tenha um caráter plural, propositivo e positivo, o ajuste a um estado específico se opera de outra maneira, e gerará diversas idas e vindas, muitos olhares e angulações de tentar resolver os problemas. Enquanto isso, e com grandes diferenças geográficas, a população negra vai tendo acesso parcial ao produto social, gerando uma sensação de avanço que não se quantifica de maneira integral.

En la declaración final de Durban, vos pensás el documento final con todas aquellas recomendaciones de los estados, y crees que ese documento por sí solo no da cuenta de las cuestiones más las cuestiones específicas, estructurales del país y de cómo esas recomendaciones se han incorporado, incorporadas dentro de un contexto escolar de forma que no haga solo un contenido vacío o una cosa que uno ve, pero que no tiene aplicabilidad práctica en el sentido de potencializar realmente una escolarización mayor. La educación no avanzó y ahí es, mismo después de todas esas identificaciones, racismo institucional, hay menos negros llegando a la ingeniería, o la medicina. Después de esas todas esas causas, con el paso con lo que se produjo a partir de Durban, esa es la forma de colocarse dentro del sistema educativo? (ORLANDO RIVEROS).

Romero Rodriguez afirma que a utilização do documento como principal elemento de transformação social gira em torno da ideia de que o racismo toma novos contornos de acordo com o contexto das sociedades, gerando a necessidade de novos agenciamentos políticos e, sobretudo, epistêmicos, no que tange ao entendimento dos fenômenos sociais por parte daqueles que estão inclinados a combatê-lo. Segundo ele, haveria, portanto, a necessidade de uma melhor escuta entre as pessoas do movimento negro, especialmente entre os acadêmicos.

El problema es que en el movimiento negro en Uruguay no hay académicos de pensamiento. (...) Ahí están todos ellos, pero ellos no plantean una propuesta

pragmática; es estudiar lo mismo de siempre, nuestra cultura, cómo bailamos, toda esa historia que ustedes ya saben. (...) Pero, cuál es el paradigma, para dónde vamos; esa es la función del académico militante, no sirve de nada el académico bueno con la universidad, mucho viaje, mucho reconocimiento blanco pero no propone nada para mi sociedad, para mi gente (ROMERO RODRIGUÉZ).

É interessante perceber que o profissional acadêmico é acionado como possibilidade de planejamento e de aprofundamento de questões sensíveis e que requer sofisticação discursiva que deem legitimidade para o movimento negro, mas que, na visão de Romero, tem estado inclinado para questões repetitivas, e não para as transformações mais urgentes e abrangentes. Desse modo, Karina Moreira entende que é no plano técnico e operacional que as engrenagens realmente são postas em funcionamento, e que, em havendo um problema de racismo institucional, seria necessário pessoas que possam desenvolver ações, algo para além da identificação do problema.

Creo que para trabajar con el racismo institucional se requieren personas también formadas a nivel técnico de política pública que pueda trabajar para revertirlo porque es necesario verlo. Yo siempre digo estono solamente denunciarlo sino proponer la transversalidad, la interseccionalidad a nivel de política pública hay que proponerla. Creo que estamos en un nivel donde enunciamos el problema pero no donde todavía tenemos acciones para desestructurar el racismo institucional (KARINA MOREIRA).

A proposição de Karina coaduna com a ideia de que um plano de ação não pode ser apenas uma efusão de metas impressas em um documento, elas precisam extrapolar as fronteiras do formalismo e ganhar contornos práticos. Chamamos a atenção para o fato de que o Plano de Ação de Durban contém as informações necessárias para a efetivação de medidas inclusivas em vários setores da vida pública, exercendo pressão para tal reivindicação.

Dentre outras medidas devem figurar outras medidas para o alcance de representação adequada nas instituições educacionais, de moradia, nos partidos políticos, nos parlamentos, no emprego, especialmente nos serviços judiciários, na polícia, exército e outros serviços civis, os quais em alguns casos devem exigir reformas eleitorais, reforma agrária e campanhas para igualdade de participação (DECLARAÇÃO DE DURBAN, 2001, p. 37).

Decorre dessas pressões as comissões compostas para a revisão de leis que punem o racismo como crime, ou que implementam as ações afirmativas. Todavia, essas medidas esbarram em diversos entraves que se encontram nas engrenagens do próprio Estado. Para Karina, ainda que se tenha um pacote de normas a serem seguidas, o próprio Estado possui brechas que favorecem o racismo institucional, inviabilizando que haja o cumprimento das regras instadas pelos movimentos sociais em seus acordos com os órgãos internacionais que tutelam e sustentam essas agendas.

Existe outro problema atravessado nesse complexo jogo, no qual Karina identifica como uma grande contradição. Segundo ela, há uma tendência na qual podemos chamar de “incentivo vazio”, que seria a mobilização inicial e em uma etapa mais formal, que, no entanto, perde força no momento em que se faz necessário o empenho prático. Nas palavras de Karina, “Me parece que sucede algo un poco perverso que es: colocamos o abrimos los espacios pero no nos terminamos de involucrar en el hacer” (KARINA MOREIRA).

Por esse motivo, e segundo Romero, existe uma grande lacuna entre o que se tem produzido no mundo acadêmico e o ativismo político, no que tange à aplicação real dos ideais veiculados nas pesquisas e estudos sobre o negro e o racismo. Ele aponta para a dicotomia entre acadêmicos de formação e militantes, asseverando que os primeiros talvez estejam mais preocupados em analisar objetos de estudo e colher os louros do meio ao qual estão inseridos, pouco se preocupando em traçar um horizonte para a aplicação prática de medidas que contribuam para a melhoria de vida da população negra, conforme insta o Plano de Ação de Durban.

Na perspectiva de Orlando Riveros, o Plano de Ação de Durban não é um compromisso de transformação factual, mas um plano de ação que instrumentaliza para a luta. E isso dependerá de muitos fatores conjunturais e inclinação dos ativistas:

hay que ubicar a Durban en el lugar en el que va, en principio es una declaración de principios, tiene un plan de acción, que es un plan de acción mundial, que en realidad tiene grandes cuentas altamente importantes y sensibles para la constitución de acciones a nivel de los estados, pero no es vinculante, no es una declaración vinculante, es un plan de acción vinculante (ORLANDO RIVERO).

Observando essa premissa, decidimos entender como alguns de nossos entrevistados avaliam a passagem de Pepe Mujica pela presidência do Uruguai, já que se tratou de um presidente que apresentava pautas progressistas, muito bem avaliadas pelos acadêmicos, pois são de orientação marxista e bem aceita pelas esquerdas latino-americanas.

De acordo com Romero, o maior ganho social se deu durante o governo de Mujica, pois foi a partir de então que o Uruguai finalmente alavancou em direção à satisfação da agenda de Durban, acolhendo e promovendo políticas de ações afirmativas e de combate sistemático ao racismo, inclusive “empoderando” pessoas negras, como é o seu caso.

El gran salto político, la síntesis de Durban es por las políticas del Pepe Mujica. Uruguay ha ganado con la presencia de Pepe en derechos, de la mujer, de los gays, principio de la marihuana y el movimiento negro. Va a quedar en la historia de mi país la revolución en derechos ciudadanos que hizo el gobierno del Pepe. Soy el primer negro embajador de la historia del Uruguay, me siento muy orgulloso (ROMERO RODRIGUÉZ)

Com todas essas boas recomendações acerca de Mujica, fica difícil acreditar que alguma coisa tenha “dado errado” no Uruguai no período em que esteve frente à presidência da república. É daí que ficamos curiosos quanto à agenda de Durban, e Romero categoricamente nos responde que “Hemos permeado el Estado y al permear el Estado nos dimos cuenta que Durban ya se está terminando” (ROMERO RODRÍGUEZ).

O professor Julio Pereira, um acadêmico, também sinaliza coisas importantes e ajustadas à população negra, entende que a estrutura de Estado esteve mais favorável e permeável aos negros, que, conforme afirmou Romero, passou a compor o Estado. Para ele, o período em que Mujica presidiu o país foi de conquistas.

la ley 19.122 surgió durante el gobierno de Mujica, se mantuvieron ministerios como el MIDES, toda la estructura del estado que estaba haciendo a favor de las poblaciones afro se mantuvieron, después entra el mundo del deseo, a mí me hubiera gustado que hicieran más cosas, yo hubiera querido que se hicieran otras pero de hecho hay grupos afro que explícitamente apoyan a Mujica (JULIO PEREIRA).

Ainda que se saiba que algumas questões avançaram no Uruguai durante o governo de Mujica, Julio Cesar afirma que se deva ter cautela nas análises para que se evite cair nas armadilhas de superestimar um governo que atendeu algumas demandas, mas que esteve frente a problemas produzidos historicamente e que se necessita de mais tempo e instrumentos que possibilitem o enfrentamento mais efetivo. Ou seja, não seria possível combater o racismo em um ou dois mandatos de governo.

Mujica es nuestra mayor estrella pop, todo el mundo cree que durante el gobierno de Mujica pasaron cuestiones maravillosas y todos nos volvimos revolucionarios, no, pero él mismo lo reconocía, Uruguay sigue siendo una economía de mercado, tenemos que lidiar con eso, tenemos que lidiar con el resto del mundo, no nos íbamos a transformar en la octava maravilla (JULIO PEREIRA)

Julio Cesar finaliza a sua observação sobre Mujica de maneira positiva, uma vez que, em seu ponto de vista, foi o presidente que mais aglutinou o povo em torno das questões de justiça social, produzindo um discurso unificador e pacificador, próximo aos ideais utópicos que vicejaram no mundo durante a conjuntura mundial dos anos de 1970. Julio completa:

En nuestra extensa línea de presidentes democráticos, está claro que Mujica tiene una enorme ventaja sobre otros, que es una discursividad maravillosa, que logra recuperar algo de una cierta mística de los años 70 y de relacionamiento entre las personas que otros presidentes no la tienen, pero hizo lo que pudo, y de hecho hizo bastante (JULIO PEREIRA).

Dito isto, podemos sinalizar que após Durban a conjuntura mudou bastante, outras perspectivas surgiram e impactaram diretamente na população negra, que passou a abarcar

novas identidades, além da racial, engendrando novos agenciamentos políticos, possibilitados por novas noções de coletividades que sinalizam para “novas” reivindicações. As transformações viabilizadas pelo governo Mujica, ao passo que contribuiu para a inclusão de negros no Estado, movimentou também a reação dos setores contrários a essa mobilidade social, e esse deslocamento naturalmente gera novas necessidades de mobilização.

Conforme apontamos anteriormente, passada a Conferência, a nova configuração do movimento negro uruguaio engendrou outras possibilidades, e o recrudescimento das agendas políticas que não são orientadas pela questão racial ganha visibilidade e passam a influenciar a perspectiva racial, ora rivalizando, ora se articulando, gerando pontos de interseções e embates. A esse respeito, Karina Moreira diz que:

A mi opinión, han empezado a ocuparse las mujeres negras en esto de incluirse en el movimiento de mujeres, creo que hemos estado más atentas las que militan a la agenda de las feministas que a la agenda de la propia comunidad negra. Y a su vez lo político partidario y el estar en el gobierno también ha desdibujado un poco la agenda negra; yo hoy no sé cuál es la agenda negra (KARINA MOREIRA).

A agenda do movimento negro naquele momento de Durban esteve bastante objetiva e isso se observa no documento final daquela Conferência. Porém, se seguirmos as observações de Karina, o pós-Durban pode ter viabilizado dificuldades para os movimentos negros, talvez porque a agenda de Durban fosse bastante ampla e comportasse uma gama de questões identitárias que não se focava apenas no racismo, e isso pode ter contribuído para a fragmentação do movimento.

Mesmo com a identificação dos problemas, eles persistiram, e talvez o agrupamento de tantas possibilidades de identidade nem sempre tenha sido o fator chave para que os movimentos negros se dividissem. O fato é que, segundo Karina, essa fragmentação tem ocasionado dificuldades na implementação das políticas públicas sinalizadas em Durban.

Creo que hay acciones pero no hay políticas públicas después de casi dieciocho años, no tenemos políticas públicas, tenemos acciones. Me cuesta, sé que hay un movimiento, sé que hay nuevos militantes, sé que hay militantes diferentes a los que fuimos nosotros y a su vez yo diferente a las que fueron antes. Hay como un permanente movimiento de nuevas militancias pero con poco diálogo entre nosotros, creo que eso es lo que más nos debilita (KARINA MOREIRA).

Na base de toda essa peleja, pode conter uma miríade de possibilidades, desde a exacerbação da incompatibilidade política entre parte dos militantes, com foco em questões mais ideológicas e menos objetivas, ausência de sentimento de coletividade, oportunismo, dentre tantas outras. Karina, portanto, considera que:

Cada vez hay más gente que se dice afrodescendiente que reconoce el racismo, que lo puede hablar, es capaz de debatir y creo que es eso lo que va cambiando en realidad la subjetividad a nivel nacional, creo que todo eso cambia pero en realidad como que estructuralmente es poco lo que se cambia (KARINA MOREIRA).

Isto quer dizer que há uma transformação importante, no plano da conscientização, o que de fato amplifica o combate ao racismo. No entanto, e como sinalizado pela ativista Karina, há de se empreender estratégias de aglutinação em torno dessa luta e menos fragmentação. A estrutura continua desfavorável, e o alento que todos os nossos entrevistados buscam gira em torno da união e da organização de uma agenda política que reveja os pontos positivos e negativos de Durban, compreendendo as novas dinâmicas sociais e ajustando as suas perspectivas à elas.

Portanto, esse é o painel da participação uruguaia em Durban sob a perspectiva dos nossos entrevistados. Entre limitações, extensões, possibilidades, diferentes e convergentes opiniões, Durban foi um grande momento de aprendizado para os movimentos negros uruguaio, já que mobilizou grandes esforços antes e durante a Conferência, gerando bons debates após a participação, culminando em importantes ações, mediadas pela Lei 19.122, e para a ampliação do sentimento de pertença racial, motor indispensável no combate ao racismo.

5.6 Negros no Uruguai: Reflexões a partir dos Ativistas

Os Estados têm o dever de proteger e promover os direitos humanos e as liberdades fundamentais de todas as vítimas [de racismo] (Declaração de Durban e Plano de Ação, p.14).

Quando minha orientadora nos propôs trabalhar o Uruguai, havia uma questão que pululava em nossas cabeças: Como é ser negro no Uruguai? Acreditamos que esse questionamento seja dado, em grande medida, pelo fato de que temos uma imagem bastante branca daquele país, mesmo quando observamos a sua seleção de futebol e constatamos que lá existem negros. Acredito que este fato aguce ainda mais a curiosidade de quem seja adepto ao esporte e tenha boa inclinação para “desbravador”.

A partir das leituras que realizamos até aqui, tomamos contato com um país que não apresenta diferenças substanciais no escopo geral de organização histórico-social brasileiro, tendo passado por um violento processo escravocrata e dissimulando oficialmente a existência de racismo no interior de sua sociedade. Também foi possível entender que se trata de um país que não apenas negou o racismo, como descredibilizou o negro em suas mais

proeminentes conquistas, omitindo a sua participação e o seu protagonismo para o desenvolvimento da nação.

Desse modo, decidimos não nos restringir ao que as leituras acadêmicas – muitas vezes escritas por cientistas sociais e historiadores brancos e/ou estrangeiros – dizem, e concentramos essa seção em torno do que os nossos entrevistados têm a dizer acerca das percepções pessoais do que seja ser negro no Uruguai. Quais os avanços? O que precisa mudar? O que sentem esses ativistas?

Nossos entrevistados possuem idades diferentes entre si, vivências distintas e nem todos são de Montevidéu. Porém, todos possuem clara percepção das desigualdades raciais no país e por isso são ativistas do movimento negro. Nesse sentido, Lourdes Martinez afirma que a primeira percepção da população uruguaia, incluindo a que os negros têm de si, são as seguintes:

Un negro es minoría, un negro es exclusión, es símbolo de pobreza, es su mayor expresión de racismo que tiene este país una sociedad que dice que todos somos iguales, pero iguales no se sabe de que, la población negra es una población que siempre está al margen de todo. Un hombre y una mujer negra en la calle es una persona a la que nadie va a saludar una persona que en el ómnibus la gente se va a correr cuando pase, una persona con la que las personas no afro tratan de no tener vinculación directa y siempre hay la ida de que, es un analfabeto de que es alguien que no tiene conocimiento que, si somos mujeres debe ser una empleada doméstica, que nuestra gran base de trabajo, es el trabajo doméstico (LOURDES MARTINEZ).

Segundo Lourdes, o imaginário social acerca do negro foi construído em torno de poucas identificações positivas, prejudicando a autoestima da juventude negra e levando a população branca a desacreditar nas capacidades intelectuais daquele segmento. Chabella Ramirez, inclusive, anota que a “comunidade negra” sempre esteve em construção, e que são muitos fatores complexos que fazem com que haja identificações entre os negros naquele país.

Chabella narra um fato em que durante um período de tempo, a partir da década de 1970, houve um deslocamento de pessoas negras dos seus locais de moradia em virtude da proximidade do centro da cidade e, sobretudo, pela construção da embaixada dos EUA. Ela afirma que esse processo se dá em consequência do arraigamento de uma imagem negativa do negro, que constitui perigo e deve estar distante do convívio harmonioso que requer uma cidade embranquecida.

En los barrios tradicionales negros hubo un desplazamiento de la población hacia otros lugares, porque se supone que los negros molestaban en el centro de la ciudad. Por mas que aca estamos en la costa Este, este es el centro de la ciudad fijate que a diez cuadras de acá, esta es la calle principal de montevideano. En la década del 70 se construye aquí la embajada americana de Estados Unidos y ellos, como siempre,

ven peligro donde no hay, estaban asustados porque había barrios de negros cerca de la embajada y eso fue una de las razones por la cual el desplazamiento (CHABELLA RAMIREZ).

Vemos que a tentativa de despejar os negros de seus bairros pode estar para além de uma “higienização” e/ou “gentrificação” da cidade, mas perpassa por uma estratégia de dificultar o fortalecimento dos laços comunitários entre os negros. Entretanto, o oposto se observa, na medida em que um atentado contra coletividade negra é perpetrado e gera reações, tal como se deu com os movimentos pela moradia após a derrubada do *conventillo* “Médio Mundo” na mesma década narrada por Chabella Ramirez.

Essa asserção é importante e recorrente entre os entrevistados, tendo em vista que o processo de identificação positiva acerca da negritude foi dado de forma gradativa e bastante dolorosa entre os negros uruguaios. As estratégias de desmobilização negra, citadas por Chabella, coadunam com a ideia de Noelia Maciel no que diz respeito ao modelo de civilização que se pretendia erigir, ou seja, algo assimilacionista no qual os negros deveriam abandonar a sua ancestralidade.

Creo que referenciando más a la época de mis padres, quizás de mis abuelos, ser negro en Uruguay es como estar como en la invisibilidad, es decir lo que más resaltaba me parece es eso de asimilarse a una cultura que era la hegemónica, que lo que estaba como ponderado no eran los valores culturales que tengan que ver con lo africano, sino todo lo que era la sociedad blanca, todo este impulso movilizador también hacía que estuviera mal visto todo lo que venía de tus ancestros (NOELIA MACIEL).

Partindo desse pressuposto, buscamos entender como essa dinâmica se encaixava na realidade histórica do Uruguai. O que orienta a nossa indagação se inscreve no fato de que possa haver uma retroalimentação entre produção acadêmica acerca da história e da cultura uruguaia e quem faz e quem fez ciência naquele país. Também sabemos que o número de publicações acerca dos negros cresce de acordo com “as veias abertas do racismo”, ou seja, através do trabalho de denúncia e propostas do movimento negro.

Karina Moreira nos responde advertindo que o alargamento no número de produções não se deve a uma investida espontânea, já que, segundo ela, isto se dá por meio de um nicho de mercado que se abriu, justamente em razão do apelo de uma “nova conscientização” em relação à população negra. Entretanto, também deixa sinalizado que boa parte das boas produções de conhecimento não é parte dos programas acadêmicos oficiais, ou seja, são de cunho pessoal.

Lo que observo es que estas producciones que son buenas producciones no forman parte de los programas académicos obligatorios, siempre son producciones muy de motus propias... yo creo que hoy la producción académica negra de parte de los

blancos tiene que ver con un nicho interesante de producción académica (KARINA MOREIRA).

Karina não deixa de tecer as críticas pertinentes e salienta que os negros ainda estão substancialmente fora da academia, e isto significa que pouco estaria influenciando nas transformações sociais, já que ela não deixa de considerar “que la producción académica puede generar grandes transformaciones porque nos formamos a través de ella, es la educación válida” (KARINA MOREIRA). Justamente por serem “válidos”, validados, ou oficializados, que os conhecimentos acadêmicos possuem poder de transformação, uma vez que quem os detém, possui a chancela para preparar outros indivíduos para outras etapas da vida em sociedade, seja para o conhecimento básico ou para as investigações científicas.

Estando os negros exponencialmente fora do ambiente onde se produz os conhecimentos oficializados pelo Estado, inegavelmente as chances de recontar a história, de se inclinar para fontes que permitam outros olhares acerca dos eventos que organizam a memória coletiva correm o risco de ser menores. E não se trata de um suposto monopólio temático em favor dos negros, e tampouco que negros devam ser essencialmente militantes e estudiosos da temática racial. O que se presume é que há uma forte tendência de os negros se inclinarem para as pesquisas que sinalizem algum caminho que lhes ofereça possibilidades de compreensão para inquietudes que os acompanham desde a infância.

Por esse caminho, Karina afirma que talvez seja o momento de promover pessoas negras que se interessem pelas investigações acadêmicas para dentro das pesquisas acerca da temática racial, funcionando como interlocutoras entre os movimentos negros, a comunidade negra e a universidade. Ela completa: “Creo que por ahora tiene que ver más como de impulsos personales o de nichos de investigación y de producción y de algunas personas en particular que han encontrado ese nicho” (KARINA MOREIRA).

Julio Cesar Pereira completa o que Karina Moreira diz sobre os impulsos pessoais para as investigações acadêmicas acerca do negro no Uruguai. Segundo ele, é necessária uma elevação da consciência, é preciso que o negro tenha claro qual a sua condição dentro do processo histórico daquele país e a sensibilidade para o entorno, baseando-se em informações oficiais, preparando, desse modo, o terreno para uma robusta argumentação.

Depende del grado de conciencia que tengas. Si tenés claro de ehh, o por lo menos crees que en Uruguay existe una situación de racismo estructural, que los negros viven una situación de opresión y se tenés claros los datos sobre cómo viven la población afro de cómo vive la población blanca, de cuáles son las brechas en el proceso educativo, ehh, si tenés todos esos datos claros (JULIO CESAR PEREIRA).

É importante salientar que ainda que o negro esteja inclinado para as questões acadêmicas, consciente dos seus direitos, municiado de dados oficiais e produzindo conhecimento acerca de sua comunidade, o racismo cotidiano não o isenta de ser vitimado. Julio César Pereira é professor na Universidad de La República e afirma que no nível do cotidiano os infortúnios continuam os mesmos, ainda que de maneira dissimulada e sem a efetivação de violência física.

Uruguay tiene una forma de racismo y de discriminación y de vínculo entre las poblaciones blancas y negras un poco perverso, son muy pocos los casos en donde uno sufra violencia física por ser negro. Difícilmente venga alguien y me de una paliza por ser negro, pero todo el tiempo voy a ser un ciudadano de segunda. Voy a contar cosas que a cualquier negro en el resto de América le debe haber pasado. Si yo entro a un supermercado el guardia de seguridad me persigue, si entro a una tienda, todo el mundo queda como mirando y a ver y yo estoy como muy integrado y tengo ya como anticuerpos para todo esto digo, es algo con lo que ya se como lidiar (JULIO CÉSAR PEREIRA).

Podemos notar que por mais integrado que o negro esteja, em nível de emprego e educação, as situações são constrangedoras e ocorrem constantemente, levando à percepção de que seja necessário criar mecanismos de defesa para saber lidar com os fatos. Anotando as indagações do professor Júlio e analisando todo o painel uruguaio, estivemos inclinados a pensar um pouco sobre a situação dos negros residentes nas cidades do interior daquele país, já que até aqui nós estivemos concentrados na visão montevideana do problema.

Karina faz uma observação ancorada no fato de que, segundo ela, há uma forte diferenciação entre as cidades do interior do país e a capital Montevideu. Ela afirma que os processos são bastante diferentes e que as pessoas negras de Montevideu talvez tenham menos problemas de inserção em espaços, como a academia, do que aquelas que se criaram no interior. Karina completa dizendo que

La gente del interior donde te voy a insistir, la proximidad con el blanco es aún mayor porque generalmente están como más las relaciones laborales o las relaciones de crianza, de haber sido criada en determinada casa o no sé, son otros procesos que a veces incluso en el interior profundo son más crudos. Realidades mucho más crudas de las que podemos imaginar desde Montevideo (KARINA MOREIRA).

Essa ocorrência se dá por fluxos de informações e dinâmica cultural de vida, com acessos mais ou menos velozes e constantes ao que se produz de tendência de pensamento e de hábitos. O que Karina nos demonstra é que em Montevideu as pessoas estiveram sempre mais habituadas em debater soluções para problemas pontuais, ao passo que disponibilizam de mais instrumentos para que isso seja possível. Já no interior, onde as relações são mais voltadas para o trabalho manual e de menor acesso à diversidade cultural do próprio país, ou do mundo, tende a permanecer os resquícios senhoriais de outrora.

Reside aí um grande problema que Karina identifica como a fuga de questões raciais para “coisas mais gerais”. Em Montevideu as experiências não seriam tão marcadas, e isso conduziria a população negra – inclusive parte da própria militância – a nem sempre se organizar em torno da questão racial, e ela chama a atenção para o fato de que somente há pouco tempo (desde Durban) que o debate acerca da identidade racial tem sido forte entre os ativistas, mas que ainda é um entrave junto à população, de modo geral:

El proceso por ejemplo entre decirnos negros y decirnos afrodescendientes, todavía hay cierta resistencia de parte de la gente a la militancia, a cuestionarse los temas de racismo, a remover las experiencias de dolor, a cuestionarse que hay como otras urgencias, otras cosas que pasan en la vida de la gente que no necesariamente quieren o tienen ganas de cuestionarse la identidad y qué es esto de ser afrodescendiente (KARINA MOREIRA).

Não podemos deixar de destacar que, segundo Orlando Riveros, a população negra montevideana é parte nativa e parte proveniente do interior do país. Para ele, a dinâmica histórica deve ser observada para compreender alguns porquês. Há uma embaraçosa miríade de coisas, e talvez o que Karina esteja colocando possa se entremear em questão de *habitus* e como possa haver rearranjos políticos após Durban. Todavia, vejamos a afirmação de Riveros:

Montevideo se construye como dos cosas, Montevideo de la comunidad negra de Montevideo, por lo menos un 40% es nativa de Montevideo, es decir, son aquellas personas que descienden de esclavos que específicamente estuvieron en Montevideo y de ciudadanos que en realidad vivían en Montevideo, que no han salido de Montevideo, aproximadamente el 60% vienen del interior, de oleadas que vienen mujeres como criadas a trabajar a Montevideo cuando las familias del interior se vienen, de diferentes departamentos, traen a su criada, y por el otro lado por diferentes oleadas económicas (ORLANDO RIVEROS).

Inscribe-se nesta dinâmica a possibilidade de uma dupla vivência, ou seja, de interior e de capital, mediada pela memória e pela adaptação a novos códigos de sociabilidade. As negações e afirmações de identidade vão variar bastante de acordo com a absorção de novas condutas e necessidades de reorganização política. Diante de um universo mais plural e um ritmo de vida mais agitado, surgirão diversas questões que poderão atentar para um acirramento de conflitos raciais. Por outro lado, as relações mais senhoriais, típicas dos interiores, também despertam descontentamento racial.

Todavia, a urgência material pode ser a tônica principal para quem não está atrelado à militância dos movimentos negros, cabendo, portanto, ter um olhar mais direcionado para os problemas que os flagelam de modo mais incisivo. Obviamente que o racismo é um fator importante e talvez decisivo para submeter o negro a uma condição de

dificuldade – ou até mesmo degradante – de vida. Possivelmente, esse foi o direcionamento que Karina deu ao seu pensamento ao tentar nos desvelar essas questões.

Nesse sentido, as motivações e ensejos para o agrupamento de pessoas negras se dão em diferentes escalas, pressupostos ou afetos, uma vez que os motivos apresentados anteriormente já são suficientemente fortes para sinalizar os modos de organização e dinâmica de vida entre Montevideu e as cidades interioranas. Karina completa dizendo que:

Es a partir de motivaciones del propio proceso, de la gente que se organiza entorno de una comparsa, entorno al movimiento de mujeres domésticas, entorno a un club o algún espacio cultural, es como llegar a los espacios que se están formando o que estaban formados. No a mostrar una verdad, me parece que es un proceso bien diferente (KARINA MOREIRA).

São diversos os fatores que conduzem os negros à busca de uma coletividade, seja na capital ou nas cidades de interior. A vivência de uma pessoa negra naquele país passou por diversos momentos, os quais a história sinaliza para substanciais avanços, ainda que o racismo continue existindo e as estatísticas apontem para índices muitos discrepantes no que tange ao acesso de satisfatória realização escolar, saúde, emprego e moradia.

Os nossos entrevistados nos apresentaram um painel geral e de acordo com a ótica de quem se organiza em torno do combate ao racismo. Há muitas dores e alegrias de saber que conquistas estão sendo possibilitadas, sobretudo após a Conferência de Durban, quando eclode um pacote de leis e determinações que vem contribuindo substancialmente para que novos caminhos sejam percorridos, não somente pelos negros, mas para a população uruguaia como um todo, uma vez que se assume o compromisso para novas relações sociais.

Portanto, ainda que hajam muitos desafios, existe a militância do movimento negro, inclinado a buscar soluções para os problemas mais complexos, identificados a partir de pesquisas acadêmicas, dados estatísticos, denúncias de casos de racismo e de percepção das dinâmicas sociais operadas nas relações cotidianas, e os nossos entrevistados são parte daqueles que identificam e buscam soluções para o racismo, e por esse motivo apresentamos brevemente um pouco daquilo que está no escopo do pensamento e das propostas em que eles estão escudados para a ampla mobilização do movimento negro em benefício dos afro-uruguaios.

5.7 As políticas educacionais no Uruguai

Após lançar estas análises acerca do painel uruguaio, se faz necessário redesenhar o panorama educacional, valorizando o que temos de informação sobre a Lei 19.122 e a partir

das reflexões compartilhadas pelos entrevistados, tendo em vista que grande parte deles esteve no processo de luta pela implementação da referida Lei. Além disso, reside o fato de que muitos deles são operadores de políticas públicas, alguns, inclusive, beneficiários da política de ações afirmativas.

De acordo com a literatura até aqui consultada, o Uruguai é um país que conquistou bons índices de qualidade de vida, proporcionado, em grande parte, pelo bom nível educacional da população. Esse fato é substancialmente fruto de processos históricos que sinalizam para a satisfatória gestão dos recursos públicos. O Uruguai, segundo Iguini, Maciel, Miguez e Rorra (2016), praticamente resolveu o problema de acesso à educação e, por conseguinte, do analfabetismo. Os autores afirmam que, apesar dos desníveis raciais, esse cuidado sempre esteve presente na história do país.

Pensando em termos históricos, as afirmações dos autores supracitados estão corretas, pois, de acordo com Cabella, Nathan e Tenenbaum (2013), o Uruguai realizou precocemente - se comparado aos outros países da América Latina - a sua reforma da educação. Naquele período a reforma carregava um caráter universal, atendendo aos princípios legais que norteavam o rumo que aquele país deveria seguir, melhorando os índices de alfabetização e instrumentalização técnica para o trabalho.

Durante los años de 1877-1889, período de concreción de la aplicación de la reforma, la escuela pública vareliana – como afirman Barrán y Nahum – apostó, entre otras cosas, a limar las diferencias entre los sectores sociales al apuntar al igualitarismo democrático, y generalizó un nivel básico de conocimiento para la nueva estructura económica, social y política que se estaba cimentando (FREGA; CHAGAS; MONTAÑO; STALLA, 2008, p. 22).

Entretanto, os mesmos autores afirmam que essa abrangência somente chegou aos negros tardiamente, mas que os índices de escolarização da população negra foram gradativamente melhorando com o passar dos anos. Aqui devemos entender que a reivindicação histórica dos movimentos negros uruguaios se fez em torno da permanência na escola, do modelo de educação e do tratamento dispensado aos negros no sistema escolar, e não tanto mais por acesso.

Nesse sentido, as políticas educacionais para os negros uruguaios vão acompanhar, necessariamente, o atendimento das reivindicações dos movimentos negros daquele país, tendo em vista que todo o teor reivindicatório reside em questões voltadas para a negligência do ensino de história e cultura do continente africano e da ausência de mecanismos de permanência de jovens negros no sistema escolar, tendo em vista que a

dimensão simbólica e a necessidade de inserção precoce no mercado de trabalho são fatores preponderantes para a evasão (RORRA, 2019).

Esses problemas são históricos e não foram resolvidos com a expansão do sistema de ensino uruguaio. A militância do movimento negro foi fundamental para a incorporação de um olhar mais atento em relação ao negro na educação, e isso se dá por meio das conquistas operacionalizadas desde os anos de 1970, e se inscrevem desde o reconhecimento de Ansina como herói, passando pelo tombamento dos *conventillos* à declaração do Candombe como patrimônio imaterial da humanidade e a incorporação do quesito racial no censo nacional.

Todos esses eventos confluíram para a que Lei 19.122 fosse implementada e pudesse intervir de maneira direta no sistema de educação uruguaio. Aqui devemos dizer que a lei não é exclusivamente direcionada para fins educativos, uma vez que ela trata de uma questão geral das ações afirmativas, ou seja, ao passo que ela determina reserva de vagas para negros em âmbito do trabalho, ela também operacionaliza propostas para redesenhar o currículo escolar e viabilizar a permanência dos seus beneficiários.

Em seu artigo oito, a Lei 19.122 assevera que

Se considera de interés general que los programas educativos y de formación docente, incorporen el legado de las comunidades afrodescendientes en la historia, su participación y aportes en la conformación de la nación, en sus diversas expresiones culturales (arte, filosofía, religión, saberes, costumbres, tradiciones y valores) así como también sobre su pasado de esclavitud, trata y estigmatización, promoviendo la investigación nacional respectiva.

Esse artigo da referida lei, deixa claro que se faz necessário a promoção de novas estratégias educativas que reorganizem o currículo e incorporem a temática racial como constitutiva do processo educativo do país. Os desafios são grandes e os movimentos negros articulam as mudanças necessárias, conforme adverte Rorra (2019). De acordo com ele, o legado branco é predominante na literatura uruguaia e isso dificulta a percepção de questões simbólicas encrustadas nas dimensões mais subjetivas de cada texto, por parte dos estudantes. Repetidamente esses valores levam a uma absorção quase que inconsciente da superioridade do branco sobre o negro.

Nesse sentido, ele reitera o que adverte Gortazár (2016), que reafirma que o discurso oficial sobre a literatura uruguaia como iminentemente branca, afeta diretamente na construção do imaginário coletivo e serve como dispositivo para alimentar a normatividade de inferioridade do negro. Ainda de acordo com Gortazár (2016), a construção da ideia de uma nação uruguaia unida se fortificou a partir do século XIX, com o recente processo de independência. O desejo das elites uruguias naquele momento era eliminar os vestígios de

negritude. Para tanto, seria necessário massificar as grandes narrativas produzidas por pensadores de origem europeia.

Esses autores concordam que essa investida foi eficaz e perdurou por mais de um século, e que só a partir das indagações e lutas dos movimentos negros que o panorama vem mudando. No entanto, advertem sobre a necessidade de atualização de estudos e estímulo às pesquisas acadêmicas que versam sobre a história da população negra uruguaia. Esse incentivo seria importante para produzir uma narrativa cujo os protagonistas sejam pessoas negras, já que uma das grandes queixas – observadas nas minhas entrevistas e confirmadas pela bibliografia consultada – é a de que o Uruguai sempre teve uma história contada sob o olhar da intelectualidade branca.

A tarefa de assegurar que as narrativas negras construídas por ativistas que lutaram pela implementação da Lei 19.122 sejam garantidas, tem a sua chave mestra na educação formal, por isso a lei gera os dispositivos estruturais que asseguram a permanência do estudante negro nas escolas e universidades. Por causa disso, em seu artigo seis, a lei determina o seguinte:

Los sistemas de becas y apoyos estudiantiles que se resuelvan y asignen a nivel nacional y departamental, aun cuando su fuente de financiamiento sea la cooperación internacional, deberán incorporar cupos para personas afrodescendientes en la resolución y asignación de las mismas.

Percebemos que a estratégia de políticas públicas educacionais no Uruguai não se detém a um caráter específico no âmbito do currículo escolar, mas se ocupa também com o caráter estrutural de manutenção do estudante no sistema de educação. Esse é um atendimento essencial em relação ao que historicamente os movimentos negros reclamam, tendo em vista a afirmação de Rorra e Pereira (2019), que quase que em unísono dizem que “Um dos maiores problemas dos negros no sistema de educação é a evasão escolar”.

É importante, no entanto, mencionar que se impõe à Lei 19.122, a partir de sua implementação, uma durabilidade com o prazo de quinze anos, prorrogável por mais tempo de acordo com as avaliações de uma comissão pela medição dos seus impactos e o seu atendimento, a contar do quinto ano de sua adoção. Por sua vez, vale mencionar que os órgãos responsáveis pela avaliação estarão em articulação com as instituições públicas e com os conselhos da sociedade civil para poder qualificar a sua apreciação.

Podemos dizer que a manutenção da Lei 19.122 depende de um trabalho minucioso na educação, uma vez que é por meio do conhecimento do histórico de práticas de racismo naquele país, bem como a consciência da necessidade de medidas que propõe

equilíbrio econômico e acesso irrisrito à cidadania, que se constituem pessoas inclinadas pelo bem comum e que se organizam para a efetivação de providências que se opõe ao subjugo e da contribuição histórica do negro.

Cabe observar que o sistema de ensino superior uruguaio não adota o método de vestibular como forma de ingresso, não sendo necessário que a Lei 19.122 seja aplicada para esse fim. Esse fato se dá por conta de que o ensino secundário no país acontece por meio de dois ciclos de três anos, nos quais o primeiro é voltado para o cumprimento das disciplinas obrigatórias e o segundo visa a preparação para o ensino universitário. De acordo com Rorra (2019), geralmente as pessoas negras buscam o ensino técnico e cumprem apenas a etapa obrigatória, não ingressando na universidade.

O Uruguai conta com apenas duas universidades públicas e seis privadas, mas que, Segundo Rorra (2019), atende bem a demanda do país. Noelia Maciel (2019) se mostra otimista quanto ao ingresso do número de negros, afirmando que está aumentando substancialmente e este fato vem contribuindo para o surgimento de novas pesquisas nas ciências humanas que estejam atreladas à comunidade negra, gerando um entusiasmo para as novas gerações, que, paulatinamente, conseguem produzir as suas próprias narrativas e não se atém mais somente às produções feitas por pesquisadores brancos.

Noelia Maciel (2019) afirma também que o sistema educativo uruguaio tem muitos méritos e consegue dar uma boa assistência a sua população, tendo em vista que o ensino básico é gratuito e obrigatório, e a rede de escolas se mostra suficiente para atender às demandas da educação, ou seja, nenhuma criança se encontra fora da escola. De acordo com a ativista, o mesmo se observa no ensino secundário, o que permite corroborar com os documentos oficiais do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, que classifica o Uruguai como o país com o maior índice de alfabetização da América Latina.

Dentre os ativistas entrevistados, Juan Pedro Machado, Orlando Riveros, Oscar Rorra, Julio Pereira, Noelia Maciel, Karina Moreira e Lourdes Martínez, concordam que o problema do sistema de educação no Uruguai, para a população negra, não está mais relacionado ao acesso, e sim com a permanência e com o currículo. Conforme já exposto, a questão do acesso também tem sido resolvida a partir da determinação de dispositivos que mantêm os estudantes negros frequentando as aulas, ainda que estes sejam os que mais evadam.

Desse modo, os ativistas se concentram em produzir materiais informativos, publicar textos acadêmicos, livros didáticos e fomentar palestras que recontem a história do país, valorizando a cultura negra e promovendo o protagonismo negro em ações pontuais e

sumamente importantes para o desenvolvimento da nação. A estratégia é garantir que a lei seja cumprida e o Estado dê o apoio necessário para que isso se consubstancie na prática.

(Re)conectar o negro no imaginário social uruguaio de forma positiva é um grande desafio e constitui a pedra angular de parte do movimento negro ao que concerne o debate sobre as políticas públicas em âmbito educacional. O que se tem feito até o período pesquisado sinaliza para uma incorporação lenta, contudo, gradual das pautas que os movimentos negros historicamente preconizam. Se persegue a ampliação do debate e a manutenção de políticas de permanência dos jovens negros no sistema educacional.

Portanto, a Lei 19.122 é o mais importante dispositivo que se tem em mãos para a realização desses pleitos, e, segundo os ativistas por nós entrevistados, ela é o mais importante desdobramento da Conferência de Durban, devendo seguir as recomendações do documento final no que concerne ao campo educativo. O seu monitoramento e a sua manutenção se devem ao sucesso da sua aplicação. Por esse motivo, a comunidade negra precisa estar unida ao movimento negro na busca de resultados positivos e, por conseguinte, na garantia de sua manutenção, viabilizando que se combata o racismo e se encontre o equilíbrio racial desejado.

6 METODOLOGIA

Para a realização desta pesquisa, primeiramente se fez necessária uma revisão bibliográfica a fim de selecionar os conteúdos mais relevantes para a consolidação dos argumentos que fortificam a investigação das informações coletadas em campo, bem como a arregimentação dos nossos objetivos, que foram a verificação das políticas educacionais voltadas para a população negra no Brasil e no Uruguai após a Terceira Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância promovida pela Organização das Nações Unidas – ONU no ano de 2001 em Durban, África do Sul.

Inicialmente fizemos uso da metodologia de pesquisa bibliográfica, a qual se constitui como um trabalho em si, isto é, ela pode ser aferida como o produto final na conclusão de um curso. Monografia, dissertação ou tese, são consideradas como trabalho de pesquisa bibliográfica, tendo em vista que nelas residem temas delimitados e coletas de dados que orientam o seu desenvolvimento, tendo como norte conteúdos já presentes em outras pesquisas concluídas (teses, dissertações, monografias, livros, vídeos e etc.) sobre o assunto a delineado (ANDRADE, 1997).

De acordo com Andrade (1997), para que o método obtenha êxito se faz necessário que haja seleção do máximo de informações que estejam contidas, de modo implícito ou explícito, nas bibliografias pesquisadas. Importante salientar que nessas fontes não se veiculam apenas conteúdos escritos, pois neles podem estar contidas imagens, fotografias e etc. Os conteúdos extraídos desses documentos devem servir de base para a construção dos argumentos que o pesquisador busca para desenvolver o seu trabalho científico.

A recomendação é a de que haja prévia leitura dos elementos chave dos documentos consultados, de modo que, respectivamente na ordem elencada, haja um encadeamento das informações mais importantes a serem apreendidas: sumário, contracapa, prefácio, orelha, título e subtítulo. Após esse processo é necessário fazer uma leitura seletiva, em que os títulos e os subtítulos terão maior importância para análise de quais obras realmente poderão interessar ao pesquisador (ANDRADE, 1997).

No nosso caso, temos uma pesquisa de teor qualitativo, pois as análises dos conteúdos veiculados na bibliografia pesquisada foram feitas a luz de teorias que confirmam, refutam ou geram possibilidades de intervenção acerca dos argumentos expressos pelos autores do campo das relações raciais, bem como aqueles colhidos por meio das entrevistas

realizadas. Caracterizando a abordagem qualitativa, Minayo (2007) afirma que pesquisas científicas com esta abordagem envolvem um nível de realidade. Ela explica que uma pesquisa qualitativa:

Trabalha com o universo dos significados, dos movimentos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com os seus semelhantes. (Minayo, 2007, p. 21)

A autora caracteriza a pesquisa qualitativa como referente a fenômenos humanos, tais como o universo significativo dos movimentos, crenças, valores e atitudes, como em nossa pesquisa, pois investigamos as transformações ocorridas no painel político de oferta de medidas educativas após a Conferência de Durban.

De acordo com Moraes (1999), na pesquisa qualitativa está contido o método de análise de conteúdo que consiste na interpretação de discursos expressos em mensagens de diferentes fontes comunicacionais ou formativas.

A análise de conteúdo é uma metodologia que exige do pesquisador uma profunda concentração para a compreensão dos significados contidos nos documentos e nos textos investigados. Moraes (1999) afirma que o pesquisador que se debruça por este método precisa ter rígidos critérios para a observação dos conteúdos latentes em cada documento ou texto analisado, no entanto, deve preservar o contexto ao qual foram produzidos (social, histórico, temporal, territorial e etc.).

Outra metodologia utilizada em nossa pesquisa foi o método de estudo comparativo, que, segundo Oliveira e Silva (2019), é feito a partir da verificação dos elementos que influenciam os fenômenos a serem comparados. De acordo com as autoras, o método consiste em recolher dados específicos que servem para traçar uma compreensão de caráter geral e abstrata sobre o objeto de pesquisa, permitindo que se faça uma descrição detalhada do mesmo.

Nesse sentido, verificamos a origem das políticas educacionais para a população negra após a conferência de Durban nos dois países escolhidos, já que se fez preponderante a compreensão de cada realidade em separado para concluirmos as similitudes e diferenças. Salientamos que, de acordo com Oliveira e Silva (2019), é possível traçarmos apenas descrições dentro do método de estudos comparativos, e não necessariamente perfilar as características de cada fenômeno e estabelecer comparações diretas.

Ainda sobre os estudos comparativos, Oliveira e Silva (2019) afirmam que a descrição do objeto é primordial para que haja comparação. Em nossa pesquisa fizemos duas

descrições em separado acerca de dois países, Brasil e Uruguai, considerando que ambos possuem população negra, movimento negro, enviaram delegações para a mesma conferência e adotaram medidas de políticas públicas educacionais específicas para as respectivas populações negras (lei 19.122/06 e SECADI).

Desse modo, trouxemos algumas comparações em nossas considerações finais, feitas a partir das descrições do painel racial de ambos os países e partindo da premissa de que a Conferência de Durban possibilitou a emergência de políticas educacionais específicas para a população negra em ambos os países, como elemento crucial de combate ao racismo.

No decorrer da nossa pesquisa buscamos responder às perguntas: A Conferência de Durban foi a responsável pelo desencadeamento de políticas educacionais para a população negra no Brasil e no Uruguai? Quais são os desdobramentos da Conferência que se verificam no Brasil e não se verificam no Uruguai, e vice-versa? Descrevendo os caminhos percorridos por ambos os países, antes, durante e depois de Durban, obtivemos dados que nos permite elencar elementos indispensáveis para a reflexão acerca dos questionamentos feitos.

De acordo com Gil (1994), é importante frisar que para a realização dos estudos comparativos é necessário buscar os elementos fundamentais para que haja a descrição almejada em relação ao que se quer comparar. Sobre os estudos comparativos ele afirma que

Têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática (GIL, 1994 p.21).

Nesse sentido, estivemos em Brasília e em Montevidéu, respectivamente no Ministério da Educação – MEC e com os ativistas dos movimentos negros, coletando as informações necessárias para a efetivação da pesquisa. Fizemos entrevistas semiestruturadas e nos debruçamos na bibliografia selecionada como suporte para os temas abordados.

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 1995 p.21-22).

Vale lembrar que a pesquisa semiestruturada segue um roteiro, onde constam as perguntas as quais serão analisadas posteriormente, alinhadas às possíveis respostas dadas aos objetivos elencados no trabalho. Isto quer dizer que o que direciona as perguntas contidas em

nosso roteiro, são os objetivos do trabalho, uma vez que as considerações são feitas de acordo com a aproximação entre o que colhemos em campo e as análises feitas (Oliveira, 2019).

Nesse sentido, no Brasil escolhemos membros do corpo técnico da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI, por entender que aqui o plano de ação da Conferência de Durban coincidiu com a criação da referida secretaria. No Uruguai optamos em entrevistar os ativistas dos movimentos negros, considerando que naquele país não existe uma secretaria análoga a SECADI, mas existem políticas descentralizadas e essas recebem consultoria de ativistas dos movimentos negros, que em alguns casos fazem parte do corpo técnico do serviço público.

Portanto, seguimos estes métodos de pesquisa a fim de alcançar os objetivos elencados. Nós nos lançamos a campo a partir de um roteiro estruturado de acordo com as diferenças e peculiaridades previamente estudadas acerca de cada país em separado e tomando o cuidado em intervir o mínimo possível no desenvolvimento de cada entrevista concedida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Examinamos, ao longo desta pesquisa, as correlações de forças entre o estado brasileiro e o estado uruguaio em relação aos movimentos sociais de ambos os países na busca de empreender a luta política de inserção de grupos historicamente marginalizados na esfera da educação, dando ênfase para a questão racial. Fizemos uma reflexão sobre alguns pontos importantes a serem discutidos em torno dos agenciamentos necessários para melhor inserção dos negros no espaço educativo desses países.

No Brasil, tecemos nossas considerações a partir da análise das pessoas entrevistadas, todas ligadas à SECADI, que desde a sua criação, o atendimento às populações historicamente marginalizadas – mais especificamente os negros – tem melhorado bastante, e um dos fatores cruciais reside no fato de que os seus gestores já participaram ou se debruçaram em pesquisas acerca dos movimentos sociais que se orientam em atender as demandas desses grupos, e se articularam por dentro da esfera pública como técnicos para os assuntos educacionais, se articulando como importantes vetores para amplificar a luta por educação de qualidade para a população negra.

No Uruguai, o nosso intercurso se deu por meio de análises de entrevistas de pessoas que estão na militância do movimento negro, alguns tendo participado da última grande conferência que baliza as políticas públicas focais a partir de 2001, a Conferência de Durban. Esses entrevistados foram fundamentais para um levantamento geral de como o panorama uruguaio acerca da questão racial tem se transformado desde o ano de 2006, com adoção de políticas públicas focais, por meio da lei 19.122, e ampliação do sentimento de pertença racial entre os negros daquele país.

Aqui é importante sinalizar que dedicamos um capítulo à Conferência de Durban, entendendo que ela tenha sido a divisora de águas para os movimentos sociais dos países em desenvolvimento, já que Durban foi o espaço de conversa e ajustes de uma agenda comum para o combate ao racismo. Impõe-se reafirmar que o protagonismo dos movimentos negros brasileiros e uruguaiois conduziram esses países a lograrem avanços importantíssimos para as populações negras em seus territórios.

Nosso percurso se iniciou através de uma breve apresentação da SECADI, com um mapeamento acerca dos programas ofertados e quais as articulações que são feitas para o seu funcionamento. Não adentramos com maiores detalhes no cerne de cada uma das coordenações por não fazer parte do escopo do nosso trabalho, deixamos esta lacuna em vista do nosso calendário de atividades para a realização desta pesquisa. Desse modo, foi

necessário direcionar olhares para o que realmente nos importava investigar: Existe uma ligação direta entre a criação da SECADI e a Conferência de Durban?

Constatamos que a resposta para esta pergunta é sim, a SECADI surge em um contexto político no qual não cabia mais a ausência de políticas focais para os negros, tendo em vista uma ambiência internacional que se desenhava após a queda de regimes totalitários pelo mundo, a nova constituição brasileira, em 1988, a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação no ano de 1996 e a Conferência de Durban em 2001. Desse modo, a Conferência de Durban foi o último evento balizador para uma nova dinâmica de políticas públicas de combate ao racismo, e a SECADI é um desdobramento dessa investida.

A partir das entrevistas realizadas no Brasil ficou sinalizado que houve avanços pós-Durban, e que os programas ofertados pela SECADI precisam ter continuidade. A SECADI, enquanto órgão público surgido após esta Conferência, tem sido o vetor de consistência dessas transformações. Entretanto, não podemos negar que diversos entraves surgem a partir de disputas de forças políticas antagônicas e que existam profundos problemas construídos historicamente, cuja solução não é simples e não está às mãos dos técnicos que lá trabalham, necessitando de um longo e consistente trabalho.

Na nossa avaliação, a oferta de várias modalidades de educação sinaliza para o fato de que a Secretaria tenha sido uma maneira de equalizar as vozes de vários ativismos que se organizavam durante décadas, a fim de exigir dos governos melhor inclusão de suas demandas no sistema educacional. Com isso, negros, indígenas, mulheres, portadores de necessidades especiais, trabalhadores rurais, jovens e adultos com déficit de alfabetização, ciganos, homossexuais e outros grupos historicamente marginalizados são contemplados com a possibilidade de políticas públicas de inclusão de suas pautas no sistema escolar.

Para tanto, foi necessário que a Secretaria fizesse a composição de um quadro técnico especializado, viabilizado pela alocação de pessoal que tivesse afinidade conceitual com as temáticas propostas. Pudemos observar que estava em jogo não apenas uma alocação concebida pelo mérito técnico de ter estudado academicamente as temáticas abordadas pela SECADI, pois, para além de títulos universitários, ou de anos de trabalho no Ministério da Educação, as pessoas que estiveram na formação da Secretaria deveriam ter inclinações políticas para tornar possível que a real inclusão dos públicos-alvos se efetivasse, ou seja, não era apenas um conhecimento teórico sobre os assuntos lá dispostos que interessava, era preciso mais do que isso.

Os programas ofertados pela SECADI são variados, orbitando desde premiações em âmbito de educação básica, incentivo à publicação de materiais didáticos, estruturação de

escolas quilombolas, inserção da questão racial em estudos relativos à educação no campo, formação continuada para professores de ensino básico para a aplicação da lei 10.639/03, dentre outras ações que articulam a Secretaria, os estados, os municípios, as universidades e as escolas de ensino básico.

Impõe-se lembrar que o provimento de políticas públicas que se propõe à correção de iniquidades históricas depende de articulações que extrapolam o âmbito nacional, ou seja, o fomento dessas ações não está deslocado das tendências internacionais, que também não se reformulam por si, mas por meio de demandas sinalizadas pelos representantes da sociedade. Desse modo, a criação da SECADI não está desconectada dos acontecimentos internacionais, muito menos da luta dos movimentos sociais.

Diante do exposto, é sumamente importante considerar o protagonismo dos movimentos negros na criação dessa Secretaria, sobretudo após a Conferência de Durban, quando os mesmos voltaram amadurecidos de debates e propostas de ações. Não obstante, não negamos mobilizações de outros grupos marginalizados, em seus fóruns, congressos, seminários, ou espaços específicos onde formulam seus projetos e demandas a serem atingidas para o alcance dos seus pleitos. A SECADI se constitui em um lugar plural, que tem nas ações do movimento negro o sustentáculo de grande expressividade no combate às discriminações que aflige os grupos historicamente marginalizados.

Apesar da pluralidade encontrada no seio da Secretaria, não podemos deixar de mencionar que no Brasil a questão racial tem tratamento secundarizado por parte das políticas públicas de bem-estar social. Contraditoriamente, e ainda que se tenham gradativas transformações no painel internacional, com latentes mudanças progressivas, a partir de conferências que pressionam os estados a assumirem o compromisso de combater todas as formas de discriminação, os países periféricos, como o Brasil e o Uruguai, pouco estão impulsionando as populações marginalizadas a lograr novos lugares na hierarquia social, se concentrando em ocupações de menor prestígio e rendimento.

Essa tem sido uma das queixas dos nossos entrevistados, pois ainda que importantes avanços tenham sido possíveis, o problema racial persiste e são mantidos dentro do campo da disputa política, que visa o aparelhamento das políticas focais para fins partidários. Desse modo, a SECADI não pode ser vista como um lugar totalmente harmonioso e coeso, pois pode servir para realização de ações pontuais em prol de grupos marginalizados, mas também pode se transformar em um aparelho dissimulador, que negligencia as disparidades sociais e criando mecanismos disciplinares encobertos por uma falsa capa democrática.

Por isso, ainda que se tenham avanços no sentido de inclusão social após Durban, partimos da premissa de que o grande desafio para os movimentos sociais e as políticas públicas governamentais seja encontrar a fundamental sintonia para promover cidadania para todos. Todavia, ainda se percebe uma enorme lacuna entre as políticas de Estado e as políticas de governo, percebida a partir do momento em que nos lançamos ao campo, pois foi o período de transição de um governo para o outro, ocasionando temor pela extinção da SECADI.

Apesar do momento turbulento em que passava o Brasil ao final do ano de 2016, nossas entrevistadas que faziam parte da gestão estavam otimistas e prudentes, chegando a afirmar que: “uma coisa que é bem explícita em todos os comentários, em todas as reuniões que a gente faz é: a SECADI vai continuar” (BÁRBARA SULA, 2016). Elas asseguraram que mesmo diante da agitação causada pela instabilidade política no Brasil, havia uma gama de informações que não procediam com o que acontecia internamente na SECADI, e que o foco principal não recebeu o tratamento adequado, que é a questão racial.

Para elas, muito mais do que especulações, o racismo não deixa de trabalhar pelas entranhas institucionais, independentemente dos gestores que darão continuidade a essa Secretaria. Uma de nossas entrevistadas, Bárbara Sula, inclusive deixa claro que o viés principal da Secretaria é a questão racial, e a sua maior preocupação é “o direcionamento da política, porque quando trabalhamos com a questão racial a questão é muito mais séria, que é a visão crítica da questão racial” (Bárbara Sula).

O crucial a ser perseguido nessa perspectiva é o modo operativo para lidar com a questão racial, dificultando que os velhos entraves e distorções venham a tomar a dianteira na luta antirracista, tendo como horizonte uma secretaria com um corpo técnico preparado para lidar com pendências que venham a diluir a problemática do racismo em outros atenuadores, sob o risco de comprimir os recursos destinados às ações que tenham efeitos diretamente na população negra.

Não podemos deixar de mencionar que, repensar a SECADI, implica observar que a oferta de inclusão e reorganização do imaginário social proposto por ela acaba se limitando quando a Secretaria assume como frente de trabalho somente o ensino básico. Sabemos que esta fase do processo de escolarização seja fundamental para construção de conhecimentos, entretanto, não se escolariza somente no ensino fundamental, e não se pode negar o fato de que a população negra ingressa no ensino superior mais tardiamente, sob condições materiais adversas se comparado com os brancos.

Logo, a SECADI precisa pensar em dispositivos mais abrangentes de ampliação e propostas para a oferta de políticas educacionais, uma vez que os negros estão inseridos em

todos as modalidades de ensino e constituem a parte mais alijada pela deficiente estrutura de funcionamento do sistema educacional brasileiro. Dentre outras coisas, é necessário viabilizar permanente formação complementar para o seu quadro de funcionários, tendo em vista as frequentes mudanças de gestão, além de criar mais dispositivos de participação popular nas decisões de políticas direcionadas à população.

Sendo o racismo uma das vigas de sustentação da sociedade brasileira, seria necessário que a Secretaria pudesse se atentar aos preceitos elencados acima, na compreensão de que o diálogo com os diversos atores sociais e entre as outras coordenações da própria SECADI revelariam problemas atinentes à questão racial em outras dimensões, requerendo um esforço coletivo que amplificasse a capacidade técnica para o trato com essa problemática, já que o racismo se manifesta em diferentes classes sociais, identidades e esferas institucionais.

É necessário que permanentemente sejam feitos os balanços de gestão, independentemente da bandeira partidária que assuma o governo. Caso haja algum enfraquecimento da SECADI, no que concerne ao debate das políticas de combate ao racismo, não será uma questão atinente à uma crise política vivida em momento específico no Brasil, como a do ano de 2016, mas da falta de cumprimento integral com o que sinalizam os planos de ações redigidos em conferências como a de Durban, já que eles são frutos de acordos internacionais, identificando problemas e indicando possíveis caminhos para combater o racismo.

Portanto, podemos dizer que apesar de ser atravessada por problemas históricos que afligem a sociedade brasileira, a SECADI obteve êxito – até a gestão de 2016 – em sua missão, e que a sua criação fora um desdobramento essencial da Conferência de Durban e das articulações do movimento negro, antes, durante e depois da Conferência. Resta aos movimentos negros o estreitamento dos diálogos com os governantes brasileiros, independente da conjuntura política, a fim de obter compromissos éticos que viabilizem mais recursos para a continuação da SECADI.

Também se constituiu como escopo da nossa tese as análises sobre a implementação de políticas educacionais para os negros no Uruguai pós-Durban. Para tanto, fora necessário traçar um painel histórico no qual podemos concluir que naquele país há problemas raciais. Com efeito, constatamos que a população negra se organizou em torno de movimentos negros que perduram desde o início do século XX e empreende uma luta de combate ao racismo que se fortificou ao longo do tempo e tiveram fundamental importância para um atual quadro de transformações na qualidade de vida da população negra.

Com o acúmulo de uma larga experiência de combate ao racismo, o movimento negro uruguaio logrou êxito em seus objetivos durante a Conferência de Durban, retornando com novas ideias, perspectivas e compromissos, que se consubstanciaram alguns anos depois através da implementação da lei 19.122/2006. Todo o processo de participação na Conferência de Durban possibilitou a esse movimento articulações e cooperações internacionais que contribuem para o enriquecimento dos debates acerca do racismo e as estratégias de combate.

De modo geral, os objetivos dos movimentos negros uruguaios é implantar uma política pública que possibilite a inserção e ascensão dos negros no mundo do trabalho e que a mesma política funcione nas escolas como provedora de estrutura de permanência dos negros no sistema escolar. Para tanto, a pedra angular deverá ser a transformação no paradigma histórico, passando a incorporar novas narrativas e olhares para os fatos que atravessaram a formação do país, como intuito de reorganizar o imaginário social em relação à população negra.

Para a consecução dessa tarefa, foram apresentadas diversas dificuldades de ordem estrutural e histórica, e todos os entrevistados concordam que apesar de o Uruguai possuir os melhores índices de qualidade de vida dentre os países do continente sul-americano, reside o fato de que o país tem sérios problemas raciais e que as suas resoluções dependem de diálogos mais afinados entre a comunidade negra e os seus representantes.

Nesse sentido, é importante salientar que há uma parcela significativa de ativistas dos movimentos negros uruguaios que hoje atuam na esfera pública daquele país. Seriam eles os representantes da comunidade negra, os catalisadores da transformação racial no país? Acreditamos que não seriam capazes de uma alteração tão drástica na realidade do país, porém, as suas atuações são preponderantes e amplificadas, pois contribuem significativamente para melhorar a situação.

Afirmamos isso com vista a uma queixa recorrente entre os nossos entrevistados, que se visualiza a partir da fragmentação dos movimentos negros na contemporaneidade. De um lado, teríamos a não materialização e desconhecimento integral do Plano de Ações de Durban, justificado pelas incorporações de outras formas de manifestação do racismo. Do outro, a acusação de que os ativistas que se institucionalizaram se transformaram em burocratas que estão deslocados da comunidade negra.

Em relação ao primeiro caso, a opinião dos entrevistados que mais concorda com essa exposição é a de Romero Rodriguez, que entende que a agenda de Durban tenha se encerrado, e aquilo que ficou pendente de realizar, não faz, ou não deveria fazer, mais parte

do escopo político dos movimentos negros, já que são ações que dependem exclusivamente do Estado, e não de ações autônomas do movimento negro. Romero afirmou que é necessário autogestão, e isso só se conquista rompendo os laços com o poder público.

Já os outros ativistas, sobretudo Orlando Riveros e Julio Pereira, acreditam que as transformações deverão ser feitas por dentro das instituições, em um processo educativo acessível a todos, como maneira de criar uma nova pedagogia, capaz de transformar o ambiente cultural do país. Para eles, e para todos os outros entrevistados, o Plano de Ações de Durban não se encerrou, tendo muitas cláusulas que se mantêm atuais e devem constituir o escopo principal do movimento negro para muitas ações.

Aqui é importante sinalizar que, segundo Abers e Bülow (2011), existe ativismo de atores posicionados dentro dos setores estatais, e isso conduz a um complexo jogo político que ora entende o Estado como inimigo a ser combatido, ora tem o Estado como único viabilizador de transformações que gerem mobilidade para grupos historicamente marginalizados. Para as autoras, não é possível delimitar uma fronteira rígida que desconsidere a importância de ações conjuntas ou coordenadas por gestores inseridos na esfera pública.

O que podemos então perceber é que nem sempre os ativistas sociais produzem militância de maneira aberta e pública por dentro dos aparelhos do Estado, mas que há efeitos sentidos no seio dessas populações marginais (mesmo que de maneira incipiente), quando algum tipo de mobilidade os conduzam a esferas antes inacessíveis diante de dificuldades de ordem política e material. Portanto, há uma tendência que aponta para a possibilidade de que grande parte dos novos movimentos sociais estejam mais afinados com o poder público, pois na medida em que os sujeitos partícipes se qualificam tecnicamente, abrem novas frentes e disputam lugar em posições estratégicas nas engrenagens do sistema.

Esse fato se observa tanto no Brasil quanto no Uruguai, e são fruto de sérias contendas políticas, mas que possibilitam outros olhares quando as análises são feitas mais próximas das instituições e movimentos. Por isso a necessidade de dar voz e ouvir esses ativistas, pois dentro das disputas institucionais é primordial entender que é preciso saber negociar, pois pouco se conquista a partir de uma postura de isolamento, e as negociações não são necessariamente perda ou enfraquecimento do horizonte ético e do objetivo que se quer preservar e atingir.

Fica evidente que a luta histórica dos movimentos negros no Uruguai possibilitou o acúmulo de experiências necessárias para que assumissem o protagonismo na Conferência de Durban. Ao retornar de lá, esses movimentos assumiram o papel de reivindicar o

atendimento específico de combate ao racismo acordado no Plano de Ações, junto ao governo do país, obtendo êxito alguns anos mais tarde com a implementação da lei 19.122. Diante de divergências internas e resistência por parte de setores da sociedade e do governo, o movimento negro uruguaio segue vivo na luta contra o racismo.

Portanto, apresentamos um painel geral de dois países vizinhos que possuem diversas similaridades e contrastes. Guardadas as proporções, ambos possuem expressivo e ativo contingente populacional negro, que reconhece a sua ascendência africana e experimenta cotidianamente o racismo. A fim de atenuar a curto prazo, e resolver a longo, os movimentos negros empreendem uma luta histórica de valorização da cultura negra, tendo a educação como principal meio de conscientização. Apesar de grandes vitórias, as mais recentes delas conquistadas após a Conferência de Durban, os ativistas negros brasileiros e uruguaios não deixam de se movimentar e ocupar os espaços que conduzam as suas respectivas sociedades rumo à verdadeira democracia.

REFERÊNCIAS

- ABERO, Beatriz; MUSSO, Alicia; PÍRIZ, Patrícia. **Guía Didáctica: educación y afrodescendencia**. Montevideo: Instituto Nacional de Las Mujeres, 2016.
- ABERS, Rebecca; BÜLOW, Marisa Von. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre o estado e a sociedade? **Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, n. 28, p.52-84, set./dez. 2011.
- ALVARENGA, Carlos Frederico. **O significado do pacto federativo**. Blog Tribuna da Imprensa. Disponível em: http://www.sindifisconacional.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=21382:o-significado-do-pacto-federativo&catid=45&Itemid=73. Acesso em: 22 mar. 2018.
- ALVES, José. A. Lindgren. A Conferência de Durban contra o racismo e a responsabilidade de todos. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, DF, v. 2, n. 45, p. 198-223, 2002.
- ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1997.
- ANDREW, George Reid. **Negros en la nación blanca: historia de los afro-uruguayos, 1830-2010**. Montevideo: Librería Linardi y Risso, 2010.
- BAIROS, Luíza. **Orfeu e poder: uma perspectiva afro-americana sobre a política racial no Brasil**. Revista Afro-Ásia, Salvador, n.17, 1996 p.1-14. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20863/13463>. Acesso em: 12 mar. 2020.
- BORDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. Introdução, seleção e organização Sérgio Miceli. São Paulo: Perspectiva, 1983.
- BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 10 jan. 2003.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.
- BRASIL. Ministério da Educação. Parecer CNE/CP3/2004, de 10 de março de 2004. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**.
- BROOKE, Nigel; CUNHA, Maria Amália de A. A avaliação externa como instrumento de gestão educacional nos estados. In: FUNDAÇÃO VICTOR CIVITA. **Estudos & Pesquisas Educacionais**. São Paulo: Fundação Victor Civita, 2011. p.17-79.
- CABELLA, Wanda; NATHAN, Mathias; TENENBAUM, Mariana. La población afro-uruguaya en el Censo 2011. In: CALVO, Juan José. **Atlas Sociodemográfico y de La Desigualdad del Uruguay**, Montevideo: Ediciones Trilce, 2013. p.7-76.

CAÉ, Rachel da Silveira. **Escravidão e liberdade na construção do Estado Oriental do Uruguai (1830 – 1860)**. Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História das Instituições do Departamento de História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO. Rio de Janeiro, 2012.

CARNEIRO, Sueli. A batalha de Durban. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, ano 10, p. 209-214, 2002. Semestral.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. São Paulo: FUESP, 2005.

DAGNINO, Evelina. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. **Política & Sociedade**, Florianópolis, n. 5, p.139-164, out.-2004.

DELEUZE, Gilles. **Diferença e repetição**. São Paulo: Graal, 2009.

DELEUZE, Gilles. **Nietzsche e a filosofia**. Rio de Janeiro: Editora Rio, 1976.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O anti-édipo**. São Paulo: Editora 34, 2011.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é a filosofia?** São Paulo: Editora 34, 2010.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia II Volume I**. São Paulo: Editora 34, 2014.

DOURADO, Luiz Fernandes. Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 921-946, out. 2007 Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 22 mar. 2018.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERRARI, Márcio. A mobilidade dos movimentos sociais: análise das redes de organizações da sociedade civil contrária à tese da “onguização”. **Revista Pesquisa FAPESP**, ed. 2016, ano 2014, p.74-77.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU, 2013.

GAINZA, Patricia. **Políticas públicas y afrodescendencia: sistematización de la III Asamblea de la Red de Mujeres Afrolatinas, Afrocaribeñas y de la Diáspora (RMAAD): Informe Final**. Montevideo: Ministério de Desarrollo Social, 2014.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994. Disponível em: <http://www.ead.fea.usp.br/semead/8semead/resultado/trabalhospdf/152.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2012.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2018.

GORTÁZAR, Alejandro. Racismo institucional en la literatura uruguaya. *In*: GAINZA, Patricia (Responsable de la Publicación). **Horizontes críticos sobre afrodescendencia en el Uruguay contemporáneo**: primera jornada académica sobre afrodescendencia. Montevideo: Ministerio de Desarrollo Social, 2017. p.171-178.

HANCHARD, Michael George. **Orfeu e o poder**: o movimento negro no Rio de Janeiro e São Paulo (1945/1998). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

HASENBALG, Carlos A. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

IGREJA, Rebecca Lemos e AGUDELO, C. Afrodescendentes na América Latina e Caribe: novos caminhos, novas perspectivas em um contexto global multicultural. **Revista Estudos e Pesquisas Sobre as Américas**, Brasília v. 8, n. 1, p. 13-28, 2014.

JACCOUD, Luciana. O combate ao racismo e à desigualdade: o desafio das políticas públicas de promoção da igualdade racial. *In*: THEODORO, Mario (org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil**: 120 Anos após a Abolição. Brasília, DF: IPEA, 2008. p.135-170.

JESUS, Fernando S. de. **O negro no livro paradidático**. Rio de Janeiro: Gramma, 2017.

JESUS, Fernando Santos de; SILVA, Joselina da; CARMO, Nicácia Lina do. A implementação da lei 10.639: o olhar de um negro intelectual. **Revista ABPN**, Uberlândia, v.10, <https://www.abpn.org.br/post/revista-da-abpn>, 2018.

JESUS, Fernando S. de. Os desafios para a implementação da Lei 10.639/03: uma análise a partir de outros olhares epistêmicos. **Horizontes**, Itatiba, v. 35, p .5-116, 2017.

JUNIOR, Hélio Silva; THEODORO, Mario Lisboa. O significado da continuidade e discontinuidades de políticas públicas, tendo em vista as mudanças periódicas de gestões administrativas. *In*: CENTRO DE ESTUDOS DAS RELAÇÕES DE TRABALHO E DESIGUALDADES (org.). **Políticas públicas de promoção da igualdade racial**. São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades, 2010. p.123-186.

KASSAR, Mônica de Carvalho M. Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 41, p. 61-79, jul./set. 2011.

LÓPEZ, Mónica Olaza. Ações afirmativas para afrodescendentes no debate do parlamento uruguaio. *Revista Afro-Ásia*, Salvador, n. 56, p. 169-201, 2017.

MARTÍN, Iguini; MACIEL, Noelia; MIGUEZ, Fabiana; RORRA, Oscar. Análisis de la implementación de la ley 19.122: la construcción de políticas públicas para la equidad étnico-racial desde la perspectiva de la sociedad civil. *In*: GAINZA, Patricia. **Horizontes críticos sobre afrodescendencia en el Uruguay contemporáneo: primera jornada académica sobre afrodescendencia**. Montevideo: Ministerio de Desarrollo Social, 2017. p.69-84.

MERINO, Francisco. **El negro en la sociedad montevideana**. Montevideo: EBO, 1982.

MINAYO, M. C. S. O desafio da pesquisa social. *In*: DESLANDES, Suely Ferreira. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2007. p.9-29.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1995.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MORAES, Roque. Análise de Conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v.22, n.37, p.7-32, 1999.

MOORE, Carlos. **Racismo e sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo**. Belo Horizonte: Mazza, 2009.

MOORE, Carlos. A humanidade contra si mesma. Para uma nova interpretação epistemológica do racismo e de seu papel estruturante na história e no mundo. 2011. *In*: **FORUM INTERNACIONAL AFRO-COLOMBIANO**, 2., 2011, Bogotá. Anais [...] Bogotá: [s. n.], 2011. p. 1-17.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A sociologia do guerreiro**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

OLIVEIRA, C. G. B.; SILVA, R. M. **Infográficos da monografia perfeita: metodologia & regras da ABNT do ano de 2019**. 1. ed. Ribeirão Preto: Codex Data, 2019.

ORTUÑO, Edgardo. Prólogo. *In*: Lucía Scuro Somma (coordinadora). **Población afrodescendiente y desigualdades étnico-raciales en Uruguay**. Montevideo: PNUD Uruguay, 2008. p.1-5.

PEREIRA, Amauri Mendes. Um Olimpo (ainda!) precário. **Boletim Informativo da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros e Negras**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p. 5-6, set. 2008.

PEREIRA, Amauri Mendes. Teorizações orgânicas: “saltos para a luz” na conjuntura da luta contra o racismo no Brasil. *In*: SILVA, Joselina; PEREIRA, Amauri Mendes (org.). **O movimento negro brasileiro: escritos sobre sentidos de democracia e justiça social no Brasil**. Belo Horizonte: Nandyala, 2009. p.206-237.

PEREIRA, Amauri Mendes. **Trajatória e perspectivas do movimento negro brasileiro**. Rio de Janeiro: ALERJ, 2005.

PEREIRA, Amauri Mendes. Guerrilha na Educação: A ação pedagógica do movimento negro na escola pública. **Revista Educação em Debate**, Fortaleza, ano 25, v. 2, n. 46, p. 26-35, 2003.

RAMOS, Guerreiro. **Introdução crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: Editorial Andes Limitada, 1957.

RAMOSE, Mogobe. Sobre a legitimidade e o estudo da filosofia africana. **Ensaio Filosóficos**, Rio de Janeiro, v. 4, p. 6-23, out. 2011.

SANTOS, Milton. **Testamento intelectual**. São Paulo: UNESP, 2002.

SANTOS, Ivair Augusto Alves. **Direitos humanos e as práticas de racismo**. Brasília, DF: Edições Câmara, 2015.

SANTOS, Sales. De militantes negros a negros intelectuais. Congresso Português de Sociologia – mundos sociais: saberes e práticas, 7, 2008, Lisboa. **Anais...** Universidade de Lisboa, 25 a 28 de junho de 2008.

SAVIANI, Demerval. **Histórias das idéias pedagógicas no Brasil**. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2007.

SECCHI, Leonardo. **Análise de políticas públicas**: diagnóstico de problemas, recomendação de soluções. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

SEYFERTH, Giralda. **A invenção da raça e o poder discricionário dos estereótipos**. Anuário Antropológico/93. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

SILVA, Joselina da; PEREIRA, Amauri Mendes (org.). **Olhares sobre a mobilização brasileira para a III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Intolerâncias Correlatas**. Belo Horizonte: Nandyala, 2012.

SILVA, Joselina da. Jornal SINBA: A África na construção identitária brasileira dos anos 1970. *In*: SILVA, Joselina da; PEREIRA, Amauri Mendes (org.). **O movimento negro brasileiro**: escritos sobre sentidos de democracia e justiça social no Brasil. Belo Horizonte: Nandyala, 2009. p.184-205.

SILVA, Joselina da; CARMO, Nicácia Lina do. 1945/1988/1997 – Cotas para negros no Brasil: uma conversa que vem de longe. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, ano 20, n. 37, p.17-36, jan./abr. 2017.

SIRQUEIRA, Karoline Lima. **A escravidão negra no Rio da Prata**. Monografia (Graduação em História) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2012.

SODRÉ, Muniz. **Reinventando a Educação**: diversidade, descolonização e redes. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

SODRÉ, Muniz. **Claros e escuros**: identidade, povo e mídia no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2000.

SODRÉ, Muniz. **O social irradiado**: violência urbana, neogrotesco e mídia. São Paulo: Cortez, 1992.

SODRÉ, Muniz. **A verdade seduzida**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1984.

SOUZA, Arivaldo Santos de Souza. Racismo institucional: para compreender o conceito. **Revista ABPN**, Uberlândia, v. 1, n. 3, p.77-87, nov. 2010/fev. 2011.

SOUZA, Celina. Estado da arte da pesquisa em políticas públicas. *In*: HOCHAMN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo. **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007. p.65-86.

SOWELL, Thomas. **Ação afirmativa ao redor do mundo: um estudo empírico sobre cotas e grupos preferenciais**. São Paulo: É Realizações, 2016.

STUDER, Elena F. S. de. **La trata de negros en el Rio de la Plata durante el siglo XVIII**. Libros de Hispanoamerica. Buenos Aires: Edigraf S.A., 1984.

THEODORO, Mario. A formação do mercado de trabalho e a questão racial no Brasil. *In*: THEODORO, Mario (org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição**. Brasília, DF: IPEA, 2008. p.19-47.

TRAPP, Rafael Petry. O antirracismo no Brasil e a Conferência de Durban: identidades transnacionais e a constituição da agenda política do movimento negro (1978-2010). **Cadernos do CEOM**, Chapecó, ano 24, n. 35, p. 236-252, 2011.

ANEXO – O MANIFESTO ANTI-COTAS

"O princípio da igualdade política e jurídica dos cidadãos é um fundamento essencial da República e um dos alicerces sobre o qual repousa a Constituição brasileira. Este princípio encontra-se ameaçado de extinção por diversos dispositivos dos projetos de lei de Cotas PL 731999 e do Estatuto da Igualdade Racial PL 3.1982000 que logo serão submetidos a uma decisão final no Congresso Nacional. O projeto de lei de cotas torna compulsória a reserva de vagas para negros e indígenas nas instituições federais de ensino superior. O chamado Estatuto da Igualdade Racial implanta uma classificação racial oficial dos cidadãos brasileiros, estabelece cotas raciais no serviço público e cria privilégios nas relações comerciais com o poder público para empresas privadas que utilizem cotas raciais na contratação de funcionários. Se forem aprovados, a nação brasileira passará a definir os direitos das pessoas com base na tonalidade da sua pele, pela raça. A história já condenou dolorosamente estas tentativas. Os defensores desses projetos argumentam que as cotas raciais constituem política compensatória para amenizar as desigualdades sociais. O argumento é conhecido temos um passado de escravidão que levou a população de origem africana a níveis de renda e condições de vida precárias. O preconceito e a discriminação contribuem para que esta situação pouco se altere. Em decorrência disso, haveria a necessidade de políticas sociais que compensassem os que foram prejudicados no passado, ou que herdaram situações desvantajosas. Essas políticas, ainda que reconhecidamente imperfeitas, se justificariam porque viriam a corrigir um mal maior. Esta análise não é realista nem sustentável e tememos as possíveis consequências das cotas raciais. Transformam classificações estatísticas gerais, como as do IBGE, em identidades e direitos individuais contra o preceito da igualdade de todos perante a lei. A adoção de identidades raciais não deve ser imposta e regulada pelo Estado. Políticas dirigidas a grupos raciais estanques em nome da justiça social não eliminam o racismo e podem até produzir o efeito contrário, dando respaldo legal ao conceito de raça, e possibilitando o acirramento do conflito e da intolerância. A verdade amplamente reconhecida é que o principal caminho para o combate à exclusão social é a construção de serviços públicos universais de qualidade nos setores de educação, saúde e previdência, em especial a criação de empregos. Essas metas só poderão ser alcançadas pelo esforço comum de cidadãos de todos os tons de pele contra privilégios odiosos que limitam o alcance do princípio republicano da igualdade política e jurídica. A invenção de raças oficiais tem tudo para semear esse perigoso tipo de racismo, como demonstram exemplos históricos e contemporâneos. E ainda bloquear o caminho para a resolução real dos problemas de desigualdades. Qual Brasil queremos? Almejamos um Brasil no qual ninguém seja discriminado, de forma positiva ou negativa, pela sua cor, pelo seu sexo, sua vida íntima e sua religião onde todos tenham acesso a todos os serviços públicos que se valorize a diversidade como um processo vivaz e integrante do caminho de toda a humanidade para um futuro onde a palavra felicidade não seja um sonho. Enfim, que todos sejam valorizados pelo que são e pelo que conseguem fazer. Nosso sonho é o de Martin Luther King, que lutou para viver numa nação onde as pessoas não seriam avaliadas pela cor de sua pele, mas pela força de seu caráter. Nos dirigimos ao Congresso Nacional, seus deputados e senadores, pedindo-lhes que recusem o PL 731999 - PL das Cotas - e o PL 3.1982000 - PL do Estatuto da Igualdade Racial - em nome da República Democrática. Rio de Janeiro, 30 de maio de 2006

Assinam o documento

Adel Daher - Diretor do Sindicato dos Ferroviários de Bauru e MS, Adelaide Jóia - Socióloga e Mestre em Educação Infantil pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP),

Adriana Atila - Doutora em Antropologia Cultural, IFCS, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Aguinaldo Silva - Jornalista, telenovelistas, Alba Zaluar - Titular de Antropologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Livre-docente da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), colunista da Folha de S. Paulo, Almir Lima da Silva - Jornalista, Centro de Cultura Negra de Macaé-RJ, Alzira Alves de Abreu - Pesquisadora do CPDOC da Fundação Getúlio Vargas, Amâncio Paulino de Carvalho - Professor da Faculdade de Medicina Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Ana Maria Machado - Escritora, membro da Academia Brasileira de Letras, Ana Teresa A. Venancio - Pesquisadora da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Ângela Porto - Pesquisadora Titular, Fundação Oswaldo Cruz, Antonio Cicero - Poeta e ensaísta, Antonio Risério - Antropólogo, Arlindo Belo da Silva - Conselheiro Fiscal da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Químico (CNQ-CUT), Bernardo Lewgoy - Professor Adjunto do Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Bernardo Sorj - Professor Titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Bernardo Vilhena - Poeta, Bila Sorj - Professora Titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Bolívar Lamounier - Cientista Político, Caetano Veloso - Músico, Carlos A. de L. Costa Ribeiro - Professor e Consultor em Ciências do Meio Ambiente, Carlos Pio - Professor da Universidade de Brasília (UNB), Carlos José Serapião - Professor Titular aposentado da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Professor Titular da Universidade da Região de Joinville-SC, Celso Castro - Antropólogo, professor do CPDOC da Fundação Getúlio Vargas, César Benjamin - Editor, Charles Pires - Diretor do Sindicato dos Funcionários Públicos Municipais de Florianópolis e membro da Executiva da CUT-SC, Cremilda Medina - Jornalista e professora Titular da Universidade de São Paulo (USP), Cynthia Maria Pinto da Luz - Advogada, Conselheira Nacional do Movimento Nacional em Defesa dos Direitos Humanos, Claudia Travassos - Pesquisadora Titular, Fundação Oswaldo Cruz, Darcy Fontoura de Almeida - Professor Emérito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Demétrio Magnoli - Sociólogo, integrante do Grupo de Análises de Conjuntura Internacional (Gacint) da Universidade de São Paulo (USP), Diomédés Matias da Silva Filho - Diretor do Sindicato dos Professores do Estado de Pernambuco, Domingos Guimaraens - Poeta e artista plástico, Edmar Lisboa Bacha - Economista, Eduardo Giannetti - Economista, Eduardo Pizarro Cernelós - Advogado, ex-presidente da Associação dos Advogados de São Paulo e do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária do Ministério da Justiça, Elizabeth Balbachevsky - Professora Associada do Departamento de Ciência Política e pesquisadora sênior do Núcleo de Pesquisa de Políticas Públicas da Universidade de São Paulo (USP), Esteffane Emanuelle Ferreira - Estudante, Coordenação do DCE da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Eunice Durham - Professora Emérita da FFLCH da Universidade de São Paulo (USP), Fernando Gomes Martins - Associação de Moradores do Parque Bandeirantes e Movimento Hip Hop Sumaré-SP, Ferreira Gullar - Poeta, Flávio Rabelo Versiani - Professor Titular do Departamento de Economia da Universidade de Brasília (UNB), Francisco João Lessa - Advogado, Direção do PT-SC, Francisco Johny Rodrigues Silva - Coordenador do Fórum Afro da Amazônia (FORAFRO), Francisco Martinho - Professor do Departamento de História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Francisco Mauro Salzano - Professor Emérito do Departamento de Genética da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), George de Cerqueira Leite Zarur - Professor Internacional da Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais (FLACSO), Gerald Thomas - Dramaturgo, criador e diretor da Companhia de Ópera Seca, Gilberto Horchman - Pesquisador, Fundação Oswaldo Cruz, Gilberto Velho - Professor Titular de Antropologia do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e membro da Academia Brasileira de Ciências, Gilda Portugal - Professora de Sociologia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP),

Gilson Schwartz - Professor da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (USP) e coordenador da Cidade do Conhecimento, Glauca Kruse Villas Bôas - Professora Associada de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Gursen De Miranda - Professor Adjunto da Universidade Federal de Roraima (UFRR) e Presidente da Academia Brasileira de Letras Agrárias, Helda Castro de Sá - Coordenadora da Associação dos Caboclos e Ribeirinhos da Amazônia, Helena Severo - Cientista social, pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas (NEP) do Tribunal de Contas do Rio de Janeiro, Helga Hoffmann - Economista, integrante do Grupo de Análises de Conjuntura Internacional (Gacint) da Universidade de São Paulo (USP), Heloisa Helena T. de Souza Martins - Professora aposentada de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP), Isabel Lustosa - Pesquisadora Titular da Fundação Casa de Rui Barbosa, João Rodarte - Empresário, João Ubaldo Ribeiro - Escritor, José Álvaro Moisés - Professor Titular do Departamento de Ciência Política e Diretor do Núcleo de Pesquisa de Políticas Públicas da Universidade de São Paulo (USP), José Arbex Jr. - Jornalista e professor do Departamento de Jornalismo da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), José Augusto Guilhon Albuquerque - Professor Titular (aposentado) de Relações Internacionais da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (USP), José Carlos Miranda - Coordenador Nacional do Movimento Negro Socialista, José Goldemberg - Ex-reitor da Universidade de São Paulo (USP), José de Souza Martins - Professor Titular (aposentado) de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP), José Roberto Pinto de Góes - Historiador e professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Karina Kuschnir - Antropóloga, professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Leão Alves - Presidente do Movimento Pardo-Mestiço Brasileiro, Leonel Munhoz Coimbra - Analista de Controle Externo, Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental da Escola Nacional de Administração Pública, Lourdes Sola - Presidente da Associação Internacional de Ciência Política e professora aposentada da Universidade de São Paulo (USP), Luciana Villas-Boas - Diretora do Grupo Editorial Record, Luciene G. Souza - Mestre em Saúde Pública, Fundação Nacional de Saúde, Luiz Alphonsus - Artista Plástico, Luiz Fernando Dias Duarte - Professor Associado do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Luiz Werneck Vianna - Professor Titular do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), Lya Luft - Escritora, Manolo Garcia Florentino - Professor do Departamento de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Marcelo Hermes-Lima - Professor de Bioquímica Médica da Universidade de Brasília (UNB), Marcos Chor Maio - Pesquisador da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Margarida Cintra Gordinho - Editora, Maria Alice Resende de Carvalho - Socióloga, Maria Cátira Bortolini - Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Maria Conceição Pinto de Góes - Professora do Programa de Pós-Graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Maria Herminia Tavares de Almeida - Cientista Política, Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti - Professora Associada do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Maria Sylvia Carvalho Franco - Professora Titular da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Mariza Peirano - Professora Titular, Antropologia, Universidade de Brasília (UNB), Maurício Soares Leite - Professor Adjunto, Departamento de Nutrição da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Moacyr Góes - Diretor de teatro e cineasta, Monica Grin - Professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Nelson Motta - Produtor musical, jornalista e escritor, Patrícia Vanzella - Professora Adjunta, Departamento de Música da Universidade de Brasília (UNB), Pedro Paulo Poppovic - Empresário, Peter Henry Fry - Professor Titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Reinaldo Azevedo - Jornalista, articulista da revista VEJA e editor do 'Blog do Reinaldo Azevedo', Renata Aparecida Vaz - Coordenação do Movimento Negro

Socialista - SP, Renato Lessa - Professor Titular de Teoria Política do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) e da Universidade Federal Fluminense (UFF), Presidente do Instituto Ciência Hoje, Ricardo Ventura Santos - Pesquisador titular da Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz e Professor Adjunto do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Roberta Fragoso Menezes Kaufmann - Procuradora do Distrito Federal, Mestre em Direito pela Universidade de Brasília (UNB) e Professora de Direito Constitucional, Roberto Romano da Silva - Professor Titular da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Rodolfo Hoffmann - Professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Ronaldo Vainfas - Professor Titular da Universidade Federal Fluminense (UFF), Roque Ferreira - Coordenação da Federação Nacional de Trabalhadores de Transporte sobre Trilho-CUT, Ruth Correa Leite Cardoso - Antropóloga, Serge Goulart - Secretário da Esquerda Marxista do PT, Sergio Danilo Pena - Professor Titular do Departamento de Bioquímica e Imunologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e membro titular da Academia Brasileira de Ciências, Simon Schwartzman - Pesquisador do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS), Simone Monteiro - Pesquisadora Associada, Fundação Oswaldo Cruz, Wanderley Guilherme dos Santos - Cientista Político, Wilson Trajano Filho - Professor do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília (UNB), Yvonne Maggie - Professora Titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Fonte: Folha de São Paulo, em 14/05/2008. Retirado do site <http://sinpro-es.org.br/main.asp?link=noticia&id=455>, acessado em 12/04/2017.